RELATOS DE COMBATE

movimentos sociais na pandemia

organização de Dulce Pandolfi e Paulo Fontes

EDITORA UFRJ

Universidade da CIDADANIA
Fórum de Ciência e Cultura
UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura Tatiana Roque

Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor Marcelo Jacques de Moraes

Diretora adjunta Fernanda Ribeiro

Conselho editorial Marcelo Jacques de Moraes (presidente)
Cristiane Henriques Costa
David Man Wai Zee
Flávio dos Santos Gomes
João Camillo Barros de Oliveira Penna
Tania Cristina Rivera

Dulce Pandolfi e Paulo Fontes (org.)

RELATOS DE COMBATE

movimentos sociais na pandemia

EDITORA UFRJ

Universidade da CIDADANIA
Fórum de Ciência e Cultura
UFRJ

© 2022 Dulce Pandolfi e Paulo Fontes

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim (CRB7-1878)

R382 Relatos de combate [recurso eletrônico] : movimentos sociais na pandemia / Dulce Pandolfi e Paulo Fontes (org.). – Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2022.

1 recurso eletrônico (342 p.) : digital

ISBN: 978-65-88388-26-6

1. Movimentos sociais. 2. COVID-19. 3. Pandemias. I. Pandolfi, Dulce Chaves, 1948-. II. Fontes, Paulo.

CDD: 303.485

Coordenação editorial
Thiago de Morais Lins
Maíra Alves

Preparação de originais
Paula Halfeld

Revisão
Thereza Vianna

Capa
Leonardo Arroniz

Projeto gráfico e diagramação
Thiago de Morais Lins

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ
Av. Pasteur, 250, Urca
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902
Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ
Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160
Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio: Fundação Universitária José Bonifácio

Sumário

Lista de siglas. 7

Prefácio 13

João Pedro Stédile 21

Guilherme Boulos 33

Nilza Valéria 43

Carmen Foro 53

Leandro Bergamin 63

Itamar Silva 75

Lúcia Souto 85

Cleide Pinto 95

Alessandro Conceição 105

Iago Montalvão 115

Paulo Galo. 127

Deyvid Bacelar 139

Walmyr Júnior 151

Natã Nascimento 163

Jaciara Carvalho 171

Dudu do Morro Agudo 181

Noca da Portela. 193

Felipe Santa Cruz. 201

Felipe Luther 209

Jaqueline Gomes de Jesus. 221

Cecília Coimbra 233

Sueli Carneiro. 245

Maralice dos Santos 257

Dalva do Borel 265

Carolina Peterli 275

Wagner Santana 287

Jurema Werneck 297

Douglas Belchior 309

Maria Emília Pacheco 321

Sônia Guajajara 331

Entrevistadores. 341

Lista de siglas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADPF	Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental
Alca	Acordo de Livre Comércio das Américas
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Antra	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CDC	Coletivo Democracia Corinthiana
Cebes	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
Cedae	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEN	Coletivo de Entidades Negras
CID	Classificação Internacional de Doenças
Cimi	Conselho Indigenista Missionário

Cipa	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
Comlurb	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Conen	Coordenação Nacional de Entidades Negras
Confup	Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
Conjuve	Conselho Nacional da Juventude
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CTO	Centro de Teatro do Oprimido
Cuca	Circuito Universitário de Cultura e Arte
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPTI	Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal

Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Fenatrad	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
Fetagri-PA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUP	Federação Única dos Petroleiros
JOC	Juventude Operária Católica
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
Masp	Museu de Arte de São Paulo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNI	Mobilização Nacional Indígena
MNPR	Movimento Nacional de População em Situação de Rua
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
Pnapo	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Pronera	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PVNC	Pré-vestibular para Negros e Carentes
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Replan	Refinaria de Paulínia
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Sindisprev	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social
Tuap	Taxa de Uso de Área Pública
UNE	União Nacional dos Estudantes

Prefácio

Paulo Fontes
Professor do Instituto de História da UFRJ e Diretor da Universidade da Cidadania/UFRJ

Dulce Pandolfi
Historiadora e assessora da Universidade da Cidadania/UFRJ

A Universidade da Cidadania da UFRJ (UC/UFRJ) é um órgão suplementar vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua missão é promover o diálogo, o intercâmbio e a troca de saberes entre o mundo universitário e os movimentos sociais. Em maio de 2020, diante da impossibilidade de atividades presenciais devido à pandemia da Covid-19, criamos o *podcast* Rádio Cidadania, cuja proposta era entrevistar ativistas e lideranças de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil em geral. As entrevistas seriam sempre realizadas por um membro da equipe da UC/UFRJ e por um membro da comunidade acadêmica. A Rádio Cidadania acabou se tornando um sucesso e uma referência de diálogo entre a universidade, os movimentos sociais e a sociedade de uma forma mais ampla. Em 2020 entrevistamos trinta ativistas de todo o país, oferecendo um rico mosaico da diversidade, riqueza e vitalidade dos movimentos sociais, em especial em um momento de enorme crise econômica, sanitária e política. *Relatos de combate: movimentos sociais na pandemia* reúne uma versão editada dessas trinta entrevistas iniciais da Rádio Cidadania e é um valioso testemunho das lutas e dos desafios dos nossos tempos.

Neste livro estão presentes representantes de entidades e movimentos dos mais variados perfis: alguns de base territorial nacional,

com ramificações internacionais, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Marcha Mundial das Mulheres (MMM); aqueles com uma atuação local, como os inúmeros "coletivos" que têm proliferado em favelas e comunidades do Rio de Janeiro; outros mais tradicionais e consolidados, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a Anistia Internacional, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), e tantos outros, não menos importantes, mas talvez menos convencionais ou menos estruturados, como os movimentos de pessoas em situação de rua, de ambulantes, de catadores de lixo, de entregadores ou de torcedores de futebol.

Aqui também estão contemplados temas de amplo interesse, como direitos humanos, cultura, sindicalismo, agroecologia, saúde, religião, uberização, tortura, habitação, questão indígena, futebol, *hip-hop*, reforma agrária, movimento estudantil, juventudes, feminismo, racismo, além de muitos outros.

Essas entrevistas possibilitam interessantes reflexões sobre o papel, o significado e a importância dos movimentos sociais hoje, não apenas no Brasil, mas no mundo. Entre as nossas observações preliminares, podemos destacar a enorme proliferação e diversidade dos movimentos sociais. Dentro de uma mesma temática ou de uma mesma categoria social, diferenças se fazem notar. Por isso é comum a utilização do plural para nomear muitos desses movimentos: juventudes, feminismos, movimentos de moradia, movimentos negros, sindicalismos, etc.

Grande também é a dificuldade para definir e classificar os movimentos sociais. Uma das perguntas clássicas dos estudiosos é: toda ação coletiva é um movimento social? Ou: o que diferencia um coletivo de um movimento social? Segundo Leandro Bergamini, um dos coordenadores do Coletivo Democracia Corinthiana – um

exemplo dos muitos movimentos sociais que têm emergido nos últimos tempos –, qualquer grupo da sociedade civil que se organiza é um movimento social. Por isso, para ele, as torcidas organizadas são um movimento social. No entanto, ainda segundo Bergamini, embora o Coletivo Democracia Corinthiana seja um movimento social formado por pessoas que frequentam estádios de futebol, ele se diferencia das torcidas organizadas. Ainda que seus membros frequentem os estádios de futebol utilizando bandeiras, instrumentos musicais, etc., estes não são o único *locus* de atuação política desse coletivo.

Grande, também, pode ser a fluidez de fronteiras entre movimentos, ou entre movimentos e instituições, sobretudo nas Organizações Não Governamentais (ONGs). Às vezes é difícil definir o que é instituição e o que é movimento. Em tempos recentes, surgiu a expressão "onguização dos movimentos", para dar conta dessa fluidez de fronteiras. Muitas vezes, igualmente, surgem ambiguidades e tensões entre militância e profissionalismo, ou entre voluntariado e institucionalização.

Ao mesmo tempo que temos aproximações fortes entre os mais variados movimentos sociais (aliás, o MST é uma forte referência), muitas também são as tensões. É de Sueli Carneiro, uma das coordenadoras da ONG Geledés, a expressão "enegrecer o feminismo". Na sua entrevista, ela diz que "a eleição da brancura como modelo privilegiado de beleza exclui mulheres negras das melhores posições do mercado de trabalho". Afirma também que, na educação, "as desigualdades se manifestam de maneira brutal entre mulheres brancas e negras". O feminismo tradicional não teria, portanto, dado conta de compreender e integrar as diferentes expressões do feminino construído em sociedades multirraciais e pluriculturais.

No ano em que os protestos contra o racismo tomaram conta do mundo, após o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos,

o combate ao racismo estrutural da sociedade brasileira impôs-se com força no discurso público dos ativistas e lideranças dos movimentos sociais. Nesse sentido, a intersecção entre raça, gênero e território (as periferias) é um forte elemento organizador do debate dos movimentos sociais contemporâneos, particularmente entre a juventude.

Aliás, muitos dos nossos entrevistados chamam atenção para a questão geracional. Por um lado, há coletivos com uma característica extremamente juvenil, com jovens que dominam a tecnologia, têm bom acesso às redes sociais e estão revolucionando a forma de fazer política. Por outro lado, outras experiências. Wagner Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, lamenta:

> Nossa linguagem não está adequada para a nossa juventude. O movimento sindical tem uma linguagem mais careta, mais antiquada em relação ao que pensa essa juventude. Nós temos pouca renovação na nossa militância, nas nossas direções, e aí eu estou falando dos sindicatos em geral no Brasil. A maioria dos dirigentes sindicais que você olhar hoje está careca ou de cabecinha branca. Precisa, de fato, de uma atualização da nossa linguagem, uma atualização das nossas propostas sem perder os nossos princípios, sem perder as nossas referências.

Mas há outros impasses. Como destaca Itamar Silva, histórico militante dos movimentos de favelas do Rio de Janeiro, os novos coletivos nas favelas, que ele considera politicamente fundamentais, frequentemente estão submetidos a uma lógica de discussão típica das redes sociais, que estimula polarizações por vezes desnecessárias e cria uma certa dificuldade para a construção de consensos importantes na articulação dos movimentos.

O trabalho em rede também é destacado nas entrevistas. Essa tem sido a prática de algumas entidades como a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), a Coalização Negra por Direitos e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), por exemplo. A preocupação com a formação e a capacitação dos seus membros

é um ponto forte em vários movimentos. Felipe Luther, liderança do movimento dos garis no Rio de Janeiro, foi um dos criadores do Círculo Laranja, uma instituição para formar e preparar garis para ingressarem na universidade. Uma das fundadoras da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Dalva Correia da Silva considera importante capacitar os moradores das favelas para enfrentar a violência policial e conhecer os trâmites legais para responder a essa violência.

Além de Escolas de Formação, proliferam cursinhos preparatórios para o Enem vinculados aos movimentos sociais. Observa-se também uma aproximação formal, através, inclusive, de convênios, entre os movimentos sociais e as universidades, como é o caso do MTST com a Universidade de São Paulo (USP) e das próprias articulações entre os movimentos e a Universidade da Cidadania da UFRJ.

Estabelecer conexões entre as lutas do presente e do passado também aparece em algumas vozes. Paulo Galo, líder do movimento Entregadores Antifascistas, fala com muita propriedade sobre essa conexão: "se a uberização é um desdobramento da Revolução Industrial, os Entregadores Antifascistas são um desdobramento dos operários. Nós somos um desdobramento da história dos operários. Somos os operários do nosso tempo". Itamar Silva também chama atenção para a importância das pontes entre o passado e o presente. Segundo ele, a explosão de coletivos nas favelas é muito bem-vinda, mas os coletivos não substituem as tradicionais associações de moradores, que tiveram grande importância no passado e, atualmente, estão fragilizadas.

Posições bastante diferenciadas aparecem na relação com o Estado e na construção de políticas públicas. Existe um grande consenso, sobretudo durante a pandemia, em torno da ideia de que os movimentos sociais fizeram aquilo que o Estado deveria fazer e não faz. Os exemplos são múltiplos: distribuir cestas básicas e álcool em gel; produzir e distribuir máscaras; higienizar ruas e casas; manter

a população informada sobre a Covid-19. Muitos, entretanto, ressaltam que essas iniciativas são limitadas e não podem nem devem substituir o papel do Estado. A autogestão tem fortes limitações e é percebida como uma forma de garantir a sobrevivência das populações mais pobres. Essas ações, para muitos, também devem servir para provocar o poder público a produzir políticas públicas.

Enquanto alguns acham que é preciso aproveitar todas as brechas que o sistema oferece, outros continuam de costas para o Estado, como se observa nos princípios do grupo Tortura Nunca Mais: independência, autonomia e suprapartidarismo. A esse respeito, diz Cecília Coimbra:

> Nós não recebemos nenhum tipo de financiamento de nenhum órgão governamental, de nenhum partido político. E nos mantemos durante as eleições de uma maneira suprapartidária. Não é neutra, mas de uma maneira suprapartidária e isso, obviamente, essa autonomia, essa independência e esse suprapartidarismo, tem nos dado uma grande credibilidade ao longo desses trinta e cinco anos.

Por outro lado, Walmyr Júnior, do Movimento Negro Unificado (MNU), diz:

> Temos que roer de tudo quanto é lado, se tiver que roer do Estado vamos roer do Estado. E o movimento negro, ele tem que ocupar todos os espaços. [...] Eu parto desse pressuposto. Então, a partir do momento que nós tivermos a oportunidade de ocupar vagas em cargo legislativo, em cargo executivo ou em cargo judiciário, nós temos que ocupar, temos que ir para cima.

Esses pontos que arrolamos aqui a partir das entrevistas são pequenos exemplos de tantos outros que surgirão, certamente, no transcorrer da leitura de vocês.

ENTREVISTAS

João Pedro Stédile

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

João Pedro Stédile nasceu em Lagoa Vermelha, Rio Grande do Sul, em 25 de dezembro de 1953. Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), é pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). No final dos anos 1970, começou sua militância em prol da reforma agrária no país. Em 1984, foi um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, desde então, é membro de sua direção nacional. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 13 de maio de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Tatiana Roque (FCC/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindo à Rádio Cidadania! Em nosso programa de estreia, temos a honra de receber João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos mais importantes movimentos sociais da história do Brasil. João Pedro Stédile será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Tatiana Roque, professora do Instituto de Matemática da UFRJ e coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura da mesma universidade.

Dulce: Muito obrigada por sua participação na nossa Rádio Cidadania. Eu vou começar lhe perguntando, obviamente, sobre essa crise que estamos vivendo, da Covid-19. Eu queria saber como isso está interferindo na produção do MST e na vida dos membros do movimento. Que ações vocês têm adotado para enfrentar essa situação?

João Pedro: Em primeiro lugar, há uma amplitude de formas de participação social e política no MST, e, diante dessa crise, os comportamentos também são diferentes. Então, temos uma situação mais difícil, que é a dos companheiros que estão acampados. O acampamento em geral está em péssimas condições de insalubridade; às vezes, há dificuldade de água, e os barracos estão muito próximos uns dos outros. Temos feito um esforço tremendo em todos os estados para orientar as pessoas em relação à insalubridade e também pensar formas para que essas famílias possam produzir em áreas próximas. Alguns acampamentos, inclusive, tiveram que ser transferidos para dentro de algum assentamento próximo. A situação é mais tranquila com as famílias assentadas, que já estão consolidadas na reforma agrária – digamos assim –, porque nesses casos as casas têm um certo distanciamento. Mesmo os que moram em agrovila só mantêm contato com a família e seguem indo trabalhar na lavoura, na roça. A maior dificuldade... Dificuldade não, os maiores cuidados que temos ocorrem no momento de levar os produtos para a cidade, ou de vendê-los, ou de entregá-los na cooperativa. É preciso então ter certos cuidados: usar máscara, álcool, etc. E o terceiro grupo de componentes do nosso movimento são os militantes que moram na cidade, como eu, que estou aqui enclausurado. A nossa tarefa é ficar em casa, respeitar rigorosamente o isolamento social e utilizar as redes sociais. Cada um, no seu espaço, tem a sua função, e nós estamos monitorando todos para ver se perdemos o mínimo possível de vidas nessas circunstâncias. De forma resumida, temos atuado em duas grandes frentes. Fizemos, nesse contexto de isolamento e de grave crise, o papel que nos cabe como movimento popular. Agora é fazer a luta ideológica, já que não podemos fazer a luta política, que demandaria mobilização de massas. A luta ideológica fazemos pela agitação e propaganda, utilizando as redes sociais, a janela, a faixa nas estradas, enfim, mil e uma formas de fazer agitação e

propaganda. O segundo componente da luta ideológica é a ação de solidariedade. Consideramos que a solidariedade necessária neste momento não são os gestos voluntariosos ou de caridade; a solidariedade precisa ser organizada para que a classe trabalhadora se salve. Há várias expressões dessa solidariedade, mas nós temos defendido que é fundamental nesse momento praticarmos todo tipo de solidariedade possível: primeiro com a nossa família, com os nossos vizinhos e com aquelas camadas da população que estão sendo mais agredidas, que é a classe trabalhadora mais pobre. Então, em todos os estados do Brasil, temos feito distribuição de alimentos, de cestas básicas, e, em alguns locais que podem ter um pouquinho mais de organização logística, temos feito as marmitas, como é o caso do Recife (que foi o pioneiro e que já faz mil marmitas por refeição). Também temos essa experiência aí no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais e Maranhão, que também fazem marmitas para distribuir, sobretudo, para a população de rua, que é a mais afetada.

Dulce: Qual é o impacto, na sua opinião, do governo Bolsonaro para o MST e para a sociedade brasileira? Como vamos conseguir superar isso? O que podemos fazer nessa situação tão dramática em relação a esse governo?

João Pedro: Gostaria de compartilhar com vocês um pouco da leitura da conjuntura política que temos feito, no âmbito do MST, junto com outros movimentos populares da Frente Brasil Popular, da [Frente] Povo Sem Medo, e com os partidos de esquerda em geral. Há quinze, vinte dias, quando optamos por isolamento total, nós, do conjunto dessas forças populares, construímos uma plataforma política e econômica para orientar a nossa base sobre como enfrentar a crise econômica, social e de saúde pública, e apresentamos propostas concretas sobre o que as instituições públicas, o

governo federal e os governos estaduais deveriam fazer. Naquela oportunidade, era preciso primeiro salvar o povo, as vidas; depois cuidaríamos da economia, garantindo salário e emprego, e mais tarde cuidaríamos do governo. Passado esse mês, a crise, em todos os seus contornos, só se agravou: seja a crise econômica, seja a crise política – com a queda de dois ministros e do diretor da Polícia Federal –, seja a crise social – com o agravamento do coronavírus, com o desemprego e com o desespero que já bate na população. Diante dessas novas situações da conjuntura, a equação se inverteu, e o conjunto das forças populares e políticas passa a considerar agora que o primeiro passo, além de cuidar da vida, é trocar o governo. Porque o governo tem sido um vetor de agravamento seja da crise na economia – por exemplo, em vez de priorizar ajuda aos 50 milhões de desesperados, ele priorizou ajuda aos bancos, e isso só agrava a questão social –; seja da crise social, que aumentou o desemprego – e o governo é responsável por isso, porque nem mesmo está ajudando as empresas a honrarem a folha de pagamento –; seja da crise política – o rapaz explicitou, com toda a perversidade possível, a sua vertente fascista. Estamos numa situação em que agora precisamos mudar o governo. Mas isso se trata de uma anomalia política, porque a classe trabalhadora não pode exercitar a sua força, que é a greve e a mobilização de rua. Então, estamos pendentes de uma cisão na burguesia – que, por ora, só se manifesta na imprensa – e da tutela militar. Daqui em diante, é só hipótese. Uma saída mais rápida poderia ser a renúncia dele [do presidente Bolsonaro], mas, conhecendo a personalidade, como diz no popular, "ele vai sair atirando", e por isso os militares também devem estar preocupados. Não havendo renúncia, certamente o processo que o STF vai abrir levará à apresentação de provas que gerariam um *impeachment*, mas para isso há um longo processo. O *impeachment*, como se revelou tanto no caso do Collor quanto no caso da Dilma, leva meses de disputas, de maneira que nós vamos entrar, do ponto

de vista político, numa situação ainda mais grave. Então, a situação é muito caótica e indefinida. O impacto é indefinido.

Dulce: Depois do impacto mundial, são muitas as expectativas. Uma coisa já é certa: o mundo vai entrar numa depressão enorme; já está, na verdade. E acho que a questão do neoliberalismo está em xeque. Temos visto posições de algumas pessoas neoliberais, alguns chefes de Estado, que estão dando recuadas, dizendo que é necessária uma participação mais ativa do Estado na saúde, etc. Outras pessoas estão achando que a humanidade vai ser melhor, que o mundo não será como antes. Qual é a sua expectativa em relação a isso? E como isso vai afetar diretamente o MST no mundo pós-pandemia?

João Pedro: Agradeço a provocação reflexiva. O MST participa de diversas articulações internacionais: estamos na diretoria da Via Campesina Internacional, participamos de uma grande confluência de forças que é a Assembleia Internacional dos Povos – de que participam mais de mil organizações de países de todos os continentes –, além de fóruns localizados aqui na América Latina, como a Alba Movimentos, o Fórum de São Paulo, etc., e as nossas companheiras participam da Marcha Mundial das Mulheres. Essa reflexão internacional que quero compartilhar com vocês não é só do MST, é o que tenho ouvido nesses outros espaços internacionais e é a reflexão coletiva: não só o neoliberalismo foi derrotado como proposta de política pública, mas o modo de produção capitalista provou, nesse quadrante da nossa história, que não oferece mais civilização, não oferece mais vida digna para o conjunto da humanidade. Queiramos ou não, os fatos da conjuntura estrutural estão relevando que nós vamos sair dessa crise. Porque ela não é só de saúde pública. A crise de saúde pública só se expôs porque atingiu todo mundo ao mesmo tempo, mas há uma crise profunda do

modo de organizar a produção; da vida nas sociedades; da vida na cidade (as cidades viraram cadeias coletivas); do meio ambiente, que é uma crise gravíssima – e tem a ver com o que as mineradoras e o agronegócio estão fazendo com a destruição da biodiversidade, o que, segundo cientistas, inclusive, está na origem da multiplicação desses vírus, que saem da natureza afetada e vêm para os seres humanos. Em resumo, eu diria que vamos sair desse processo com a necessidade de fazer um grande esforço internacional, e nisso as universidades também vão ter um papel fundamental, porque estarão em debate novos paradigmas que orientarão a vida no nosso planeta. Vai emergir agora um outro debate ideológico, que vai ter que ser centrado nos valores que a humanidade cultivou ao longo da história, como a solidariedade e a importância de a praticarmos agora, porque ela é um valor, um princípio; e a igualdade, já que todos somos iguais independente da cor da pele, o que nos permite enfrentar o tema do machismo, do racismo, da migração, e buscar o sentido da justiça social. Esses novos valores emergirão também do ponto de vista ideológico, de maneira que eu me somo aos otimistas: acho que vamos sair dessa crise para um tempo histórico de mudanças gerais.

Tatiana: Olá, João! Foi bom você ter antecipado o tema da crise ambiental. Acho que a pandemia está mostrando também como é crítica a questão do transporte para itens básicos, às vezes itens de alimentação, e por que precisamos ter tanto custo e tanto risco de transporte. Acho que uma saída para isso vai ser realmente a agricultura familiar. Vocês têm trabalhado muito com a segurança alimentar, e acho até que o MST tem tido uma outra participação na sociedade a partir dessa agenda da agricultura familiar, do alimento saudável, da qualidade dos alimentos sem agrotóxicos. Mas, por outro lado, enfrentamos um debate muitas vezes na própria universidade: pessoas que defendem o agronegócio, dizendo

que a agricultura de pequena escala familiar não seria capaz de matar a fome da população do planeta, que ela não tem a escala necessária. Eu queria saber de você como respondemos a esse tipo de argumento.

João Pedro: Acho que uma das contradições positivas dessa crise, com toda essa amplitude que estamos observando, é que, para o campo, ela colocou na mesa temas para toda a sociedade que antes eram vistos apenas como de interesse ou das organizações do campo ou dos pesquisadores agrários. Porém, agora, como você bem colocou, foi para a mesa do debate político a necessidade de termos alimentos saudáveis, como, inclusive, uma forma de prevenção, de proteção a novos vírus que vão surgir. Vai para a mesa do debate também que a eclosão desses vírus incontroláveis, como todos os cientistas têm denunciado, é consequência da destruição da biodiversidade. Ora, quando você deixa um só produto na natureza, só a soja, só o milho, só o pasto para o gado, e mata toda a outra biodiversidade, é evidente – não precisa ser biólogo nem cientista para perceber – que haverá um desequilíbrio na natureza. Esse desequilíbrio aparece no desaparecimento, por exemplo, das fontes de água, aparece nas mudanças climáticas das estações de chuva e de sol, aparece na contaminação dos alimentos e aparece nessa migração de animais silvestres que têm que buscar outras formas de viver no nosso planeta. Então, acho que novos temas agora, que antes eram só tratados por especialistas, deverão ser debatidos por toda a sociedade. Nós, organizações de movimentos populares do campo, e vocês, que estão na universidade, vamos ter que fazer uma grande sinergia para usar esses veículos que temos nas mãos, esses espaços, para potencializar esse debate. Um dos primeiros aspectos do debate é: não temos problema de escala de produção, não é aí que está o problema. Eu sempre uso como exemplo nos debates a fazenda do Abilio Diniz. Ela tem 1.656 hectares

e era um agronegócio do monocultivo de cana-de-açúcar aqui no interior de São Paulo. O filho dele teve um acidente de automobilismo e, depois disso, por vias turvas, finalmente se conscientizou. Abandonou aquela vida de *playboy* e, com a esposa, se mudou para essa fazenda. Aconselhado por alguns pesquisadores, ele mudou a matriz da fazenda: o que antes era um imenso canavial hoje produz, na forma de agroecologia, mais de cinquenta produtos; antes havia seis trabalhadores naquela área, hoje vivem ali mais de trezentas pessoas. O que isso significa? Que aqui no Brasil não é problema que uma pessoa tenha 500 hectares ou tenha mil hectares, porque tem terra para todo mundo em função do tamanho do nosso território. Porém, o que temos que debater é a forma de produzir, e a forma de produzir do agronegócio é que foi derrotada. Porque ela se baseia na monocultura e, portanto, destrói todas as outras formas; ela usa intensivamente o veneno que mata toda a biodiversidade ao redor, gerando essas contradições, inclusive, de saúde animal e vegetal. E ela usa intensivos de máquina, expulsando a mão de obra e contaminando as águas que a turma da cidade vai tomar – vocês do Rio de Janeiro estão percebendo isso. O agronegócio nunca vai conseguir produzir alimentos de forma diversa nem de forma sadia. Daí o ressurgimento no debate da matriz da agroecologia, que são técnicas desenvolvidas pelo saber popular e pelo conhecimento científico na universidade que aumentam a produtividade do trabalho e das áreas. Não é verdade que a agroecologia é coisa de bicho-grilo, pequenos espaços no fundo do meu quintal. Qual é a prova que temos disso? O MST é o maior produtor da América Latina de arroz orgânico – só perde para os chineses. Produzimos 600 mil toneladas de arroz por ano, portanto em grande escala. E produzimos na forma agroecológica! É arroz orgânico com grande produtividade e com produtividade do trabalho, porque usamos máquina. A máquina não é incompatível com a agroecologia, mas ela tem que ser adaptada aos camponeses. E não usamos nenhum

tipo de agroquímico ou veneno. Então, é possível produzir alimentos saudáveis em grande escala mesmo sob o controle dos camponeses, desde que seja na forma da agroecologia. Vai entrar em debate o tema das máquinas. Não somos contra as máquinas, queremos máquinas adaptadas aos camponeses para amenizar o esforço físico que hoje eles têm que fazer. Ninguém sonha em ganhar uma enxada no Natal! Portanto, esses temas todos virão à tona. Por fim, queria dizer que virá à tona também a questão da soberania alimentar. O que é a soberania alimentar? É a visão de mundo de que cada povo, cada território, cada município ou cada estado aqui do Brasil tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Isso é soberania alimentar! E é isso que vai definir a verdadeira segurança, não se o governo vai dar cesta básica ou não. As iniciativas de segurança alimentar devem ser temporárias, devem ser apenas medidas de emergência, como a entrega de cestas básicas, evitando que as pessoas passem fome, mas a médio prazo só a soberania alimentar garante a segurança alimentar para a população.

Tatiana: Nessa resposta sobre a agricultura familiar, ficou muito evidente o quanto é importante essa relação entre os saberes populares e de quem trabalha no campo e os saberes acadêmicos, universitários, científicos. A Universidade da Cidadania é um órgão que pretende justamente fazer essa ponte entre universidade e movimentos sociais. Gostaria que você falasse da importância disso a partir do próprio conhecimento, de como é importante, em várias áreas hoje que se tornam essenciais, essa relação entre dois ou mais tipos de saberes.

João Pedro: Agradeço a pergunta, porque de fato isso é fundamental nesse nosso novo plano de reforma agrária, ou plano de desenvolvimento sustentável, ou via camponesa, como eu e o piá

dizemos, enfim, o rótulo desse nosso programa não importa, o que importa é o seu conteúdo. Como eu já expliquei sobre agroecologia, alimento saudável e soberania alimentar, um dos componentes fundamentais dessas mudanças paradigmáticas no modelo de produção agrícola é a educação. E educação nesse sentido que você mesma já explicitou: a que vem dos saberes populares. Mas ela é insuficiente. Não adianta só dizermos: "Vamos copiar o que nossos avós faziam". Isso é até meio reacionário. É necessária também a educação formal do conhecimento científico que só a escola pode nos dar. O MST, modéstia à parte, desde o início, também votou para levar [ao campo] a escola em todos os níveis, passando pela alfabetização dos adultos e pelo acesso à universidade, com um programa que construímos desde o governo Fernando Henrique, que foi o Pronera, que permitia aos filhos de camponeses terem vestibular específico e acessarem a universidade num método muito importante, que é o método da alternância. Ou seja, o jovem filho de camponeses vai para a universidade, fica dois, três meses e depois volta para a sua comunidade por mais dois, três meses. É essa interação que vai permitir a ele confrontar conhecimento científico com a necessidade da prática objetiva, e é isso que vai fazer com que, depois de terminar o curso, ele volte para a sua comunidade. Então, a educação levada ao campo vai ser fundamental até como forma de criarmos uma alternativa para a juventude, porque ela, como eu disse, só sai do campo atualmente, nos meios capitalistas, porque quer progredir na vida e precisa estudar. Se você só vai encontrar escola lá na cidade, seja ensino médio, seja ensino superior, é claro que você vai migrar. Mas se lhe oferecem a oportunidade de estudar sem sair de casa, você não vai precisar sair. Já formamos mais de 5 mil jovens no ensino superior; 90% deles não saíram da sua comunidade, continuaram ali. Então, precisamos incorporar esse debate da educação do campo como parte do modelo de produção agrícola, como parte da construção de uma vida digna com mais

cultura e mais conhecimento lá no meio rural. Ou seja, as pessoas não precisam sair do campo para serem felizes, para serem cultas, para terem acesso ao conhecimento.

Paulo: Mais uma vez, muito obrigado pela participação, João Pedro Stédile!

João Pedro: Agradeço a vocês pela atenção. Certamente teremos outras oportunidades. Me alegro que tenham tomado a iniciativa dessa rádio pela internet. Um grande abraço a todos!

Guilherme Boulos

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Guilherme Boulos nasceu na cidade de São Paulo em 19 de junho de 1982. É formado em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em psiquiatria pela mesma instituição, e membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Em 2018, filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e, nesse mesmo ano, concorreu ao cargo de presidente da República. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 20 de maio de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Josué Medeiros (IFCS/UFRJ), e a apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Em nosso segundo episódio, temos a honra de receber Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), um dos mais importantes movimentos sociais que emergiram na última década no país. Guilherme Boulos será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e pelo cientista político Josué Medeiros, professor de ciência política da UFRJ, coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira (Nudeb) e diretor da Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj). Bom dia, Boulos! Muito obrigado por sua participação aqui na Rádio Cidadania! Na sequência, eu passo a palavra para a professora Dulce Pandolfi.

Dulce: Bom dia, Guilherme Boulos! É um prazer estar com você aqui! Hoje a humanidade está passando por uma das maiores crises da sua história recente. Gostaria de saber de que maneira essa crise está afetando não só a humanidade, o Brasil, mas, sobretudo, o MTST, um dos maiores movimentos sociais deste país?

Boulos: Obrigado pelo convite para o bate-papo. Parabéns pelo trabalho na Universidade da Cidadania! O vírus está muito longe de ser democrático. Aquela história de que o coronavírus afetava todos independente da classe social, independente de onde a pessoa viesse... a verdade é que ninguém está imune ao vírus, mas para por aí, porque aquelas pessoas com menos condição social, que estão em regiões sem saneamento básico, que têm problema crônico de moradia, estão muito mais vulneráveis à contaminação, e não só à contaminação, mas também ao agravamento da doença e à maior dificuldade de recuperação. Os dados têm mostrado isso aqui no Brasil e no mundo todo. E os sem-teto são aqueles que estão na ponta, porque não há como fazer quarentena se a pessoa não tem casa! Esse é o debate mais básico. Então, o MTST, desde o início da pandemia, sabendo dessa situação, iniciou uma ampla campanha de solidariedade, na verdade uma rede de solidariedade, que está muito bonita. Iniciamos a criação de um fundo solidário, emergencial, para ajudar os sem-teto durante a crise. Foi lançada uma campanha virtual na plataforma Vakinha, que cresceu muito. Hoje já há mais de 800 mil reais arrecadados, que foram transformados em mais de 100 toneladas de alimentos e *kits* de higiene/limpeza, que estão sendo distribuídos em onze estados do Brasil. Mas a campanha também foi ganhando corpo. São duzentos voluntários do MTST, militantes nesses onze estados, que estão fazendo a distribuição em ocupações para a população de rua, em favelas e comunidades. Mas a campanha foi ganhando apoio também de outros setores. Vou dar alguns exemplos. Autores resolveram doar livros; então criamos a cesta cultural, que é a distribuição do livro junto com a cesta básica. Há também as cooperativas de costureiras, que estamos montando com as costureiras do movimento que ficaram desempregadas com a crise. Nessas cooperativas informais, elas produzem as máscaras, que são compradas pelo fundo solidário, permitindo a geração de renda; o fundo, então, distribui as máscaras

junto com as cestas básicas. Criamos outra iniciativa além dessa, que é a do motorista solidário. Abrimos inscrição para aqueles que quisessem ajudar, e centenas de pessoas disponibilizaram o seu tempo e os seus carros para levar as cestas básicas e os materiais aos pontos de distribuição. Então, criamos uma verdadeira rede de solidariedade nas comunidades, nas periferias, nas ocupações, que tem permitido que os sem-teto não fiquem desamparados, porque, no âmbito do poder público, não há praticamente nenhuma iniciativa consistente para defender essa população mais vulnerável durante a crise. O movimento social está fazendo aquilo que o Estado não faz. Mas, é evidente, também estamos cobrando iniciativas do poder público. A principal delas é a defesa do acolhimento da população de rua na rede hoteleira. É o que está acontecendo em várias partes do mundo e já em algumas cidades brasileiras. Entramos com ações no Ministério Público para pressionar as principais prefeituras do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro, as maiores cidades – a fazerem com consistência essa política de acolhimento.

Dulce: Uma crise econômica global enorme se avizinha e, mais uma vez, ela nos atingirá em cheio aqui no Brasil. Como você está vendo essa situação do pós-pandemia? Qual é a sua perspectiva e a perspectiva do movimento diante disso?

Boulos: A pandemia nos coloca em uma encruzilhada. Como em todas as grandes crises, já virou quase clichê dizer que vamos ter um "novo normal", mas, apesar de ser clichê, é verdade, nós não vamos voltar ao mundo de janeiro [de 2020]. Aquele mundo não volta mais. Mas isso não quer dizer que o que vem depois seja necessariamente bom ou ruim. Essa é a disputa, essa é a encruzilhada que está em jogo hoje. Por um lado, há forças autoritárias, a extrema direita, atuando em nível internacional. Aqui no Brasil, isso se dá com o bolsonarismo, que quer se aproveitar da pandemia para

impor retrocessos ainda maiores. Talvez o maior emblema disso hoje seja o Viktor Orbán, da Hungria. O que o Orbán fez? Aproveitou a situação caótica gerada pela pandemia para poder governar por decreto, perseguir opositores, quase ter uma carta branca para uma ditadura. O que o Bolsonaro quer? Ele quer o mesmo aqui no Brasil, e acho que ele viu essa janela de oportunidade. Ele aposta no desespero das pessoas, na dimensão da crise econômica que vamos ter no pós-pandemia, para semear o caos. E historicamente o desespero é combustível de saídas autoritárias. O desespero é combustível para o fascismo! É com isso que o bolsonarismo joga aqui. Ele quer se aproveitar da pandemia para ter a oportunidade de uma saída autoritária. Por outro lado, a pandemia também forçou a sociedade a rever muitas de suas escolhas, ou a pelo menos a colocar em xeque escolhas de quarenta anos de hegemonia neoliberal no planeta. Até dois meses atrás, o investimento público, o Estado, era vilão; o mercado era o senhor dos nossos destinos que regulava a sociedade e levaria todos para a prosperidade. Esse era o discurso hegemônico. Hoje, não há ninguém no mundo que se atreva a dizer isso, a não ser o Paulo Guedes, que é um alucinado. De resto, não se encontra um liberal, um *Financial Times*, que tenha coragem de defender que os mercados sejam a salvação: se essa crise fosse deixada na conta dos mercados, o que estaríamos vendo – como estamos vendo, aliás, em várias partes – era a especulação de respiradores. É isso o que o mercado gera. A necessidade de o poder público intervir com programas de salvação, com regulação da atuação na saúde pública, o papel do Estado, enfim, voltou à cena. Isso talvez ocorra em particular no âmbito do sistema de saúde. Defendíamos o SUS esses anos todos e éramos tratados quase como dinossauros; o SUS era uma coisa *démodé*, fadada ao fim. Era esse o clima que se produzia na sociedade. De repente, com a pandemia, até o Mandetta, que era um lobista de plano de saúde, saía com o jalequinho do SUS todo dia. Então, virou quase um consenso

internacional a necessidade de haver sistemas públicos. A própria solidariedade entra nesse contexto. Eu me referi há pouco ao MTST, mas não foi só o fundo do MTST, estamos vendo uma onda solidária no mundo. A solidariedade se dissipa em milhares de iniciativas, muito bonitas, e que talvez criem a oportunidade para repensarmos não só os gestos individuais. A solidariedade tem que ser pensada para além de um exemplo, de um gesto, mas como um princípio organizador da sociedade. Que tipo de sociedade queremos? Aquela do cada um por si, das pessoas que devem se virar e ficar à própria sorte, ou aquela baseada na solidariedade, nos princípios coletivos? A pandemia mostrou visivelmente a superioridade desse segundo modelo da solidariedade como valor organizador da sociedade. Então, abre-se com isso também uma janela, em que passamos a repensar o modelo de desenvolvimento, os valores que orientam a nossa sociedade. Abre-se a oportunidade – e temos usado muito essa ideia – de uma revolução solidária. Agora, está em disputa. Temos uma grande disputa para o pós-pandemia, para esse futuro pós-coronavírus: podemos ter uma saída hegemonizada pela extrema direita, ultraliberal, que vai tentar depois fazer um movimento – que o Paulo Guedes já ensaia – do tipo "agora nós vamos pagar a conta", e destroçar tudo, implementar uma doutrina com choque; ou então podemos ter a oportunidade de esses elementos que surgiram durante a pandemia ficarem como um legado e orientarem um amplo movimento social e político para a construção de uma nova sociedade.

Dulce: Eu passo a palavra agora para o Josué.

Josué: Obrigado, Dulce! Salve, Guilherme! Espero que você esteja bem, dentro do possível. Vou fazer uma ponte com o que você falou sobre as chances que estão abertas para nós e perguntar como você vê a pauta da reforma urbana dentro desse novo contexto que se

abre. Vocês são um movimento que botou no centro do debate o déficit habitacional brutal com que a nossa sociedade sempre conviveu e conseguiram ser um dos movimentos que mais mobilizam no período recente com essa pauta. A reforma urbana que se articula com esse déficit pode agora ganhar uma nova chance também?

Boulos: Salve, Josué! Satisfação voltar a falar com você! Acho que esse tema ganhou uma atualização. Claro, o tema da reforma urbana, da moradia, sempre foi um dos principais problemas sociais brasileiros, mas acho que a pandemia o colocou novamente na ordem do dia, porque a orientação de saúde pública é que fiquemos no confinamento, em quarentena. Isso coloca a casa como um lugar social fundamental e, consequentemente, as situações precárias de moradia não mais como um problema individual, mas como um problema social no meio de uma pandemia. Por exemplo, a questão do isolamento: temos um milhão de famílias brasileiras que moram em um único quarto, em um único cômodo; são habitações superlotadas, com três, quatro pessoas num mesmo cômodo. Que confinamento será feito? Como pedir que essas quatro pessoas fiquem nesse cômodo o dia inteiro, 24 horas, durante os meses da pandemia? Isso é impensável! É possível fazer quarentena com condições de habitação dignas, mas, com habitação superlotada num barraco de favela, a quarentena se torna inviável. Isso coloca urgência no tema da moradia, mas não só. Você falou em reforma urbana. Pensemos no saneamento básico: "Higienize as mãos, lave as mãos toda hora". Temos milhares de comunidades neste país aonde não chega água, ou aonde ela chega de maneira intermitente. Como fazer os procedimentos de higiene básica para combater o vírus, para se prevenir em relação ao vírus? Então, o tema voltou à tona, e temos trabalhado para que ele fique em evidência, até como forma de denúncia, como forma de motivar proposta de política pública. [Trabalhamos] não só para que ele estimule medidas

emergenciais, mas para que possamos colocá-lo na pauta nacional em tempos tão difíceis, de retrocesso, de fascismo no Brasil, para que pautemos a questão da reforma urbana e do direito à cidade. O que isso quer dizer exatamente? Que precisamos entender o nível de desigualdade criminosa das cidades brasileiras. Em um quilômetro de distância dentro de uma mesma cidade brasileira, temos o IDH da Suécia e o IDH do Zimbábue! A desigualdade urbana, aliás, está sendo novamente evidenciada na pandemia. Os dados de São Paulo referentes ao número de mortes na comparação entre bairros da periferia e bairros do centro e entre negros e brancos são gritantes. A mortalidade de negros em São Paulo pelo coronavírus é 63% maior! Há um quadro de comparação que ficou muito conhecido, entre o bairro do Morumbi e o da Brasilândia. Brasilândia é um bairro pobre da periferia da Zona Norte de São Paulo; Morumbi é um dos bairros mais luxuosos da cidade. Como o coronavírus começou no Brasil como uma doença de gente que tem mais dinheiro, porque teria importado o vírus em viagens ao exterior, o Morumbi teve uma explosão de casos. Entre os mais de duzentos casos de coronavírus no Morumbi, nove pessoas morreram. Na Brasilândia houve, mais ou menos, cem casos registrados – óbvio que com uma subnotificação extrema. Houve ali, portanto, metade dos casos registrados no Morumbi, porém sessenta pessoas morreram. Isso mostra o abismo que temos dentro das nossas cidades. Então, é preciso pensar uma política de combate à segregação, uma política que coloque os mais pobres para morar nas regiões centrais, com a desapropriação de imóveis abandonados. Isso toca no problema da mobilidade também, pois assim as pessoas poderiam morar perto do trabalho, poderiam morar onde há mais ofertas de serviços públicos e de emprego na cidade. Isso implica repensar a periferia e colocar como prioridade o saneamento básico e alternativas de urbanização dessas áreas. O debate da reforma urbana talvez nunca tenha estado tão em voga, o que é muito curioso se pensarmos

em outras epidemias que tivemos na história do Brasil. Tivemos grandes epidemias de varíola, de febre amarela... Sobretudo as epidemias de febre amarela, durante o século XIX até início do XX. foram utilizadas no passado para segregação, para higienização. Então, em nome da higiene pública, criaram-se as polícias sanitárias na época, instituiu-se a segregação urbana e demoliram-se os cortiços – porque diziam que eles eram anti-higiênicos –, com a expulsão dos mais pobres do centro. Pereira Passos e Barata Ribeiro, no Rio, depois Faria Lima, em São Paulo, fizeram o mesmo projeto higienista de cidade, expulsando os pobres para os morros ou para as periferias. A epidemia também foi pretexto para isso. Que esta pandemia ofereça a oportunidade para invertermos essa lógica.

Josué: Acompanhando o MTST, vemos que vocês têm uma política de formação e de comunicação muito forte com a própria militância. Acabaram de criar a Rádio Sem Teto. Gostaria que você falasse um pouco sobre como nós, da universidade, também podemos derrubar um pouco os muros da academia e da ciência. Nesse momento em que a ciência está fortalecida, como fazer uma aliança mais estratégica entre os saberes acadêmicos e os saberes populares?

Boulos: Esse é um tema central, a relação do movimento social com a universidade. Digamos que, hoje no Brasil, haja dois polos de resistência: ser professor, defender a universidade pública, virou um gesto de resistência no Brasil, e atuar nos movimentos sociais historicamente também foi um dos passos dessa resistência. Há várias formas de fortalecermos essa relação, essa interface do movimento com a universidade. No MTST, tivemos e estamos tendo algumas experiências muito interessantes. Construímos, por exemplo, com professores da USP e da Unifesp, cursos de extensão durante o ano de 2019. Este ano [2020], por razões óbvias, isso não está sendo possível, mas em 2019 fizemos cursos de extensão para

levar os sem-teto para dentro das universidades. Foram centenas de sem-teto formados em cursos de extensão na USP e na Unifesp, aqui em São Paulo, numa parceira do movimento com vários cursos oferecidos por professores de diferentes áreas. Foi uma iniciativa muito legal, muito bonita, que conseguimos fazer. Há também uma coisa geográfica aí, da apropriação do espaço físico da universidade pelos sem-teto, pelos mais pobres. Adentrar a sala de aula da USP e fazer o curso... Há um elemento simbólico de protagonismo, de apropriação, que é muito importante além do curso em si. Iniciamos também um cursinho popular, Tereza de Benguela, pela Unesp, com vários professores voluntários. Muitos deles são estudantes da universidade, recém-formados ou professores universitários. E tivemos outras iniciativas que giram em torno da política das brigadas: abrimos a chamada uma ou duas vezes ao ano e convidamos aquelas pessoas, em geral estudantes ou professores universitários, para contribuírem com o movimento a partir da sua área de saber. Por exemplo, criamos uma brigada jurídica, e nela várias pessoas da área do direito – advogados, voluntários, estudantes de direito, estagiários – têm ajudado. Agora, na pandemia, a tarefa da brigada jurídica tem sido direcionada, sobretudo, ao SOS Despejo, que é um número do WhatsApp que criamos e disponibilizamos amplamente ao público para ajudar as pessoas que estão ameaçadas de despejo na pandemia. Com ele, oferecemos assessoria jurídica gratuita para essas pessoas, seja no caso de despejos individuais, seja no de despejos coletivos. Há estudantes e professores de arquitetura e urbanismo que estão ajudando a fazer os projetos habitacionais do movimento. Tivemos iniciativas no Distrito Federal e em Uberlândia (Minas Gerais) de construção de casas por bioconstrução por permacultura, também com especialistas das universidades dessas regiões. O trabalho de comunicação que você mencionou da Rádio Sem Teto, a construção das redes do movimento, tudo isso tem representado uma interlocução muito intensa do MTST

com a universidade, com os saberes universitários de professores e estudantes. E esperamos poder estender isso, ainda mais agora, na pandemia, de maneira virtual. Passando a pandemia, de maneira presencial.

Josué: Ótimo! Obrigado, Guilherme!

Boulos: Valeu mesmo, meu caro! Gostei muito do bate-papo!

Nilza Valéria

Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Nilza Valéria nasceu na cidade do Rio de Janeiro e é formada em jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Nascida em uma família batista, Valéria hoje é uma das coordenadoras nacionais da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, que tem como objetivo o combate ao abuso policial, ao preconceito racial e à violência doméstica sob o viés progressista. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 27 de maio de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Regina Novaes (PPGEdu/Unirio), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindo à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber a jornalista Nilza Valéria, coordenadora nacional da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. Para entrevistá-la, convidamos Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e a antropóloga Regina Novaes, professora da Unirio.

Dulce: Boa tarde, Valéria! É um prazer enorme estar com você aqui, na Rádio da Cidadania! Gostaria de começar nossa entrevista perguntando como e por que surgiu a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito.

Valéria: Oi, professora Dulce! Eu agradeço muito por esse espaço! A Frente de Evangélicos surgiu em 2016 quando começaram todas as articulações para a derrubada da presidente Dilma. O então presidente da Câmara, apoiado pela bancada evangélica, fez ali, naquele momento, com que muitas pessoas entendessem que a fé evangélica ou que os evangélicos estavam comprometidos com o processo de *impeachment*. Então nós, um grupo de evangélicos,

decidimos reagir a isso e nos manifestamos. Essa manifestação é o processo inicial da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito.

Dulce: No Estado laico, como fica essa relação entre movimento político e religião? Como vocês equacionam essa questão? Vocês são questionados sobre isso?

Valéria: Sim, muita gente fala sobre a questão da laicidade do Estado, e conversamos muito sobre isso. Um Estado laico não é jamais um Estado que impede as manifestações religiosas, mas sim um Estado que protege todas as religiões. Então, lutamos por um Estado laico em que cada um possa manifestar a sua fé, sem querer de forma alguma que ela seja imposta aos outros.

Dulce: É impossível não falar sobre essa grave crise que a humanidade está vivendo, a crise do coronavírus. No Brasil, particularmente, como você sabe, essa crise se torna ainda mais dramática, porque ela é múltipla. Como a crise está tendo ressonância no mundo dos evangélicos e como vocês estão se preparando para enfrentar essa situação?

Valéria: Essa é uma pergunta bem difícil, porque de novo vimos os evangélicos no meio dessa crise toda, como vimos os evangélicos no meio do processo de *impeachment* e no meio do processo eleitoral de 2018. Temos percebido que, por ser esse um segmento que cresce e que tem alcançado a base da nossa sociedade, o termo "evangélico", esse segmento, passou a estar no meio da disputa. E, obviamente, estar no meio da disputa é estar no meio da crise. Então, esse governo é lastimável pelo que tem feito no meio de uma crise dessa proporção. Não percebemos liderança, não percebemos seriedade no desenho das políticas de proteção social. Ao mesmo tempo, isso tudo se mistura com o discurso religioso, que,

em alguns momentos, é como se fosse o grande avaliador desse governo. Vamos percebendo o uso do discurso religioso como uma tentativa muito clara de se chegar nesse público que foi se tornando evangélico nos últimos tempos. Nós, da Frente de Evangélicos, que é um movimento que surge a partir de uma demanda política e que se define como um movimento político, temos tentado chamar a atenção dos nossos irmãos para a gravidade do uso desse discurso de forma inapropriada. Temos alertado que é um princípio da nossa fé a valorização da vida, temos chamado muito a atenção para isso, para o respeito ao outro. E o que temos visto são muitos líderes e muitas igrejas lamentavelmente comprando esse discurso da banalização da vida (que uma pessoa morre porque tinha que morrer), quando sabemos que essas mortes seriam evitáveis com políticas e com respostas sérias e adequadas. Estamos no meio de toda essa confusão, tentando encontrar caminhos para dialogar com os nossos irmãos. Muitos, claro, não são assim. É importante fazer essa distinção, de que existem esses líderes e essas igrejas que muito pouco têm a ver com quem está na base, com quem é membro da igreja. Houve muita demanda por abertura dos templos, dos cultos públicos e religiosos. Nesse processo, tivemos que manter nossa voz firme e explicar por que era necessário que as nossas igrejas permanecessem fechadas e o quanto isso significava em termos de proteção, e não de violação do nosso direito de culto.

Dulce: Vocês ainda enfrentam essa questão interna?

Valéria: Sim, a questão interna é bastante pesada para nós, mas é o que nos motiva, porque só faz sentido sermos um movimento que fala da defesa da democracia, da defesa dos direitos, que propõe uma discussão sobre justiça, se conseguirmos falar para os nossos. Esse tem sido um desafio que se impõe para nós desde 2014,

em oposição a essas figuras midiáticas que estão estabelecidas na política institucional e que dizem falar em nome dos evangélicos.

Dulce: Obrigada, Valéria! Vou passar a palavra agora para a Regina Novaes.

Regina: Boa tarde, Valéria! Boa tarde, colegas da Universidade da Cidadania! É um grande prazer estar aqui! Essa é uma oportunidade muito boa de fazermos as pessoas entenderem a questão dos evangélicos, que é tão complexa e tão pouco compreendida ainda. Gostaria, primeiro, de pensar um pouco sobre esse crescimento enorme que as igrejas evangélicas tiveram nas áreas periféricas da sociedade, principalmente nas últimas décadas. O Brasil, que era um país católico, passou por um crescimento evangélico exponencial, principalmente entre os pobres. Você, Valéria, conhece muito bem esse lugar que as igrejas evangélicas têm nas periferias. Você pode falar um pouco sobre a atuação dessas igrejas como suportes para a vida nesses territórios, sobre o papel que elas estão tendo muitas vezes de socorro nesses espaços?

Valéria: Oi, Regina! É muito bom estar com você! O protestantismo começou a crescer muito no país no final dos anos 1980, tanto que temos hoje em torno de 30%, ou um pouco mais de 30%, da população brasileira que se autodeclara evangélica. Vou voltar aos anos 1970 para tentar chegar a 2020. Sou um exemplo de pessoa que nunca foi católica. Sou de uma família evangélica, nasci numa igreja batista. Minha mãe também. Ela nunca foi batizada numa igreja católica, diferente da minha avó, que nasceu numa família católica, e, em algum momento da vida, sua família rompeu com a fé católica e se tornou protestante. Meu avô, por sua vez, que era um negro neto de escravos, analfabeto, tinha muita sede de querer aprender a ler. Então, ele aprendeu a ler a Bíblia sozinho e foi para a

igreja. E assim se deu o encontro da minha avó com o meu avô. Eu venho a nascer nos anos 1970, num contexto em que os católicos eram a maioria absoluta. Na escola, eu era a minoria, um peixe fora d'água. Então, vêm os anos 1980, o início dos anos 1990, e esse quadro começa a mudar: começo a encontrar colegas, as mesmas crianças que não eram evangélicas, dizendo que estavam frequentando a igreja. Começo a reencontrar essas pessoas nesses espaços de fé. Elas justificavam que ali havia uma dimensão espiritual. Não vou entrar nesse tema aqui, nesse sentimento que nos move, mas era inegável também a dimensão do pertencimento. Eu me casei com um pastor, o Marcos Davi. Ele pastoreou em uma série de lugares, sempre propondo a temática da questão racial. Eu me lembro de que um dia fizemos uma reunião de amigos na minha casa, todos crentes, todos amigos da igreja, e no final uma amiga de infância brincou, dizendo: "Ninguém vai embora agora, porque, como em todo culto, a gente também vai ter um bolinho. Isso aqui vai terminar com um bolinho e um suquinho". Ela fala "bolinho e suquinho" brincando com uma expressão que ouvia o tempo todo nas reuniões da igreja, em que todas as celebrações públicas terminavam de fato com um bolinho, aquela coisa muito singela da comunhão, da troca, do espaço. Acho que aquela foi a primeira vez que consegui dimensionar essa noção do pertencimento, esse lugar onde sempre há a festa, onde sempre há o outro, onde a pessoa vai suprir uma dificuldade que não consegue resolver. Meu marido, nessa época, pastoreava em Campos Elíseos, uma região bastante vulnerável, sobretudo por estar ao lado da refinaria Reduc e por estar há 23 anos abandonada pelo poder público, com ruas sem asfaltamento, sem saneamento, sem absolutamente nada. E eram as pessoas dali que socorriam umas às outras quando precisavam, por exemplo, de alguém para ficar com uma criança quando havia um aniversário, ou quando se promoviam almoços coletivos em que um almoçava na casa do outro... Isso garantia, então, acesso a uma rede social. Era uma rede

social que a igreja, para além da dimensão do transcendente, do espiritual, trazia. Nessas relações, você sabe que o outro vai lhe dar a mão, vai ser o seu socorro quando você precisar. Isso para mim explica um pouco dessa transição de uma igreja muito litúrgica, com os seus ritos muito postos, para um lugar em que a pessoa que esteja ali dentro dessa comunidade evangélica, periférica, tenha voz. Meu marido costuma contar uma história que vivemos: havia, na estrutura da igreja, uma pessoa que era muito determinante para se pensar estrategicamente a administração da entidade. Era um operário, um trabalhador, que um dia conseguiu fazer com que seu chefe fosse a uma celebração pública da igreja. Meu marido se recorda com muita nitidez de quando ele lhe apresentou o chefe, a alegria, o orgulho dele ao dizer que aquele homem era seu chefe, mas que naquele espaço ali eles eram iguais, que inclusive ele era ali mais importante do que o chefe. Acho que essa é a questão que explica o crescimento e a aceitação dessa igreja, como temos visto, entre os mais pobres. Porém, essa não é uma fé única e exclusiva dos mais pobres. Os evangélicos crescem em todos os segmentos, e vamos percebendo essa multiplicidade: se, antes, nos anos 1970 e 1980, tínhamos as igrejas de missão, tínhamos dentro do campo pentecostal a Assembleia de Deus, vamos percebendo agora a multiplicidade dessas igrejas. Há também o rompimento dos membros com algumas estruturas postas, e vemos surgir esse fenômeno das igrejas independentes, que são hoje, curiosamente, a maior parte das igrejas evangélicas brasileiras. A maior parte desses evangélicos não está nas igrejas hierárquicas, estruturais; eles estão dentro das chamadas "igrejas independentes".

Regina: Você fez uma descrição muito boa desse cotidiano que nós não conhecemos. No geral, o que se pensa é que esses "coronéis da fé" – usando um termo do pastor Ariovaldo Ramos – falam pelos evangélicos no mundo da política. Você mostrou como esse mundo

é fragmentado, como ele é diferenciado, como existem igrejas independentes. Então, tenho duas perguntas para você. A primeira: depois de todo esse movimento, de toda essa diversidade que você coloca, por que na política brasileira, na esfera pública, temos hoje esses coronéis da fé que querem falar por todos os evangélicos? A segunda: na atual conjuntura política, incluindo a pandemia que estamos vivendo, como vocês estão vendo a necessidade de se articular, dentro do mundo evangélico, com os movimentos sociais e, também, nos interessa saber, com a universidade?

Valéria: São perguntas bem desafiantes. Esses representantes, esses coronéis da fé, representam a si mesmos, representam seus próprios interesses. O senador eleito pelo Rio de Janeiro [Arolde de Oliveira, eleito senador em 2018] é dono de uma emissora de rádio. Então, voltamos a trazer para esse debate a questão da linguagem e da importância que tem a fé para as pessoas que a seguem. Essa questão da autoridade pastoral foi trabalhada, eu acho, desde que os evangélicos chegaram ao Brasil. Nos últimos tempos é que desconstruímos um pouco isso, dizendo que a figura desse pastor é muito mais a de alguém que cuida do que a de alguém que impõe. Temos tentado ressignificar e reexplicar o que é pastoreio, porque esses equívocos permitiram o estabelecimento desses coronéis, desses tiranos, que perceberam que a comunidade os ouvia. Isso é sempre um problema, imaginar a forma como a fé evangélica se organiza. Durante toda a minha infância até hoje, há a chamada História Bíblica Dominical, que são crentes reunidos no domingo de manhã para ler e estudar a bíblia. E é aí que percebemos a força disso. Que outro movimento consegue reunir tantas pessoas no mesmo dia, basicamente no mesmo horário, com foco direcionado? Aquelas pessoas perceberam a força que tinham e foram se estabelecendo politicamente, foram estabelecendo os seus negócios. Com os templos fechados, vimos a pressão exercida por essas

grandes igrejas para mantê-los abertos, porque um templo grande aberto significa também manter um negócio grande aberto. Insistimos em falar com nossos irmãos sobre o problema que temos com essas lideranças. Percebemos que a bancada fala muito mais com esse segmento do que propriamente o representa. Fizemos até um levantamento numérico: segundo a última informação que tive, a bancada evangélica tinha em torno de cem deputados. Isso é um quinto do Congresso, que tem quinhentos e poucos deputados. Se somos mais de 30% da população, isso prova que, apesar de tudo, evangélico não vota só em evangélico. Há uma turma grande de evangélicos comprometidos com outros valores que não os dessas pessoas. Não gosto de criminalizar só o meu próprio povo, não gosto de colocá-lo como responsável por tudo isso que está acontecendo. Essa onda fundamentalista atravessa todas as religiões. Acho que esse é um fenômeno mais amplo que também requer atenção junto com o crescimento dos evangélicos no Brasil. Esse movimento ocorre em diversas religiões, mas nós nos destacamos, claro, pelo crescimento, pelo número de brasileiros que se dizem evangélicos e por quanto a nossa linguagem foi assimilada de alguma forma pela sociedade. Outro dia, conversando com uma pessoa que não era evangélica, percebi que ela, o tempo todo, se reportava a mim – e não só a mim, mas a outras pessoas – como "abençoada", "amada". Talvez essa linguagem carregue muito significado para o nosso povo. Então, eu penso que essas lideranças representam a si próprias e que não temos evangélicos só votando em evangélicos, é bom que se diga isso. O que fazer agora? A Frente sempre foi um movimento que abriu muitas portas. Quando nos definimos como um movimento político em 2014, apanhamos muito. Abrir esse caminho não foi fácil, foi muito doloroso. E o que percebemos, de 2014 para cá, é que conseguimos abrir espaço para que outras expressões de resistência dentro do movimento evangélico surgissem. Também conseguimos nos impor como uma

presença evangélica em articulações, em grupos, em movimentos progressistas, em movimentos inclusive da universidade. Fomos compor dentro das frentes, discutir com as frentes que representavam os campos populares. Fomos compor com o movimento sindical, dizendo: "Olha, um monte de gente que está na fábrica se diz evangélica. Vamos tentar ajustar essa linguagem para efetivamente conseguir falar com essas pessoas fora do espaço de fé". Porque a pessoa não é só evangélica: ela trabalha, tem uma profissão, tem o time de que gosta. Ninguém é só evangélico! Ser evangélico é só mais um aspecto das minhas escolhas. Mas percebemos também que nos últimos tempos, sobretudo agora na pandemia, o preconceito contra o campo evangélico – talvez porque o Bolsonaro use essa linguagem evangélica – fez com que retrocedêssemos. O tempo todo temos que explicar que nós, evangélicos, não somos um campo único, que sequer temos uma liderança única, ao contrário, por exemplo, da Igreja Católica ou da Igreja Ortodoxa, em que há um clero que responde pela Igreja. No nosso campo, há uma multiplicidade de vozes. Uma avaliação da coordenação nacional da Frente concluiu que devemos voltar a conversar com os movimentos que integramos e dizer: "Estamos do mesmo lado". Sobre o mundo universitário, ele é importantíssimo, porque é a academia que está fazendo essa análise do que estamos vivendo juntos, ela é um ator extremamente importante para essa análise. Nós queremos somar, queremos dizer: "Entenda por que esses alunos agora estão na universidade". São os filhos daqueles evangélicos que se converteram nos anos 1990 e assumiram essa fé que garantem essa explosão no número de evangélicos chegando à universidade agora. Então, quem é esse menino que às vezes desafia seus próprios professores em sala de aula a partir do que crê, e não a partir da ciência? Vimos o problemão que surgia e reagimos a isso. Um grupo de movimentos evangélicos e de entidades está com um manifesto em circulação, falando que a ciência não é inimiga

da fé; ao contrário, que a fé e a ciência andam juntas e que cada uma cumpre seu papel para que possamos ter um mundo melhor.

Regina: Agradeço muito sua presença aqui.

Valéria: Muito obrigada, Regina, Dulce, Paulo e Universidade da Cidadania! Agradecemos muito essa parceria para que de fato tenhamos um mundo melhor no pós-pandemia.

Carmen Foro

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Carmen Foro nasceu na cidade de Moju, nordeste do Pará, em 1966. Aos 15 anos, mudou-se com sua família para Igarapé-Miri, onde militou nas Comunidades Eclesiais de Base e no Sindicato de Trabalhadores Rurais. Em 2006, assumiu a vice-presidência da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 3 de junho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Temos a honra de receber Carmen Foro, secretária-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a mais importante central sindical brasileira. Carmen Foro será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e pelo sociólogo José Ricardo Ramalho, professor da UFRJ.

Dulce: Boa tarde, Carmen! Muito obrigada pela sua participação aqui na Rádio Cidadania! Gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória lá no Pará, uma região de muitos conflitos sociais, onde você iniciou sua militância sindical. Você era da direção do sindicato, depois entrou na federação. Como foi essa experiência para você? Conta um pouco para os nossos ouvintes da sua trajetória.

Carmen: Eu nasci à beira de um rio. Na verdade, nasci num igarapé! Hoje passa uma estrada por cima desse igarapé quase assoreado, chamado Igarapé Guajaraúna, no município de Moju, no estado do Pará. Quando eu ainda era criança, meus pais se mudaram para um outro rio vizinho, chamado rio Moju, no município de Moju. Então,

lá eu me criei à beira do rio. Para ir à escola, a primeira coisa que tive que aprender foi nadar, essa era a pré-condição para poder ir à escola. Sem nadar, não dava para ir à escola. Foi daí que eu vim. Me criei à margem do rio Moju e depois, como não tinha mais como estudar lá, pois a escola só ia até a quarta série, meu pai e minha mãe me deram – era assim que falávamos lá no interior – para ir aprender um pouco mais na cidade, para morar numa casa de família. Era [a casa de] um professor de uma universidade em Belém. Eu era a primeira a acordar e a última a dormir. Uma menina de 13, 14 anos! Fazia tudo na casa. Nunca esqueço que, nos dias de sábado, eu tinha que encerar toda a casa de joelhos para poder ter a possibilidade de estudar para viver. Então, tive que terminar o ensino médio indo e vindo: ia no período de férias para a roça e voltava no período da escola. Depois que terminei o ensino médio, já voltei para lá, para o município vizinho. Na verdade, Moju e Igarapé-Miri se comunicam por um furo. Na nossa infância, trazíamos a produção do papai pelo furo para vender na outra cidade, que é onde me reconheço hoje como cidadã, o município de Igarapé-Miri, no estado do Pará. Então, nesses caminhos, era [frequentar] a igreja católica, estudar e procurar um jeito de viver, com um pé na roça e outro tentando estudar. Depois, fui para a direção do sindicato. Meu pai era sindicalizado e por isso eu tinha uma carteirinha amarela que me dava a condição de dependente dele. Então, comecei a luta pelo sindicato dos trabalhadores rurais no município que adotei, Igarapé-Miri. Fiquei um tempo sem terra, mas hoje tenho uma terra pequena nesse município. Minha trajetória política vem daí. Em Igarapé-Miri, sou filiada até hoje ao sindicato, porque há a minha terra lá. Depois fui para a minha região, e lá nós fizemos lutas muito importantes, como, por exemplo, todo o processo de busca de energia da barragem de Tucuruí para os municípios ao redor, que são Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião. Anos antes da barragem, fizemos uma luta em 1996. Eu tinha chegado na federação

para garantir energia para aqueles municípios. Vivemos muito tempo com o desenvolvimento passando por cima da nossa cabeça, mas sem ter energia na região. Isso era muito difícil para nós. Na federação, acompanhei todo o processo das lutas do campo, dos gritos do campo, depois dos gritos da Amazônia lá no estado. Fui dirigente da Fetagri-PA, assumindo a Secretaria das Mulheres na federação recém-criada em 1999. Depois conseguimos fazer um bom trabalho e trouxemos a Brasília, na Marcha das Margaridas, 35 homens; no trabalho de mobilização, viemos todas. Nesse processo, fui me consolidando também no espaço mais nacional, na Contag e, ao mesmo tempo, na CUT. Fiquei na Contag de 2005 a 2013. Nesses dois mandatos, coordenei as duas maiores marchas que a Contag já teve, em 2007 e 2011. Na CUT, passei pela Secretaria de Meio Ambiente e pela vice-presidência; isso ao mesmo tempo que estava na Secretaria de Mulheres da Contag. Com a última eleição que tivemos agora, em outubro de 2019, estou na secretaria-geral da CUT. É a primeira vez em 36 anos da CUT que uma mulher assume a secretaria-geral.

Dulce: Você poderia falar um pouco sobre como surgiu a ideia da Marcha das Margaridas? Ela é uma das mais fortes manifestações e reúne um grupo enorme de mulheres.

Carmen: No final da década de 1990, este país vivia um momento extremamente difícil, inclusive de muita fome na área rural. Inspiradas pela Marcha do Quebec, que as mulheres fizeram ainda na década de 1990 e que se transformou na Marcha Mundial das Mulheres, nós também no Brasil resolvemos começar a pensar em algo que pudesse questionar o modelo de desenvolvimento do país, questionar a realidade de fome que estávamos vivendo na área rural brasileira. Assim surgiu, muito inspirada nessa mobilização internacional, a Marcha das Margaridas. Começamos a organizá-la

em 1999 e tivemos a primeira marcha em 2000, que foi significativa, mas pequena. Toda a pauta gira em torno do desenvolvimento rural. A Marcha das Margaridas começa em 2000, inspirada nessa luta internacional, e se estende até agora. Fizemos a mobilização em 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019. Já realizamos seis marchas em nível nacional, em governos diferentes, em momentos diferentes da história do Brasil.

Dulce: Vocês foram acumulando...

Carmen: Fomos acumulando, crescendo, qualificando a pauta, dialogando com o Estado. Plantamos, no seio do Estado brasileiro, uma agenda, que teve um certo significado no período do governo Lula. Nesse período, tivemos conquistas muito significativas, como a obrigatoriedade de as terras no Brasil terem o nome dos homens e das mulheres, porque para nós isso é muito importante para garantir crédito, direito à aposentadoria, para sermos reconhecidas como trabalhadoras.

Dulce: Estamos vivendo, como você sabe, um momento dramático da história do Brasil: temos 50 milhões de pessoas desempregadas ou com subemprego. E a perspectiva diante da crise do Covid-19 é terrível! Certamente a pobreza vai aumentar muito; a fome, o desemprego vão ser ainda maiores. Como vocês, lideranças da CUT, estão se situando com relação a isso e quais são as perspectivas para enfrentar essa situação num futuro não muito longínquo?

Carmen: Este é um dos momentos mais duros da nossa história, sem dúvida nenhuma, porque tudo acontece de forma muito rápida. Saímos de um Congresso, em outubro do ano passado [2019], que decidiu por ampliar a nossa representação para além dos trabalhadores empregados, que nos permitiu abrir a CUT para

incluirmos associações de trabalhadores e organizarmos categorias que estavam sendo formadas – algumas desaparecendo e outras surgindo com as mudanças tecnológicas. Então, saímos do Congresso animados, organizados para poder avançar. Mas tudo isso aconteceu de forma muito rápida, nos obrigando necessariamente a agilizar os passos na CUT. Nesse último período, nossa vida tem sido fazer a defesa que entendemos ser mais prioritária neste momento, que é a defesa da vida dos mais vulneráveis, daqueles que estão perdendo os empregos e que são muitos. A tendência é que teremos um quadro agravado da situação do desemprego, do aumento da informalidade e da perda de renda daqueles que preservarão algum nível de emprego, e isso tem nos preocupado bastante. Nossa tarefa agora tem sido analisar, refletir, para dar passos no próximo período. Nossa leitura, neste momento, é a de que teremos um exército de trabalhadores informais; hoje já temos dados do Dieese que apontam para cerca de 49% de informalidade. Os dados da OIT sobre o aumento do desemprego são terríveis: os desempregados chegam a 300 milhões! São dados que ainda estão sendo consolidados. Estamos preocupadíssimos com a situação do Brasil, porque temos três crises: uma crise sanitária; uma crise econômica decorrente, mas não exclusivamente, da sanitária, decorrente também de um processo de baixo crescimento econômico e de aumento do desemprego no nosso país; e uma crise política, que não está descolada do que estamos vivendo na atualidade, uma crise inclusive induzida pelo próprio presidente da República, que é contrário ao isolamento social e aposta num caos social em nosso país. Nossa previsão é a de que no pós-pandemia teremos um quadro muito agravado no Brasil. Assim, teremos que construir caminhos na perspectiva social-trabalhista, porque, mesmo com a pandemia, muitos desejos do governo federal e suas medidas provisórias que precarizam ainda mais o trabalho estão em curso no Congresso Nacional.

Dulce: Muito obrigada, Carmen! Vou passar a palavra agora para José Ricardo Ramalho, professor da UFRJ.

José Ricardo: Olá, Carmen! Satisfação enorme em ouvi-la falar para a universidade, para os nossos alunos, sobre os movimentos sociais ligados à cidadania. Como a CUT está vendo neste momento a questão dos trabalhadores do campo e das florestas, das populações indígenas, enfim, o desmatamento, a questão ecológica, que são temas superimportantes?

Carmen: É muito importante informar a vocês que a CUT tem uma base grande de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Há mais de 1.500 sindicatos filiados a ela de norte a sul do Brasil. É óbvio que nunca tivemos uma presença nos principais lugares da CUT, mas isso não significa que somos pequenos no interior da instituição. Aliás, acho que somos uma das maiores forças que a CUT tem em tamanho hoje. Com isso, ela sempre esteve muito ligada ao campo. Aliás, preocupados com essa situação que vive o campo, acabamos de lançar há poucos dias uma plataforma junto com os movimentos rurais. A preocupação é com a produção de alimentos, com o abastecimento das cidades. Você sabe que no Brasil temos uma concentração de terra gigante: em torno de 75% das terras estão concentradas nas mãos de poucos, e um pouco de terra está dividido nas mãos de muitos. Então, a CUT tem essa preocupação de fundo, e neste momento estamos muito preocupados com a segurança e a soberania alimentar do país. A escolha do Brasil, do Congresso Nacional e desse governo é por não se preocupar com isso. Tivemos a oportunidade, num período histórico muito curto, numa janelinha, de um investimento significativo na agricultura familiar, que tem o potencial extraordinário de produção de alimentos para a população brasileira. Em média, 70% do que se come é produzido no próprio Brasil, fica aqui, e isso se deve principalmente à

agricultura familiar. O que o grande agronegócio produz vai, na sua maioria, para a exportação, muito pouco fica aqui. Então, [a agricultura familiar] é um setor estratégico, importante, não só porque produz comida, mas pela cultura, pela preservação ambiental, por uma série de questões. Nós produzimos, no último período, uma plataforma que mostra a importância de termos investimentos hoje no programa de aquisição de alimentos. No último período, perdemos muitos recursos na área do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Encontramos muita dificuldade neste momento, por conta da logística, para entregar os alimentos aos alunos, para distribuí-los às famílias. Entendemos que é preciso fazer uma luta para revogar a EC 95,[1] porque ela não tira recursos apenas da saúde e da educação, ela tira recursos do saneamento básico também. É preciso, inclusive, ter hoje sensibilidade, entender que esse setor precisa ter juros zero para produzir comida e garantir a nossa vida nesta pandemia. Mas infelizmente os juros, mesmo para a agricultura familiar em plano emergencial, ainda são altos; inclusive, alguns estão acima da Selic, chegando a 4,6%. Então, esse setor é estratégico e importante para atravessarmos essa tempestade que é a pandemia. A CUT está muito preocupada com tudo isso. Está na nossa agenda como prioridade o debate sobre a segurança alimentar, a soberania alimentar, o nosso apoio às populações indígenas. Temos alianças permanentes em fóruns diversos com quilombolas e com outros movimentos do campo. A CUT historicamente fez isso, e hoje não nos vemos fazendo nada sozinhos. Temos uma pauta muito associada à negociação do direito do trabalhador, que acaba sendo uma tarefa histórica e muito nossa. Mas hoje ampliamos muito nosso diálogo permanente com o conjunto de movimentos sociais, por meio das frentes que foram criadas, principalmente, de

1 A Emenda Constitucional nº 95 institui um novo regime fiscal no país e limita o teto de gastos públicos dos três poderes por vinte anos.

2015 para cá. Nós [do campo] temos assento e toda semana estamos lá, contribuindo. Claro que não podemos ter uma visão corporativista ou apenas sindicalista no sentido de enxergar só aqueles que têm emprego e que já têm direitos: precisamos ampliar nossa visão, e esse tem sido um exercício permanente da CUT. Eu me lembro de ter participado de uma atividade com o papa Francisco, no Vaticano, em que ele dizia assim: "Nós não podemos ser os sentinelas apenas daqueles que já estão do lado de cá do muro, nós precisamos ver que do outro lado tem muita gente que não está protegida". E neste momento é muito importante que tenhamos nos movimentado para fazer lutas, como a da defesa do auxílio para as pessoas que estão em situação de maior vulnerabilidade, que estão desempregadas. Nossa luta, nossa pressão, foi forte para que o governo saísse desse valor de 200 reais e chegasse aos 600 reais [valor do auxílio-emergencial], mas não estamos satisfeitos e satisfeitas com isso. A pandemia tem inúmeras dimensões e uma delas foi revelar as desigualdades que existem no nosso país. Está muito mais clara essa desigualdade. Então, nós vamos trilhar por um caminho de luta para que, no próximo período, a sociedade brasileira, os mais pobres possam ter uma renda mínima permanente, inclusive para que possamos enfrentar o pós-pandemia. A previsão do governo é acabar com o auxílio-emergencial agora em junho [de 2020], mas nós queremos brigar, lutar e convidar todo mundo a nos acompanhar. Está na hora de o nosso país ter uma renda básica para as pessoas que não têm emprego, que vivem em condições de vulnerabilidade.

José Ricardo: Estamos vendo – e a pandemia agravou – não só um processo de deslegitimação da ação sindical nos contratos coletivos, como também a multiplicação do número de trabalhadores informais, principalmente através do trabalho por plataformas, etc. A CUT tem alguma estratégia mais formalizada, mais específica,

para tratar dessa questão da retirada de poderes do sindicato e para lidar com esse tipo de trabalhador?

Carmen: Já estamos num embate terrível faz tempo, desde a reforma trabalhista, porque ela não foi só uma reforma trabalhista, ela tentou também fazer uma reforma sindical. Nós, em primeiro lugar, entendemos que uma sociedade democrática não pode tratar a organização sindical da forma como estamos sendo tratados por esse governo. As organizações sindicais são seculares, elas têm história de fazer esse enfrentamento ao capital e de ser um guarda-chuva importante para a classe trabalhadora. Então, primeiro, entendemos que essa visão de aniquilar o movimento sindical é uma visão antidemocrática que esse governo tem tentado implementar terrivelmente. A segunda questão é que estamos observando as mudanças que ocorreram com a tecnologia 4.0. Temos observado a tendência cada vez maior de um capitalismo de plataformas, que é muito mais voraz do que qualquer outro quando não existe um sindicato para mediar a relação. As pessoas estão morrendo com suas bicicletas, sem nenhum direito. O instrumento de trabalho da pessoa é a bicicleta; se ela for atropelada, não terá direito a nada. Nós iniciamos todo um processo de discussão para organizar setores da área de aplicativos, e nossa ideia é garantir que futuramente esses trabalhadores possam ter direitos. Não é possível que haja um exército de pessoas que trabalham com suas bicicletas, com suas motos, em condições de absurda precariedade, e não tenhamos que enfrentar tudo isso. Então, nossa missão estratégica no futuro é brigar pelos direitos desses trabalhadores, porque essas empresas exploram muito esses trabalhadores e alegam que não há possibilidade de garantir nenhum tipo de direito. A nossa missão é lutar para que essas empresas garantam direitos a esses trabalhadores, principalmente a esses que estamos chamando de "trabalhadores de plataforma de aplicativos". Em relação aos trabalhadores

informais, estamos debatendo o tema no interior da CUT e estamos também muito conectados e conectadas com experiências internacionais sindicais que possam nos ajudar a olhar outros contextos e a nos adaptar a eles. A luta da classe é internacional, e existem experiências em que um mesmo sindicado inclui os empregados e os desempregados. Essa é uma experiência que vamos ter que viver se quisermos ter um movimento sindical que não considere a classe trabalhadora apenas aqueles que têm trabalho. A classe trabalhadora é composta de quem tem trabalho, de quem é desempregado e de quem já desistiu de procurar emprego porque não tem mais condições, porque está em situação de muita precariedade. Então, todo o nosso esforço permanente é para avançar no sentido de sermos verdadeiramente uma central sindical da classe. Esse é um gigantesco desafio do próximo período. Nós, da CUT, entendemos que a saída para muitas dessas questões é política e decidimos que precisamos nos juntar a outros para nos fortalecer e derrotar o governo que aí está; senão, não haverá chance para ninguém.

José Ricardo: Ótimo! Obrigado!

Leandro Bergamin

Coletivo Democracia Corinthiana (CDC)

Leandro Bergamin nasceu na cidade de São Paulo. É ex-presidente da República Popular do Corinthians, membro do Núcleo de Estudos do Corinthians (Neco) e do Coletivo Democracia Corinthiana (CDC). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 10 de junho de 2020, com a condução dos professores Bernardo Buarque de Hollanda (CPDOC/FGV) e José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Hoje, temos a satisfação de receber Leandro Bergamin, membro do conselho gestor do Coletivo Democracia Corinthiana. O Coletivo é um dos vários movimentos sociais que têm emergido nos últimos anos envolvendo torcidas de futebol e o mundo da política em relações sociais. Leandro será entrevistado por Bernardo Buarque de Hollanda, historiador e professor da FGV, e pelo antropólogo José Sérgio Leite Lopes, professor do Museu Nacional da UFRJ.

Bernardo: Boa tarde, Leandro! Gostaria de agradecer-lhe muito pela presença aqui nesta entrevista do *podcast* Rádio Cidadania. Gostaria de começar perguntando sobre o conceito do Coletivo. O que é o coletivo de torcedores, especificamente o Coletivo Democracia Corinthiana?

Leandro: O Coletivo Democracia Corinthiana surgiu de um grupo de torcedores do Corinthians que, durante algum tempo, discutia questões relacionadas ao futebol, ao clube e à política em geral. São torcedores do Corinthians, progressistas, que têm um viés popular, que veem não só o futebol, mas a sociedade com um viés popular.

Quando se começou a falar em *impeachment* da presidenta Dilma, em um suposto golpe, ou no uso de motivos menores para se aplicar uma mudança no governo estabelecido democraticamente, houve uma manifestação em março de 2016, na avenida Paulista, contra esse movimento golpista, e achamos que era importante a nossa participação nessa luta. Quando esse ato foi convocado, algumas pessoas resolveram se encontrar ali e falaram assim: "Poderíamos fazer uma faixa com dizeres que remetessem à nossa democracia corinthiana para mostrar que a nossa luta é pela democracia e pelos valores democráticos". Fizemos uma vaquinha, um rateio, cada um deu 5, 10 reais; quem pôde deu. Mandamos então confeccionar essa faixa, e para a nossa surpresa ela fez muito sucesso nessa primeira manifestação. As pessoas começaram a perguntar: "Vocês são um movimento? São uma organização?". Todo mundo queria tirar foto e saber um pouco mais. Nós, já a partir desse dia, falamos: "Olha, acho que temos potencial de criar alguma coisa que ajude na transformação da sociedade". Baseado nos valores dos fundadores do Corinthians, que, segundo registro documental, eram operários que se reuniam regularmente, o coletivo surgiu. Hoje estamos com quatro anos de caminhada, e a nossa atuação é basicamente voltada a pautas de justiça social, de luta contra desigualdade, de combate a todos os tipos de preconceito e de inclusão, especialmente do povo periférico, na política, no entendimento do processo político. Também promovemos ações de geração de renda e emprego, em termos de informação, ministrando cursos e palestras sobre diversos assuntos que afetam e influenciam a população.

Bernardo: Entendo que é importante definirmos o que é o coletivo justamente porque, para o imaginário, para a percepção mais geral, quando falamos em torcedores, imaginamos as torcidas, ou seja, aquelas que estão nas arquibancadas, que têm uma faixa, um nome, uma bandeira. Como é a atuação do Coletivo Democracia

Corinthiana na política interna do Corinthians? Como é a relação com as demais torcidas organizadas do clube e eventualmente com outros coletivos de outras agremiações futebolísticas? Você poderia comentar um pouco sobre essa relação com os clubes e com as torcidas?

Leandro: Isso é importante esclarecer, porque é uma questão que sempre trazem para a gente. Não se trata de uma torcida organizada. [O CDC] é um movimento social formado por pessoas que frequentam o estádio, sim, mas não reunidas: não tem a questão das bandeiras, da bateria. Nós frequentamos estádio como torcedores, temos membros das torcidas organizadas entre os nossos quadros. Eu frequento estádio desde 1984, quando tinha 7 anos de idade, porque é um hábito de família. Boa parte dos membros do nosso coletivo é assídua nos jogos do Corinthians. E temos também, como uma de nossas premissas, atuar pela mesma democracia, pela mesma justiça social, pela qual lutamos nas ruas, também dentro do nosso clube. Então, buscamos ter participação política, influenciar o processo político e eleitoral dentro do clube. A nossa luta se construiu, nós nos montamos, fora do estádio de futebol. Isso apesar da política do clube e da forma como, por exemplo, os mais pobres foram excluídos do futebol depois da arenização que aconteceu por conta da Copa do Mundo, ou também apesar da defesa do direito de manifestação, do direito de festa da torcida organizada, que nós apoiamos, como sempre buscamos apoiar as torcidas quando elas têm demandas nesse sentido. Tentamos levar a relação com as torcidas organizadas da melhor forma possível e estamos abertos a atuar em tudo que elas demandarem de nós, no sentido de combater as desigualdades e injustiças. Com relação a outros grupos, como somos um grupo pequeno, de nicho, voltado aos corinthianos mais identificados com a história do clube, com a democracia e com a luta operária, nós não buscamos protagonismo:

nós somos um grupo que busca apoiar outros grupos. Então, temos uma relação estreita com outros coletivos antifascistas, progressistas, ligados a clubes de futebol. E estamos tentando fazer decolar uma frente nacional de torcedores e representantes de grupos, de associados de clubes. Seria uma zona vasta de grupos interessados em rediscutir a política de futebol e tratar de assuntos que são de interesse comum de todos, como essa questão da popularização do acesso aos estádios, da democratização dos clubes, da participação ativa dos torcedores – que também deveriam ter direito a voto, ter voz ativa dentro das decisões que seus clubes tomam –, da busca pelo fim das proibições das torcidas, da liberdade de se torcer, dos direitos de se torcer sem ser agredido pelas forças de segurança e da luta do torcedor dentro e fora dos estádios. Então, sempre buscamos diálogo, sempre buscamos cooperação entre todos esses grupos. Todos aqueles grupos que buscam lutar contra isso e que buscam defender o protagonismo do povo no futebol têm sempre o nosso apoio e têm sempre as portas abertas para a gente dialogar.

Bernardo: Como temos esse entendimento das torcidas organizadas mais tradicionais, queria só que você comentasse um pouco mais sobre o grupo que você representa dos coletivos e agora das torcidas autointituladas antifascistas. Como você vê esse cenário que se desenha pelas ruas, pelos estádios, pelas redes sociais, e esse protagonismo que nos últimos dias têm ganhado os chamados "movimentos de torcidas antifascistas"?

Leandro: Eu vou falar pelo nosso coletivo: nós não somos uma torcida, mas nós combatemos o fascismo. A intitulação "antifascista" relacionada a torcidas de futebol é algo que tem aumentado aqui no Brasil, mas na Europa já existe há algum tempo; são torcedores que têm um *modus operandi* próprio. Eles não atuam das mesmas formas como atuam as barras ou as torcidas organizadas que são

mais comuns aqui no Brasil. Esses grupos estão ganhando cada vez mais força. Cada vez aparecem mais coletivos ligados a diversos clubes pelo Brasil todo.

Bernardo: Muito obrigado! Passo a palavra agora ao professor José Sérgio.

José Sérgio: Você falou há pouco que o Coletivo Democracia Corinthiana é um movimento social. As outras torcidas organizadas também seriam movimentos sociais? Qual é a diferença?

Leandro: Na minha visão, toda torcida organizada, qualquer grupo da sociedade civil que se organiza, é um movimento social. Eu costumo dizer isso para diferenciar, porque muitas vezes as próprias torcidas não se veem assim ou não criam em seus membros essa consciência de que eles são, sim, um movimento social e que, caso ocorra um recrudescimento em relação a esses movimentos, mais repressão, um regime mais autoritário, eles estarão entre as prioridades desses grupos como entidades a serem combatidas. Não à toa, há projetos, inclusive do próprio Major Olímpio, hoje senador eleito por São Paulo – ele tinha um projeto na Câmara Federal quando era deputado e agora tem no Senado –, pedindo a extinção das torcidas organizadas. Mas infelizmente boa parte dos membros das torcidas não tem essa visão. Como diria o doutor Sócrates, o dia em que as torcidas se politizarem e souberem o seu papel na luta, ninguém segura o povo.

José Sérgio: Vocês teriam relações com outros movimentos sociais em geral?

Leandro: Sim, nos relacionamos com diversos movimentos. Estamos sempre ali próximos do pessoal do MST, do Movimento dos

Sem Terra. Sempre que eles fazem alguma atividade relacionada ao futebol, nós participamos, colaboramos. O que eles pedem nós tentamos conseguir para eles, e vice-versa. Temos uma relação muito boa. Estivemos lá na Escola Nacional Florestan Fernandes por diversas vezes, em diversos atos pela defesa da democracia. Temos um carinho muito grande por eles. O pessoal do MTST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, aqui de São Paulo, também conta com o nosso apoio; inclusive nós temos membros do nosso coletivo que militam também por esse movimento. Tem a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio também, que é um pessoal articulado para denunciar casos de abuso de autoridade e de violência contra a população pobre aqui em São Paulo. No fim do ano passado, fizemos um evento muito bonito juntos no Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, para discutir o abuso de autoridade, o genocídio do povo periférico, principalmente do povo preto, que é a maior vítima dos abusos do Estado em todos os sentidos. Então, sempre tentamos colaborar com todos aqueles que nos procuram para fortalecer as causas que consideramos urgentes.

José Sérgio: Nos últimos anos, as lutas por reconhecimento e igualdade de gênero e também contra o racismo têm crescido bastante. No entanto, tradicionalmente as torcidas são associadas a um viés machista, e algumas são mais ligadas a determinadas classes ou estilos de vida, historicamente. Tanto gênero como racismo têm provocado uma reação muito grande nos grupos conservadores da sociedade. Como isso se reflete nas torcidas, que têm um caráter historicamente masculino e que muitas vezes também apresentam essa questão do racismo, da origem de classe, etc.? Como vocês veem isso?

Leandro: É uma questão de que não podemos fugir. Não podemos tapar o sol com a peneira e falar que não acontece, porque realmente

é algo que acontece, em graus maiores ou menores, dependendo dos fatores culturais que envolvem cada torcida, cada clube, cada região onde elas se situam. Há questões que são mais acentuadas em determinados locais ou em determinados clubes, e outras que são mais amenas. Por exemplo, a questão do racismo aqui em São Paulo dentro das torcidas organizadas é uma pauta comum. As torcidas de São Paulo não costumam fazer manifestações racistas, mesmo porque quase todas elas são compostas por um grande número de negros. Então, aqui não há muito espaço para isso. Nós nos cansamos de ver isso em outros estados, nos estados do Sul, em determinados clubes que têm uma cultura mais ligada a essa questão do conservadorismo. Aqui nós temos uma questão muito forte com relação à homofobia. O meio do futebol é assim, tanto que no Brasil você não vê um jogador de futebol se declarar gay, porque ele sabe a dificuldade que vai ter de conseguir jogar, de conseguir ser aceito pela sociedade. É uma barreira que ainda não se quebrou. O meio do futebol é absolutamente machista também, e o mesmo acontece nas torcidas e em todos os grupos que circundam o futebol brasileiro. Mas aos poucos vamos tentando quebrar essas barreiras e mostrar, principalmente aqui nas nossas torcidas, que a origem de todo preconceito é a mesma: a tentativa de se sentir um ser humano superior ao outro, de procurar um motivo para se sobrepor e para legitimar uma violência ou uma opressão. E nós lutamos muito contra isso! Ano passado fizemos uma ação, inclusive na Arena Corinthians, de conscientização, de panfletagem, com o lema "grita 'Corinthians', não grita 'viado'". É o que dizemos nos nossos locais de fala, nos lugares onde somos chamados para palestrar e para conversar, o nosso discurso é esse. Por que combater o racismo e não combater a homofobia, não combater o machismo? Porque é a mesma coisa! Que diferença faz você ter o preconceito de cor, o preconceito religioso, o preconceito contra a mulher e o preconceito contra a população LGBT? É a mesma coisa: se você

não tolerar um, você deveria não tolerar os outros! Mas isso é uma construção que leva tempo, tem toda uma questão cultural por trás que é difícil de ser combatida.

José Sérgio: Os enfrentamentos de rua do domingo, dia 31 de maio,[1] provocaram uma certa surpresa para os observadores em geral, para a imprensa. Apesar de ter havido outras manifestações anteriores, essa tomou uma proporção maior, houve uma certa surpresa. Como vocês veem esses últimos acontecimentos, os enfrentamentos de rua, e a presença de vocês nessa situação de pandemia em que a rua foi abandonada aos que negam a epidemia? Alguns dizem "então é contraditório com a própria epidemia", e outros dizem "não, mas temos que ocupar a rua também, não podemos deixar a rua para eles". Como você vê essa situação?

Leandro: Eu não vou falar pelo movimento como um todo, porque não me cabe, mas vou falar pela nossa experiência e por que optamos por participar desse ato no dia 31. O que acontece é que quem passa muito tempo fazendo muita análise com relação a *modus operandi* não tem atuado como se exige numa situação como a que estamos vivendo. Um país democrático jamais poderia ter tolerado um deputado federal chegar no plenário da Câmara, homenagear um torturador e sair de lá sem ser algemado, sem ser preso. Isso é uma afronta à nossa Constituição e que passou batido, que recebeu aplausos de parte da população, inclusive recebeu a tolerância de parte da mídia. É importante salientar que o que aconteceu no dia 31 não foi uma manifestação violenta, não foi uma guerra, tampouco houve grandes confrontos entre as duas partes envolvidas.

---

1 Referência ao ato em prol da democracia realizado em 31 de maio de 2020, na avenida Paulista, por integrantes das torcidas organizadas dos maiores clubes de São Paulo, que culminou em confrontos com a Polícia Militar e com apoiadores do presidente Jair Bolsonaro.

Isso precisa ficar muito claro. Eu falo pela avenida Paulista, porque estava presente, eu acompanhei a chegada do pessoal. O pessoal que estava do nosso lado, nas torcidas, já chegou sofrendo revista, sofrendo opressão da polícia. Mesmo assim, o ato transcorreu pacificamente por mais de três horas, sem nenhum tipo de problema ou de confronto. O que aconteceu foi o seguinte: quando o pessoal que chamou o evento já estava começando a se dispersar – muita gente já estava indo embora, inclusive –, um grupo de apoiadores do atual presidente, três pessoas, para ser mais preciso, com trajes que faziam alusão ao Exército, e numa atitude provocativa, insistiram em passar – para quem não conhece a avenida Paulista em São Paulo, o Masp [local do ato pró-democracia] fica entre as estações Trianon-Masp e Consolação, e a Fiesp [local do ato pró-Bolsonaro] fica um pouco mais à frente, entre as estações Trianon-Masp e Brigadeiro, a duas, três quadras à frente do Masp. Esses indivíduos fizeram questão de pedir à polícia para atravessarem no meio da manifestação pela democracia. Eles vestiam roupas que simulavam fardas, com dizeres antidemocráticos, faziam provocações e chamavam a população que estava ali defendendo a democracia de "ignorantes", "burros", "vândalos", "criminosos". Como sabemos, no meio de uma multidão há pessoas que toleram menos as provocações e acabam devolvendo aquilo que recebem, e nisso aconteceu a primeira divergência. A polícia escoltou essas três pessoas enquanto passavam no meio da manifestação – inclusive existem imagens mostrando essas três pessoas tentando atravessar e peitando as recomendações. E ficou por isso mesmo. Passados poucos instantes, veio uma outra turma de apoiadores do Bolsonaro. Como eu falei, as duas manifestações aconteciam a duas ou três quadras de distância uma da outra. Eles vieram em direção ao nosso ato e se postaram atrás da polícia (do cordão de isolamento que a polícia fez para evitar confrontos e tumulto). Inclusive uma dessas pessoas portava um taco de beisebol – há fartas imagens de tudo isso que

estou relatando aqui. Essas pessoas começaram a ofender, xingar e hastear bandeiras de partidos ultranacionalistas, inclusive da Ucrânia. Havia duas bandeiras de partidos neonazistas e pessoas com tatuagens alusivas ao nazismo, ao fascismo, com cruz de ferro, águias de ferro, que são símbolos notoriamente nazistas. Elas começaram a fazer provocações justamente para conseguir essa narrativa da violência. Então a polícia, com relação a esse fato, começou a querer ter pressa para dispersar o ato, que já estava sendo dispersado antes de tudo isso, naturalmente, sem intervenção da polícia. Com isso, eles começaram a usar bombas de gás. Enquanto as pessoas ficavam lá, eles tacavam bomba. Só que algumas pessoas que foram atingidas passaram a reagir. Então, na verdade, o que provocou qualquer tumulto foi a ação provocativa do lado oposto e o excesso de rigor e de uso de força da polícia com relação a essa manifestação. Eu acho que seria muito mais fácil a polícia tentar demovê-los de qualquer situação por lá, mas eles preferiram nos confrontar, preferiram criar essa cena para alimentar essa narrativa, que já foi fomentada desde os anos 1990 pela imprensa, de que torcedores são vândalos, de que não têm discernimento. E eles jogam com isso, com a violência e com o abuso de autoridade, para justamente justificar essa narrativa.

José Sérgio: Essa entrada para a rua e para a política do Coletivo Democracia Corinthiana e de outros coletivos ligados ao futebol veio para ficar? Ela vai permanecer?

Leandro: O meu desejo é que sim! E estamos trabalhando para isso. Trabalhamos na conscientização do torcedor para que ele entenda que o futebol e a política não podem andar separados, porque o futebol é fartamente afetado pela política. São diversas situações em que o cidadão precisa saber que é importante se posicionar e defender seus direitos, até para não ser privado daquilo de que ele

mais gosta, que é o futebol, a presença nos estádios. Eu acho que levar isso para a torcida, levar isso para o meio do futebol, é muito importante, porque todo torcedor é um trabalhador antes de tudo, é um pai de família. Nós não somos um grupo de pessoas diferenciado da sociedade, nós sofremos as mesmas mazelas, temos os mesmos direitos, e é importante sermos vistos dessa forma. Quanto mais pudermos construir nesse sentido, melhor para todos: melhor para a sociedade, melhor para o futebol e melhor para o mundo.

José Sérgio: Muito obrigado, Leandro!

Leandro: Eu que agradeço o convite de vocês.

Itamar Silva

Favela Santa Marta

Itamar Silva nasceu em 1956 na favela Santa Marta, onde mora até hoje. Ali, em 1976, criou o grupo ECO, do qual é um dos coordenadores. Nos anos 1980, integrou a direção da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj). Formado em jornalismo, foi diretor da Fundação Bento Rubião e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 17 de junho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Marcella Araújo (IFCS/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Temos a honra de receber hoje Itamar Silva, morador da favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, e uma das mais expressivas lideranças do movimento de favelas da cidade. Itamar será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e pela socióloga Marcella Araújo, professora da UFRJ e uma das coordenadoras do Urbano – Laboratório de Estudos da Cidade.

Dulce: Olá, Itamar! Você nasceu na favela Santa Marta e até hoje, com 64 anos de idade, continua morando no mesmo lugar. Formado em jornalismo, foi da direção da Federação de Associações de Favelas e dirigente de duas importantes organizações não governamentais, a Fundação Bento Rubião e o Ibase. Fale um pouco da sua trajetória.

Itamar: Você já chamou atenção para alguns marcos importantes da minha trajetória, mas eu sempre digo que nasci no Santa Marta, que na época era uma favela de pedra e barro em condições físicas muito precárias. A minha mãe era empregada doméstica e o

meu pai trabalhava num comércio. Eles sempre nos estimularam muito a estudar. Então, esse é um ponto que eu faço questão de falar, porque eu tive um estudo muito regular. Parece um chavão dizer que a educação é importante, mas nesse caso foi muito interessante, porque, mesmo não tendo escolaridade avançada, meu pai e minha mãe perceberam que isso era muito importante para os filhos. Nessa minha trajetória, já no segundo grau, eu conheci o movimento negro no Rio de Janeiro. O MNU estava se transportando de São Paulo para o Rio de Janeiro. Eu tive o meu primeiro contato com o movimento unificado aqui no Rio, e isso me permitiu atentar um pouco para a importância desse debate a partir da favela. Mas eu não segui com o Movimento Negro Unificado, eu fui militar na Pastoral de Favelas do Rio de Janeiro, porque a minha interpretação naquele momento era a de que a pastoral tinha muito mais a ver com a minha trajetória como favelado, negro, aqui no Rio de Janeiro, e o movimento não levava essa bandeira da favela, era uma outra discussão: "Então eu vou concentrar a minha energia de militante no movimento de favela do Rio de Janeiro". Foi muito importante; ela cumpriu um papel de impedir a remoção das favelas – isso no final dos anos 1970. Eu entrei na universidade em 1976 para fazer comunicação social – jornalismo, e criei aqui na Santa Marta um jornaleco. A minha trajetória sempre trafegou para fora e para dentro. Eu sempre tive uma preocupação muito grande de que o aprendizado e o contato fora da favela tivessem que realmente orientar e contribuir para a organização interna da favela onde eu estava morando. Eu digo que sempre olhei para o mundo a partir da favela, e isso é algo que me constitui como cidadão, como influenciador, como militante, porque eu sempre tive essa possibilidade e essa responsabilidade. Nessa trajetória, fui presidente da associação aqui do morro Santa Marta de 1981 até 1985, no momento da redemocratização do Brasil. Temos que pensar que, com a entrada dos anos 1980, o movimento social estava se

recuperando, tomando as ruas, voltando a botar a cabeça para fora. Nas favelas do Rio, acompanhamos a disputa entre uma federação de favelas muito mais fisiologista, coordenada pelo Jonas Rodrigues, que representava um aspecto da política carioca, e um movimento novo que estava surgindo e que, na entrada dos anos 1980, vai ganhar do Jonas Rodrigues, tornando o Irineu Guimarães a nossa referência. Ao mesmo tempo que eu estava dentro do Santa Marta, assumindo a presidência da Associação de Moradores, no campo mais amplo relacionado a favelas, eu estava fazendo uma disputa de outra natureza: eu estava dialogando diretamente com o poder público. Em 1982 temos a eleição do Brizola no Rio, que também é um marco importante, porque vai permitir que o movimento de favelas dialogue diretamente com essa institucionalidade pública, abrindo algumas possibilidades de incidirmos no poder público e conseguirmos alguns avanços. Nessa história – eu sempre digo isso – foram muito importante algumas iniciativas públicas, como o Projeto Mutirão e depois o Proface, que trouxe água para as favelas, e isso tudo combinado com uma mobilização muito grande a partir das favelas. No início dos anos 1980, o movimento de favelas está reagindo, buscando incidir no Governo do Estado do Rio de Janeiro e conseguir espaços para trazer benefícios para a favela. É um momento de disputa de sentido, disputa de presença dos favelados junto a esses governos, e temos então essa miríade: vários partidos disputando também a hegemonia no campo político do Rio de Janeiro. Eu tinha acabado de sair da universidade, em 1981, e assumi a presidência da Associação de Moradores do Morro Santa Marta. Isso também me permitiu melhorar a qualidade da atuação na favela junto com outros companheiros e companheiras, e assim disputar temas como saúde, educação, melhorias habitacionais aqui dentro da favela. E eu vou seguindo a vida. Trabalhei durante sete anos na Embratel como concursado, e isso permitiu também meu sustento e o da minha família. A partir de 1982, eu vou para o

Banco do Brasil, também como concursado, onde trabalhei durante dezoito anos, até deixá-lo por decisão própria já em 2000. A partir daí, vou me concentrar diretamente no trabalho em ONGs. Eu já era voluntário da Fundação Bento Rubião, da qual depois me tornei diretor e pude acompanhar toda a mobilização em torno da construção do ECA – do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 2000, fui convidado a trabalhar no Ibase. Eu tinha uma admiração bem grande pelo Ibase pelo que ele representava, pelo que já tinha feito aqui no Brasil, inclusive pela figura do Betinho. Destaco, em minha atuação no Ibase, ter acompanhado todo o processo do Fórum Social Mundial, que também considero um marco nessa luta da sociedade civil planetária e que contribuiu fortemente como indicativo do potencial da mobilização, da cidadania, para a participação num debate público de grande escala. Nesse meu caminhar, tive a oportunidade de estar em alguns lugares em momentos importantes, historicamente falando, e que têm uma contribuição efetiva para a democratização do país. Essa é a minha trajetória, mas sempre estive ligado à dinâmica das favelas no Rio.

Dulce: Você já falou um pouco desta questão, mas eu gostaria de ouvi-lo mais um pouco. Existe todo um imaginário, com muitas visões, sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, ao longo dos anos, o poder público tem executado uma série de projetos voltados para esses espaços. Você poderia falar um pouco sobre o lugar das favelas no Rio de Janeiro?

Itamar: O Rio de Janeiro é um lugar muito particular para pensarmos nessa perspectiva do imaginário de uma cidade. Eu digo sempre isto, que o Rio de Janeiro tem essa qualidade de que as favelas estão por todos os lugares: dos cento e poucos bairros que temos, mais de 80% têm favela, então não dá para esconder ou omitir a favela. Ela é parte constitutiva do cenário desta cidade! No entanto,

isso não tem produzido uma mudança na percepção das pessoas que vivem fora da favela com relação à qualidade da cidadania, à importância dessa população para a construção da própria cidade. Então, esse imaginário é uma disputa permanente: ou a visão das favelas é um pouco idílica – o samba, os poetas, isso e aquilo – ou é uma visão bastante reacionária de que da favela vem o mal. Isso justifica a atuação violenta da polícia nesses territórios: uma parte dela pensa que não precisa se comprometer a defendê-los, porque não acredita que ali tenha vida de qualidade, tenha cidadania. Então, vivemos esse dilema permanente no Rio de Janeiro. Esse imaginário é atravessado por essas percepções, por isso é tão importante nesse momento disputar essas narrativas com iniciativas que afirmam "vidas negras importam", "vidas na favela importam", "parem de nos matar". Essas afirmações que vêm ganhando corpo não começaram agora, elas começaram há muito tempo, mas vão ganhando força no momento atual que estamos vivendo.

Dulce: Pois é, estamos nesse momento agora, inclusive com essa questão racial que você já citou tomando dimensões enormes no mundo com os episódios ocorridos nos Estados Unidos. Você viu ontem o que aconteceu em Londres.[1] Enfim, há manifestações, inclusive no Rio de Janeiro, desse movimento que surge aqui com alguma força, que é exatamente o Vidas Negras Importam. Aqui no Brasil, temos esse mito da democracia racial, que sufocou o movimento negro. Muito recentemente, essa pauta começou a ganhar maior visibilidade. Então, eu queria que você falasse um pouco do seguinte: como a questão racial incide no cotidiano da favela, no dia a dia dos moradores?

---

1 Referência aos protestos antirracistas que eclodiram no Reino Unido (e em outros lugares da Europa) após o assassinato violento de George Floyd por policiais americanos.

Itamar: A favela, numa perspectiva institucional, é o lugar da pobreza, é onde está o mal a ser combatido. Ou é uma visão meio paternalista de que precisamos cuidar desses pobres, ou é uma visão, também defeituosa, de que é preciso controlar a população dali. Se pensamos que, na sociedade brasileira, entre os pobres está a maioria dos negros, ou que a maioria dos negros é pobre e vai se concentrar exatamente nas favelas e nas periferias, esses lugares ficam contaminados por essa percepção. Isso justifica uma atuação racializada do poder público, ou seja, historicamente falando, o poder público que chega às favelas é a polícia. No Rio, mesmo com algumas ações que citei, como o Favela-Bairro, ou algumas outras políticas, de fato quem está constantemente nas favelas são as polícias, que atuam ali carregando esse olhar preconceituoso que está disseminado na sociedade: ela quer controlar, quer exatamente subordinar essa população. O problema é que historicamente essa população de negros e pobres sempre reagiu a esses poderes, sempre se organizou de alguma forma. A resistência também é uma marca da nossa sociedade! Então, a questão do preconceito justifica a ação violenta da polícia nas favelas, ela permite que a sociedade ache palatável que se tenha um número enorme de mortes de jovens negros; isso está justificado como racismo não revelado, como uma inferiorização desses pobres, dessa população que aí vive. Esse, na minha opinião, é o pior desserviço que esse racismo institucionalizado que temos no Brasil tem permitido, porque isso não ocorre só numa favela, mas está generalizado em várias cidades do Brasil. Por isso, é tão importante o racismo ter ganhado esse destaque nas nossas manifestações. Não é que seja de agora, eu volto a dizer: o movimento negro é histórico no Brasil, sempre discutiu a questão do racismo, denunciou várias outras instituições, tem denunciado o racismo. Mas eu acho que a diferença desse momento é essa possibilidade que temos de escancarar e disseminar com muita força essa sociedade que traz o racismo entranhado na sua história, na

sua estrutura. É importante que conheçamos isso. O Brasil se nega muito a se admitir racista, mas é importante esse incômodo e esse processo que estamos vivendo.

Dulce: Eu vou passar a palavra agora para a Marcella, que vai fazer algumas perguntas para você. Muito obrigada!

Marcella: A primeira pergunta que eu queria fazer segue ainda essa discussão sobre os últimos atos do Vidas Negras Importam. Uma coisa que eu acho que tem chamado atenção é que, nas convocações, vemos muitos coletivos de moradores, em geral coletivos de jovens, como atores políticos importantes. Como você, com uma trajetória antiga de movimentos sociais, de movimentos de favela, com passagens por associações de moradores e ONGs, vê essa série de atores políticos que atua dentro das favelas desde os anos 1980?

Itamar: Bem interessante a pergunta! Lá no início dos anos 1980, as associações de moradores eram o grande ator coletivo que se apresentava e fazia disputa, sendo fundamental para os avanços que tivemos. Acompanhamos durante os anos 1990 todo um declínio das associações de moradores por conta da violência, do tráfico, de uma criminalização das próprias associações. Mas tivemos também essa nova conformação, que são os coletivos. Eles têm uma característica muito juvenil, quer dizer, são compostos por muitos jovens que, a partir do domínio de uma tecnologia que está se apresentando – o acesso ao celular, às redes sociais –, vêm revolucionando a forma de fazer política, de denunciar essas violências que acontecem aqui nas favelas. Eu acho que essa é uma novidade que veio para ficar. No entanto, eu sempre tento chamar atenção para a necessidade de encontrarmos pontos de convergência, porque, por mais que eu defenda, ache bacana e destaque essas novas formas de militância, também não podemos esquecer que as associações

de moradores ainda têm um papel nessa dinâmica, seja um papel cooptado pelo poder público (por deputados, por parlamentares), seja um papel motivado por uma proximidade estrutural em suas próprias localidades. Então, esse ainda é um ator que eu acho que tem que ser levado em consideração quando pensamos numa luta e numa disputa por transformação. Isso é um ponto. E é uma questão para os dois lados. Eu tenho tentado fazer sempre essa provocação, dizendo: "Olha, pessoal, a galera mais velha que está à frente da associação tem que ouvir, tem que olhar e entender o que esses jovens, o que esses coletivos estão propondo e falando. Isso é muito importante". E para os coletivos digo: "Olha, o que ainda resta, o que resiste nessa estrutura de associação que pode fortalecer essa luta?". Eu digo que, aqui no Brasil, a questão do racismo, principalmente, não se altera se não ampliarmos as nossas alianças. É muito importante o protagonismo dos negros, dos favelados, dos jovens, mas ou a luta vai ser da sociedade de uma forma mais ampliada, ou vamos patinar e ficar no mesmo lugar. Então, eu acho que há essa mudança clara dos coletivos; eles têm uma dinâmica que é muito própria, com que também estamos aprendendo a lidar. Eu estou aqui falando sobre eles, porque sou um admirador, mas estou aprendendo a lidar um pouco com a fluidez, com a autonomia, com a capacidade de verbalizar, de criar novas formas de se colocar no debate público. Então, acho que é um aprendizado coletivo, um bom desafio, e acho que temos que ter aprendizado de ambos os lados.

Marcella: A crise sanitária que estamos enfrentando com a pandemia de Covid-19 está expondo as entranhas da sociedade brasileira e visibilizando as mais profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero que enfrentamos neste país. Nas mobilizações, nas favelas, temos visto uma série de confluências interessantes, de vários atores políticos. Como você pensa essa mobilização hoje em dia e os possíveis desdobramentos que ela pode ter no pós-pandemia?

Itamar: Isso é muito interessante, porque, quando a pandemia se espalhou aqui, começou a preocupação com esses locais – as favelas, as periferias. Sabemos que a forma de morar ali está longe de ser ideal, que as condições físicas desses lugares estão bastante precárias, daí essa preocupação. Apesar disso, não houve nenhuma iniciativa do poder público – seja municipal, estadual, ou federal – que desse conta do problema ou tentasse de alguma forma atuar nessa direção. A resposta veio exatamente de dentro, dos próprios moradores, das próprias organizações. Foi espetacular perceber como, em várias favelas, vários coletivos, vários arranjos comunitários foram dando conta de suprir essa lacuna, esse buraco, da ausência do poder público: desde se organizar para poder dar cesta básica e fazer campanhas para sanitizar, limpar e prevenir a contaminação, até ir à casa e tentar identificar os doentes, apoiar essas pessoas que não podiam se movimentar, ou, ainda mesmo, disputar na cena pública. Estou me lembrando agora da região de Manguinhos, do painel que a galera lá organizou e está buscando visibilizar, quando o poder público não está preocupado em dimensionar, em dar visibilidade para o avanço da pandemia nas favelas. Então, por todos os lados, fica claro que essa resistência, essa capacidade organizativa nas favelas, é o grande trunfo do nosso potencial, porque é ela que está impondo o questionamento ao poder público sobre esses locais. Eu, particularmente, acho que a nossa tarefa tem que ser provocar o poder público, e não assumir o lugar dele. Essa é uma divergência que temos, porque em alguns momentos se defende uma certa autonomia dessas organizações diante da pandemia. Eu acho que não! Eu acho que essa autonomia é demandada pela ausência do poder público, mas temos que cobrar como cidadãos, temos que cobrar exatamente a construção de iniciativas públicas que sejam capazes de existir para além da pandemia. Quando fui convidado para participar dessa conversa, caiu na minha mão um poema do Fernando Pessoa. Eu não vou

recitar o poema todo, vou apenas destacar três frases dele. "Depois de tudo", esse é o poema. Diz assim:
De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos sempre a começar...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
[Por isso devemos fazer] da interrupção um caminho novo...
É o que eu gostaria de refletir. Porque é isso, estamos sempre começando, há a certeza de que estamos sempre começando uma coisa nova, e, quando olhamos para a história, vemos que a nossa luta é muito anterior a tudo isso e que ela está se acumulando. Eu quero acreditar que estamos acumulando, quero ter essa certeza de que temos que continuar, de que o nosso pensamento vai continuar mobilizando imobilizados para poder transformar esta sociedade, porque isso não vai acontecer num estalo, nem vai acontecer com uma decisão qualquer deste período. Por outro lado, também a história tem mostrado que podemos ser interrompidos, já vivemos isso. Nós acreditamos que a democracia no Brasil estava consolidada e que nada poderia mudar isso. No entanto, vivemos um retrocesso nos últimos três anos e uma ameaça cara à democracia. Acho bacana também quando o poema diz que temos que fazer da "interrupção um novo caminho", porque, quando passar a pandemia, precisaremos descobrir a partir desse acúmulo que tivemos quais são os novos caminhos, quais são as novas possibilidades de mobilização e de organização.

Marcella: Ótima reflexão! Muito obrigada!

Itamar: Obrigado, Marcella!

Lúcia Souto

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes)

Lúcia Souto nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1949. É médica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pesquisadora da Fiocruz e atual presidenta do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 24 de junho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Roberto Medronho (FM/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Hoje, temos o prazer de receber a médica sanitarista Lúcia Souto, pesquisadora da Fiocruz e atualmente presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). Lúcia Souto será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e pelo médico infectologista Roberto Medronho, professor da UFRJ.

Dulce: Olá, Lúcia! Olá, Medronho! Muito obrigada pela participação de vocês na Rádio Cidadania! Vou começar fazendo uma pergunta para a Lúcia. A pandemia do Covid-19 acarretou uma gravíssima crise sanitária, política, econômica e social no país, atingindo, sobretudo, os mais pobres. Mais de cinquenta entidades, entre elas o Cebes, que você preside, elaboraram um documento apontando diretrizes para o enfrentamento da pandemia a médio e a curto prazo. Gostaria de saber, primeiro, quais as diretrizes principais desse documento e, segundo, se essas diretrizes impactaram o poder público.

Lúcia: Boa tarde! Agradeço o convite. Inicialmente, éramos nove entidades da ciência e da saúde coletiva, incluindo a SBPC, a CNBB, a Andifes, a Abrasco, o Cebes, a Rede Unida e a Sociedade Brasileira de Bioética. Nós organizamos uma marcha em defesa da vida, que acabou ocorrendo no dia 9 de junho, como parte de um processo de grande mobilização nacional diante dessa gravidade da ameaça à vida da população brasileira. Então, esse manifesto, resumidamente, tem seis eixos. O primeiro é exatamente o que reconhece que nós estamos diante de uma grave ameaça à vida da população brasileira e que é necessário nos mobilizar para enfrentar esse desafio gigantesco que o Brasil tem nesse momento. O segundo eixo aponta a necessidade de termos um trabalho diante dessa pandemia, dessa crise econômica, social e política. Nós temos uma ação na pandemia baseada na ciência, nas evidências científicas. O terceiro eixo do manifesto é a defesa intransigente do Sistema Único de Saúde, que é, na verdade, um bem público da sociedade brasileira, fruto de uma luta de gerações de brasileiros. Além de ser um direito da cidadania, o Sistema Único de Saúde também é uma política pública de enfrentamento de desigualdades muito grandes, o que já emenda o quarto eixo do documento, que é a necessidade muito urgente de reduzir essa desigualdade abissal que temos hoje no Brasil. Essa pandemia deixou desnudada essa desigualdade, porque as vidas das periferias são muito mais atingidas do que as vidas das classes médias, o que se dá por duas razões. Primeiro, porque a desigualdade é aterradora, então as pessoas não têm condições mínimas de fazer higiene, de ter água. Nesse quarto eixo, colocamos que é importante rompermos com essa lógica e que isso deveria estar sendo feito agora, porque o Brasil que construiremos depois da pandemia vai ser fruto das conquistas que organizarmos e das pressões que fizermos neste momento. Isso também chama atenção para a matriz da escravidão com que o Brasil ainda convive. Muitas pessoas da classe média, por exemplo, podem praticar o isolamento,

mas a esmagadora maioria da população não pode. Então, se não tivermos políticas de bem-estar social robustas... O governo agora já está pretendendo reduzir para 300 reais essa renda básica, quando na verdade todos os estudos e todas as políticas que estão sendo desenvolvidos mundo afora apontam para a tendência exatamente contrária: a de perenizar a renda básica, a renda mínima, que em vários países está sendo bastante significativa para dar dignidade às pessoas no enfrentamento dessa confluência de crises que estamos vivendo. Outro eixo é a questão ambiental. Essa pandemia e outros problemas de saúde pública que estamos vivendo no mundo têm muita relação com a questão do meio ambiente. Então, a questão ambiental é fundamental. Para nós, no Brasil, ela é crítica, porque há territórios indígenas sendo agredidos para garimpo, há a questão da devastação da Amazônia; então é um eixo fundamental essa questão ambiental. E outra diretriz importante desse documento é a questão da democracia, nós colocamos "sem democracia não há vida", "sem democracia não há saúde". Aliás, um lema nosso, do movimento, é a reforma sanitária brasileira que constituiu o Sistema Único de Saúde.

Dulce: Houve algum impacto dessas diretrizes no poder público municipal, estadual ou federal?

Lúcia: Eu acho que o impacto foi muito, muito, muito pequeno ou nenhum. Porque hoje o maior problema que nós temos é exatamente uma Presidência da República que resolveu se confrontar com o vírus. Na verdade, desde o início, criou uma narrativa de que o vírus era uma gripezinha, era isso e aquilo. O Ministério da Saúde, que neste momento deveria estar liderando um plano de enfrentamento da pandemia no Brasil, está ocupado militarmente, digamos assim. Os técnicos de carreira do ministério foram afastados, então o órgão não está exercendo a liderança necessária. Só para

se ter uma ideia, desse orçamento de guerra previsto para a saúde, que era de 39 bilhões, mais de 67% não foram nem empenhados, e a transferência de recursos para estados e municípios está sendo absolutamente ridícula. Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, em que temos muitos hospitais federais, o governo estimulou pessoas a entrarem nos hospitais para ver se eles realmente tinham pacientes, porque achavam que não havia pacientes internados, quando na verdade era o governo que deveria estar fazendo isso, uma equipe do Ministério da Saúde deveria estar visitando os hospitais. Houve um levantamento detalhado do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro mostrando que todos os hospitais federais da cidade estavam ociosos, que, havia pouquíssimo tempo, tinham sido demitidos os profissionais com contratos temporários com o Ministério da Saúde e que, além disso, o anúncio de um concurso para novos profissionais não havia sido feito. Então, o impacto, no que diz respeito ao governo federal, foi nenhum; em relação aos governos estaduais e municipais, também é muito complicado, porque não há uma transparência. Agora, há essa questão do ocultamento das informações, que foram passadas para o final do dia, numa tentativa de enfrentamento do problema sem um debate democrático e transparente.

Dulce: O SUS, o Sistema Único de Saúde, foi criado na Constituição de 1988 e, por ser gratuito e universal, representou um grande avanço numa área historicamente comprometida no Brasil, muito fragilizada. Nesses últimos anos, assistimos a um esvaziamento do SUS e de outros programas, como o Mais Médicos, por exemplo, que inclusive foi extinto. Houve também a redução de 20 bilhões de reais de recursos da saúde, em função da tal Emenda Constitucional 95, que foi aprovada ainda no governo Temer, em 2016, e que congelou por vinte anos os gastos sociais nas diversas áreas, inclusive na área de saúde. É nesse quadro de descaso com a saúde que surge

a pandemia do Covid-19. Eu aqui gostaria de perguntar tanto para a Lúcia, que é a nossa entrevistada de hoje, quanto para o Medronho, que é o nosso entrevistador e tem um papel importantíssimo neste momento: como vocês estão vendo a importância do SUS no combate à pandemia e qual a perspectiva do SUS no pós-pandemia? Vocês acham que ele sairá mais fortalecido desse processo todo?

Lúcia: Primeiro, esse dado que você colocou é o do desfinanciamento, porque o SUS sempre foi objeto de um subfinanciamento crônico, mas, a partir da Emenda Constitucional 95, passou-se para um patamar de desfinanciamento do SUS. Desde 2018, o SUS deixou de receber 22,5 bilhões de reais. A Cofin, que é a Comissão de Finanças do Conselho Nacional de Saúde, trabalhou e propôs uma verba emergencial para o SUS, detalhadamente argumentada, de 42,5 bilhões de reais, que não foi repassada. Mesmo essa verba do orçamento de guerra prevista para a área da saúde, 67% dela não foi empenhada. Então, isso é um lado. Por outro lado, com relação à importância do SUS, já é uma situação muito séria a que estamos vivendo, mas seria desesperador se nós não tivéssemos o Sistema Único de Saúde. É graças ao SUS que minimamente o Brasil está conseguindo dar conta do enfrentamento dessa pandemia. Acho também que nesse processo uma coisa ficou desnudada: que essas políticas neoliberais e fiscalistas de contenção de gastos não deram certo no mundo inteiro. Mesmo governos como o da França, por exemplo, e outros que também aplicavam uma política neoliberal abriram mão dessa política no meio da crise e passaram a trabalhar com proteção social, com serviços públicos. Ou seja, há hoje uma compreensão, até global, da importância dos sistemas universais e públicos de saúde. Essa ideia do SUS, que é um dos maiores sistemas públicos do mundo, atinge toda a população, porque ele tem uma magnitude realmente muito grande, e eu acho que essa ideia sai fortalecida. Agora, é uma disputa.

Dulce: Medronho, gostaria de complementar?

Medronho: Em relação ao Sistema Único de Saúde, o que eu tenho a dizer é o seguinte: não existe enfrentamento de nenhuma pandemia, de nenhum processo epidêmico, se não tivermos um sistema público, gratuito e de qualidade. O número de mortes no Brasil é elevado, sim, muito mais pelos problemas que a Lúcia apontou, que são históricos: o subfinanciamento dramático, a desvalorização do Sistema Único de Saúde... Inclusive, em todos os meios, só se fala em SUS para se falar de problema; ninguém fala das coisas boas que o SUS tem, que são milhares, apesar do salário dos profissionais de saúde, que estão muito aquém do que deveriam ser, enfim. Então, nós temos uma série de problemas, mas ainda assim o SUS vive cada vez mais e nesta pandemia mostrou que é absolutamente fundamental. Ele não pode ser cortado e atingido com a Emenda Constitucional que foi editada. Por quê? Porque, se o número de óbitos aqui foi muito menor do que nos Estados Unidos, foi porque aqui nós temos SUS, embora muitos achem que os Estados Unidos são um grande espelho em que devemos nos mirar. Nós vemos lá quase um genocídio, especialmente da população negra e pobre das periferias, e nós aqui temos um sistema totalmente gratuito, aberto a toda a população, tendo ou não plano de saúde. Eu costumo dizer, Lúcia, que uma pessoa abastada que mora na avenida Vieira Souto ou na Delfim Moreira – a Vieira Souto fica em Ipanema e a Delfim Moreira, no Leblon, o metro quadrado mais caro do Brasil, um dos maiores do mundo –, ao atravessar a rua para se banhar na praia, se for atropelada, vai ser atendida em primeiro lugar no hospital Miguel Couto, que é um hospital 100% SUS, 100% público. Então, esse sistema é o mais fraterno, o mais bem estruturado do mundo, e se baseou em grandes experiências, como a da reforma sanitária italiana e a do IHS do Sistema Nacional de Saúde da Inglaterra. A sociedade precisa entender duas coisas – e acho que essa pandemia

deixou isso claro: primeiro, que não vivemos sem o Sistema Único de Saúde, seja para o dia a dia, seja principalmente no enfrentamento de uma epidemia ou de uma pandemia como esta; segundo, que a ciência, a tecnologia e a inovação são fundamentais. Estamos hoje vivendo um período muito obscurantista de ataques covardes às universidades públicas federais, e nós precisamos fazer a sociedade entender que as pesquisas que estamos fazendo hoje na UFRJ e em todas as outras universidades federais e estaduais deste país estão sendo fundamentais para o enfrentamento da Covid-19, assim como foram para o da zika, da dengue e de outras epidemias.

Dulce: Agora eu devolvo a palavra ao Medronho, que vai dialogar mais diretamente com a Lúcia.

Medronho: Eu acho que o principal problema de saúde – não apenas de saúde – chama-se desigualdade social. Como o Cebes, as sociedades e nós podemos nos inserir de uma forma mais efetiva para, no mínimo, reduzir essa cruel desigualdade social que vivemos hoje?

Lúcia: Acho essa sua pergunta crucial, e eu não tenho a menor dúvida: esse é um problema crítico nosso. O Brasil não pode ser viável se não enfrentarmos essa matriz da escravidão, porque na verdade essa desigualdade inadmissível que temos hoje pode ser enfrentada, e uma das maneiras para isso é, por exemplo, fazer uma reforma tributária progressiva. Esse é um problema que vamos ter que enfrentar. Acho, Medronho, que a batalha por uma reforma tributária progressiva é crucial. Por exemplo, na Argentina, nossa vizinha, fizeram agora a taxação das grandes fortunas. Há propostas circulando no mundo inteiro de implantação de um imposto mundial, global, sobre essas grandes fortunas e o sistema financeiro global. Essa semana eu estava lendo uma entrevista do [Thomas]

Piketty, em que ele dizia que deveriam ser dados 160 mil euros para cada cidadão – no caso, na França, mas ele propõe isso como uma questão global, não somente localizada. Diante disso, você pensa: "É assim que se distribui riqueza para valer!". Aqui fica essa miséria de dar uma proteção social de 600 reais, mínima, submetendo a população a um sofrimento inacreditável para conseguir essa quantia. Mas acho que isso trouxe à tona a questão da renda mínima, tão colocada pelo [Eduardo] Suplicy. Nós temos realmente que avançar numa reforma que possa fazer a democracia substantiva no Brasil. Essa democracia substantiva significa distribuição de riqueza, e para distribuir riqueza temos que avançar nesse ponto que muitos estão chamando de "justiça solidária", "justiça tributária". Há trabalhos de muitos economistas que avançaram nesse debate, inclusive no Congresso Nacional, de construirmos uma reforma tributária solidária, que possa realmente dar conta desse desafio da desigualdade abissal que temos no Brasil hoje.

Medronho: Como você acha que essa pandemia, ainda sem tratamento e sem vacina, vai impactar o mundo, o Brasil, a nossa forma de viver, de se relacionar? Na verdade, ela vai impactar principalmente a forma de produzir, esse sistema capitalista selvagem que é cada vez mais competitivo, cada vez mais concentrador de renda. Você acha que o impacto de milhões de pessoas confinadas, em um momento ou outro, pode vir a trazer alguma mudança positiva no pós-pandemia?

Lúcia: Eu acho que sim, Medronho. Essa reflexão que você traz está permeando as ideias de muita gente no mundo inteiro agora. Primeiro, porque essa pandemia, como você muito bem destacou, expõe que esse projeto do ultraliberalismo não tem solução para a população, e isso está muito evidente em todos os países do mundo. Então, nós estamos sendo, de uma certa maneira, desafiados

a encontrar outro caminho. Esse não é! Como você citou, estamos vendo, por exemplo, nos Estados Unidos essa tragédia de não terem um sistema público, vemos a saúde ser tratada como um negócio que faz com que as pessoas vão à bancarrota, porque há vários estudos nos Estados Unidos mostrando a falência individual de pessoas que não conseguem ter a sua saúde assegurada. Tudo isso vai se somando a ponto de eclodir uma situação que está realmente viralizando no mundo inteiro. É como se – fazendo uma analogia com o coronavírus, com essa dificuldade de respirar, que é uma das manifestações da doença – aquela situação com o George Floyd, em que ele grita "eu quero respirar", estivesse tomando conta do mundo inteiro. As pessoas não estão mais suportando esse tipo de desigualdade, esse tipo de perseguição, essa ideia de que nem todas as vidas importam. Esse movimento do Vidas Pretas Importam, que ganhou o mundo inteiro nesse momento, também traz à tona o seguinte questionamento: como nós vamos construir uma sociedade solidária? Que projeto de sociedade é esse que leve em conta direitos universais, que considere organizar um projeto de desenvolvimento global, que leve em consideração meio ambiente, distribuição de riqueza, direitos sociais? Esse tipo de projeto é absolutamente viável! Estamos nos confrontando com uma realidade que está mostrando, de uma maneira muito clara, que não há saída individual, quer dizer, ou bem conseguimos construir uma saída em que todos tenham condição de ter dignidade, cidadania, bem-estar social, ou não vamos ter saída! Por exemplo, aqui mesmo levantamos o tempo inteiro uma discussão que foi muito levada à área da saúde de que a saúde, além de ser um bem público universal, também é um importante eixo de desenvolvimento que emprega milhares de pessoas. Você pode ter soberania e segurança sanitárias com uma indústria do complexo econômico industrial da saúde. Há uma série de medidas que podem estar sendo tomadas, e acho que muita gente está pensando, sim, Medronho, nesse

momento, em como podemos ter uma sociedade mais fraterna, em como podemos ter uma relação mais respeitosa, com menos preconceito, e em como realmente a riqueza que todo mundo produz pode ser dividida. Então, políticas de bem-estar social universais são a chave para termos um outro momento da humanidade no pós-pandemia e para realmente produzirmos uma mudança nesse projeto de barbárie com que estamos, em muitos momentos, nos defrontando. Obrigada, Paulo, Medronho e Dulce!

Dulce: Obrigada, Lúcia e Medronho! Foi excelente!

Cleide Pinto

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad)

Cleide Pinto é trabalhadora doméstica, atual presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Nova Iguaçu (RJ) e dirigente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). Também coordena iniciativas de estímulo ao segmento, como o projeto Trabalho Digno e Equidade de Direitos: Fortalecendo o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Domésticas para a Efetivação da Lei 150/2015. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 1 de julho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Louisa Acciari (IFCS/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos! No programa de hoje, temos a honra de receber Cleide Pinto, presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e diretora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), federação filiada à CUT. Cleide Pinto será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Louisa Acciari, pós-doutoranda no Departamento de Sociologia do IFCS, na UFRJ, e assessora da Federação Internacional dos Trabalhadores Domésticos (FITH).

Dulce: Olá, Cleide! É um prazer recebê-la aqui, na Universidade da Cidadania! Eu gostaria que você começasse contando um pouco da sua história, com que idade você começou a trabalhar e quando você despertou para a luta sindical das trabalhadoras domésticas.

Cleide: Meu nome é Cleide, sou presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Nova Iguaçu. Comecei a trabalhar bem

novinha. Eu era uma jovem rebelde que não queria estudar e só queria ficar na bagunça. Então, minha mãe falou: "Se você não quer estudar, então quer trabalhar?". Eu disse: "Quero trabalhar, quero trabalhar". Ela me levou para a casa de uma conhecida, que era nora da patroa dela, e assim fui trabalhar de babá. Eu tinha uns 11 anos, 13 talvez, eu não me lembro muito bem da idade certa. Ela me deixava nessa casa na segunda-feira e ia me buscar no sábado de manhã. Eu tomava conta de duas crianças. E trabalho lá praticamente até hoje! Foi assim que eu comecei no trabalho doméstico. Em relação ao movimento sindical, eu praticamente fui criada dentro do sindicato com a minha mãe, que é sindicalista até hoje. Mas eu não aceitava, como a maioria das trabalhadoras domésticas não aceita, ser trabalhadora doméstica. Então, eu falava assim: "Não, eu estou aqui só por enquanto". O padre da minha igreja, sempre que eu ia à reunião das JOC, falava: "Vai para o seu sindicato, vai ajudar a sua mãe". E eu respondia: "Ah, eu não vou, não, porque eu nem sou doméstica. Eu estou ali, mas vou sair". Mas, com o tempo, quando você começa no movimento, não quer mais sair. Lá no meu sindicato, havia uma companheira, Francisca, que sempre falava: "Cleide, entra. Cleide, assume". E, num belo dia, ela disse assim: "Entra na direção somente para cumprir o quadro, para poder registrar ata". Num primeiro momento, ela me levou para um curso lá na Escola Sete, em Belo Horizonte, e nele havia muita gente com curso superior, só eu que não tinha. Eles falavam palavras difíceis e eu não conseguia entender nada. Fiquei preocupada e pensei: "Meu Deus, como eu vou viver assim sem entender o que o outro está falando?! Há palavras que eu não sei nem o que significam!". Foi quando voltei a estudar! Me deu aquela vontade de voltar a estudar para levar a sério o movimento. Voltei para o trabalho doméstico e assumi a minha função de sindicalista, de luta mesmo, para a categoria.

Dulce: Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é o país do mundo com o maior número de trabalhadoras domésticas. No nosso país, o trabalho doméstico, como você sabe, é realizado, em sua esmagadora maioria, por mulheres negras e pobres, com pouca escolaridade e frequentemente migrantes internas. Numa sociedade como a nossa, com fortes marcas da escravidão, ser trabalhadora doméstica significa ser condenada a todas as formas de preconceito?

Cleide: Infelizmente, sim! Nós lutamos há bastante tempo – quando falo "nós" me refiro à Fenatrad – pelo empoderamento das trabalhadoras domésticas, mostrando a elas que o seu trabalho tem valor, que não é qualquer coisa, que é um trabalho. Nós fazemos isso porque a sociedade acha que o trabalho doméstico não é trabalho. Houve até um tempo em que se falava que o trabalho doméstico não era considerado trabalho, que não era uma categoria. Lutamos muito para sermos reconhecidas como trabalhadoras, e nisso houve a necessidade de fazermos campanhas, seminários, para mostrar à trabalhadora doméstica que ela tem que se valorizar, que deve se reconhecer como trabalhadora e não aceitar o assédio moral quando dizem que ela é quase da família – isso é um assédio moral. Há pouco tempo, fomos reconhecidas como trabalhadoras, e então passamos a desconstruir muita coisa criada no meio da nossa categoria para nos diferenciar. Começou pelo artigo 7º da CLT [que excluía os trabalhadores domésticos do âmbito de aplicação daquelas leis]; depois o direito foi estendido para todo mundo, mas o fundo de garantia era opcional. São coisas que foram construídas para deixar um parêntese no trabalho doméstico, que é considerado diferente. Esse preconceito e o próprio nome "empregada" dão a sensação de sermos submissas, diferentes. Por que todo mundo é chamado de trabalhador e só a trabalhadora doméstica é "empregada"? Então, a nossa meta é mostrar à trabalhadora doméstica que o trabalho

dela tem valor e que ela tem que se valorizar, que o trabalho dela é importante e faz a economia crescer. Queremos tirar toda essa construção escravocrata que o poder público e a sociedade botaram na cabeça da trabalhadora doméstica.

Dulce: Como vocês se relacionam com o movimento feminista e com o movimento negro, ambos com muita ascensão nesse momento que estamos vivendo no Brasil e no mundo?

Cleide: A nossa categoria sempre teve relação com o movimento negro e com o feminismo. Essa pandemia foi ruim e está causando muitas mortes, mas levantou muito a nossa luta, deu visibilidade a ela. Então, os movimentos estão nos procurando para nos dar apoio. A federação de mulheres negras está com uma campanha de arrecadação de cesta básica; a PNS conseguiu, junto com o Ministério Público do Trabalho, em alguns estados, doar também algumas cestas básicas para trabalhadoras domésticas; o gabinete da Benedita [da Silva, deputada federal] também doou algumas cestas básicas. Ou seja, há pessoas físicas e jurídicas nos ajudando nessa luta. Fizemos a campanha, e alguns movimentos abraçaram essa causa junto com a gente, porque 99% das trabalhadoras são negras e mulheres. Então, sempre tivemos essa ligação com o movimento negro e o feminismo.

Dulce: Eu passo a palavra agora para a Louisa, que vai continuar a entrevista com você.

Louisa: Oi, Cleide! Sabemos que se fala pouco dessa organização própria das trabalhadoras domésticas. Eu me lembro de que eu mesma, quando comecei a pesquisar o movimento de vocês, não tinha ideia de que já havia trinta anos de luta. Então, é algo pouco comentado. Gostaria que você falasse um pouco dessas

organizações e estruturas que as próprias trabalhadoras domésticas têm construído. Quais são suas estratégias para organizar uma categoria tão grande, mas ao mesmo tempo tão dispersa em milhões de locais de trabalho, e quais são as principais dificuldades e avanços das organizações?

Cleide: A primeira trabalhadora doméstica que pensou em organizar a categoria foi a Laudelina de Campos Melo, em 1936, se não estou enganada. Ela montou uma associação de moradores onde juntava as trabalhadoras para falar sobre o trabalho, porque ela ficava preocupada com o sofrimento das trabalhadoras nas casas particulares, isso mexia com ela. Foi assim que começou o nosso movimento há mais de oitenta anos! Dando continuidade a ele, fundamos a Fenatrad. O meu sindicato praticamente ajudou a fundar a federação; Ana Regiane foi uma das representantes internacionais da federação, então o meu sindicato já tem história com a Fenatrad. Temos uma federação que é nacional, mas que praticamente tem alcance internacional, porque nós temos também uma federação internacional, a FITH, que nos ajuda a buscar financiamento para projetos e assim continuar esse trabalho. Como eu falei, meu sindicato praticamente ajudou a fundar a federação, então estamos com ela desde sempre. Atualmente, antes dessa pandemia, estávamos fazendo um trabalho muito forte de conscientização nos bairros, com seminários e palestras.

Louisa: Você poderia relembrar, com um pouco mais de detalhes para as pessoas que não conhecem bem a história do movimento, as dificuldades de organizar a categoria? Você falou um pouco da vergonha de ser trabalhadora doméstica, mas há também os desafios próprios do fato de cada trabalhadora estar sozinha na sua casa e de muitas delas não terem carteira assinada. Apesar disso, houve também avanços ao longo dos anos. Aconteceram

devagar – foi uma lei ali, uma lei aqui –, mas houve avanços grandes. Talvez você pudessse relembrar um pouco as etapas para se chegar à Convenção 189 da OIT e à famosa PEC das Domésticas, e falar do que elas tratam.

Cleide: A Convenção 189 ocorreu em Genebra. O Brasil compareceu com sete delegadas, trabalhadoras domésticas e dirigentes da Fenatrad, para sancionar a convenção. Na época, o ministro [do Trabalho] – [Carlos] Lupi, se não me engano – foi lá e afirmou que o Brasil ia sancionar a 189. Mas então veio a lei 150 [PEC das Domésticas], com algumas cláusulas que praticamente nos prejudicam, como a da diarista. Antes, se a diarista trabalhasse uma vez na semana, mas em trabalho contínuo e com vínculo (mesma função e mesmo dia), ela botava na justiça e conseguia [oficializar] o vínculo. Mas teve esse retrocesso na 150, que só dá direito à carteira assinada à diarista que trabalha pelo menos três vezes na semana. Quer dizer, são coisas assim que nos prejudicam. Sempre tem uma "clausulazinha" que não equipara o nosso direito, mas não desistimos e continuamos com o trabalho. Eu sempre falo que é trabalho de formiguinha. Eles esquecem que a formiga é bem pequenininha, mas suporta o triplo do peso dela. Então, por isso que não desistimos nunca. Eu sempre dou esse exemplo do trabalho de formiguinha, porque o peso é grande, mas continuamos carregando até conseguir equiparação de direitos. Estamos sempre procurando parcerias para nos ajudar a divulgar o trabalho e principalmente empoderar as trabalhadoras domésticas, para elas não sofrerem certos tipos de assédio, moral ou sexual, como falei. Estamos sempre tentando ajudar a trabalhadora a ver quando ela está sofrendo esse tipo de assédio e a não trabalhar por qualquer dinheiro ou qualquer coisa, ou até mesmo por troca de morada. Buscamos mostrar a elas que elas são trabalhadoras, que não prestam favor a ninguém, que o que fazem é trabalho. O trabalho doméstico é trabalho como

qualquer outro. A lei está lá, mas os patrões procuram sempre deixar de cumpri-la. A última agora é usar o MEI para driblar a lei. Há patrões que dizem assim para a trabalhadora: "Olha, você vai aqui neste site ou neste lugar, que você vai se cadastrar no eSocial". A trabalhadora vai lá e faz um MEI. Isso é muito triste, sabe? Fazer isso com uma trabalhadora que não entende bem o que está fazendo... Quando elas chegam lá no sindicato com esse papel... Quando o patrão manda uma trabalhadora embora e ela exige seus direitos, ele diz assim: "Você não tem direito a nada, não", e lhe mostra o papel. Como a trabalhadora não sabe, não entende o que está escrito naquele papel, ela vai ao sindicato e explicamos a ela. Há casos em que elas conseguem provas, então conseguimos reverter a situação. Mas é muito complicado, porque não tem como saber o que está acontecendo dentro de uma casa, não tem como provar, e para a justiça tudo tem que ser provado. Algumas trabalhadoras levam prejuízo por isso.

Louisa: Esse é justamente um tema de destaque neste momento de pandemia, que tornou ainda mais visíveis as desigualdades sociais no Brasil. Entre as pessoas mais expostas ao risco de contaminação pela Covid-19, estão as trabalhadoras domésticas: elas dependem de transporte público, ficam em contato direto com pessoas, crianças, doentes, idosos, portadores de deficiência, e não têm a opção de não trabalhar ou de trabalhar em casa. Não existe home office para faxineira ou para babá. Não à toa, dois dos casos mais dramáticos ocorridos durante a pandemia até agora envolveram trabalhadoras domésticas. A primeira vítima do Covid no Rio de Janeiro foi uma trabalhadora infectada por sua patroa, que chegava da Itália. E houve a tragédia da morte do menino Miguel, filho de uma trabalhadora doméstica, que caiu de um dos prédios mais luxuosos de Recife, pelo descuido criminoso da patroa, que deveria estar cuidando do menino enquanto a trabalhadora passeava com

o cachorro da família. Então, como as organizações sindicais das trabalhadoras domésticas estão se articulando durante essa pandemia? Quais são os efeitos dessa situação para a categoria e qual a sua perspectiva para o mundo pós-pandemia?

Cleide: Assim que aconteceu a morte daquela trabalhadora, começamos a nos preocupar com a vida das trabalhadoras domésticas, principalmente com a das diaristas, que só recebem quando vão trabalhar. Como elas estão conseguindo viver? Essa foi uma das nossas preocupações – minhas e da Fenatrad. E a outra foi o caso da criança lá de Recife. Isso chocou muito a categoria e a Fenatrad. Na mesma hora, começaram a ligar para a Luiza Batista, presidenta da federação, perguntando o que a federação ia fazer, o que o sindicato ia fazer. Num primeiro momento, tomamos um choque, é uma coisa surreal! Não conseguimos acreditar que uma pessoa teve coragem de fazer isso com uma criança ou, pior ainda, não conseguimos acreditar quando olhamos o vídeo e vemos aquela pessoa apertando o botão do elevador, no último andar, sabendo que a mãe está no térreo. O que passa na cabeça de um ser humano para fazer isso com uma criança? Se fosse o contrário, seria assim tão normal? Seria só pagar uma fiança? A trabalhadora doméstica não pagaria a fiança, porque não teria dinheiro. Será que o caso ia ser tratado do mesmo jeito? Fico com isso na cabeça o tempo inteiro. Primeiro, tentamos fazer uma campanha de conscientização dos patrões, dos empregadores, para deixarem suas trabalhadoras e também as diaristas em casa com remuneração. No começo, tivemos êxito, conseguimos conscientizar alguns patrões. Depois daquela fala do presidente,[1] houve um retrocesso, e os patrões começaram a pressionar as trabalhadoras para voltarem ao serviço, ou seriam

1 Referência a uma das falas em que o presidente da República minimiza a pandemia e a letalidade da infecção por Covid-19.

demitidas, substituídas. Assim nosso trabalho de campanha retrocedeu. Mesmo assim, não desistimos. Continuamos com esse trabalho de conscientização, de esclarecimento, tentando fazer com que essa trabalhadora não fique exposta e não pegue esse vírus. Então, continuamos com essa campanha. Também nos preocupamos com as trabalhadoras que não estão recebendo renda nenhuma. Logo que o auxílio emergencial começou a ser dado, a trabalhadora doméstica não conseguia mexer no computador para se cadastrar; muitas não sabem escrever o nome. Nos preocupamos também com isso, em ajudar as trabalhadoras a se cadastrarem no auxílio emergencial. Criamos ainda a campanha "Cuida de quem te cuida" para recolher cestas básicas nos sindicatos e ajudar as trabalhadoras domésticas a não passarem fome. Começamos a fazer essa campanha de arrecadação de cestas básicas para poder amenizar um pouco o sofrimento das trabalhadoras domésticas.

Dulce: Você acha que o mundo pós-pandemia, do ponto de vista das trabalhadoras domésticas, vai mudar? Hoje as pessoas estão fazendo muito trabalho doméstico, já que não têm as trabalhadoras para fazer por elas. Como você vê, do ponto de vista da categoria, esse mundo pós-pandemia?

Cleide: Primeiro eu vou falar como trabalhadora doméstica, depois vou falar como sindicalista. Eu, como trabalhadora doméstica, já valorizava o meu trabalho, agora valorizo mais ainda, porque há pessoas que estão desesperadas, que engessam a mão porque dói, que sentem dor na coluna... Quer dizer, neste momento os patrões estão vendo como o trabalho doméstico tem valor. E eu, como sindicalista, falo para as minhas companheiras trabalhadoras domésticas: valorize o seu trabalho, preste atenção neste momento, reflita que o seu trabalho tem valor, porque, se você precisa do dinheiro do seu trabalho, o seu patrão precisa do seu trabalho. É

uma troca. Não é só você que está precisando, como a maioria dos patrões botam na cabeça da trabalhadora: "Olha, se você sair daqui, vai passar fome. Você não vai conseguir nada fácil, não. Eu te dou moral" – esse tipo de assédio. Nesse momento, ela deve refletir, deve pensar que o trabalho dela tem valor. Tem que se valorizar! Tem que empoderar essa mulherada e mostrar que elas podem! Nós, trabalhadoras domésticas, sabemos fazer tudo (sabemos cozinhar, passar...), então nunca vamos passar fome! Sempre vamos ter alguma coisa. A maioria das trabalhadoras domésticas vende uma roupinha também, faz unha, ou seja, sabemos fazer um pouco de um tudo. Não temos faculdade, não temos um canudo, mas temos a faculdade da vida! Essa é a maior faculdade, porque, se você faz uma faculdade, mas não faz um estágio... Você precisa do estágio, não é? E nós já temos o estágio diário: o estágio da vida. Estamos sempre na luta, correndo atrás. Então, eu sempre falo para as trabalhadoras "se valoriza", porque depois dessa pandemia com certeza o nosso trabalho vai ter mais valor. Mas para isso as trabalhadoras têm que se valorizar, têm que procurar sempre quais são os seus direitos, o que podem ou não fazer, principalmente as diaristas. Você não é obrigada a chegar às 8 horas da manhã e sair à meia-noite por um trabalho, fazer em um dia tudo o que uma mensalista faz. É preciso se impor, e não fazer tudo, porque hoje você tem esse dinheirinho, mas amanhã você não terá a saúde. Então, tem que se valorizar.

Paulo: Muito obrigado, Cleide!

Cleide: Eu que agradeço!

Alessandro Conceição

Centro de Teatro do Oprimido (CTO)

Alessandro Conceição é formado em jornalismo pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha) e mestre em Relações Étnico-raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). Atualmente é dirigente do Centro de Teatro do Oprimido (CTO). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 10 de julho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Heloisa Buarque de Hollanda (ECO/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Temos a honra de conversar hoje com o jornalista Alessandro Conceição, artista ativista do Centro de Teatro do Oprimido (CTO). Alessandro Conceição será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e pela professora da UFRJ Heloisa Buarque de Hollanda.

Dulce: Antes de se formar em jornalismo e fazer o seu mestrado em Relações Étnico-raciais, você trabalhou como camelô, foi jovem aprendiz de banco e também atendente de loja. Você pode falar um pouco da sua trajetória? Eu também gostaria de saber como foi o seu encontro com o teatro.

Alessandro: Essas atividades que você especificou são atividades de sobrevivência. Eu comecei aos 9 anos, trabalhando com o meu pai na Zona Oeste do Rio. Sou de Niterói, voltei a morar em Niterói, mas quando fui morar no Rio, na Zona Oeste, entrei no emprego informal. Meu pai foi trabalhar como camelô nas ruas de Campo Grande, e eu fui com ele. Depois que voltei para Niterói, com 14

anos, fui trabalhar em lojas como atendente (ainda na informalidade), até que consegui um emprego formal de jovem aprendiz. Foi uma maravilha! Carteira assinada, alguns benefícios trabalhistas... Então, foi muito bom nesse sentido. Com 18 anos, conheci o Teatro do Oprimido e a Cláudia Simone, no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, aqui em Niterói, com o Grupo Pirei na Cena. Mas não era para eu fazer teatro, era só para carregar o cenário. Como eu estava em busca de emprego, fui carregar esse cenário e acabei me encantando pela metodologia do Augusto Boal. Quando vi os usuários de saúde mental fazendo teatro, pensei: "Nossa! Essas pessoas malucas fazendo teatro? Que teatro bom é esse?". Fiquei encantado e também comecei a quebrar uma série de preconceitos sobre "pessoas malucas". Eu achava que as pessoas estavam trancadas. Então, foi um encontro maravilhoso, um encontro fundamental nessa busca de trabalho, de colocação no mundo nesse sentido. Depois me formei em jornalismo. Foi um pouco tarde, mas entrei na universidade e depois na pós-graduação.

Dulce: Para explicar aos ouvintes, eu vou falar um pouco sobre o CTO, que é o Centro de Teatro do Oprimido, criado por Boal em 1986, em pleno processo de redemocratização do país, quando saíamos de uma ditadura militar. Essa proposta do Boal já tem trinta e tantos anos! A ideia dele era exatamente democratizar os meios de produção teatral e levar o teatro às camadas menos favorecidas da sociedade. Muitas mudanças ocorreram no país ao longo desses anos, e eu gostaria que você nos dissesse se essa proposta persiste da mesma maneira como o Boal a idealizou. Quais são as principais atividades do CTO, não só aqui, como também em outros países? Porque há um feito impressionante: vocês conseguiram expandir o Teatro do Oprimido para outros países, para vários países africanos, da América Latina. Você pode falar um pouco sobre a proposta do CTO?

Alessandro: Posso, sim. É interessante você iniciar a fala citando a redemocratização. Em tempos atuais, redemocratizar... Foi nesse período mesmo que o Boal surgiu com a ideia, a convite do Darcy Ribeiro, um antropólogo, vice-governador na época e secretário de cultura. Nessa época de implementação dos Cieps, Darcy Ribeiro e Brizola já estavam em busca de metodologias inovadoras e democráticas nesse sentido. O grande trunfo do Teatro do Oprimido, da sua metodologia, é ser um método de fácil aplicabilidade, em que o corpo é o nosso instrumento. Boal sempre dizia que ser humano é ser artista. O teatro é uma condição humana não apenas para pessoas que se acham sacralizadas ou muito competentes e que vão segui-lo como carreira; ele também é uma ação de vida. O trabalho do CTO, quando começa em 1986, vem com esse objetivo: difundir um método que nem era conhecido no Brasil. Até hoje, Boal é muito mais conhecido fora do país. Então, a ideia de democratizar, de tornar algo acessível para todos e todas, vem com esse objetivo e é posta em prática a partir de jogos, de técnicas teatrais. Muitos anos se passaram, muitas mudanças ocorreram no país, tivemos crises – inclusive com o falecimento de Boal em 2009 –, mas seguimos com esse objetivo de democratizar o teatro, de democratizar a arte através da estética do Teatro do Oprimido. Mas também acreditamos que não levamos nada, que isso é uma ferramenta. Pensamos assim "vou levar o teatro, vou levar a arte para as pessoas", mas acreditamos que ele é uma ferramenta e que as pessoas podem decidir usá-lo como bem entenderem, a partir da estética delas. Trabalhamos com jogos e exercícios de fácil aplicabilidade, e a partir daí as pessoas os utilizam e se redescobrem, descobrem o que já está nelas. Então, este é o grande objetivo do método e do CTO também: transformar a realidade a partir da arte. Mas também não temos pernas para tudo isso, o ideal é que cada coletivo utilize o método como bem entender. Portanto, não vamos mundo afora, não temos pernas nem verbas para isso, mas, por ser uma

metodologia fácil, as pessoas conseguem aplicá-la a partir de sua realidade em qualquer lugar. Temos um trabalho muito forte no conjunto de favelas da Maré; temos também um grupo em Nova Iguaçu, o de Paulo Chique; e temos um aqui em Niterói, no Hospital Psiquiátrico. Estamos formando parcerias para iniciar o trabalho em São Gonçalo. Ano passado [2019], realizamos apresentações em várias cidades do estado e também em outras capitais do país, em vários núcleos. A ideia é esta: o CTO não controla tudo; a gente encabeça, e cada núcleo, cada centro, tem a sua forma de fazer. Semana passada, conversamos com o Centro de Teatro do Oprimido de Matuto, que também tem essa preocupação com a pandemia. Eles têm um trabalho em treze províncias de Moçambique e estão preocupados, porque em Moçambique a pandemia também está crescendo e prejudicando demais os trabalhos. O Teatro do Oprimido também está em Israel, na Palestina, nos Estados Unidos e está aqui em toda a América Latina. O movimento da Argentina é muito grande; o pessoal do Chile vem fazendo encontros e o movimento é grande no país como um todo. O Teatro do Oprimido também está no Oriente Médio. A Bárbara Sanches lançou recentemente o *Cerdas oprimidas* e nos trouxe um livro do Oriente Médio e um da Ásia, um livro em vietnamita. Ela foi ao Vietnã e trouxe um livro do Boal traduzido para o vietnamita.

Dulce: Você também é um militante da causa racial. O mundo está vivendo essa evolução toda com o grande lema "Vidas negras importam". Como você vê esse movimento, que está com muita força nos Estados Unidos e também aqui no Brasil?

Alessandro: Eu acredito que tudo o que está acontecendo é uma luta secular. Para as pessoas parece que: "Oh, se elucidaram! Uma epifania! Vidas negras importam! Ah, que bom! Vamos escutar o que as pessoas negras estão trazendo", mas essa é uma luta de

séculos, principalmente no Brasil. Eu fico imaginando pessoas do movimento negro ou pessoas que não se denominavam assim, mas que estavam ali lutando e eram chamadas de loucas, eram presas, mortas, linchadas, e ainda são, e agora veem essa luta circular, se expandindo e de alguma maneira se ampliando. Não é o ideal, está longe de ser o ideal, porque há uma certa hipocrisia e um certo modismo. Então, a minha preocupação é que isso fique, eu vejo um movimento muito forte nesse sentido. Vejo, com os meus olhos evidentemente, que nunca é o ideal como a gente imagina. O que seria ideal num mundo que não é ideal, no mundo racista, numa sociedade racista, com todas as raças e etnias? Eu acho muito interessante que falemos "raça", embora queiram insistir que somos todos humanos e humanas. Quem realmente tem direito a benefícios? Quem é o humano que sobrevive e quem são os humanos e humanas que não sobrevivem? Estamos falando de negros e negras, no contexto das guerras indígenas e de outras etnias, dadas as questões raciais de cada país e de cada região. Então, vejo essa questão como movimento, como militante negro, militante antirracista, até porque acredito que ser negro num país deste significa que ou você se movimenta, ou você morre. Evidentemente há aqueles que preferem ser capachos de uma ideologia branca, de uma ideologia da branquitude, ou pessoas negras que insistem em dizer que não existe racismo, ou até que servem à branquitude, como o presidente da Fundação Palmares e tantos outros e outras. Mas mesmo essas sofrem o racismo estrutural do nosso país.

Dulce: Essa é uma pauta importante do Teatro do Oprimido?

Alessandro: Sim. É curioso que, quando fazemos as oficinas, as sensibilizações no Teatro do Oprimido, nunca falamos "vamos fazer essa peça". Nós sempre perguntamos: "O que vocês gostariam de falar? O que vocês entendem como opressão?". E então

o racismo vem em segundo lugar. Primeiro é o machismo. Essa questão da misoginia sempre aparece em primeiro lugar, com o racismo em segundo, quase que simultâneo. É uma pauta muito importante, porque, como não somos nós que pautamos, ela vem a partir da necessidade e da urgência, é uma parte importantíssima. Atualmente estamos com cinco grupos em que a maioria é negra e tem como pauta essa discussão antirracista, a questão da opressão racial.

Dulce: Eu vou passar a palavra agora para a Heloisa Buarque de Hollanda, que vai interagir com você.

Heloisa: Alessandro, vamos voltar a essa questão do racismo. Temos visto que a compreensão agora é a de que esse racismo é estrutural, sistêmico, que não é uma coisa moral nem ética. Ele é um sistema colonial que produziu humanos e não humanos. Eu acho que os brancos têm que entender nesse momento que ou eles estão juntos nessa luta ou a sociedade não anda e não existe democracia. O que você acha disso? Você acha que o racismo é uma responsabilidade dos brancos também?

Alessandro: Essa é uma excelente questão! Eu acredito que a senhora já trouxe a resposta. É muito necessário que brancos lutem contra o racismo. O racismo é uma produção branca colonial eurocêntrica e não faz bem a ninguém, porque, para haver uma sociedade mais justa para todas e todos, é necessário que os brancos questionem "como é que eu cheguei até aqui?", "a minha herança vem do quê?". Mais do que nunca, é hora de os brancos se posicionarem e colocarem a mão na massa. Que bom que a sociedade está entendendo que esse é um sistema estrutural! Que bom que a luta de muitas pessoas através dos séculos, como eu disse anteriormente, está gerando frutos!

Heloisa: Como o Teatro do Oprimido está lidando com esse movimento agora? O tema da desigualdade também aparece no teatro? Em que *ranking* ele está? Você disse que o primeiro tema era machismo e o segundo, racismo.

Alessandro: Estamos lidando com essa questão antirracista. Sempre lutamos nesse sentido, a instituição sempre lutou. Mas uma autocrítica que eu faço é a seguinte: sempre lutamos contra a desigualdade, contra o racismo, contra o machismo, contra a homofobia, contra o desmatamento na Amazônia e no mundo de maneira geral; sempre lutamos por uma vida mais justa, pelos direitos de pessoas deficientes, de idosos, etc. Sempre lutamos, mas a coordenação foi branca durante muito tempo. Agora continuamos lutando por isso: contra racismo, machismo, pelo meio ambiente, pelos direitos de idosos, de pessoas deficientes, das crianças, dos adolescentes, por tudo isso. Só que agora temos uma coordenação negra. Evidentemente isso gera conflito, porque, de maneira geral, mesmo nós, dos movimentos sociais, não estamos acostumados a ver ideias negras e a ser confrontados por pessoas negras. É uma crítica que eu faço na nossa instituição que tem a ver com o racismo estrutural. Mas é interessante também pensar como o racismo nos afeta, e eu acredito que lutar contra o racismo, o machismo, a homofobia é lutar contra a desigualdade. Eu tenho ouvido, principalmente de alguns partidos de esquerda, que a pauta identitária tomou conta das discussões e que por isso não se tem uma luta maior, que é a luta contra a desigualdade. Eu penso diferente. Acho que lutar contra uma opressão, por mais específico que pareça lutar contra o racismo ou contra o machismo, é lutar contra a desigualdade. Imagina promover oportunidades iguais para todas e todos, todas as mulheres, todas as pessoas que não se enquadram nesse padrão de gênero estabelecido, que não são consideradas "normais"! Lutar contra o racismo é fundamentalmente lutar contra a desigualdade, contra o racismo

entre as pessoas negras e também contra pessoas indígenas. Então, acho que a luta contra a desigualdade e tudo o que a gente faz é a nossa pauta! É importante falar "na minha comunidade não tem saneamento básico", mas isso também ter a ver com racismo e com machismo. Então, vamos lá, vamos cobrar isso, porque nós também estamos lutando a favor do direito para todos e todas.

Heloisa: Neste tempo de pandemia, temos inventado formatos alternativos para trabalhar, e o Teatro do Oprimido, pelo que conheço, precisa muito do contato físico, precisa muito ir para a rua, precisa muito de empatia direta, cara a cara. Vocês estão pensando nisso? Estão fazendo algum trabalho para não parar?

Alessandro: A vida impõe a urgência e a necessidade. Nós sempre trabalhamos assim: "Olha, o mais importante é o que está acontecendo agora". Se a realidade diz: "Não vai fazer teatro porque não tem como fazer", então não fazemos teatro. O mais importante é buscar comida. Adoraríamos estar na rua, estar nos grupos, no cara a cara. Só que o mundo não permite. Então, estamos nos reinventando. Para nossa sorte, os jovens desse milênio dominam tudo. Tem um rapaz lá no CTO que está deixando as nossas redes sociais bem atualizadas. Estamos também promovendo campanhas de distribuição de cestas básicas e descobrindo como fazer o teatro. Fizemos um laboratório virtual com a equipe do CTO e uma apresentação de performance virtual em parceria com a universidade. E ainda vamos fazer uma oficina também virtual.

Heloisa: Cada um na sua casa nessa performance?

Alessandro: Cada um na sua casa.

Heloisa: Tinha direção?

Alessandro: Tinha direção compartilhada, que fazemos, mas também tinha uma direção. Estamos observando que essa pandemia acentua o reflexo da desigualdade. Vemos que nem todo mundo da equipe tem uma internet de qualidade, e esse "todo mundo" são pessoas negras que moram em favelas. Muitas vezes a conexão não é boa, falha, cai, então estamos tentando nos adaptar à realidade. A realidade sempre se impõe e reflete as desigualdades que existem nela mesma. Então, estamos sempre nos reinventando pela necessidade.

Heloisa: É, mas a internet agora deve estar segurando um pouquinho a onda de todo mundo, porque não dá para parar, e a cultura está com um papel importante nesse contexto. O que você acha disso? Neste momento de pandemia, qual é o lugar da cultura, do teatro, por exemplo, que é o seu caso?

Alessandro: O lugar do teatro é o lugar da sociedade. Eu acredito nesse potencial do teatro e do Teatro do Oprimido. Acredito que a transformação do mundo em um mundo melhor e mais justo é através da arte. Acho que a arte tem essa possibilidade de fazer com que nos respeitemos, de nos fazer compreender o mundo, olhar em volta. Pela metáfora que a arte é, ela nos possibilita pensar: "Uau! Esse mundo não é tão óbvio como estamos vendo!". Ele também é óbvio, mas pode ser diferente. Enfim, como devemos lutar contra todas essas corrupções, todas essas desigualdades num plano estrutural, macro? Evidentemente tem que haver leis, tem que haver outros mecanismos, mas a arte pode nos ajudar não só a não pirar, mas também a estimular nossa vida.

Heloisa: A transformar.

Alessandro: Exato.

Heloisa: Eu trabalho direto com cultura da periferia. Vocês têm ligação formal com os grupos culturais da periferia? Vocês usam o *rap*, usam essas linguagens próprias da periferia no seu trabalho?

Alessandro: Como eu disse, temos que estar antenados com a realidade, e o melhor é que nem precisamos mencionar isso. Os jovens utilizam essas manifestações. Por exemplo, em Nova Iguaçu, o Grupo de Jovens Maioria Meninas utiliza o *slam*, essa forma de fazer poesia com música que denuncia a realidade de uma forma brilhante. O Grupo da Maré Pantera, que é um grupo de LGBTs favelados, traz todas essas metodologias que eu considero atuais, não binárias. Isso é maravilhoso, porque é uma quebra do modo como enxergamos a questão, e é fundamental para podermos falar dessas opressões e buscar alternativas. Além disso, nosso espaço está sempre sediando eventos – pelo menos no passado, quando havia eventos ainda. Então, um grande número de pessoas passou a conhecer o movimento de *rap* aqui do Rio, em sua maioria formado por mulheres negras e da Baixada Fluminense, com uma pegada bem bacana. Também é importante tentar conhecer e dominar esses canais de comunicação. Então, quando fazemos uma atividade de teatro com o corpo, há um momento em que paramos e analisamos a palavra, e cada um pode se manifestar na forma de poesia, de declaração de identidade, o que mais impressionar. Nós analisamos algumas palavras do dia a dia, o que a grande mídia fala, os discursos mais repetitivos, e buscamos transformar isso em poesia, em arte. Então, essa prática é muito recorrente no nosso trabalho.

Paulo: Obrigado, Alessandro!

Iago Montalvão

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Iago Montalvão nasceu em Goiânia (GO) em 14 de maio de 1993. É estudante de economia na Universidade de São Paulo (USP). Sua história de militância começou cedo, no Grêmio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Em junho de 2019, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 17 de julho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Maria Lúcia Werneck (IE/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber Iago Montalvão, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Iago será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Maria Lúcia Werneck, professora da UFRJ.

Dulce: Olá, Iago! Eu não posso começar essa entrevista sem falar da questão do Ministério da Educação, que é o ministério com que vocês, da UNE, como estudantes, se relacionam. Estamos vivendo esse impasse terrível, uma crise! Hoje, no dia da nossa entrevista, 6 de julho de 2020, estamos sem ministro da Educação. Tivemos uma série de nomes agendados depois de desastrosas gestões. Eu queria saber qual é a expectativa de vocês. Como você percebe esse impasse e essa indecisão do governo diante desse problema fundamental da sociedade brasileira que é a questão da educação?

Iago: Muito obrigado pelo convite a todos que constroem a Universidade da Cidadania! Para mim é um prazer poder estar falando aqui, embora infelizmente falando sobre a situação terrível em que

a nossa educação se encontra hoje no país, fruto de um projeto do governo Bolsonaro de destruição da educação brasileira. Na verdade, o grande projeto do governo Bolsonaro é transformar o MEC numa ferramenta de guerra cultural desse conservadorismo que ele representa e que de fato tem colocado a nossa educação num verdadeiro caos. Há um ano e meio de gestão do governo Bolsonaro que nossa educação, nosso Ministério da Educação, vive em crise – crise desde o primeiro ministro. O segundo, que foi o Weintraub, se sustentava através de polêmicas, justamente levando a cabo essa guerra cultural do bolsonarismo ligado ao Olavo de Carvalho. Agora, mais uma vez, a crise volta ao MEC com a ausência de um ministro. Na verdade, o Bolsonaro não consegue encontrar ninguém que de fato possa sustentar esse absurdo que é o projeto de educação dele. Então, nós, estudantes, vivemos à deriva, em meio a esse caos e a essas consecutivas crises no Ministério da Educação. É muito lamentável que isso aconteça, mas nós entendemos que esse é justamente um projeto deste governo, algo que a substituição de nomes ali no ministério não vai resolver. Então, a nossa luta é por uma educação libertadora, de qualidade, que passa justamente pela superação desse governo que tanto ataca as nossas universidades e escolas.

Dulce: Você é nascido e criado em Goiás, sempre estudou em escolas públicas e foi eleito presidente da UNE em julho do ano passado. Você foi estudante de história em Goiás, depois foi para a USP fazer economia, então você tem uma relação fortíssima com a questão do ensino público no Brasil. No ano passado, logo no início do governo Bolsonaro, a defesa da educação mobilizou muito a sociedade, sobretudo os estudantes, que fizeram manifestações gigantes. Por que essas manifestações não tiveram continuidade? E como você vê o papel do movimento estudantil e da UNE nesse processo todo?

Iago: Primeiro, devo dizer que de fato tenho uma relação muito forte com o ensino público e, especialmente, com a universidade pública, porque eu tive o prazer e o privilégio de estudar no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás. Então, tive contato com aquilo que considero o modelo mais avançado de educação que temos no nosso país e que é justamente o público; daí a valorização desse nosso patrimônio que é a educação pública e que foi justamente o que mobilizou os estudantes no ano passado. Os ataques do Weintraub e do Bolsonaro que mobilizaram as pessoas se direcionavam justamente à universidade pública, seja pela retirada de investimento, seja pela tentativa de desmoralização, porque o ataque vem com esse aspecto duplo: de corte de investimentos nas universidades aliado a uma narrativa de ataque e desmoralização da universidade pública. Então, isso fez com que os estudantes se mobilizassem com muita força. Vimos ali que havia uma movimentação orgânica dos estudantes, que organizavam assembleias nos seus cursos, nas suas universidades. Conseguimos não só fazer as maiores manifestações contra o governo Bolsonaro, como também uma das maiores manifestações no quesito de número de cidades da história das manifestações, justamente porque o movimento estudantil tem essa capilaridade e essa capacidade de alcançar lugares muito distintos no Brasil. Mas as manifestações surgem muito no intuito de dar uma resposta a uma determinada pauta, que naquele momento tinha a ver com aquela provocação do Weintraub sobre balbúrdia[1] e que deixou muitos estudantes indignados. Conseguimos manter essa mobilização durante um tempo, e depois houve outras. Claro que é muito complexo e difícil manter as mobilizações muito grandes durante muito tempo, mas participamos, por

1 Referência a uma declaração dada em 2019 pelo então ministro da Educação, Abraham Weintraub, que prometeu cortar recursos de universidades federais que estivessem promovendo "balbúrdia" em seus espaços.

exemplo, da greve geral do dia 14 de junho. Em agosto do ano passado, fizemos uma nova mobilização, que também foi relativamente grande, alcançando mais de 150 municípios; depois fizemos outra no 7 de setembro e novamente nos dias 2 e 3 de outubro. Então, houve uma agenda de mobilizações, que, claro, tem altos e baixos, mas que de alguma forma mobilizou parcelas importantes das universidades. Uma coisa que me chamou bastante a atenção foi o movimento de levar a universidade para a rua, que chamamos de "Aula na Rua". É um projeto que passamos a enxergar com muito bons olhos, em que os estudantes não só iam às manifestações como também se mobilizavam para levar os seus projetos, as suas pesquisas, para a rua, para as praças, para mostrar às pessoas. Essa foi uma mobilização permanente durante o ano passado e que tem a ver com essa disputa de narrativa e de concepção do que é a universidade para a sociedade, tentando mostrar para as pessoas qual é o papel das universidades, de modo que o governo não as desmoralize, não ganhe essa disputa de narrativa atacando o que é a universidade pública. Neste ano, só não voltamos a nos mobilizar daquela mesma maneira por conta da pandemia. Mas vimos, por exemplo, que a questão do Enem mobilizou muitos estudantes pela internet e levou o tema a ser discutido com muita força nas redes sociais. Os estudantes não puderam ir às ruas, mas de alguma forma estavam ali se mobilizando também.

Dulce: Essa pauta do Enem é muito importante.

Iago: Essa foi uma luta que não precisava acontecer, porque era muito óbvio o adiamento do Enem. Houve adiamento das Olimpíadas, de eventos internacionais, de provas nos Estados Unidos, na China, em tantos países, mas aqui a insensibilidade do governo era tamanha que nós tivemos que lutar pelo óbvio. E foi assim que houve uma grande mobilização. Quando o Ministério da Educação

anunciou o cronograma, nós, das entidades estudantis, já havíamos denunciado a impossibilidade que os estudantes fizessem aquilo naquela data. Mas, ainda assim, o governo foi duro, não quis mudar as datas. Foi necessário que houvesse toda uma mobilização, que os estudantes nas redes sociais ganhassem apoio de influenciadores, artistas, políticos, para que a sociedade falasse sobre esse tema. O governo, inclusive, deu uma ajuda também, porque, quando divulgou aquele vídeo horrível em que apenas uma elite era representada naquela propaganda do Enem, os estudantes ficaram ainda mais indignados, e isso fez com que o tema chegasse ao Congresso Nacional e impusesse uma derrota política – na verdade, humilhante – para o governo. Foram 75 senadores contra 1, o que demonstrou o potencial e a capacidade de amplitude da bandeira da educação. A partir da mobilização dos estudantes – dos abaixo-assinados, das ações na justiça, dos tuitaços –, conseguimos ganhar toda a sociedade e levar essa pressão para que o MEC recuasse. Hoje ainda continuamos nessa disputa. O MEC, sem nenhum critério, apresentou uma enquete com as novas datas; a opção que ganhou foi justamente aquela que defendíamos: a que apontava para a necessidade de um adiamento maior. A data de dezembro que eles colocaram na enquete foi a que ficou em último lugar. Eles colocaram uma data em maio, que ficou em primeiro lugar, mas agora estão dizendo que em maio não é possível fazer o exame, porque atrapalharia o calendário das universidades. Então, por que colocaram essa data lá? Nós estamos, desde o início, dizendo que, para tomar essa decisão, é necessário diálogo com reitores, secretários, estudantes, professores, com todos os interessados. É isso que continuamos defendendo para a decisão sobre a data do Enem e sobre o que fazer também para reduzir os impactos da pandemia em toda essa juventude que infelizmente está fora da escola por conta desse cenário.

Dulce: Eu passo agora a palavra para a professora Maria Lúcia.

Maria Lúcia: Eu acho que as movimentações do ano passado e, particularmente, a presença do movimento estudantil lembram o 15M.[2] Eu era presidente da Associação de Professores da UFRJ e, na época, estávamos muito engajados nessa movimentação de aula na rua, etc. Se não fosse o movimento estudantil, não teríamos tido a presença maciça de pessoas, a expressão que teve o 15M, por exemplo, e as manifestações seguintes. Acho que essa movimentação do ano passado foi a primeira em que os estudantes apareceram, foram às ruas, se mobilizaram, participaram do processo político a partir de um tema específico, que é um tema que interessa por demais toda a sociedade, o tema da educação.

Iago: Eu acho que a educação sempre foi uma bandeira muito ampla, que consegue conquistar e trazer setores diversos da sociedade. Há os mais diretamente interessados, vamos dizer assim: estudantes, professores, técnico-administrativos, educadores em geral que têm uma defesa muito forte da pauta da educação. Mas a educação vai além dos diretamente envolvidos. Vimos no ano passado, por exemplo, que nessas manifestações havia famílias preocupadas com o futuro de seus filhos estudantes, ou mesmo famílias que queriam que seus filhos ingressassem na universidade pública e viam que eles poderiam ter esse direito ameaçado pela destruição que o governo queria promover na educação pública. Nesse sentido, essa pauta mobilizou muitas pessoas, que, inclusive, não estavam acostumadas à participação política, a fazer militância. Acho que precisamos falar muito da educação neste momento em que há o

2 Manifestação nacional ocorrida em 15 de maio de 2019 que reuniu principalmente estudantes, professores e profissionais da educação em protesto contra os cortes de verbas nas universidades federais e os ataques ao ensino público promovidos pelo governo Bolsonaro.

avanço de um pensamento muito conservador e que vai formando uma base para a população que pensa da mesma forma. Precisamos ganhar a maioria da população, isolar esses grupos que têm esses pensamentos ultrarreacionários, fascistizantes. Para ganhar a maioria da população, precisamos falar de pautas que envolvam as pessoas para além das suas diferenças menores. E a educação é uma bandeira que consegue unir as pessoas. Temos como exemplos a questão do "tsunami da educação" no ano passado, que foram aquelas mobilizações convocadas pelos setores da educação, mas que ganharam a sociedade como um todo, e também agora a questão do Enem. O adiamento do Enem foi uma pauta que começou sendo abordada pelos estudantes, mas, pouco tempo depois, toda a sociedade estava mobilizada em torno dela; o tema não ficou limitado só aos educadores ou aos estudantes. Então, acho que precisamos falar muito da importância da educação, de como ela pode ser usada como instrumento para a redução da desigualdade social, das injustiças sociais, de como pode contribuir para o desenvolvimento do nosso país, porque sem educação, sem ciência, não há construção de tecnologia, de soluções para questões sociais importantes. Nós precisamos falar sobre isso! E precisamos, sobretudo, usar a bandeira da educação como essa bandeira que une as pessoas. Acho que o movimento estudantil acredita muito nisso, por isso temos falado bastante das pautas educacionais, que são pautas não só do movimento estudantil, mas de todo o povo brasileiro.

Maria Lúcia: Uma novidade que tem aparecido no movimento estudantil são os coletivos, não só os diretórios acadêmicos, a própria UNE, etc., mas uma série de coletivos que unem estudantes e que representam uma forma diferente de organização. Esses coletivos são bem diferenciados: há os que passam pela questão de gênero, os que passam pela questão de raça, os que passam pela questão da política. Como a UNE lida com isso?

Iago: Eu acho ótimo esses coletivos existirem e se fortalecerem. A UNE, há algum tempo, tem buscado formas de dialogar com esses setores, com essas iniciativas, com essas frentes que representam temas transversais. A questão da luta antirracista, por exemplo, é uma questão transversal, porque ela está na estrutura, na formação da sociedade brasileira. É o racismo estrutural. O próprio machismo e a questão do patriarcado são temas que encontramos em qualquer lugar, inclusive na educação, na universidade; por isso dizemos que são transversais. A UNE tem buscado dialogar com isso há algum tempo, por exemplo, com a criação dos encontros nacionais de estudantes, como o encontro de mulheres estudantes, que já vem se consolidando, inclusive, como o maior encontro de jovens feministas, de estudantes mulheres, que acontece de dois em dois anos; há também o encontro antirracista de estudantes, o encontro de negros e negras estudantes, o encontro LGBT de estudantes, que acontece a cada dois anos. Há todos esses encontros sendo organizados, como também ocorre no ambiente da cultura. A UNE hoje tem uma entidade que funciona como um de seus braços, o Cuca, ou Circuito Universitário de Cultura e Arte, que é uma iniciativa para resgatar de alguma maneira o que era o CPC da UNE e para dialogar também com esses coletivos da área da cultura, das artes. A cada dois anos, a UNE realiza a sua bienal de cultura e arte, que é um outro evento que se relaciona muito com esses coletivos e que promove atividades autogestionadas, além de debates vinculados às mais diversas frentes. Acho que isso é muito importante, porque os estudantes passam a se organizar também a partir daquelas pautas que mais interessam a eles, com as quais eles têm maior proximidade e têm que lidar cotidianamente. Por exemplo, uma estudante negra, nessa condição, tem que lidar com a luta contra o machismo e o racismo cotidianamente na sua vida, e nada mais justo do que querer se organizar em torno dessas pautas. Eu acho que isso fortalece demais o movimento estudantil, porque

traz novos atores e atrizes para esse ambiente da luta organizada, que podem e devem, sim, dialogar com os mecanismos – vamos dizer assim – mais tradicionais da organização estudantil, que continuam sendo fundamentais para a mobilização dos estudantes. O "tsunami da educação" no ano passado [2019] foi uma grande prova disso! Os estudantes conseguiram ir às ruas a partir da sua atuação em cada local: os centros acadêmicos chamavam assembleias, os coletivos construíam a mobilização juntos; o DCE chamava assembleia, os coletivos estavam juntos. Então, essa organicidade da base do movimento estudantil com todas as suas entidades é o que cria esse importante potencial mobilizador.

Maria Lúcia: A pandemia nos impôs uma maneira diferente de nos relacionarmos com o mundo. Nenhum de nós tinha passado por essa experiência ainda. Os movimentos sociais e, em particular, o movimento estudantil promoveram mudanças na forma: a interação tem que ser virtual, não há mais rua. Porém, não houve mudança só na forma, mas também no conteúdo. Como você colocou muito bem, o Enem virou uma questão nacional; as pessoas querem saber por que milhões de estudantes fazem o exame todo ano. Mas, além do Enem, outros itens de pauta também estão colocados para o movimento estudantil, assim como para o movimento dos professores, como, por exemplo, a incorporação do ensino remoto – ele ajuda ou não? Há aqueles que não têm acesso... –, a questão do cancelamento do período letivo, propostas de período letivo excepcional. Tudo isso são questões "novas" colocadas pela pandemia e que estão na agenda do movimento estudantil. Como é essa nova modalidade de mobilização e de agendamento de questões? É mais fácil ou mais difícil?

Iago: De fato, esse é um período muito complexo. Primeiro, porque ninguém viveu algo do tipo, então ninguém tem experiência

com uma situação em que as pessoas precisam se isolar, em que temos um número de mortes altíssimo, potencializado por um governo que despreza a vida das pessoas e ignora o problema da pandemia e que assim favorece muito o crescimento da contaminação e o número de mortes. No nosso caso, a dificuldade é ainda maior, porque o movimento estudantil tem como principal forma de organização a mobilização presencial: é a rua, é a manifestação, é a assembleia na universidade, é a passagem em sala de aula que adoramos fazer – aqueles dois minutinhos que pedimos ao professor para falar com o estudante e chamá-lo para a manifestação. Tudo isso, nesse momento, está impossibilitado de acontecer, porque as universidades não têm aulas presenciais e nós não podemos fazer as manifestações massivas que fizemos no ano passado [2019], por exemplo. Então, isso tudo dificulta. Temos tido que nos adaptar de alguma forma com toda essa novidade. Eu acho que uma das soluções criativas que se apresentam para nos adaptarmos é o uso das redes sociais. O movimento estudantil precisou dar mais prioridade à rede social (Twitter, Instagram, Facebook). Tudo isso virou instrumento de mobilização e pressão aos parlamentares e ao governo. E, como nossa sociedade já está muito ligada à rede social e como, neste momento, uma parcela da população e grande parte dos estudantes está no isolamento, a rede social vira um foco muito grande de atenção. Portanto, tem sido um instrumento nosso de mobilização. Por outro lado, têm surgido desafios grandes, como você mesma falou, nas universidades públicas. Como solucionar essa equação difícil de, por um lado, não poder ter aula presencial e, por outro, haver muitos estudantes sem condição de assistir às aulas remotamente? A primeira coisa que nos chama a atenção é que as desigualdades estão sendo escancaradas e ampliadas, numa situação de queda de empregos, de renda... O coronavírus não escolhe quem contaminar por condição socioeconômica, mas os impactos da crise que ele vem gerando têm caído com mais força

sobre quem é mais pobre, sobre a população que já era vulnerável. Então, precisamos buscar formas de garantir que essas pessoas tenham acesso à educação; a própria sobrevivência dessas pessoas precisa ser garantida pelo Estado. Assim, a renda mínima, que tem enfrentado tantas dificuldades, criadas pelo governo, para ser encaminhada a essas pessoas, precisa ser mantida e fortalecida. No âmbito da educação, acredito que o cancelamento do semestre letivo não pode acontecer como uma espécie de "cruzamento de braços" da universidade. A universidade precisa buscar formas de dar aos estudantes a opção de querer ou não estudar, e isso significa fornecer, por exemplo, internet, computador, auxílio psicológico, acompanhamento de assistência social. Nós precisamos, neste momento, mais do que nunca, reforçar a permanência estudantil! Não podemos deixar que os nossos estudantes desistam da universidade. Sabemos que isso tem acontecido por vários fatores, seja financeiro, seja psicológico, seja até mesmo pedagógico, relacionado às dificuldades de acompanhamento dessas atividades remotas. Então, acima de tudo, é preciso diálogo, conversa, porque ninguém vai ter as respostas prontas para enfrentarmos este momento, já que ninguém viveu o que estamos vivendo agora. Os estudantes precisam ser ouvidos, precisam ser envolvidos na discussão com muita força, para que assim busquemos, a partir de cada realidade local, de cada curso, de cada universidade, as melhores formas de lidar com este momento difícil e de reduzir ao máximo os impactos que a pandemia tem sobre os estudantes. Entendemos que a universidade tem sido um exemplo neste momento. Diante de tantas dificuldades, a universidade tem dado esperança ao nosso povo com a produção científica, com a produção de materiais de proteção, com o combate ao coronavírus, com os hospitais universitários. Então, eu acho que a universidade sai também dessa pandemia – eu espero – mais valorizada pela sociedade. Precisamos transferir esse sentimento para nossa luta, para que o governo, o

Congresso, a política valorizem e invistam mais na nossa educação pública, enxergando o papel excepcional que ela tem cumprido nesse período.

Maria Lúcia: Obrigada, Iago!

Iago: Obrigado!

Paulo Galo

Entregadores Antifascistas

Paulo Lima, mais conhecido como Galo, tem 31 anos e é entregador a serviço do IFood, Uber Eats e Rappi. É líder do movimento Entregadores Antifascistas, que tem como objetivo reivindicar melhores taxas e condições de trabalho aos entregadores e que ganhou destaque após o "breque dos apps", ocorrido em 1º de julho de 2020. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 24 de julho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos! Recebemos hoje, com muito prazer, Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como Galo de Rua, uma das principais lideranças do movimento dos Entregadores Antifascistas. Paulo Galo, como se tornou mais conhecido, será entrevistado por mim e por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania.

Dulce: Olá, Galo! Eu queria começar a nossa entrevista falando um pouco sobre a sua trajetória. Você é paulistano, compositor e cantor de *hip-hop* e que, com 31 anos de idade, emergiu como uma das maiores lideranças do movimento de entregadores de aplicativo. Então, antes de entrarmos na história do movimento propriamente dito, eu queria que você falasse um pouco dessa sua trajetória e da sua experiência com o *hip-hop*, que, me parece, teve uma importância grande na sua vida.

Galo: Muito novinho eu já tive uma percepção do mundo político. Eu me lembro que eu, meu pai, minha mãe e um amigo do meu pai fomos a uma churrascaria e lá não queriam nos servir. Meu pai acabou dançando em cima da mesa e dando um show na churrascaria

para poder ser atendido. Aquilo me chamou a atenção. Dias depois, a polícia parou o carro da minha família, tirou meu pai de dentro do veículo e ordenou que ele colocasse o braço para trás. Meu pai não aceitou, porque achava que aquele era um tratamento dado a bandido, e não a um trabalhador. Meu pai se negou a obedecer, e a polícia tentou quebrar o braço dele. Ali, de dentro do carro, muito novinho, eu já tive uma percepção de mundo político. Eu analisei o mundo da seguinte forma: o mundo tem um problema com a gente por motivo nenhum. Quando fiz meus 10, 11 anos, já queria ser respeitado, já queria me impor, não queria que ninguém mexesse comigo, sabe? Então, percebi que quem tinha isso na comunidade onde eu morava eram os bandidos, os criminosos. Só que eu não tinha noção do que o bandido fazia, mas, sim, do que ele recebia – amor, carinho da comunidade, respeito –, e eu queria aquilo para mim também. Comecei a ficar perto dali. A única coisa de que bandido tinha medo era a polícia. A polícia dava tapa na cara do bandido e ele não fazia nada, a polícia chegava e o bandido corria. Certa vez, escutei na rádio uma música que xingava a polícia; os caras falavam o endereço e o nome deles. Então pensei: "Esses caras devem ser os maiores bandidos da história do mundo! Se um dia eu for bandido, tenho que ser igual a esses caras da rádio". Andando por aí, acabei descobrindo pessoas que faziam *rap*. Encontrei um companheiro chamado Du Guetto, que foi meu professor a vida toda; achava muito loucas as letras de *rap* dele. Tinha uma música chamada "Epidemia", que falava que a burguesia sofria de "negrofobia". Eu achava incrível essa letra, queria escrever daquele jeito. Então, cheguei nele e falei: "Como faço para escrever um *rap* igual ao seu, irmão?". Ele me respondeu assim: "Ó, moleque, para você escrever, você tem que ler. Quer cantar *rap* igual a mim? Tem um livro aqui". Eu falei: "Tá bom, me dá o livro". Ele me deu o *Negras raízes*, do Alex Haley. Eu fui para casa, li o livro, me impressionei com tudo que tinha aprendido ali. Escrevi meu *rap*, ficou bom. Ele

falou: "Quer escrever outro? Toma aqui *Malcolm X*, do Alex Haley, o mesmo cara que escreveu *Negras raízes*". Eu li também, e então ele foi me dando outros livros: *As veias abertas da América Latina*, *O príncipe* (do Maquiavel), *Admirável mundo novo*, *1984*, *A revolução dos bichos*. Fui lendo uma série de livros, e, por incrível que pareça, achei que estava lendo para me transformar no bandido da rádio. Aqui em São Paulo, tem um sarau de poesia que se chama Cooperifa. Uma vez, fui levado até lá pelo Du Guetto, pelo Gato Preto e por outros companheiros do *rap*. Eu via o pessoal indo no microfone recitar a letra de *rap* que fazia. Eu vi que tinha um pessoal mais acadêmico, um pouco mais diferente do ciclo de amizades que a gente tinha, batendo palma para eles. Então, descobri que os caras não eram bandidos, que eram inteligentes, respeitados – não porque eram bandidos, e sim porque eram inteligentes. Percebi que *rap* e crime não tinham nada a ver. Então, descobri ali que eu não queria ser bandido, que eu queria ser inteligente. O movimento *hip-hop* foi minha escola política, tudo que eu aprendi de política foi através do movimento *hip-hop*. Hoje tenho 31 anos de idade e sou uma das crianças do *hip-hop* que amadureceu.

Dulce: A *uberização* é um sistema. Não há relação de emprego formalizada, mas mesmo assim esse fenômeno tem atingido vários países do mundo, inclusive o Brasil. De acordo com essa lógica, as pessoas que prestam serviço para as empresas, por não terem um vínculo formal de trabalho, são chamadas de "empreendedoras". Qual é a sua visão sobre esse fenômeno da *uberização*? E, nessa situação, como se dá a relação dos trabalhadores com as empresas?

Galo: Como se faz para um povo não se unir? Primeiro, fazendo ele não se enxergar como povo. Se não se enxergar como povo, ele não vai se unir, discutir as coisas e ir para cima do algoz, certo? É igual à questão dos pretos no Brasil. Para muitos, eu não sou preto! Eu

me considero preto, me considero parte do povo preto, o meu pai é preto, a minha família é preta, o bairro em que nasci é preto, as comidas que comi são de preto, a vida que vivi é de preto, eu sou o quê? Só que tem muita gente dizendo: "Não, mas a sua pele é clara, seu cabelo é mais maleável, então você não é preto". Ou seja, você joga a autoestima desse povo lá embaixo, desarticula esse povo para que ele não se enxergue como povo, para que ele não se enxergue parte daquilo. Depois você deixa essas pessoas espalhadas, cada uma por si. O capitalismo gosta disto: cada um por si, meritocracia, você faz o seu. Não é você mais os seus amigos que vão se juntar para fazer alguma coisa; você faz o seu, o seu amigo faz o dele, e assim por diante. E isso funciona com os trabalhadores também. Então, fazer o trabalhador não se ver como trabalhador é uma forma de ele ficar espalhado por aí – "você não é trabalhador, é empreendedor"; "você é quase igual a nós"; "se você trabalhar bastante, pode ser rico igual a mim". As pessoas acreditam, as que não estão bem da cabeça acreditam. E o brasileiro, no geral, não está bem; o psicológico do brasileiro, no geral, não está bem. O brasileiro é um povo que, neste exato momento, está negando a política; por isso o fascismo está tão forte no Brasil, porque o povo está negando a política. Quanto mais se nega a política, mais porta se abre para o fascismo. Então, essa tática de dizer "você não é trabalhador, é empreendedor", você é quase igual a nós", acabou funcionando; os caras acabaram se enxergando como empreendedores. Só que não tem nada de empreendedorismo nisso. Subir numa moto e entregar uma comida num valor que você não estabeleceu, ganhar menos que 50 centavos por quilômetro, isso é empreendedorismo? Carregar comida nas costas com fome? Correr o risco de ser infectado? Se machucar e ser abandonado pelo aplicativo? Ser bloqueado? Isso é empreendedorismo? Onde?! Isso não é empreendedorismo, é exploração! No trabalho como sempre conhecemos, com carteira assinada, há o RH: se você precisa conversar alguma coisa com o

patrão, você vai no RH. O RH já era uma fronteira do tipo "não vem encher meu saco, não, peão". O patrão colocou o RH ali para falar para o trabalhador: "O peão não passa daí, não. Enche o saco de outro funcionário". Você coloca os trabalhadores para brigar, para resolver os problemas da fábrica, e deixa o patrão lá no canto dele, sossegado. O patrão não quer ter problema com a fábrica, ele só quer contar dinheiro. O aplicativo tem isso também, só que ali ninguém vê a cara do patrão, ninguém sabe quem ele é, e no lugar do RH tem um robô. Quando o robô não dá conta de resolver o problema do entregador, ele passa para um atendente de *telemarketing*, que tem uma cartilha. Esse atendente, que pode estar lá no Acre, vai ter que resolver o problema de um entregador que está aqui em São Paulo, que se acidentou e precisa resolver o problema dele aqui. Se o problema desse entregador não estiver dentro da cartilha do atendente, ele não vai conseguir resolver. E o que acontece? Trabalhador fica brigando com trabalhador. O entregador fica brigando com o atendente de *telemarketing*, dois precarizados se matando. Por exemplo, você pede um remédio de 300 reais e eu vou à farmácia comprar esse remédio para você; depois que eu já comprei esse remédio, você cancela o pedido. Automaticamente entra uma dívida de 300 reais para mim. Eu vou então tentar resolver essa dívida com o robô, que não vai dar conta de solucionar o problema. Em seguida, o robô vai me passar para um atendente de *telemarketing*, e eu vou ficar brigando com ele. A mesma coisa acontece com a comida. A gente trabalha o dia inteiro com fome, e então às 11 horas da noite, morrendo de fome, um cliente cancela uma comida, uma pizza; essa dívida da pizza, de 60 reais, por exemplo, entra para o entregador. Como o entregador vai tirar essa dívida? Indo, no dia seguinte, ao *hub* do aplicativo e entrando numa fila; todo mundo com comida podre na mão, tendo de esperar a sua vez para entregar a comida na bancada do atendente e poder falar assim: "Está aqui a comida, eu não comi nem roubei a comida. Vocês podem tirar a dívida para

mim agora?". Depois de três, quatro horas dessa fila, dessa espera, você consegue entregar a comida podre, e eles retiram a dívida. Dívidas entram por nada, e você tem que provar que a culpa não foi sua, embora nem sempre você consiga.

Dulce: Eu passo a palavra agora para Paulo Fontes. Muito obrigada!

Paulo: Olá, Galo! Vocês criaram o movimento dos Entregadores Antifascistas e conseguiram uma mobilização e uma visibilidade que têm surpreendido a muitos. Você poderia contar um pouco como esse movimento foi criado, quais as principais reivindicações, quais os desafios para organizar uma categoria, como você falou, tão dispersa, tão espalhada e tão precarizada? E como você avalia a recente greve que fizeram no dia 1º de julho?

Galo: Sou um antifascista desde criança. Desde a história de quando o meu pai subiu na mesa e começou a sapatear para poder ser atendido. Sou um antifascista desde essa época. Você não sabe o que significa, mas já tem um sentimento de que é contra aquilo. O *hip-hop* acabou me ensinando a que eu era contrário, do que eu não gostava, o que eu odiava, o que eu amava. Mas sou um antifascista desde aquela época. Num país onde a onda do fascismo está alta e forte, acho que eu não teria criado outro movimento que não fosse antifascista. Então, os Entregadores Antifascistas já nascem no primeiro momento em que entendo que o aplicativo é fascista. O aplicativo não tem rosto, não tem cara, não tem patrão; ele é um robô, coloca trabalhador contra trabalhador, impede o trabalhador de negociar, estabelece uma taxa que ele acha justa (menos de 50 centavos por quilômetro). Para mim, isso é fascismo. Então, a ideia dos Entregadores Antifascistas é ir direto no problema. Faria mais sentido se fossem Entregadores Anticapitalistas, concordo, mas se os entregadores perderem tempo indo atrás da

empresa que está acabando com eles, vão acabar indo lá na Play Store e descobrindo que todo dia surge uma empresa nova. Todo dia surge um aplicativo novo de *delivery*. Eles não estão no ramo do *delivery*, estão no ramo da exploração. O grande negócio lucrativo nisso é a exploração, não é a entrega de comida. Então, eu não vou perder o meu tempo. Veja bem: se eu falar mal da Adidas, é a Nike que ganha; se eu falar mal da Nike, é a Adidas que ganha. Não vou ficar perdendo o meu tempo falando mal de um e de outro, do aplicativo X, ou do aplicativo Y. Não, porque para mim é assim: a raiz é egoísta; o tronco é capitalista; os galhos são o racismo, o machismo, a homofobia; os frutos são isso aí, aplicativo, Bolsonaro, Luciano Huck... Eu respeito quem bate no fruto e quem bate no galho, mas para mim é machadada no tronco e depois arrancar o mal pela raiz. Então, a ideia de ser Entregadores Antifascistas é ir diretamente no tronco. É mostrar que não concordamos com isso, que isso está errado. Qual é a luta dos Entregadores Antifascistas? É a luta pela CLT, pelo conjunto de luta dos trabalhadores. Eu não abro mão da luta dos trabalhadores. A liberdade fomos nós que conquistamos; salário mínimo, FGTS, férias, seguro desemprego, insalubridade, adicional noturno fomos nós que conquistamos. Os trabalhadores conquistaram vários direitos, e eu não abro mão de nenhum. Não é um aplicativo que vai falar: "Você agora não é trabalhador, é empreendedor". "Não, não, não! Sai daqui, mentiroso, falsário! Eu sou trabalhador, tenho muito orgulho do que sou, tenho uma história linda, uma história que vocês nunca vão ter e vocês não vão vir aqui rasgar a minha história, jogar a minha história no lixo". A ideia de ser Entregador Antifascista é essa. O dia 1º de julho marcou uma greve geral que aconteceu no Brasil, na Argentina, no Chile, no México, no Equador. E qual era a pauta? A pauta da greve aqui no Brasil incluiu: maiores taxas, maiores taxas mínimas e fim dos bloqueios injustos. Os Entregadores Antifascistas estão dentro da greve, apoiam a greve, mas os movimentos são diferentes. Os

Entregadores Antifascistas têm uma pauta, a greve tem outra. Mas essas pautas se conectam, porque acreditamos que essas necessidades são mesmo dos trabalhadores, e, se eles, no geral, definiram essa pauta, então ela tem que ser respeitada. Nós, Entregadores Antifascistas, somos um movimento para além das greves. Isso não significa que somos melhores que a greve. A greve é muito mais importante que os Entregadores Antifascistas, mas, depois que ela acaba, os Entregadores Antifascistas continuam na luta. Agora vai ter a greve do dia 25 de julho, que vai ser uma repetição dessa do dia 1º de julho, porque o pessoal está empolgado, está se sentindo isso mesmo: trabalhador orgulhoso de ser trabalhador e que quer lutar pelos seus direitos. Bacana! É isso mesmo, tem que ampliar. Para mim, tem que ampliar até para outras categorias, porque acredito numa classe trabalhadora unida. Quanto mais a classe trabalhadora estiver unida, mais temos a ganhar, porque os caras não têm problema só com o entregador, eles têm problema com o trabalhador, com a força de trabalho no geral. Eles não valorizam a força de trabalho, sendo que foi ela que levantou o mundo. O mundo, como as pessoas entendem, foi construído pela força de trabalho. Nada mais justo sermos valorizados por isso.

Paulo: Você mencionou a conexão da luta dos entregadores com a dos trabalhadores em geral, que é uma luta com uma história já muito antiga, muito longa. Como você vê o movimento dos Entregadores Antifascistas nessa trajetória mais longa? No que vocês são uma novidade e no que são uma continuidade? O que diferenciaria vocês do movimento sindical mais, digamos, tradicional?

Galo: Se a uberização é um desdobramento da Revolução Industrial, os Entregadores Antifascistas são um desdobramento da história dos operários. Somos os operários do nosso tempo, fazemos conforme entendemos o nosso tempo, o nosso espaço. Então, para nós,

a luta se conecta com a conquista da liberdade e, a partir daí, com uma outra sequência de conquistas: salário, salário mínimo... direitos que não deveriam ser conquistados, pois o direito já é direito por si só. Eles deveriam ser cedidos a quem merecesse, a quem tivesse esses direitos, mas eles precisam ser conquistados. E não só conquistados. O Brasil é tão difícil que precisamos não só conquistar os direitos, mas também, no nosso caso, reconquistar, porque já conquistamos, mas perdemos. É igual à democracia. Eu queria que a luta dos Entregadores Antifascistas fosse uma luta para melhorar a carteira de trabalho, e não para recuperá-la; queria que fosse uma luta para ampliar a democracia, fazer com que ela chegasse a todos, e não uma luta para não perdê-la, porque ela está quase morrendo, está ali agonizando para morrer.

Paulo: Vocês têm conexões com outros movimentos sociais? Como acontece essa articulação mais ampla?

Galo: Temos contato com o pessoal do MST, com as centrais sindicais, com os sindicatos, com partidos políticos, com o movimento negro; temos contato com todo o pessoal. O discurso dos Entregadores Antifascistas é um discurso de incluir, e não de separar. A gente quer se unir! Todas as políticas que querem empoderar o trabalhador têm que se unir para isso. Eu estava numa reunião com o pessoal da Argentina para criarmos uma organização latino-americana nossa, começando com Brasil e Argentina, ampliando para Chile e Uruguai, unindo os trabalhadores da América Latina inteira. A minha caminhada é essa: tornar a classe trabalhadora unida. Para mim, não é só sobre os entregadores, é sobre a classe trabalhadora unida. Vocês se lembram das "tias da Avon"? Das "tias da Yakult"? Elas se ferraram muito mais que nós, já eram uberizadas sem existir o termo "uberização", já estavam sofrendo com isso. Então, por mim, pego uma "tia da Avon" e coloco na minha

moto, pego uma "tia da Yakult" e carrego em outra moto, coloco um metalúrgico em outra, um petroleiro em outra, um marceneiro em outra... a classe trabalhadora toda unida, e vamos para a luta. Para mim é isso.

Paulo: A pandemia da Covid-19 desnudou as profundas desigualdades sociais que o Brasil vive e que vão se acentuar ainda mais no pós-pandemia. Ao mesmo tempo, como falamos, ela deu visibilidade para a categoria dos entregadores, para seus problemas, inclusive em relação à saúde; eram muitos riscos de contaminação e a necessidade de proteção. Como você vê os trabalhadores de aplicativos nesse contexto de pandemia e o que acha que vai acontecer no pós-pandemia?

Galo: Não sei bem se é verdadeira essa ideia de que a pandemia mudou as pessoas. Pense comigo: antes da pandemia, já vivíamos um pandemônio, mas ninguém se preocupava com ele, ninguém se unia para cuidar dele. Por que, então, as pessoas estão se unindo para cuidar da pandemia? Porque a pandemia não é classista, não é racista, não atinge só a favela; ela pega todo mundo e começou pelos ricos. Então, agora, existe essa ideia de que temos que nos unir pela pandemia. Bacana, é isso mesmo. Temos que nos unir pela pandemia, sim, porque ela nos pega também. Mas e o pandemônio? Depois que isso acabar, o pessoal vai se unir contra o pandemônio, aquele que o capitalismo fabrica? Porque o vírus, para mim, é o capitalismo, o egoísmo. Esse é o vírus que as pessoas deviam pensar em exterminar. Até porque foi esse vírus do capitalismo que fabricou o vírus da Covid-19. Ou não? Ou a pandemia não tem nada a ver com o capitalismo? Se pararmos para pensar, todas as doenças surgiram a partir de uma necessidade do ser humano de se sobressair a outros seres. Todos esses vírus têm origem animal. Então, o grande problema mesmo é o capitalismo, que acelera o ritmo e coloca tudo

para ontem. Nele, você tem que viver para ontem. Nós temos que viver agora. As pessoas reclamam: "Meu filho está crescendo rápido demais!". Capitalismo, amigão! Está crescendo rápido demais por causa do capitalismo. Ele faz você trabalhar exaustivamente, faz você colocar seu filho na perua da escola e depois, ao chegar em casa, colocar seu filho para dormir. É assim que você cria seu filho. Você acha que ele não vai crescer rápido demais? É lógico que vai! Você não acompanhou os primeiros passos dele, as primeiras falas dele, não acompanhou nada dele. Está trancado em uma fábrica, preso em cima de uma moto. Como você vai ver seu filho crescer? É lógico que ele vai crescer rápido demais. É lógico que você vai ficar velho mais cedo. O capitalismo nos faz ter um problema com os idosos, como se ser idoso fosse um problema: "Esse povo está se aposentando cedo demais! O idoso é um peso!". E a natureza é assim: se mostramos para ela que existe um problema em ficar idoso, ela vai nos fazer morrer mais cedo, porque evoluímos até aqui através do ritmo da natureza, nos conectando com ela e dizendo do que precisávamos. Queremos sobreviver, então precisamos do quê? De mais inteligência, de mais articulação. A natureza, então, fez isso por nós. Não queremos envelhecer? Por que estamos tratando os idosos mal? A natureza vai nos fazer morrer mais cedo. O grande problema é o capitalismo. As pessoas estão no ritmo do céu na pandemia. O céu de São Paulo está muito bonito quando amanhece e ao entardecer, e as pessoas estão bonitas também. Só que quando o céu voltar a se acinzentar, as pessoas vão voltar a acinzentar também. Eu acho que a pandemia não teve esse efeito tão positivo assim; pode ser que ela mude um e outro, mas, no geral, acho que não teve esse efeito tão positivo. Por outro lado, acho que, pelo menos, abriu os olhos de alguns para enxergarem que o capitalismo não é uma coisa tão segura assim. As pessoas falam: "O capitalismo é o sistema que mais tirou as pessoas da pobreza. O capitalismo, o liberalismo oferecem liberdade". Só que

o capitalismo não consegue nos proteger. Ele não consegue nos deixar três meses em *lockdown*, porque assim ele quebra; então é melhor que a gente morra no lugar do capitalismo. Nosso celular é feito para quebrar em três anos, porque, se não for assim, não compramos outro. Se as nossas coisas não quebrarem, o que quebra é o capitalismo. Então, se as pessoas quiserem enxergar isso, elas vão enxergar. O capitalismo é um sistema autodestrutivo. Ele prioriza e protege o capital, não as pessoas. É isso que temos de questionar.

Paulo: Galo, muito obrigado pela sua entrevista! Foi uma honra tê-lo aqui!

Galo: Obrigado, Paulo! Estamos juntos. É uma honra estar aqui também!

Deyvid Bacelar

Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Deyvid Bacelar nasceu em Feira de Santana (BA). É formado em Técnico de Segurança pela Refinaria Landulpho Alves (RLAM), pertencente à Petrobras, na qual ingressou por concurso em 2006. É graduado em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com especializações em Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (SMS) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde sempre se destacou nas lutas sindicais e comunitárias. Em 2020, Deyvid foi eleito coordenador nacional da Federação Única dos Petroleiros (FUP/CUT). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 31 de julho de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Luiz Pinguelli Rosa (Coppe/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber Deyvid Bacelar, recém-eleito coordenador nacional da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Deyvid será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Luiz Pinguelli Rosa, professor da UFRJ.

Dulce: Olá, Deyvid! Muito prazer em conhecê-lo! Você foi eleito recentemente para a coordenação nacional da FUP. Neste momento, em que o Brasil atravessa uma tremenda crise financeira, econômica, sanitária e social – e tudo indica que essa situação vai se agravar –, quais são os projetos da FUP no curto, médio e longo prazo?

Deyvid: Recentemente tivemos um congresso bastante participativo, apesar de virtual: 280 delegados e delegadas de todo o país elegeram uma nova direção, construíram uma pauta de reivindicações

e bandeiras de lutas para este período próximo. Então, respondendo bem rápido, temos desafios bem grandes para o curto, médio e longo prazo, com alguns temas relevantes. A curto prazo, o que está posto é o desafio de defendermos a vida e a saúde do trabalhador e da trabalhadora durante esse processo de pandemia aqui no Brasil. Dentro do sistema Petrobras, tivemos uma série de problemas. Apesar de, desde março, a FUP e os seus sindicatos estarem pleiteando e cobrando uma série de mudanças por conta da pandemia, a gestão da Petrobras demorou muito para atuar, e nós tivemos um alto índice de contaminação de trabalhadores e trabalhadoras. Então, a curto prazo, sem dúvida nenhuma, a prioridade é a defesa da vida, da saúde do trabalhador e da trabalhadora que atuam nessas empresas, não somente na Petrobras, no setor de petróleo e gás no Brasil, que é considerado uma atividade essencial. A médio e longo prazo, tentando ser objetivo, temos desafios com relação à defesa dos empregos desses trabalhadores e trabalhadoras. Esse setor está sendo afetado não somente aqui no Brasil, mas mundialmente, devido à crise na geopolítica mundial do petróleo, que já existia e que se aprofundou ainda mais com a crise sanitária e econômica estabelecida. Houve uma grande oferta de petróleo no mundo – não somente de petróleo, mas também de derivados – e uma demanda estupidamente reduzida, que fez com que os preços despencassem e houvesse uma desvalorização em todos os ativos do setor. Por conta disso, inúmeras empresas têm demitido trabalhadores e trabalhadoras, não somente empresas privadas, mas também estatais, e a Petrobras é uma delas. Ela tem estabelecido um plano de "demissão voluntária", colocando para fora milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Além da defesa do emprego, temos um desafio com relação à defesa dos direitos que essa categoria conseguiu constituir historicamente a partir de lutas de anos. Temos um acordo coletivo de trabalho que é um dos mais justos no nosso país e precisamos defender esses direitos conquistados na luta historicamente. Além

disso, sem dúvida alguma, dois temas que estão entrelaçados são a defesa da soberania nacional e a defesa dessa empresa pública estatal, que foi constituída e criada a partir da pressão da sociedade brasileira, principalmente lá na década de 1940, 1950. Então, a defesa da empresa, ou seja, a luta contras as privatizações do sistema Petrobras, é uma das grandes bandeiras de luta da categoria petroleira. Mas é impossível não *linkar* isso ao governo federal que aí está. Então, também no Congresso Nacional, a Federação Única dos Petroleiros/Petroleiras defende a bandeira do "Fora Bolsonaro", o *impeachment*, a derrubada da chapa que foi eleita através de *fake news*. Esperamos que, a partir da pressão da sociedade, o STF se movimente com relação ao processo das *fake news* e o Congresso Nacional movimente a CPMI das *fake news* que lá está.

Dulce: Você sabe muito bem que os petroleiros são uma das categorias mais importantes de trabalhadores do nosso país. Vocês têm uma importância enorme, aliás, fizeram uma greve muito importante este ano, tanto é que nós, da universidade federal, até participamos das atividades, dando um curso no período de greve, aqui no Rio de Janeiro. Mas nessa conjuntura atual, como você já falou, marcada pela precarização do emprego, estamos numa situação muito difícil mundialmente. E os sindicatos também estão numa situação difícil no mundo inteiro, não só no Brasil. Como você vê essa situação do enfraquecimento dos sindicatos e qual o peso da FUP no movimento sindical brasileiro e também junto à CUT?

Deyvid: De fato, a categoria petroleira, ao longo da história, tem demonstrado ser uma categoria de vanguarda junto à classe trabalhadora brasileira. Foram inúmeros embates que ela travou desde antes da ditadura civil-militar se instalar, em 1964; greves que aconteceram pelo processo de encampação, por exemplo, das refinarias ainda nos governos de Jânio e no quase governo de Jango.

Durante a ditadura, apesar de os sindicatos terem sido ocupados pelos milicos, tivemos mobilizações da categoria com episódios de greve. No processo de redemocratização, ela foi responsável por uma das primeiras greves do período. A greve de 1983, por exemplo, tem um caráter político forte, quando, na Bahia e em São Paulo, a RLAM e a Replan conseguem estabelecer um processo de greve com pautas corporativas, mas sinalizando a necessidade de uma greve geral no país, que aconteceu dois anos depois. Além disso, no processo contra os governos neoliberais que aqui se instalaram, a categoria petroleira também conseguiu dar um norte a outras, contra as privatizações que aconteciam tanto no governo de Collor como no de FHC, e depois atuou, na eleição do projeto popular e democrático em 2002, contra os apoios escancarados e explícitos às candidaturas que tivemos. E agora, neste governo, quando as pessoas não tinham expectativa alguma de reação de nenhuma categoria diante do autoritarismo, do obscurantismo, da força sinalizada pelo governo Bolsonaro com o pilar do neoliberalismo e das forças armadas, a categoria petroleira fez uma greve que se tornou a segunda maior de sua história, em fevereiro de 2020, uma greve de vinte dias, em que contamos com mais de 21 mil pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, em 121 unidades operacionais e administrativas de todo o país, em treze estados da nossa federação. Essa greve sinalizou que há, sim, uma possibilidade de reação da classe trabalhadora, mesmo com um governo como esse. É óbvio que agora, durante a pandemia, a nossa capacidade de mobilização está sendo recriada, reinventada. Como disse aqui, o Confup foi realizado todo virtualmente, com 280 delegados e delegadas construindo uma pauta de reivindicações, um calendário de lutas, que está sendo agora maturado pela própria direção da federação. E, sem dúvida alguma, durante esse período, apesar das limitações que temos, a categoria, devido aos vários embates que tem tido junto à gestão Castello Branco com relação às questões de saúde e

segurança por conta da pandemia, aos ataques aos direitos feitos durante essa crise e, principalmente, às privatizações que estão sendo avançadas ao longo da pandemia – são catorze processos de privatização anunciados de março até agora –, a categoria deve se indignar e se manifestar. Então, sinalizamos para a possibilidade, sim, de uma greve sanitária, num setor essencial para a sociedade brasileira, durante esse processo de negociação coletiva e de luta contra as privatizações que estão postas – e que, por sinal, pararam no Supremo Tribunal Federal a partir de uma manifestação do Congresso Nacional, por conta de uma articulação ocorrida durante a greve de fevereiro. Então, sim, sinalizamos, mais uma vez, para a possibilidade de reação da classe trabalhadora. Não somente nós. Os trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos, por exemplo, superexplorados, deram uma manifestação de que é possível também se organizar para além dessa forma de organização que temos, mais formal, que é a partir dos sindicatos.

Dulce: Desejo sorte na sua gestão e agradeço muito sua presença aqui! Passo a palavra agora para o professor Luiz Pinguelli Rosa.

Pinguelli: Eu acho que a FUP tem um papel muito importante num ponto que você tocou e que não está sendo levado muito em conta pela sociedade como um todo, nem mesmo pela esquerda, com essa interferência da pandemia e com os outros problemas que o governo Bolsonaro coloca. Insidiosamente, o Paulo Guedes, que não é objeto da mesma crítica que o Bolsonaro recebe, está levando adiante a destruição da Petrobras, com a redução dos seus funcionários e técnicos, com a privatização do sistema de transporte de gás (já realizada), com a perda do controle da BR Distribuidora e com a criação de uma imagem muito negativa da opinião pública em relação à Petrobras, atrelada ao problema da corrupção num período do governo do PT – o que abala o PT abala a Petrobras. E

temos ainda a posição da mídia. Você não acha que devíamos juntar as forças políticas que se opõem à privatização da Petrobras e focar um pouco no Paulo Guedes?

Deyvid: Reflexão importante. De fato, o Paulo Guedes é um dos pilares do governo Bolsonaro. Essa ala neoliberal tem tentáculos também no Congresso Nacional e no Judiciário, tem uma força que, até agora, infelizmente tem se demonstrado inabalável e que, também infelizmente, conta com o apoio das Forças Armadas Brasileiras, que revelavam, mesmo em períodos tenebrosos da história do Brasil, como o da ditadura civil-militar, pelo menos, um caráter desenvolvimentista – subalterno ao imperialismo norte-americano, mas desenvolvimentista. Tanto que nesse período houve investimentos vultuosos na Bacia de Campos e construções de novas refinarias, ainda que de forma subalterna. Agora, nem a característica desenvolvimentista há! Os militares que ocupam o governo Bolsonaro batem continência para a bandeira norte-americana e seguem à risca o projeto de entreguismo do Paulo Guedes, que vai, por sinal, na contramão dos grandes liberais que temos hoje no mundo. Até mesmo na Europa, os que defendiam o Estado mínimo hoje estão revendo uma série de posições com relação às privatizações que foram feitas, por exemplo, na Inglaterra. E o Paulo Guedes tem se mantido inabalável nesse governo. Concordamos com o senhor, professor Pinguelli, e há articulações nesse sentido. É bom lembrar que o Paulo Guedes tem interferências em fundos de investimentos, em bancos de investimentos, e agora as movimentações que ele faz estão ficando mais explícitas. Já temos investigações com relação a movimentações dele em fundos de pensões estatais, como, por exemplo, o fundo de pensão dos petroleiros e petroleiras, a Petros, e agora no processo de venda da carteira de crédito do Banco do Brasil, que foi para o BTG Pactual a preço de banana. Estamos falando de uma carteira de quase 3 bilhões de reais que

foi vendida para o BTG Pactual, um dos bancos que o Paulo Guedes ajudou a fundar, por algo em torno de 300 milhões de reais. Então, sim, sem dúvida alguma, precisamos dar um foco maior ao projeto neoliberal, se não retardatário, posto em prática aqui, que é diferente do que está acontecendo em outros países, até mesmo neoliberais, e tentar inviabilizá-lo. Como o senhor bem colocou, o Guedes consegue ter articulações boas dentro do Congresso Nacional, e o Rodrigo Maia [então presidente da Câmara dos Deputados] acaba fazendo um jogo duplo ali dentro: ele articula com a oposição, mas também cumpre à risca o processo de entrega para o capital financeiro daquilo que o Estado brasileiro ainda tem nas mãos. Com relação à EPTI, há concordâncias com relação a vários temas e articulações sendo feitas também. Então, por exemplo, nesse caso, que infelizmente a mídia utilizou bastante, da corrupção na Petrobras – "Petrobras quebrada", "Petrobras falida", "Petrobras corrupta" –, há uma concordância entre nós e a EPTI de que, na verdade, a Lava Jato cumpriu um papel aqui no Brasil de retirar as empresas de engenharia brasileiras. A operação dizimou todas elas. Se eu for citar aqui uma a uma, veremos que nenhuma delas existe mais, nenhuma delas presta serviço ao governo federal, ou à própria Petrobras, ou a outras estatais. As licitações que são feitas hoje são com empresas internacionais. Então, essa é uma conclusão nossa, porque, desde a descoberta do pré-sal, há movimentações estranhas que começam a ser reveladas agora. Tanto a FUP quanto a EPTI entendem que esse discurso anticorrupção, na verdade, foi uma forma de fazer com que nós tivéssemos um processo avançado de entrega não somente de recursos do pré-sal, como também dos ativos das empresas públicas estatais, dentre elas a Petrobras.

Pinguelli: Você colocou um problema seriíssimo: além da privatização, a destruição da Petrobras se faz também através da indução de perdas financeiras à empresa ou de perda de receita. Isso ocorre,

por exemplo, importanto derivados dos Estados Unidos enquanto há uma elevada capacidade ociosa das refinarias – não sei se é 25% ou 30%, mas é algo dessa ordem –, e pagando caro no preço internacional dos derivados. Isso faz com que a nossa produção também seja vendida na porta da refinaria por esse preço internacional, o que eleva os custos sociais não só do automóvel, que é uma coisa individual, mas também do diesel, afetando a produção, o transporte coletivo. Isso sem falar em outras questões que fazem a Petrobras não poder operar obtendo uma receita proporcional às suas possibilidades. Você não acha que esse ponto está muito pouco compreendido pela sociedade, pela omissão completa da grande mídia e dos empresários nacionais? Por alguma razão, os empresários nacionais desejam o fim da Petrobras. Eu concordo com você nessa análise do papel dos militares, mas foi apenas no governo Geisel, no período da ditadura militar, que houve uma postura mais desenvolvimentista e, talvez, até em alguns aspectos, nacionalista; o Castelo Branco, por exemplo, era um Paulo Guedes fardado. Esses generais que estão no poder, todos eles, inclusive o ministro de Minas e Energia, não movem um dedo em defesa da Petrobras. É interessante esse fenômeno: são todos eles completamente entreguistas e até mesmo subalternos aos Estados Unidos. Essa é a posição do governo Bolsonaro, mas é também a posição dos militares que compõem o governo e que têm o apoio dos militares da ativa. Que papel a FUP poderia exercer na tentativa de apresentar à opinião pública posições sobre esses problemas que são totalmente omitidos na grande mídia?

Deyvid: Interessante o senhor trazer, nesse resgate histórico, uma coincidência, que para nós acaba não sendo coincidência: o Castelo Branco, que abriu esse período sombrio da história, tem um homônimo agora na presidência da Petrobras. É também um Castello Branco que está na presidência da empresa, e com esse mesmo

viés, esse mesmo caráter privatista e de entrega. Quando assumiu a Petrobras, numa entrevista que deu a um grande veículo de comunicação, ele disse que seu grande sonho era vender a empresa. Infelizmente ele está buscando, com todas as suas forças, realizar esse seu sonho. De fato, professor, só conseguimos manter a Petrobras como essa empresa integrada que tem um papel social se tivermos o apoio da sociedade brasileira. Então, este é um desafio enorme: fazer com que essas informações cheguem ao cidadão/cidadã que vai ser prejudicado/prejudicada se tivermos um processo amplo, total e irrestrito de privatizações. O empresário/empresária sofrerá também, porque, por exemplo, se essas refinarias, com os seus terminais marítimos e terrestres e com o sistema logístico integrado a todas elas, forem vendidas, em vez de termos uma empresa pública e estatal de certa maneira controlando esse mercado de refino de vendas de derivados de petróleo para a população e para as empresas como um todo, teremos monopólios regionais privados, e as pessoas e empresas ficarão submetidas aos preços praticados por esses monopólios. Então, temos tentado fazer esse debate, mas, como o senhor disse, atingir as pessoas a partir de um veículo de comunicação de massa é muito difícil. Temos nos esforçado ao máximo na utilização de redes sociais e de mídias alternativas de modo geral para articulações diversas, temos feito várias parcerias nesse sentido para a nossa voz ser ampliada um pouco mais. E se o cidadão entender que, com a privatização da Petrobras, ele vai pagar mais pelo gás de cozinha, pelo diesel, pela gasolina, sem dúvida alguma teremos apoiadores e apoiadoras da nossa luta. Esse é um grande desafio que temos no processo de comunicação junto à sociedade brasileira. Infelizmente, esse processo prejudica o cidadão e a cidadã, prejudica os estados e municípios e prejudica a própria União, o próprio governo federal, que vai deixar de ter essas receitas que a Petrobras e as empresas públicas estatais geram. Só lembrando, no ano passado todas as empresas públicas estatais

geraram um lucro líquido de 109 bilhões de reais, e boa parcela desse lucro líquido é revertido para o próprio governo federal na forma de arrecadação de diversos impostos e também de uma parte do próprio lucro. Infelizmente, querem transferir tudo isso para empresas transnacionais, ou seja, para outros países.

Dulce: Sabemos que os combustíveis fósseis são os grandes vilões do aquecimento global, um tema central do século XXI. E grandes e poderosas companhias petroleiras e governos de ultradireita, como o de Trump e o de Bolsonaro, reagem fortemente a qualquer questão ligada à possibilidade de se alterarem matrizes energéticas. Pensando um pouco no futuro, como o movimento sindical dos petroleiros se insere nesse debate? Vocês têm discutido isso? Há um lugar para o petróleo numa sociedade que quer fazer economia limpa e sustentável? A categoria dos petroleiros tem futuro nesse debate?

Deyvid: Esse é um tema de extrema relevância. Por sinal, é um dos temas que podem definir as eleições nos Estados Unidos da América do Norte agora. Esperamos que o Trump perca essas eleições, porque ele tem alguns fantoches, ou réplicas dele mesmo, espalhados pelo mundo, e um deles é o Bolsonaro. Sim, nós, da FUP, temos discutido isso. Vocês se lembram de que em 2017 a FUP criou o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra, que é o Ineep? O Ineep, junto com a FUP, tem se debruçado sobre esse tema tão importante que é o da transição energética. Infelizmente, a partir das pesquisas que temos feito, percebemos que a gestão atual da Petrobras, essa gestão entreguista de Castello Branco, vai na contramão do que o mundo está fazendo, do que as grandes empresas de petróleo, gás e energia têm feito. As empresas estão aumentando os seus investimentos em energias renováveis, e a Petrobras, ao contrário, além de reduzir os

investimentos na área, está vendendo todos os ativos de energias renováveis que tem hoje. Então, sim, nós temos feito esse debate na FUP e nos seus sindicatos com o grande apoio do Ineep. Se ainda há lugar para o petróleo nessa economia limpa e sustentável? Nós dizemos que sim, porque, pelo menos pelos próximos trinta ou quarenta anos, ainda teremos como uma grande ponte para a transição energética o gás natural, e não tem como, na exploração e produção – pelo menos, na maioria dos campos em todo o mundo –, separar a extração de gás do petróleo; ela é sempre uma extração combinada em sua ampla maioria. Aqui no Brasil, por exemplo, os gigantescos campos do pré-sal são combinados dessa forma. Então, o gás natural vai ser essa grande matriz energética durante o processo de transição para as energias renováveis, limpas, mais sustentáveis. Portanto, ainda haverá lugar para o petróleo e o gás, que são combinados, durante esse período. E isso não somente por conta desse processo de exploração e produção, mas também por conta de toda a indústria química e petroquímica, que ainda está bastante atrelada, independentemente dessas matrizes, para transformações diversas na segunda, terceira ou quarta geração. E, por conta justamente disso, a categoria petroleira tem futuro. Durante esses trinta, quarenta anos em que o gás terá um papel fundamental na transição para energias renováveis, o processo produtivo será basicamente o mesmo: plataformas marítimas ou terrestres que vão estar explorando e produzindo petróleo e gás principalmente, e trabalhadores e trabalhadoras, petroleiros e petroleiras, que terão um papel fundamental durante todo esse processo. É um tema de extrema relevância ao qual a FUP e os seus sindicatos estão atentos, sem dúvida alguma.

Dulce: Agradecemos muito a você, Deyvid, e ao Pinguelli. Muito obrigada!

Walmyr Júnior

Movimento Negro Unificado (MNU)

Walmyr Júnior é morador do conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. É professor, membro do coletivo Enegrecer, gestor do setor de Direitos Humanos e Cultura da Pastoral Universitária da PUC-Rio, além de integrar a liderança do Movimento Negro Unificado (MNU). Já atuou como Conselheiro Nacional da Juventude (Conjuve) e, durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), representou a sociedade civil no encontro com o papa Francisco. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 7 de agosto de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Amilcar Araujo Pereira (FE/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Temos o prazer de receber hoje Walmyr Júnior, membro do Movimento Negro Unificado (MNU). Walmyr será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Amilcar Pereira, professor da UFRJ.

Dulce: Olá, Walmyr! É um prazer estar aqui com você e com Amilcar! A minha primeira pergunta está ligada exatamente ao Movimento Negro Unificado, do qual você faz parte. Esse movimento tem mais de quarenta anos, surgiu nos estertores da ditadura, em 1978 – quer dizer, no início do fim, muito prolongado, da ditadura –, e foi um marco na história do movimento negro por vários motivos. A proposta era unificar a luta de todos os grupos, porque eram muitos grupos e organizações antirracistas em escala nacional, e combinar essa luta com a dos demais oprimidos da sociedade. Minha pergunta para você é a seguinte: essa proposta continua válida até os dias de hoje? O que mudou no MNU ao longo desses quarenta anos?

Walmyr: Para mim é uma alegria poder estar aqui com vocês hoje. Eu agradeço à Dulce, ao Paulo, a toda a Universidade da Cidadania e a toda a UFRJ pela oportunidade de estar aqui presente. Para mim é uma grande honra, principalmente para falar desse movimento histórico de 42 anos. Comemoramos, no último final de semana, a data de criação do MNU, quando diversas entidades do movimento negro se reuniram para fazer uma luta antirracista naquele período histórico da década de 1970. Podemos dizer que aquele era o início das lutas pela redemocratização e da aceitação do processo contra a ditadura militar. Mas a conjuntura do MNU mudou muito, são 42 anos de história, então não temos mais como afirmar que o MNU é um conjunto de entidades que se fortalecem de forma unificada. Pelo contrário, hoje ele é uma entidade histórica que tem o seu passado e que carrega diversas explanações de ícones do movimento social brasileiro. Tivemos encampados em nossas fileiras Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento e tantos outros militantes históricos. Porém, hoje, o MNU tem uma característica própria diante do cenário das organizações sociais, do grande *boom* de transformação dessas realidades micro, em que diversas entidades passaram a se organizar, como coletivos de juventude negra e coletivos de negros no movimento sindical. Com isso, hoje, a luta vai se configurando de outras formas. O MNU não tem mais esse tamanho de organizações que se enfileiram na entidade, mas, sim, militantes que, a partir dessa identidade histórica do MNU, organizam a luta e vão se somando à luta antirracista Brasil afora.

Dulce: Você é historiador, professor e já atuou em muitas frentes. É morador da Maré, foi membro do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e também da Pastoral Universitária, além de ter sido escolhido para participar do encontro com o papa Francisco, no Theatro Municipal, quando ele veio ao Rio de Janeiro, em 2013. Você foi um dos oradores e fez um discurso bem emocionado e

emocionante! Então, eu queria que você falasse de alguns aspectos da sua trajetória, mas acentuasse um ponto que para nós é muito importante entender. O que significa ser negro numa sociedade como a brasileira?

Walmyr: Eu queria começar de trás para frente. Primeiro, *the black is beautiful*, o negro é lindo! E essa carga de responsabilidade em nós, negros e negras, nos faz sentir um fortalecimento ancestral tão forte, tão identificado, que nos faz superar todo o processo de exclusão, todos os assassinatos, mortes, homicídios cometidos contra a nossa população. Um genocídio que está posto contra a população negra só é convertido em luta quando entendemos a potência do que é ser negro no Brasil e fora dele; então, eu queria começar daí. Somos muito felizes, temos muitas motivações e esperança não nos falta. A favela me ensinou a sobreviver. Fui criado pela minha avó (os meus pais são falecidos) aqui na favela da Kelson, na Maré, na altura da Penha. Somos uma das únicas comunidades da Maré que de fato ainda têm acesso à Baía de Guanabara; temos um cais e uma colônia de pescadores em funcionamento, mesmo com toda a poluição da baía. Tive a oportunidade de ganhar uma bolsa de estudos na PUC-Rio, onde me formei professor de história. Fui escolhido para falar com o papa, que foi uma experiência maravilhosa. A Pastoral da Juventude foi uma grande escola de formação e tem um lugar especial na minha vida. É um dos movimentos da Igreja Católica do qual me aproximei, e, através da minha entrada na PUC-Rio, me aproximei também da Pastoral Universitária, onde trabalho até hoje. Temos uma grande articulação na universidade ainda hoje. Essa experiência de entrar na PUC me fez sair da favela e ir para o coração da Zona Sul, no metro quadrado mais caro do Brasil, uma realidade muito dicotômica em que o debate de raça e classe tem que estar unido. Minha luta pela sobrevivência, então, vai ganhando força, musculatura, vai incorporando uma compreensão

da realidade que vivemos e de como eu posso superá-la. O processo de superação se dá com o enfrentamento do racismo em todos os seus aspectos. Ser negro favelado é um peso muito grande nesta sociedade; temos que parar a bala da polícia todo dia, encarar a violência policial. O MNU tem uma frase simbólica que foi lançada em 1978, depois que o Edson Luís foi assassinado por reagir à violência policial: a ação negra é reagir a essa violência do Estado contra nós. Então, muito me alegra poder ter tido todas essas experiências. Ser um jovem da favela e chegar aonde cheguei hoje foi uma grande exceção; do meu grupo social são pouquíssimos os jovens que acessaram o ensino superior. Quando passamos a acessar aqueles espaços mais intelectualizados, percebemos qual é nosso lugar de fala e como carregamos um peso tão significativo sobre nós, não só nos nossos espaços, mas também fora deles, com as histórias daqueles que vêm conosco.

Dulce: Considerando todo esse processo de exclusão que você citou, inclusive a violência policial, que é uma realidade muito dura, você acha que o mito da democracia racial está mais desgastado nos tempos atuais?

Walmyr: É uma pergunta muito polêmica, que traz à tona diversas interrogações do dia a dia, porque de fato sabemos que não existe democracia racial no Brasil. Só que a expressão "mito da democracia racial" não entra na favela, não entra nos espaços periféricos, não entra nos espaços onde os negros não intelectualizados estão trabalhando. Existe uma diferença do conjunto da população negra que faz a compreensão do *status quo* social, do seu lugar na sociedade: "Ah, então eu tenho um papel, tenho uma responsabilidade social que vai ser cumprida". A população negra periférica não tem a compreensão do seu papel social, porque ela só está preocupada em sobreviver! O mito da democracia racial vai continuar sendo

um mito, porque não existe democracia racial no Brasil. Essa relativização nos deixa explícita uma situação em que a população negra não tem consciência de que é negra e, por isso, não contesta a democracia racial. Sobreviver na favela é um desafio maior do que compreender o seu lugar de fala. Isso é muito caro, porque não existe democracia racial no Brasil. A população negra é a que ocupa os piores postos de trabalho, é a que compõe a maior parte da população carcerária, é a que ocupa as fileiras dos hospitais públicos que estão largados pelo Estado. Nesta pandemia, quem morreu mais e ainda está morrendo é a população negra, que não tem acesso a saúde de qualidade. Sabemos muito bem como um policial aponta sua arma quando mira em um jovem negro. Então, nós temos um grande desafio, que é não só superar o racismo e o mito da democracia racial, como também superar a falta de uma consciência do que é ser negro no Brasil e do impacto que isso tem na vida de cada pessoa que carrega seu culto, a sua pele, o seu cabelo, a sua estética.

Dulce: Muito obrigada, Walmyr! Eu passo a palavra agora para o professor Amilcar.

Amilcar: Walmyr, boa tarde! É um prazer falar com você e ouvi-lo a partir da sua experiência de vida. Eu sou professor de Ensino de História na UFRJ e fiz meu doutorado em história estudando o movimento negro. Sou filho de uma liderança do movimento negro também, o Amauri Pereira.

Walmyr: Olha, que legal! Nossa!

Amilcar: Eu tenho trabalhado há muito tempo com a história do movimento negro, e uma das questões que me salta aos olhos toda vez que penso na articulação da luta política do movimento negro

na diáspora é justamente a circulação de referenciais que informam a luta antirracista na diáspora negra. Neste momento temos visto, talvez mais do que nunca, como a frase "vidas negras importam" ganha dimensão em diversas sociedades. Eu queria que você falasse um pouco sobre como você vê essa circulação de referenciais e a luta antirracista hoje diante dessa grande comoção causada pelo assassinato do George Floyd, como você enxerga os impactos disso na sociedade norte-americana e também aqui no Brasil.

Walmyr: Primeiro, acho importante dizer que existe uma necessidade de a população negra criar seus referenciais teóricos a partir das suas experiências pessoais: alguns vão ter uma experiência pessoal na formação acadêmica e vão ler teóricos negros, outros vão se espelhar nas experiências práticas do dia a dia. Sabemos que existem processos de luta que fazem com que as pessoas comecem a criar – podemos dizer que é uma experiência de criação do mito do herói, porque esse mito faz você pensar, fazer você ter referência. No âmbito da cultura, temos diversas personalidades que nos ajudam a fazer um processo de reflexão, que vão desde Gil e a turma da Bahia, passando pelo *hip-hop* na figura do Mano Brown com o Racionais MC's, e também do Sabotage, por exemplo, até a nova geração do *hip-hop*, que inclui Djonga, Baco, Emicida, uma galera mais para frente no que tange à relação com a juventude, além de outros gêneros musicais em que também podemos ver alguns fenômenos que nos ajudam. Agora, essa construção de referência, Amilcar, é muito significativa para que possamos garantir o processo de renovação do ciclo da militância. Esse processo de criação de referências nos ajuda a adentrar mobilizações que estão sendo feitas. O caso do George Floyd nos Estados Unidos serviu como referência, mas eu queria ressaltar que o caso dele acontece todo dia no Brasil. Todo dia no Brasil um jovem negro é assassinado pela polícia. Todo dia a polícia entra em alguma favela brasileira para

matar alguém. Que bom que o caso George Floyd tenha impulsionado a luta, que o nome dele tenha deixado sementes. O nome da Marielle deixou sementes! Mas o nome do Jorginho, meu vizinho que foi morto pela polícia no mês retrasado aqui na favela, ou dos meninos que morreram aqui na minha rua, não. Não há nenhuma referência que nos faça pensar qual o impacto disso na vida dessa galera da favela. Daí a necessidade de o movimento negro se articular nessas diversas frentes de atuação e garantir o processo de formação, de organização, de politização e de conscientização da população negra para que assim, de forma unificada, enfrentemos o racismo em suas diversas especificidades. Quando falamos "vidas negras importam", não nos referimos só ao direito de sobreviver, mas ao direito de viver com dignidade. Vidas negras importam, mas não importa só sobreviver, temos que garantir o direito ao empoderamento econômico e o fim da desigualdade social.

Amilcar: Contexto difícil este em que estamos inseridos! Você falou da violência do Estado contra a população negra em relação aos assassinatos, mas temos visto também outros tipos de violência promovidos pelo Estado brasileiro neste momento, de forma, eu diria, até inédita. O caso da Fundação Palmares talvez seja mais emblemático. Dentro do movimento negro, especificamente no MNU, sempre foi muito discutida, desdo os anos 1980, a questão da cooptação ou não de quadros do movimento, que passam a fazer parte de governos, trabalhando em instituições governamentais. Toda essa tensão sobre participar ou não do Estado, fazer parte do jogo político dentro da máquina ou não, sempre foi uma discussão muito forte no MNU. Mas hoje temos visto o Estado brasileiro, inclusive instituições que resultaram da luta do movimento negro, como foi o caso da Fundação Palmares, sendo ocupado por um negro que ataca o movimento negro, que busca destruir os referenciais do movimento na sua própria atuação à frente de uma

instituição criada para preservar os valores culturais, econômicos e simbólicos produzidos pela história e cultura afro-brasileira. Então, eu queria que você falasse um pouco desse caso da Fundação Palmares e dessa relação do Estado com o movimento, ou do movimento com o Estado.

Walmyr: Com relação a ser do Estado ou não, eu vou ser bem sincero com você e vou ser meio coloquial nas palavras, mas é que na favela o papo é reto, professor. Na favela, o papo é reto: tem que roer. Como os meninos falam aqui, tem que roer de tudo que é lado; se tiver que roer do Estado, vamos roer do Estado. O movimento negro tem que ocupar todos os espaços. Você também coloca a questão de um negro que está à frente da Fundação Palmares e que usa toda a história do Quilombo de Palmares, toda a luta que foi construída pelos movimentos abolicionistas para a emancipação do povo negro através dos quilombos, para falar que o militante não é um movimento negro. Ele joga essa "titica" para cima da gente, e a gente até perde a razão, perde um pouco a linha, fica um pouco nervoso. Mas chega aquele momento de botar a cabeça no lugar e dizer: "Não, ocupar espaços de poder é estratégico para a nossa sobrevivência e para a emancipação do nosso povo". Ponto. Eu parto desse pressuposto. Então, a partir do momento em que tivermos a oportunidade de ocupar vaga em cargo legislativo, executivo ou judiciário, nós teremos que ocupá-lo, teremos que ir para cima. Isso não significa instrumentalizar a luta em prol do povo negro, mas sim fazer com que a democracia aconteça de verdade, porque temos uma grande dificuldade de viver valores democráticos quando vivemos uma desigualdade social, econômica e histórica tão grande. A Fundação Palmares e os órgãos democráticos de direito são essenciais para podermos cobrar do Estado, de forma institucional, a manutenção da democracia. Não existe outra possibilidade. Eu sou membro do Conselho Nacional da Juventude, representando o coletivo Negro É

Ser, que é onde está minha base de formação no movimento negro. Foi ali que os meus passos na militância do movimento começaram. É um coletivo que existe há dez anos; este ano [2020] estamos organizando até uma escola de formação chamada Lélia Gonzalez. O Negro É Ser tem uma frase interessante que um companheiro da Bahia falou uma vez: "Nossos passos vêm de longe, e a nossa vitória não será por acidente". E eu acredito nisso. Os órgãos institucionais são um tática do movimento negro. Porém, não se pode achar que o movimento negro não tem uma referência política e ideológica, porque temos; não se pode dizer que o movimento negro vai fazer uma política neoliberal no Brasil hoje, porque isso é contrário à emancipação dos nossos corpos. O MNU que iniciou e encampou a sua luta em 1978 foi o mesmo que lutou nas Diretas Já e ajudou no processo de construção da Constituição Brasileira de 1988. A Constituinte contou com a participação de militantes do Movimento Negro Unificado, que também ajudou a organizar diversas leis importantes, que vão desde a Lei Caó, de 1990, até a Lei de Cotas, mais recente. Então, tivemos diversos avanços importantes no âmbito político. É necessário que a população negra esteja organizada, que ocupemos todos os espaços. Os irmãos que não têm condição de militar em partidos podem se organizar em outras frentes, de forma autonomista ou não, mas com essa responsabilidade coletiva que o MNU, com suas táticas de atuação, tem, assim como outras frentes de organização do movimento negro brasileiro.

Amilcar: Diante da realidade que todos e todas vivemos aqui, como você vê o papel do movimento negro hoje? Como você vê a relação entre o movimento negro, os outros movimentos sociais e a universidade na atual conjuntura?

Walmyr: A linguagem do futebol é clara: para a bola andar em campo, alguém tem que dar o primeiro chute. No nosso caso, o

primeiro chute foi dado pelos mais velhos lá atrás, em 1978, e de lá para cá, pipocaram alguns movimentos sociais e negros. Hoje existe a Convergência Negra, que é uma coalizão de negros e negras por direito, de que participam diversas entidades do movimento negro, já que as tentativas de organizar a negrada foram muitas. Há o Coletivo de Entidades Negras (CEN), a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) – que também tinha a finalidade de ir para o MNU –, a União de Negros pela Igualdade, e outras. Então, diversas organizações tradicionais do movimento negro foram sendo fundadas, o que não nos coloca uns contra os outros. Acho que esse é o primeiro ponto importante. Não existe oposição, disputa, cada um vai seguindo o seu formato de organização política. Mas o bacana é que na Coalizão Negra por Direitos nós estamos juntos, unificados, e há muita luta pela frente. Nossa militância está engajada em diversas frentes: no movimento sindical, no movimento social, no movimento estudantil, no movimento de mulheres, no movimento LGBT... Então, o MNU, assim como outras entidades do movimento negro, tem suas infiltrações por aí, e assim vamos ocupando tudo. Abriu um espaço, tem uma pretinha e um pretinho ocupando; abriu outro espaço, vamos embora. Isso facilita a construção das mobilizações nacionais, estaduais e municipais pela garantia de direitos e nos coloca num lugar confortável: o MNU tem um papel histórico de 42 anos e aceitação em todas as entidades e movimentos sociais. Recentemente fizemos muita coisa em conjunto com muita gente. O MNU protagonizou diversas ações sociais em diversos espaços periféricos, garantindo a manutenção das cestas básicas no início da pandemia, a distribuição de máscaras, a formação de militantes. Temos parceiras para continuar atuando em algumas comunidades. Isso nos leva a um lugar de muita organização política e social. As organizações do movimento social hoje têm também a necessidade de se democratizar, e eu acredito que o papel que a Universidade da Cidadania cumpre é o de fazer

esse processo de interlocução entre esses atores sociais: "Galera do movimento social, e isso de falar só para a favela? E isso de estar só na rua?". Vocês fazem diferente: "Espera aí, temos que fazer o negócio casado para que a gente tenha um processo de formação continuada e para que isso gere uma aglomeração de forças que vai nos ajudar a lutar pelo desenvolvimento social e humano, pela participação social, pela democracia, pela vida do povo". A Universidade da Cidadania faz isso quando chama a galera para dentro da UFRJ e diz assim: "Existem outros saberes e outras interlocuções que estão fora da academia. Como criamos uma interlocução? Como conectamos esse pensamento?". Hoje a real urgência que temos é criar esses movimentos de interligação entre a favela e a faculdade e fazer com que esse pensamento comum gere a famosa tomada de consciência, ou seja, fazer com que a galera tenha consciência do seu espaço, da sua luta e do seu lugar de falar na sociedade.

Amilcar: Obrigado pela entrevista, Walmyr!

Natã Nascimento

Produtor cultural no Complexo do Alemão

Natã Nascimento é morador da cidade do Rio de Janeiro e produtor cultural no Complexo do Alemão. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 14 de agosto de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Adriana Facina (Museu Nacional/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber o produtor cultural Natã Neves Nascimento, morador do Complexo do Alemão. Natã será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Adriana Facina, professora da UFRJ.

Dulce: Olá, Natã! Muito prazer em conhecê-lo! Eu gostaria que você começasse a entrevista falando um pouco da sua trajetória, que é muito rica. Você tem ampla experiência na área cultural, mora no Complexo do Alemão, é evangélico. Você pode fazer um resumo da sua trajetória para os ouvintes conhecerem o nosso entrevistado de hoje?

Natã: Se eu parar para pensar um pouco sobre a minha trajetória, precisarei retornar às minhas experiências ainda pequeno, quando fazia parte de alguns projetos sociais vinculados à arte, à cultura, ao teatro e também ao esporte. Como sempre participei de coletivos, eu tinha esse interesse em atuar diretamente com artes e com coletivos, porque era algo que já fazia parte da minha vida. Então, quando pude escolher a carreira que iria seguir, optei por produção cultural, porque dialogava diretamente com o território em que eu vivia. Ainda na época da faculdade, por morar em território

periférico e ter uma realidade diferente da de muitos colegas, precisei trabalhar. Então, já fui vendedor, operador de *telemarketing*. Já passei por diversas outras profissões que não estavam diretamente ligadas à cultura, mas, como eu precisava pagar as minhas contas, tinha que me virar e ajudar dentro de casa. No final da graduação, optei por acompanhar um coletivo local que se chama Gato Mídia. Esse coletivo tinha a proposta de criar uma residência que reuniria vinte jovens de diversas favelas do estado e da Baixada Fluminense. A ideia era que a gente estudasse e entendesse o que é o favelado 2.0, quem é esse jovem morador da favela que se envolve com tecnologia, mas que não necessariamente tem acesso a essa tecnologia: de que maneira ele utiliza técnicas para *hackear* o sistema, ou seja, para utilizar esse sistema, se ele não tem um celular, um Iphone? Como ele utiliza um celular da Samsung ou outros celulares para que possa acessar as redes e outros recursos? Todo um conceito foi trabalhado, o do favelado 2.0, ressignificando essa ideia de favelado. A proposta era justamente que esses jovens se apropriassem do termo e pudessem afirmar: "Sim, sou favelado e estou criando, estou ressignificando a tecnologia". Em 2018, dei prosseguimento aos estudos e entrei no mestrado em Cultura e Territorialidades pela UFF. A partir daí, comecei a trabalhar com *slam*, fazendo uma análise das trajetórias, das narrativas desses poetas – já que os versos falam das suas vivências – e de como que eles ocupam o espaço urbano. Isso é um pouco da minha trajetória.

Dulce: Já que você citou o *slam*, eu gostaria que você falasse um pouco sobre ele. O *slam* tem sido um instrumento importante de denúncia da situação das favelas – você tem estudado muito isso. O *slam* surgiu nos Estados Unidos nos anos 1980 e, a partir dos anos 2000, ganhou força aqui no Brasil, sobretudo nas regiões mais periféricas, nas comunidades mais pobres, nas favelas. Eu queria que você falasse um pouco sobre o que é o *slam* e explicasse a

importância dele para essas comunidades, como o Complexo do Alemão, que é onde você reside e atua.

Natã: Talvez você que está nos ouvindo agora esteja pensando que *slam* é algo vinculado ao islamismo ou ao Oriente Médio. São coisas totalmente diferentes, não há nenhum tipo de ligação entre elas. O *poetry slam* é uma batalha de poesias que surgiu nos anos 1980 a partir da iniciativa de um trabalhador da construção civil que gostava muito de poesia, o Marc Kelly Smith. A proposta dele era justamente romper com as regras academicistas de escrever poesia e dar amplo acesso a um outro tipo de poesia, que fugia das regras da academia. Hoje o *slam* é uma batalha, uma competição, mas no início a proposta não era essa, a ideia era só que as pessoas pudessem se divertir e compartilhar os textos que escreviam. No Brasil, o *slam* chegou em 2008 através da poeta, atriz e MC Roberta Estrela D'Alva, que trouxe o *slam* que chamavam de ZAP! O *slam* era vinculado a um núcleo do *hip-hop* com o qual ela trabalhava; então, trazia muito dessas experiências, desse lugar do *hip-hop*. Aqui, no Brasil, ele se ressignificou, porque foi aceito pela população periférica, pelos jovens periféricos. Esses jovens não necessariamente estão vinculados à universidade, mas estão criando, escrevendo e apresentando narrativas que falam de suas vivências. Vou trazer o exemplo do Slam Laje, que é o primeiro *slam* de favela e é daqui, do Complexo do Alemão. Se pararmos para pensar, já existia uma cena de poesia de periferia, a começar pela Cooperifa, mas batalha de poesia só começou com o Slam Laje, pela idealização da poeta MC Martina, que é a Sabrina Martina. Aqui no Alemão, diferente do que acontece em outras partes do país, ela ressignificou essa batalha, trazendo outros elementos da própria periferia. Por que o termo "laje"? Porque esse é um elemento comum da favela e da batalha do Slam Laje no Complexo do Alemão. Há outras competições, como a batalha do passinho, e aqui a MC Martina traz outros

elementos para o *slam*, como o *funk*, que não necessariamente é algo que vai acontecer, por exemplo, no ZAP! Slam em São Paulo. Ela traz elementos da favela e fala também da importância da batalha do passinho no Slam Laje justamente para poder atrair as crianças – geralmente a batalha do passinho é a parte que as crianças mais gostam nessa competição. Precisamos entender também, quando falamos de *slam*, que, por se tratar de uma competição, ele possui regras: o poeta tem que apresentar poesias autorais; geralmente são três rodadas de competição; há três minutos de apresentação – se o poeta passar desse tempo, começa a ser penalizado; o poeta não pode utilizar elementos visuais, já que a poesia tem que ser livre e o foco tem que ser na performance, não necessariamente naquilo que ele está utilizando. Outra coisa importante também e muito legal é que o movimento de *slam* parte do princípio de que qualquer um está apto a julgar a poesia, porque ela atravessa você, passa por você. Então, quando o poeta performa algo que toca você, ele pode receber nota dez; do contrário, pode receber uma nota mais baixa. Assim, os jurados não precisam ter uma formação para julgar aquela poesia, eles podem ser qualquer um.

Dulce: Eu vou passar a palavra agora para a Adriana, que tem uma série de questões para abordar.

Adriana: O Brasil está explicitando de forma brutal a sua formação racista e violenta, e um dos indicadores disso é o número de jovens mortos em ocorrências policiais. Esses jovens não são quaisquer jovens, é a juventude negra, periférica, moradora de bairros pobres, de favelas. Como você vê o *slam* e todos esses movimentos culturais de favelas e periferias diante desse fato? Como isso pode ser visto como uma resposta e também como uma certa reinvenção dessa sociedade? E qual a articulação desses movimentos com o movimento internacional Vidas Negras Importam? Aqui, tem-se falado

muito "vidas negras e faveladas importam", marcando também a importância desse território e desse contexto. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso.

Natã: Muito obrigado pela pergunta! Enquanto você falava, refleti sobre uma experiência que tive no Slam Laje. Era uma edição comemorativa de aniversário que coincidiu com o ano das eleições, 2018. Nessa ocasião, o *slam* estava acontecendo num espaço aberto na Pedra do Sapo. Então começou a chover, e as pessoas não tinham para onde ir, não havia uma opção de espaço fechado e coberto. Diante disso, o que a Martina, idealizadora e apresentadora do Slam, fez? Ela nos direcionou à base do teleférico, que atualmente está desocupada, como se fosse um elefante branco; quem está ocupando o espaço é a polícia. Então, em determinado momento, saiu um policial com uma arma em punho e começou a gritar: "Bolsonaro 17, Bolsonaro 17!". A Martina ficou desesperada, e as pessoas começaram a responder: "Ele não, ele nunca!". Aquilo não foi algo combinado. Acho que houve ali um pouco do que o Durkheim chama de uma "efervescência coletiva", com todos os corpos respondendo naquele momento ao ataque daquele policial com a arma em punho. Naquele momento, ficamos pensando: "Gente, o que poderia acontecer?! Aquele policial tinha uma arma em punho!". E é isso. Se pararmos para pensar agora, depois de eu ter falado um pouco sobre essa experiência, das intervenções que vivemos... Quando estamos produzindo arte dentro da favela, da periferia, muitas vezes a sociedade não enxerga esse território como um lugar de produção de conhecimento, como produção de cultura. Muitas vezes ele é tido como um lugar de ausência, pelas questões sanitárias e por tantas outras que marcam a leitura social desse território periférico. Carregamos essas marcas. Muitas vezes, a polícia chega e fala: "Não, isso não é cultura, isso não é bom. Vamos parar, vamos cortar, vocês têm que encerrar aqui". Pensando nesses

movimentos que dizem "vidas negras e faveladas importam" e também na pandemia de Covid-19 que estamos vivendo, li recentemente que 43% das mortes nas favelas resultaram de operações policiais, não necessariamente de Covid. Então, o momento em que deveríamos nos preocupar se essas pessoas estão vulneráveis (com a questão sanitária), se têm água, se estão conseguindo se cuidar, é o momento em que mais há ataques. Podemos até citar o exemplo da Frente CBB, que estava fazendo uma distribuição de cestas básicas e sofreu um ataque durante essa ação, com tiroteios e tudo mais. A maior dificuldade que temos hoje é conseguir cessar esses conflitos e dialogar, principalmente num espaço que vê muitas vezes os corpos com seus marcadores, mas que não quer ver esses corpos vivos. Então, é muito difícil chegar e olhar para esse território e conseguir dialogar, principalmente quando pensamos nessa questão da voz, e é aí que entra o *slam*, um movimento cultural da periferia. Esses corpos muitas vezes não são ouvidos. Partimos do pressuposto de que todo mundo tem uma voz. Sim, todo mundo tem uma voz, mas quem quer ouvir essas vozes? Quem quer ouvir a voz do corpo negro? Quem quer ouvir a voz do corpo LGBT? Quem quer ouvir a voz das mulheres, a mensagem que elas estão passando? Uma mensagem que confronta, que choca, que diz: "Ei, eu estou aqui! Quero trabalhar. Eu estou aqui e quero sobreviver!". Então, de que maneira conseguimos um diálogo maior para termos uma sociedade digna para todos e que não necessariamente feche as portas, principalmente num momento em que os mais vulneráveis estão mais vulneráveis ainda? É nessa hora que percebemos que, enquanto coletivos e outros grupos estão tentando se levantar para ajudar, os agentes civis vão lá e atacam, nos impedindo de chegar para ajudar. Então, as pessoas estão morrendo de tiro, de fome, de Covid. São muitas coisas.

Adriana: Nesse cenário, como você vê o papel dos inúmeros coletivos e movimentos culturais que fervilham, que vivem uma dinâmica

extremamente intensa nas favelas do Rio de Janeiro? O que está rolando? Está acontecendo *slam* virtualmente? Como as pessoas estão se organizando? Qual é o cenário? Sabemos que a pandemia se soma a essa estigmatização que você citou, a essa perseguição às culturas produzidas nesses territórios. Como, nesse contexto, os movimentos estão existindo e resistindo?

Natã: Esses movimentos estão se ressignificando, estão tendo que utilizar algumas plataformas digitais para que possam fazer a competição. Mas não são todos, até porque muitos poetas não têm acesso diretamente à internet e não conseguem estar na competição. É a questão de como se manter. Alguns *slams* estavam acontecendo de forma virtual, mas isso depende da doação das pessoas. Quando se fazia o *slam* presencialmente, era possível recolher uma ajuda, ou vender uma cerveja. De alguma forma havia ali um capital circulando. Agora, com essa situação de pandemia, alguns *slams* estão parados. Vou dar o exemplo do próprio Slam Laje. Ele não está acontecendo nem de maneira remota, e isso tem afetado a MC Martina, que está à frente do coletivo.

Adriana: Vivemos na última década uma expansão da universidade e uma mudança do perfil social e mesmo racial dos nossos alunos e alunas. Eu queria que você falasse um pouco da importância da universidade nesse contexto e da relação que ela tem com expressões e produções culturais como o *slam* e outras que vêm desses lugares da periferia, dos lugares estigmatizados da cidade. Qual o papel da universidade diante disso? Ela é um dos ouvidos que devem se abrir a essas vozes que você ouve e com as quais dialoga em seus trabalhos sobre o *slam*?

Natã: Devemos pensar um pouco sobre a potência que esses jovens têm em relação à produção de conhecimento, de uma tecnologia

da sobrevivência, de uma tecnologia social do "nós por nós", já que muitas vezes eles não têm recursos financeiros para que essas produções aconteçam, mas mesmo assim conseguem sobreviver, resistir. O espaço da universidade às vezes é muito ambíguo para esses jovens. Muitos deles se veem nesse lugar, estar ali é algo que eles projetam para o futuro – "Eu quero estar nesse lugar" –, mas, ao mesmo tempo, eles também se veem num lugar de: "Eu preciso trabalhar, preciso sobreviver, as contas chegam. Eu trago no meu corpo marcadores sociais. Preciso sobreviver de fato, e não necessariamente esse sobreviver tem relação com pagar contas, mas com manter o meu corpo vivo". Devemos pensar na potência da universidade e em como seria o futuro desse jovem ali dentro, que tipos de diálogo ele poderia iniciar. Acho que o espaço da universidade já está aberto há algum tempo; muitas têm recebido o *slam* e dialogado com esses poetas. É muito interessante como a universidade recebe esses artistas, que não estão ali necessariamente para cumprir a regra culta da palavra, que não necessariamente têm uma formação acadêmica ou a melhor oratória, mas estão ali trazendo novas narrativas e dialogando com os alunos, com os professores, com aquele espaço. Quem pode percorrer aquele ambiente, estar ali, ser produzido naquele lugar são questões com as quais eu trabalho. Esse jovem que faz *slam* junto com a universidade está dialogando muito com o seu projeto de vida, com o que ele idealiza, com o que quer mais para a frente, e o fato de a universidade estar aberta amplifica essas potências. Eu acho que essa é uma força que vai impulsionar esses jovens. Todas as formas de diálogo impulsionam e fazem com que esses jovens acreditem em si, prossigam e se desenvolvam. Acho que muitas vezes a universidade é vista por esses jovens como uma fábrica de sonhos.

Dulce: Obrigada, Natã!

Jaciara Carvalho

Ambulantes Unidos

Jaciara Carvalho é moradora do Rio de Janeiro, ambulante e militante do movimento Ambulantes Unidos. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 21 de agosto de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Daniel Conceição (Ippur/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Temos a honra de receber Jaciara de Souza Carvalho, representante dos Ambulantes Unidos do município do Rio de Janeiro. Jaciara será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Daniel Negreiros da Conceição, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), da UFRJ.

Dulce: Olá, Jaciara e Daniel! É um prazer ter vocês aqui! Vou começar a nossa entrevista pedindo a você, Jaciara, para falar um pouco sobre a sua trajetória e como chegou a ser ambulante.

Jaciara: A gente "ambula" ao longo da vida, e eu sempre gostei muito de ser a minha patroa. Comecei fazendo reuniões de cerâmica, eu levava as cerâmicas. Depois passei a vender roupas; eu colocava as peças no chão e fazia um esquema de *silk*, na época em que o *silk* era tudo de bom. Dali fui seguindo, porque achei que assim tinha mais tempo para dedicar aos meus filhos e estava ganhando o meu dinheiro. A partir dali, comecei a juntar as duas coisas e virei o que sou hoje: uma ambulante de evento.

Dulce: E você "ambula" por onde?

Jaciara: Aonde tem evento, Jaciara vai! Rock in Rio, Maracanã, qualquer evento, festa de cidade. Estamos onde tem a possibilidade de acontecer o evento.

Dulce: Você criou o movimento Ambulantes Unidos no município do Rio de Janeiro. Eu queria que você falasse um pouco sobre o processo de organização, até porque sabemos que organizar uma categoria que "ambula", que é dispersa, que não tem um local fixo, deve ser muito complicado. Como você e o grupo que trabalhou com você conseguiram essa façanha, como vocês se articulam entre si e quais são as principais reivindicações? Pelo que vocês estão batalhando e por quê?

Jaciara: O comércio ambulante tem vários segmentos, o meu é o de ambulante de eventos. O ambulante de evento é muito cobiçado pelos órgãos fiscalizadores, pelos órgãos de repressão. Uma vez, uma amiga minha me levou a umas reuniões que aconteciam na Câmara dos Vereadores. Eu cheguei lá e fiz perguntas ao vereador. Mas vivemos um momento muito complicado. Temos um grupo de "zap", e ali coloquei os ambulantes de eventos que são mais antigos da rua, os mais conhecidos, os que estão realmente no trabalho. Nos encontramos nos eventos e então conseguimos fazer uma união. Nós somos muito reprimidos pela Guarda Municipal e pela fiscalização por não sermos licenciados: a "menina dos olhos" deles são os ambulantes de eventos. É repressão o tempo todo, e as coisas que perdemos eles não nos deixam recuperar, porque são bebidas, comidas. Quando eles vêm para pegar, temos ciência de que, "estourando", conseguimos recuperar equipamento de trabalho, mas as mercadorias, raramente.

Dulce: Eles apreendem e não devolvem para vocês?

Jaciara: A mercadoria? Não. Então, muitas pessoas procuram agiota para pegar dinheiro emprestado e recomeçar. Pegam cartão de sogra, de compadre, de vizinho, de comadre, e continuam, porque é o que eu sempre digo: o ambulante vai para a chuva para esperar o sol, ele não fica sentado em casa esperando. Agora, com a pandemia, estamos fora do ar mesmo. O ambulante de evento não tem aonde ir, não tem com quem contar. Essa esmola que o presidente fala que está dando para as pessoas é uma humilhação. O ambulante não gosta de se sentir humilhado, nem de pedir esmola a ninguém.

Dulce: Quais são as principais pautas de vocês? O que vocês reivindicam? Pelo que lutam?

Jaciara: No momento atual, o sonho de todo ambulante é ser licenciado, é ter o direito de fazer o seu trabalho sem ser punido como é. Se vocês entrarem nas redes sociais, vão achar vídeos do cara batendo no rosto do ambulante, quebrando o braço do ambulante. Na repressão que foi criada, é como se ali houvesse bichos, e não seres humanos. Eles sentem uma necessidade de oprimir as pessoas de uma forma que eu não entendo. O prefeito desta cidade [na época, Marcelo Crivella] falou que ia cuidar das pessoas. Eu acho que ele cuida mandando todos para a trincheira da morte, cuida no descaso que tem com todo ser humano. Ele não está nem aí para esta cidade que diz representar.

Dulce: Você falou dessa questão da legalização. O que é exatamente isso? Vocês lutam para quê? Para que a profissão de ambulante seja regulamentada, para que haja uma fiscalização?

Jaciara: Temos várias reivindicações: uma lei para o depósito, que o prefeito não quer sancionar...

Dulce: O depósito é para vocês guardarem seu material?

Jaciara: Sim, o nosso material. [Reivindicamos também] Uma lei que regulamente a nossa condição de ambulante, que o prefeito também não quer sancionar – nenhuma lei que beneficia o ambulante ele sanciona. Fez-se agora uma lei para que ele suspendesse o pagamento da taxa de uso do espaço público. Nós pagamos uma taxa para estar nas calçadas, a Taxa de Uso de Área Pública (Tuap). Nós pedimos a suspensão do pagamento por conta dos cem dias em casa [em decorrência da pandemia de Covid-19], porque até quem voltou a trabalhar não está vendendo. Ele rejeitou. A proposta foi para a Câmara, mas ele incluiu um artigo dizendo que, quando o ambulante voltasse a trabalhar, ele deveria estar regular. O prefeito não quer saber se temos dificuldade porque ninguém está comprando, porque a economia do país está enfrentando dificuldades grandes e porque o ambulante, por ter ficado esse tempo todo em casa, está cheio de dívidas. Nada disso ele levou em conta.

Dulce: Vocês conseguem apoio de outros setores da sociedade aqui do Rio de Janeiro?

Jaciara: É muito complexo. Há pessoas que simpatizam com o movimento, que dizem "estamos juntos", mas, por conta de ser uma categoria difícil de unificar, muitas pessoas ficam "assim", sabe? Você há de convir que neste momento existem lutas muito maiores que o comércio ambulante, e temos que entender: não há empregos, não há como garantir o sustento da nossa família. Diante disso tudo, há muitas coisas que são pertinentes. Nessa história de pandemia, eu conheci inúmeras pessoas que me diziam assim: "Jaciara, vamos embora, me dá a mão, vamos para a corrente do bem". Algumas me perguntavam como eu estava fazendo. Eu respondia: "Eu junto aqui, junto ali, eu trago aqui. Tenho um amigo que tem

uma Kombi, e a gente divide a gasolina, a gente sai e leva o que a pessoa está precisando naquele momento, etc.". Muitos da sociedade civil me ajudaram nessa luta de entregar um pouquinho de conforto para outras pessoas. Vemos, sim, movimentos se unindo a nós. Fizemos uma mobilização agora na prefeitura e contamos com o apoio da CUT, do MNU, das lideranças de favela. Teve muita gente legal que falava assim: "Jaciara, estamos juntos". São pessoas que vamos conhecendo na luta, na rua, nas necessidades. Eles são assim: se você chegar em cima com alguma coisa pertinente, eles se juntam a você.

Dulce: Eu vou passar a palavra agora para o Daniel Conceição.

Daniel: Jaciara, eu estou aprendendo muito com a visão que você está passando de quem experimenta a linha de frente da devastação que o vírus produziu no Brasil, porque vocês, ambulantes, precisavam das pessoas na rua para vender. Como vocês vão vender se é preciso que as pessoas fiquem em casa para não adoecerem, para não passarem o vírus umas para as outras? Então, os primeiros que precisavam de ajuda nesse momento eram aqueles que tinham de ajudar a sociedade ficando em casa, isso tanto para quem comprava, como também para quem precisava vender, porque é impossível simplesmente exigir do sujeito que precisa vender na rua para sobreviver que fique em casa. Como vou sobreviver se a minha renda desapareceu e eu continuo tendo contas para pagar? Tenho que pedir um empréstimo, recorrer a um agiota e correr risco de vida. E, se eu for para a rua, também corro o risco de pegar essa peste, ficar doente e potencialmente morrer. Minha pergunta é a seguinte: o governo dizia que não podia fazer por nós porque não tinha dinheiro. Aí veio a pandemia, e o Paulo Guedes falou: "Ah, gente, era mentira, na verdade tinha dinheiro, sim. Eu vou gastar". Vemos que ele ajusta o discurso: quando era para salvar os bancos,

o que ele fez? O dinheiro apareceu sem limites, não foi? Ele gastou o quanto precisou, e os bancos estão todos salvos agora. Para salvar as empresas, ele diz: "Vamos ganhar dinheiro salvando grandes empresas", e então abre a torneira. Do pequeno e do microempresário diz: "Esse aí, no máximo, a renda básica vai ajudar". Não faz nada de generoso e em seguida volta a dizer que não tem mais dinheiro para gastar quando antes já havia admitido que tinha. Então, eu acho que precisamos explorar essa contradição. O que você acha desse discurso duplo? De um lado, o governo diz: "Não tem mais dinheiro"; do outro, fala: "Na verdade tem, mas só para gastar no que achamos importante".

Jaciara: Eu fico pensando: cadê os testes? Cadê os hospitais? Já deveriam estar resolvendo o problema de quem mais precisa. Eu, Jaciara, recebi dois auxílios desses, um há dois meses e outro há um mês. Penso assim: "São meus impostos, eu não estou pedindo nenhum favor para esse desgraçado desse genocida, não!". Aquilo ali é um direito meu, é minha renda como trabalhadora, é imposto que eu pago até para sorrir, e você vê o cara querer mandar num dinheiro que é do povo, o fundo do trabalhador, gente! A própria sociedade é culpada por isso. Sabe por quê? Você quer ver o que vai acontecer com o Brasil? Os micro e pequenos empresários – que fecharam as portas, mas estão abarrotados de mercadoria – vão pegar cerca de três pessoas para atuarem como mulas, para estarem nas ruas como ambulantes, na trincheira da morte. O menos favorecido tem que descer o morro, sair da favela, da periferia, da Zona Sul, da Zona Oeste, da Zona Norte, e ocupar os espaços da rua para tirar esses desgovernos. Eu sempre digo às pessoas: "O voto é a única arma que temos contra a incompetência de quem nos dá o legado de burro". E eu não sou burra! Eu não quero deixar um legado de burro!

Daniel: Deveríamos dizer ao governo: "Pare de mentir e falar que não tem dinheiro, vamos reconhecer que tudo que é materialmente possível, tudo que pode ser produzido podemos achar dinheiro para fazer". O que você acha de um governo que admitisse isso? O que acha que ele deveria fazer para ajudar você, por exemplo, e os outros ambulantes do movimento?

Jaciara: Honestamente, acho que primeiro isso tinha que acontecer no nível da saúde e da educação, porque, não havendo saúde nem educação, fica muito complicado para a classe trabalhadora se desenvolver. Esses são direitos que as pessoas têm. Você só vai conseguir ser um bom administrador do seu próprio negócio quando tem informações, quando se capacita, e isso só acontece com educação. Acho que a grande virada seria pela educação e pela saúde. Esse é um ponto fundamental. Até eu, que estou ambulante, poderia num dado momento fazer vários cursos de capacitação, de formação. Porque o que é necessário no meu país para o meu segmento e para qualquer ser humano é educação e saúde. Eu sempre digo: "Para ser ambulante, você tem que ser gestor do que faz". Como você funciona na rua sem ter um recurso de contabilidade para que você possa estar na rua? Eu dou aula dessas coisas para eles. O cara vai para lá, pega uma maquinazinha e acha que virou ambulante, que vai explodir de vender. Hoje em dia, meu amigo, não será mais como antigamente, não será mesmo. Acabou para a gente! Acho que deveria existir um sistema de cooperativismo para o ambulante, para que ele conseguisse sobreviver neste momento. Eu cheguei a essa conclusão.

Daniel: Mas isso você faz muito bem, porque existe um risco muito grande de o ambulante se sentir sozinho naquela luta: "Eu estou comigo mesmo, com o meu isopor. Sou eu contra o mundo". Quando

você desenvolve essa unidade de classe, identifica que os outros ambulantes precisam das mesmas coisas e podem se tornar muito mais fortes se juntarem suas forças, porque em grupo você é muito mais forte, em grupo você é mil, dez mil, então você pode chegar e fazer pressão. O exemplo dos entregadores é fantástico! Eles se perceberam nessa situação: foram obrigados a trabalhar, a se submeter à lógica do aplicativo que os contratava, e cada um ficava sozinho na sua luta. Quando se reuniram, descobriram que podem até eliminar o aplicativo, que não precisam do dono do aplicativo que os explorava. Por que eles não podem ser donos dos seus próprios aplicativos? Eu acho que essa consciência da força dos números você, com o seu movimento, traz muito bem.

Jaciara: O ambulante é muito imediatista. Ele segue aquele pensamento: "Hoje vou para a rua porque tenho que pagar isso e aquilo", mas ele não tem ciência de que de repente amanhã ele não vai poder estar na rua. É muito triste! Eu sempre falo para as pessoas: "Se o ambulante parasse um momento e botasse a categoria na rua para dar porrada nesse desgoverno de presidente, prefeito, em todo o governo, teríamos avançado". Eu já estive conversando com algumas pessoas sobre o cooperativismo. Se criássemos uma cooperativa para todos se ajudarem entre si, avançaríamos.

Dulce: Como vai ficar o Rio de Janeiro, os ambulantes, enfim, o mundo pós-pandemia? Porque essa pandemia vai acabar e deixar uma crise muito grande, como já dito no início. Como você está vendo isso? Quais são suas perspectivas?

Jaciara: Medo, muito medo do futuro! Por quê? Muito desemprego, falta de tudo para os menos favorecidos. Um Brasil destruído economicamente, politicamente, em todos os segmentos, tudo ruim. Eu acho que não dá nem para analisar como vai ser o nosso futuro,

não tem como. Você tem que criar sonhos diários: dormir com um sonho para amanhã tentar realizá-lo. Não deve fazer projeto de futuro, mas, sim, ser mais economicamente centrado, porque eu acho que no pós-pandemia vai ser muito pior. Tenho uma perspectiva de um futuro nebuloso. Não vejo um futuro de sonhos. Eu não quero parar de lutar nem vou! Eu quero um país melhor! Quero direitos e vou buscá-los!

Dulce: Muito obrigada, Jaciara!

Dudu do Morro Agudo

Movimento Enraizados

Dudu do Morro Agudo, *rapper* e escritor também conhecido como DMA, é uma das lideranças do Movimento Enraizados, de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 28 de agosto de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Alexandre Fortes (IM/UFRRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Hoje, temos o prazer de receber Dudu do Morro Agudo, *rapper*, empreendedor cultural e diretor do Instituto Enraizados, de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Dudu do Morro Agudo será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Alexandre Fortes, professor e pró-reitor de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Dulce: Olá, Flávio Eduardo! Muito prazer em conhecê-lo! Você adota Morro Agudo como seu nome artístico, que é o mesmo nome de um bairro da cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, onde você nasceu e foi criado. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória de vida, sua relação com Nova Iguaçu, com o próprio Morro Agudo, e sobre seus primeiros contatos com o *hip-hop* e com o *rap*.

Dudu: Primeiramente, quero agradecer o convite de participar desta conversa e poder contar um pouco da minha trajetória de vida e da história do Enraizados. Tudo começou assim: eu tive um contato com o racismo quando era muito jovem; não entendia muito bem o que era, meus pais não conseguiam me explicar muito bem, e aquilo

me incomodava muito. Uma vez, um amigo me mostrou uma fita cassete com um *rap* de um grupo de Ribeirão Preto chamado Consciência X Atual, e ali estavam muitas das respostas que meus pais não conseguiam me dar sobre a questão étnico-racial no Brasil. A partir daí, fiquei apaixonado pelo *rap*, mas não tinha noção de que aquilo ia ser o *start* para transformar a minha vida. Aqui, no Morro Agudo, desde sempre, ser bem-sucedido para as pessoas significava sair do bairro. Todo mundo que podia, que ganhava um pouco de dinheiro, ia embora daqui, e eu sentia que eu tinha algum problema, porque gostava desse lugar. Com o tempo, fui conhecendo mais a cultura *hip-hop*. As pessoas sempre me conheceram como Flávio, como o Cabeça (que era o meu apelido). Quando tentei enveredar pelo mundo artístico, precisava de um nome de *rapper* – o que era muito comum e até hoje é. Só que, hoje em dia, o pessoal tem mais liberdade para escolher o nome; naquela época, tinha que ser um nome brabo, um nome de MC que mostrasse respeito, e "MC Flávio" ou "MC Flavinho" – como o pessoal me chamava – não faziam o menor sentido. Eu fui buscando um nome até que cheguei a Dudu, porque meu nome é Flávio Eduardo – os nomes eram quase sempre compostos. Antes de mim, era muito comum nome internacional, em inglês – Mano Brown, Ice Blue –, ou sigla – GOG, por exemplo. Na minha época, havia uma liberdade maior de abrasileirar a coisa. Percebi que as pessoas não gostavam do bairro e notei também que os Racionais fizeram algo pelo Capão Redondo, que na época era considerado um dos bairros mais violentos do Brasil e do mundo, mas que acabou virando um bairro turístico: quem ia para São Paulo queria ir ao Capão Redondo; não interessava se havia algum tipo de violência lá, todos queriam passar pelo Capão Redondo. Eu queria, de alguma forma, fazer isso pelo Morro Agudo, e uma das soluções foi esta: colocar o nome do bairro no meu sobrenome, Dudu do Morro Agudo, para as pessoas saberem que, de alguma forma, isso aqui existia. Mas então surgiram alguns problemas, porque era

um nome muito grande para colocar nos *flyers* de divulgação dos eventos. Depois disso, fui entendendo o que era a cultura *hip-hop* e enveredando pelo movimento negro, pelo movimento social, pela luta étnica. Mas tudo isso começou quando eu ainda era muito novinho, com 12, 13 anos de idade, e tentava entender um pouco como a sociedade funcionava.

Dulce: Em 1999, você criou o Movimento Enraizados, uma entidade sem fins lucrativos que busca utilizar a arte, sobretudo o *hip-hop*, como ferramenta de transformação social. Um pouco depois, você criou o RapLab, que também visa conscientizar os jovens através do *rap*. Você poderia falar um pouco dessas duas experiências?

Dudu: Como eu tinha conhecido o *rap* e, de alguma forma, ele havia me transformado, ampliando um pouco meus horizontes, consegui enxergar melhor a sociedade que eu queria que todo jovem conhecesse. Eu achava que o *rapper* ia transformar a sociedade de uma forma irreversível, a minha ideia era essa, e então decidi criar o Enraizados. Esta é uma história que eu conto num livro: eu enviei três cartas para revistas de *rap* da época – uma para São Paulo, uma para Teresina e uma para João Pessoa –, contando que o Enraizados era uma organização de *hip-hop* que ia conectar a juventude do Brasil inteiro. Mas, na época, só havia eu. Acho que o maior blefe da minha vida foi esse! A partir daí, as pessoas compraram a ideia, e eu tive que fazer a coisa virar realidade. Então, o Enraizados surgiu em 1999 como um bando de garotos espalhados pelo Brasil inteiro que criavam formas de se comunicar – porque sempre entendemos que a comunicação era algo importante. Com o tempo, fomos aprendendo o que era o Terceiro Setor, já que não começamos como uma ONG, como uma instituição, mas sim como um coletivo. Muitas pessoas atravessam de diversas formas o Enraizados, trazem uma série de conhecimentos, e isso vai nos transformando. Eu costumo

dizer que o Enraizados é como um organismo: nós vamos nos transformando com o passar do tempo de acordo com as pessoas que atravessam a nossa história. Conseguimos criar uma série de metodologias – que chamam de tecnologias sociais – que, inclusive, exportamos para várias comunidades do mundo todo. Uma delas foi o RapLab. Ele surgiu num momento em que o Enraizados já era uma instituição respeitada. Em 2012, 2013, o movimento deu uma quebrada, porque o país mudou, nossa política cultural mudou, e vivíamos quase exclusivamente de edital público. Então, tivemos que nos reinventar. Perdemos uma sede, equipamentos, uma série de coisas. Tínhamos que fazer uma oficina de *rap* que não fosse tão longa, porque não havia mais espaço. A experiência tinha que ser legal para a juventude, mas, ao mesmo tempo, deveria acontecer muito rápido. A necessidade fez com que criássemos o RapLab, que é um laboratório de *rap* em que um grupo de pessoas – eu trabalho principalmente com jovens, mas já trabalhei com outros grupos –, a partir de uma roda de conversa, de uma discussão sobre um tema, cria uma música coletivamente. Então, em três horas, discutimos o tema, compomos a música, ensaiamos e gravamos. Dentro de uma escola, por exemplo, isso é um fenômeno, as crianças adoram. Entendemos que isso é um processo, uma atividade de produção do conhecimento em rede.

Dulce: Agora eu passo a palavra para o Alexandre Fortes.

Alexandre: O Brasil tem revelado, cada vez mais, o seu lado racista e violento, e uma prova disso é o número de jovens negros e pobres que morrem em ocorrências policiais. Nova Iguaçu é uma das cidades que lidera o *ranking* de violência armada no país. Como você percebe o impacto dessa realidade no Morro Agudo? O que podemos fazer aqui no Brasil para reforçar o movimento Vidas Negras Importam?

Dudu: Eu moro há quarenta anos no Morro Agudo. Como falei antes, comecei a escrever *rap* por conta do racismo que sofria e que não compreendia. Trinta e cinco anos depois, a Anistia Internacional nos convidou para fazer o RapLab com jovens negros do Rio de Janeiro inteiro para falar sobre um relatório que fizeram chamado *Você matou o meu filho*. A maioria dos filhos mortos, no caso, pelo Estado, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, era de jovens pretos. Então, jovens de todo o Rio fizeram um *rap* chamado "Jovem negro vivo". Eu acredito que hoje estamos entendendo e discutindo o que é o racismo, estamos percebendo que ele não é só aquele racismo individual em que uma pessoa olha para outra e a chama de "macaca", "sua preta", "crioula", essas coisas. Percebemos que existe um racismo estrutural! Então, a partir do momento em que se entende isso, as pessoas brancas, por exemplo, passam a entender que, só pelo fato de serem brancas, elas são privilegiadas no nosso contexto social. Eu poderia contar aqui uma série de histórias de jovens no Morro Agudo – porque eu gosto de falar do Morro Agudo, que é o meu microcosmo de tudo; o que acontece na sociedade acontece no Morro Agudo –, de jovens que, por exemplo, foram presos injustamente porque uma pessoa os acusou de serem pretos. Certa vez, assaltaram um ônibus na rodovia Presidente Dutra, e os assaltantes correram e passaram por um evento do Enraizados. Um dos jovens do evento, que era negro e barbudo, estava passando, e uma mulher, testemunha do assalto, declarou que não se lembrava do rosto dos assaltantes, mas que um deles era preto e barbudo. Não tinha nada que fizesse com que aquele garoto não fosse preso! Curiosamente, ele estava cercado de meninos brancos, que foram todos liberados. As testemunhas disseram que havia três assaltantes, mas prenderam quatro pessoas: três assaltantes e esse menino negro. Então, o racismo está presente de diversas formas na nossa sociedade, e muitas vezes ele se dá com o prejuízo econômico aos pretos: não conseguimos emprego nem oportunidades, temos uma dificuldade

muito grande de acessar alguns espaços... Infelizmente, ele se dá também na forma de violência, e vemos jovens pretos morrendo o tempo todo. Temos ainda um outro problema: muitos dos pretos hoje nem sabem que são pretos. Eu mesmo só fui me entender como jovem preto aos 14 anos de idade; até então, eu era moreno! Nada me convencia de que eu era preto. Eu era moreno, e quanto mais claro falavam que eu era, mais feliz eu ficava. A minha filha já é diferente. Ela é uma jovem preta de 20 anos que usa um *black* enorme e tem um orgulho muito grande. Eu, na minha adolescência, tinha vergonha de ser preto. Vinte anos se passaram para darmos um passo pequeno. Então, vamos precisar de mais vinte anos pelo menos para tentar mudar alguma coisa e avançar. Eu acho que hoje em Nova Iguaçu, por exemplo, precisamos discutir mais abertamente o tema e ter do nosso lado mais pessoas brancas antirracistas. Alguns estão dizendo isso: não basta não ser racista, é preciso lutar contra o racismo. Fazer o bem não é o mesmo que não fazer o mal; fazer o bem é agir, é ir lá e fazer algo. Eu acho que estamos no início, mas consigo ver uma mudança e uma vontade. Precisamos sair das nossas bolhas também, porque às vezes estamos conversando com os nossos e achamos que o jogo está ganho. Aqui no Enraizados abrimos a porta para pessoas diversas, principalmente para eleitores do Bolsonaro. Eles entram aqui, nós trancamos o portão e "vamos conversar, meu irmão". O cara às vezes não quer brigar, não quer conversar, mas nós insistimos, porque precisamos entender alguns pontos e ele precisa entender algumas coisas também. Precisamos conversar muito mais, as universidades precisam criar espaços de discussão e sair da bolha, trazer para a discussão pessoas que pensam diferente; senão, falamos para nós mesmos e achamos que o jogo está ganho.

Alexandre: Você é cantor, compositor, produtor cultural experiente, premiado – o Enraizados ganhou, inclusive, um campeonato

mundial de *rap* em Miami, nos Estados Unidos –, mas, numa entrevista recente à imprensa, você falou que tinha pensado em pendurar a chuteira, em parar de fazer *rap*. Depois você comentou que tinha voltado a compor e a gravar por conta da situação do país. Eu queria que você explicasse um pouco essa decisão. Como essa conjuntura influencia as decisões que você está tomando sobre sua atuação cultural?

Dudu: Nos anos 1990, o país estava numa disputa política incrível, e eu fazia *rap* todo dia, olhava para todos os problemas sociais e fazia música. A partir de 2003, mais ou menos, o *hip-hop* começou a ser valorizado pelo poder público, e nós, no Enraizados, demos uma descansada, começamos a fazer outras coisas, enveredamos mais pelo Terceiro Setor. Eu não tinha mais aquela inspiração para fazer música, porque o meu *rap* é combativo! O jogo estava ganho, e eu fui relaxando. Inclusive, o *hip-hop* se transformou naquela época: a galera começou a falar de um milhão de coisas diferentes e não mais dos problemas sociais; começou a surgir *rap* de amor, *rap* de uma série de coisas. Nunca parei de fazer *rap*; eu fazia, mas era mais a convite de amigos, eu não tinha aquela necessidade de compor. Mas, nas últimas eleições presidenciais, eu sonhava com rima. A vontade de compor veio de forma muito forte, e me lembrei dos anos 1990. Então, fiz um disco em trinta dias; me tranquei no estúdio e produzi o disco que me levou ao Rock in Rio no ano passado. Não só eu, é importante dizer isso. Desde 2013, na verdade, o *rap* veio voltando, o *rap* dos anos 1990, mais combativo, mais político. Ele voltou com mais força. Em 2017, decidi voltar. Tanto que o nome do meu disco é "O dever me chama", porque isso significa algo além da música para mim: o *rap* é posicionamento político, a pessoa que ouvir a minha música tem que saber de que lado eu estou na história. Há uma coisa absurda hoje que é o *rap* de extrema direita. Isso era impensável em 1999! Era impensável que em 2018

haveria um *rap* que defenderia assassinato, que defenderia que a polícia matasse as pessoas, que homens batessem em mulheres e em homossexuais, dentre outras coisas. O *rap*, por mais machista que tenha sido durante esse tempo todo, não chegava perto de nada parecido com o que se vê hoje. Daí a minha volta, que não é nem volta aos palcos, porque eu continuei cantando. O Dudu do Morro Agudo, aquele que começou a fazer *rap* lá atrás, sumiu durante um tempo e se tornou outra coisa: um burocrata, um "ongueiro" – como chamam –, um cara do Terceiro Setor dentro de um escritório escrevendo projetos. Agora eu voltei, mas voltei com uma força tremenda, e isso para mim foi coroado com esse *show* no Rock in Rio: foi aquele *show* em que você manda o Bolsonaro para o lugar aonde ele tem que ir, e 10 mil pessoas olham e falam: "Mano, é isso mesmo!". "Ah, você nunca mais vai tocar no Rock in Rio". Tocar no Rock in Rio foi um erro, na verdade. Foi um prêmio, mas normalmente eu não tocaria.

Alexandre: Com a pandemia, o Enraizados começou a fazer um trabalho importante de distribuição de cestas básicas. Você comentou que, mesmo tendo vivido toda a sua vida no Morro Agudo, você acabou descobrindo uma realidade social que não conhecia. Então, queria que você falasse um pouco dessa experiência.

Dudu: Quando tivemos notícia da pandemia, começamos a acompanhar o site da OMS e as informações desde a China. Tínhamos um planejamento aqui no Enraizados e achamos que a doença ia chegar muito fraquinha no Brasil. Então, começamos a trabalhar: estávamos dentro da escola fazendo o RapLab, tínhamos uma parceria com o Sesc, um contrato com a Fiocruz e outro com a Petrobras. Uma semana depois de inaugurarmos um novo espaço aqui, veio a notícia de que tudo deveria ser fechado. Minha primeira preocupação foi: "Eu vou passar fome, porque o meu dinheiro vem

do meu trabalho. Eu trabalho uma semana para comer na outra". E pensei: "Pelo menos quarenta pessoas no Enraizados estão na mesma situação que eu. Preciso entrar nessa correria para distribuir cesta básica e garantir que fiquemos em casa tranquilos com esse distanciamento social, sem precisar ir para a rua fazer dinheiro e nos contaminar". Então, fiz uns contatos para conseguir cestas básicas. Eu precisava de cinquenta cestas e consegui trezentas num primeiro momento. Decidi: "Vou distribuir aqui para os amigos do entorno, e um vai falando com o outro". Nesse dia, descobri o poder desses grupos de WhatsApp, porque em quinze minutos apareceram mil pessoas na frente do Enraizados! Mil pessoas para pegar 250 cestas básicas! Pensei: "Temos um problema". Reuni a diretoria e falei assim: "O que fazemos agora: paramos e vamos para a casa ou assumimos o problema e ajudamos a comunidade?". "Ah, Dudu, vamos assumir o problema, mesmo porque as pessoas não podem ficar na rua se aglomerando." Eram mil pessoas, umas em cima das outras, aqui! Decidimos: "Então vamos levar cestas básicas à casa das pessoas". Daí surgiu minha surpresa: as pessoas se cadastravam pelo site do Enraizados, e depois íamos de casa em casa entregar as cestas. As pessoas então queriam mostrar que estavam mesmo precisando daquela ajuda e diziam: "Entra aqui na minha casa". Eu fui a algumas casas. Elas eram de terra batida, tinham só um cômodo, tipo um galpão, um negócio pequenininho com chão de terra batida. Em uma delas havia uma mulher grávida com sete crianças dentro de casa, e um banheiro do lado de fora. Eu entrava e saia chorando, meu irmão! Era uma coisa próxima, mas a que eu não tinha acesso. Por mais que eu circule no bairro, não há como entrar na casa das pessoas, e elas também não falam da situação em que estão. Então, a pandemia trouxe um problema para aqueles que não tinham como trabalhar, mas também mostrou muitos problemas que já existiam. O que eu vi e que é muito comum é o seguinte: uma casa com mãe solo e cinco, sete crianças.

Eu vi muitas famílias com sete crianças dentro de casa! Quando nos reunimos para conversar sobre isso, pensamos: "Qual é o futuro possível para essas crianças?". É um ciclo, porque a criança não sai do quintal, fica ali o tempo todo. Há casos de meninas de 15, 16 anos que já engravidam, que serão mães solo numa casa que já está passando por dificuldades; então é mais criança dentro de casa e mais pessoas que não terão como trabalhar. É um ciclo muito difícil! Discutimos aqui por muito tempo como conseguir fazer uma fissura nesse ciclo, o que fazer para evitar de alguma forma que essas crianças repitam isso. Há coisas que podemos fazer apenas dando suporte; não é preciso gastar dinheiro, nem fazer nada, é só estar perto. Foram situações que chocaram muito! Algumas pessoas disseram que a pandemia era boa porque estava levando comida para a casa delas: "Antes da pandemia, não vinha ninguém aqui. Hoje estão trazendo comida na minha casa". São muitas histórias. Aqui tentávamos ter o mínimo de empatia, porque algumas pessoas queriam dar a volta na gente, queriam pegar quatro, cinco, seis cestas básicas para uma mesma família. Eu falava: "Gente, isso vai estragar aí dentro!". Era um trabalho danado para resolver isso, porque a pessoa falava: "Não, cara, eu vou pegar o máximo, porque sei lá quando vai vir isso daí de novo". Até entendíamos o porquê disso. A galera que cata reciclável na rua não conseguia se manter, pois, como não havia mais ninguém circulando, não tinha mais reciclável na rua. Então, o cara saía para catar e voltava de mãos vazias. São coisas que eu só consegui entender porque conversava com as pessoas. A partir daí, vi o tamanho do problema social que temos no bairro, que é muito, mas muito maior do que eu imaginava. Não existe ONG no mundo que consiga resolver isso; só o que resolve isso é política pública. O Enraizados vem crescendo. Estamos começando a discutir outras coisas agora, porque temos que disputar também a narrativa política da cidade, senão o cenário vai continuar o mesmo: o poder público faz coisas legais no centro,

maquia o centro, ajuda empresário, enquanto a população morre na nossa cara – na verdade, nem é na nossa cara, porque não vemos, é nas nossas costas. O Enraizados, enquanto instituição cultural e política, a partir da pandemia, vai se posicionar mais duramente e propor políticas públicas também para a área social, educacional, tentando dar suporte a essas famílias de alguma forma, tentando amarrar uma rede – porque nem tudo podemos fazer, mas através de uma rede conseguimos algumas coisas. Fiquei muito chocado com a experiência, mas ela está servindo como aprendizado, nos ajudando a entender um pouco como está a nossa cidade, como está o nosso bairro. Morro Agudo é um dos bairros de Nova Iguaçu. Imagina como estão outros lugares mais afastados: Corumbá, Adrianópolis... Imagina como estão!

Alexandre: Obrigado, Dudu!

Dudu: Valeu, gente!

Noca da Portela

Noca da Portela, nascido em Leopoldina, Minas Gerais, é sambista, compositor, militante e recentemente foi contemplado com o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 4 de setembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Bem-vindos à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber o cantor, compositor e instrumentista Osvaldo Alves Pereira, mais conhecido como Noca da Portela, que acaba de ser contemplado com o título de doutor *honoris causa* nos cem anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Noca da Portela será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por José Sérgio Leite Lopes, professor do Museu Nacional da UFRJ.

Dulce: Olá, Noca! Muito prazer! É uma honra estar com você aqui! Sabemos que você nasceu em Leopoldina, Minas Gerais, em 1932, e que muito pequeno, com 5 anos de idade, veio com sua família para o Rio de Janeiro. Sua mãe trabalhou como empregada doméstica e seu pai como marítimo – inclusive, filiado ao Sindicato dos Marítimos – e também como professor de violão. Muito cedo, você começou a trabalhar como feirante e decidiu tocar violão. Ingressou, então, na Ordem dos Músicos do Rio de Janeiro para aprender música e, aos 14 anos, compôs seu primeiro samba. Recentemente, você declarou em uma entrevista que seu pai deixou dois legados importantes: o samba e a consciência política. Então, nesse início

de entrevista, eu gostaria que você falasse um pouco mais sobre a sua trajetória de vida e sua relação tanto com o samba quanto com a política.

Noca: Meu pai era o senhor Ernesto Domingos de Araújo. Ele era marítimo, e eu sou seu penúltimo filho. Quando nasci, ele estava viajando. Quando olhou para a minha cara, ele falou assim para a minha mãe: "Feliciana, esse menino tem a cara da Noca", e minha mãe respondeu: "Que vagabunda é essa? Noca deve ser alguma prostituta que você conheceu nessas viagens que faz!". "Não, é uma senhora que recebe pela carga em frente ao cais. Ela nos recebe quando chegamos e saímos do navio". "Eu sei, é uma casa de prostituição!". E assim os meus irmãos mais velhos vendo aquilo gostaram da paródia e começaram a me chamar de "Noca". Quando vi, já era Noca. Meu nome é Osvaldo Alves Pereira, mas meus netos e até meus filhos às vezes se confundem. Uma vez, o telefone aqui em casa tocou e o meu neto mais velho atendeu. A outra pessoa perguntou: "É da casa do senhor Osvaldo?", e ele respondeu: "Não, aqui é a casa do Noca". Depois veio me dizer: "Vovô, tem um cara aí procurando Osvaldo", e eu disse: "Sou eu, pô! Sou eu, Osvaldo". Meu pai ficou todo prosa comigo, porque eu sou o último dos homens; então, ele tinha um carinho todo especial comigo. Tanto é que não deixou nada para ninguém, só deixou herança para mim quando faleceu muito doente no hospital. Uma semana antes, ele falou: "Noca, eu não vou deixar nada para ninguém, porque o meu todo é nada. Eu vou deixar o meu violão para você e o símbolo do Partidão, porque eu quero que você continue essa minha caminhada pelo Partidão". Eu perguntei: "Partidão é o quê, papai?". Ele respondeu: "Partido Comunista do Brasil. Eu sou membro do partido". Eu morava no morro do Tuiuti. Certa vez, houve um daqueles temporais de antigamente no Rio de Janeiro que levavam barraco, carro, tudo. O morro descia, os barracos desciam na enxurrada, um deles

descia com quatro filhos. Vi meu barraco descendo na enxurrada do Tuiuti e só consegui salvar o violão. Corri lá e peguei o violão que estava indo e disse: "o violão vai ficar!", mas o símbolo do partido foi embora. Esse lado político do Noca veio do meu pai. Ele era do Partidão, ele era um partideiro que tinha partido. Apesar do samba ser solteiro, a dor sempre teve marido, a dor nunca foi solteira. Ele tinha um carinho enorme pelos grandes amigos da época, inclusive por um que virou meu ídolo, o "cavaleiro da esperança", Luís Carlos Prestes. Eu lia tudo sobre ele, tinha uma admiração muito grande pelo "cavaleiro da esperança". Por isso, nasceu esse meu lado político e consciente. Eu não sou político! Eu sou somente um cara politizado. O samba foi outro caminho, me entreguei de corpo e alma a ele. Quando tinha 14 anos, descobri realmente que tinha talento para ser compositor. Então, meu pai me deixou a consciência política e também a relação com a música, porque ele era músico também. Acho que estou cumprindo uma missão que Deus me proporcionou de ser um artista da música popular brasileira, modéstia à parte, um compositor bem-sucedido, com mais de quatrocentos sambas gravados. Sou campeão em todos os concursos em que entro, normalmente eu saio vencedor. Então, por tudo isso, tenho que agradecer a Deus, primeiramente. Poucas pessoas têm a oportunidade que o samba me deu. Através do samba, me tornei secretário de Cultura do estado, no governo Rosinha Garotinho. Fui homenageado e reconhecido pela Presidência da República, sou Comendador da República. Essa honraria foi oferecida a mim pelo meu grande amigo, meu eterno presidente Lula. São tantas coisas maravilhosas que acontecem comigo! Minha família, minha esposa e companheira, 58 anos juntos, os meus amigos, o respeito que eu conquistei do povo brasileiro, a admiração. Chegar aos 87 anos lúcido, compondo, fazendo *shows*, lançando biografia é muita coisa. Então, eu só tenho a agradecer ao homem lá de cima e a vocês, o povo brasileiro, por esse carinho que têm por mim.

Dulce: E a sua relação com a escola de samba Portela? Como ela começou e como está nos dias de hoje?

Noca: Esse amor pela Portela, honestamente, surgiu mais pela minha esposa, que era uma portelense assumida, a minha querida e saudosa companheira durante 58 anos. Ela cumpriu aquela jura de "até que a morte nos separe" até realmente subir para o segundo andar. Ela era uma portelense do estilo. Minha escola de samba era a Tuiuti. Eu sou o único fundador vivo da escola de samba Paraíso do Tuiuti, lá de São Cristóvão, que hoje é uma grande escola conhecida por todo o Brasil. É a escola pela qual tenho carinho. Foi lá que realmente tive a consciência de ser um grande compositor. A Paraíso do Tuiuti está fazendo 68 anos agora, foi fundada em 1952. Ela foi o "vestibular", e a Portela foi a faculdade que fiz. Na faculdade do samba, ganhei o diploma de grande sambista. Na minha Portela querida já estou há 55, 56 anos, mais ou menos, muito mais que a metade da minha vida. Já virei um portelense de corpo e alma. Atualmente na Portela, há três referências que todo portelense conhece e admira, que sou eu, Monarco e Tia Surica. Nós três simbolizamos a nossa águia maravilhosa.

Dulce: Agora vou passar a palavra para o José Sérgio Leite Lopes, professor da UFRJ.

José Sérgio: Olá, Noca! Recentemente, as lutas antirracistas voltaram a ganhar protagonismo na vida pública no mundo todo e também no Brasil. Como homem negro envolvido há décadas na vida artística e política, como o racismo marcou a sua vida e como você vê esse momento atual de efervescência e de crescente identidade racial, em particular, da juventude negra?

Noca: Eu, orgulhosamente, sou negro. Fui secretário de Cultura do estado, tive a honra de receber do presidente Lula a Comenda do Barão do Rio Branco. Fui presenteado pela Presidência da República, eu e o Zeca Pagodinho, com a Comenda do Mérito Cultural. Quem nos presenteou foi o presidente Lula, que escolheu duas personalidades para condecorar e nomeou o David Brazil especialmente para condecorar Noca da Portela e Zeca Pagodinho; segundo eles, nós somos seus ídolos. Essa luta do racismo eu senti quando fui secretário de Cultura do estado. É uma grande bobagem para mim, é uma grande besteira esse tal de racismo. Todo mundo, do lado esquerdo, tem um coração que bate até não mais bater; o sangue de todo mundo é vermelho, não tem sangue azul nem amarelo, é vermelho para todos. Todos nós somos seres humanos. Eu acho que essa questão interminável do preconceito, do racismo, é realmente uma grande besteira do ser humano. O ser humano tem que saber que todos nós somos iguais, temos coração, olho, nariz, boca. Só a cor muda, mas isso não é motivo para haver uma diferença tão grande e as pessoas acharem que aquele de pele mais clara é de uma raça superior. Não, todos são iguais! A vida ensina todo dia que o racismo é uma grande bobagem, uma grande besteira do ser humano. E mais: negro tem que ter esperança, tem que ter a consciência de que é igual a qualquer um, de que é um ser humano igual a qualquer outro. Há só a desvantagem dos berços: enquanto uns nascem em berço de ouro, em geral os de pele mais clara, a raça negra normalmente nasce no berço da pobreza e tem que saber administrar isso, conviver com essa coisa da pele. Mas, para mim, honestamente, isso continua sendo uma grande besteira. E eu peço aos meus companheiros, aos meus amigos da minha raça, que tenham fé.

José Sérgio: No carnaval de 2020, o presidente Bolsonaro foi alvo de muitas críticas. O samba-enredo da sua escola de samba, a Portela,

dizia num dos seus versos: "Nossa aldeia é sem partido ou facção. Não tem bispo, nem se curva a capitão". Qual é a sua avaliação sobre os atuais governantes da nossa cidade, do nosso estado e do nosso país?

Noca: Eu sou uma pessoa politizada. Eu me entreguei de corpo e alma à luta quando a ditadura estava presente aqui no nosso país. Fui, modestia à parte, orgulhosamente, um cara de vanguarda. Tive a honra de conhecer brasileiros realmente maravilhosos e ser amigo do doutor Ulisses Guimarães, do doutor Tancredo Neves, do saudoso Brizola, que foi um cara injustiçado e deveria ter sido presidente deste país. Este momento que o país atravessa é uma tristeza que jamais termina. É uma tristeza assistir a quatro, cinco governadores presos e perceber que estamos numa pandemia e que não temos um secretário de Saúde! O presidente botou um pessoal lá que nem injeção sabe dar! Há o problema com a educação, três ministros com problemas na justiça. É um negócio meio esquisito. Eu sou bisavô e fico olhando para os meus netos e bisnetos, pensando: "Meu Deus do céu, dê pelo menos 10% da minha sabedoria para os meus bisnetos, para eles poderem sobreviver num país que, se continuar assim, será um país sem coração, sem alma". Agora estou com o pé atrás, porque estou vendo que a nossa democracia está correndo risco de novo e eu não quero morrer antes de saber que a democracia vai sobreviver. Deus vai me dar força e coragem para eu cair na luta novamente. Se eu sentir que a democracia está ameaçada, vou botar meu casacão de couro e partir novamente para a luta, com muito prazer e muita honra!

José Sérgio: Por sua produção musical e suas práticas como cidadão e intelectual público, você recebeu o título de doutor *honoris causa* da UFRJ, cujo parecer eu tive a honra de assinar. Como está

sendo receber esse título? Que papel você acha que a universidade deve ter na sociedade?

Noca: Qualquer um que recebe um título desses tem que estar orgulhoso de saber que é uma pessoa útil à cultura deste país. Isso significa servir de exemplo para os negros, para as pessoas da minha cor, para as comunidades nas quais cresci. Eu cresci nas comunidades, e isto é uma coisa quase inédita: sair ileso de uma luta pela sobrevivência, sentir de perto o que é ser preso, o que é a miséria, o que é a violência, o que é a falta de apoio do poder público. Então, eu me orgulho muito disso. Como venci todas as batalhas da vida, quero parabenizar o Fundão [UFRJ], essa nossa faculdade, todas elas, por esse trabalho de educação e cultura que fazem para que o brasileiro não perca totalmente a esperança. E dizer para todo esse meu povo, para todas essas pessoas que estão nas comunidades, nos becos e vielas, que não percam a esperança. Querer é poder; se a gente quer, a gente pode. Quero parabenizar a faculdade que me deu essa honraria de poder colocar, de agora em diante, antes do meu nome, o título de "doutor". "Doutor Noca da Portela", isso é muito chique, muito bonito, muito gostoso! E quero agradecer, de todo o coração, essa homenagem que vocês estão me prestando. Isso quero dividir com os meus amigos do samba. Eu conheci meu povo maravilhoso, guerreiro, hospitaleiro e trabalhador, que é o povo brasileiro.

Dulce: Muito obrigada, Noca! Parabéns! É uma trajetória muito linda!

Felipe Santa Cruz

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Felipe Santa Cruz é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 11 de setembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Gisele Ricobom (FND/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! Temos a satisfação de conversar hoje com Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Felipe será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Gisele Ricobom, professora da UFRJ.

Dulce: Olá, Felipe! Tudo bom? Seria impossível para mim começar uma entrevista com você sem falar do seu pai, Fernando Santa Cruz, que, como você sabe, era meu amigo. Em 1974, quando você tinha 3 anos de idade, seu pai foi preso e assassinado pelo regime ditatorial instalado no Brasil em 1964. Até hoje, o corpo de Fernando não foi encontrado. A luta da família Santa Cruz para buscar explicações para o assassinato e encontrar o corpo de Fernando tem sido incansável e exemplar. Qual o impacto do desaparecimento de Fernando Santa Cruz para a história do Brasil e para você pessoalmente?

Felipe: Primeiro, gostaria de agradecer o convite. É um prazer estar aqui conversando com vocês da Universidade da Cidadania! Dulce, é claro que a nossa geração foi profundamente impactada pela luta da sua geração. Pelo menos para mim, essa luta é uma página das mais

belas da história do Brasil: a coragem, a capacidade de enfrentar o autoritarismo são exemplos para todos nós. Agora, que estamos tendo um recrudescer do sentimento autoritário da sociedade brasileira, temos que olhar a luta dessa geração e o momento, inclusive, de desesperança que ela viveu no início dos anos 1970 e compreender que a nossa luta é muito maior. Então, óbvio que a história do meu pai como estudante de direito me formou muito, foi o que me levou ao direito. Por conta da importância que ele tem para o movimento estudantil, eu também sempre vi esse movimento como algo relevante. Então, fui presidente do grêmio, depois fui presidente do centro acadêmico e, em seguida, presidente do DCE da minha universidade. Isso, claro, influenciou ativamente a minha formação de vida, os meus compromissos e, principalmente, o que hoje se reflete em minha conduta à frente da Ordem dos Advogados do Brasil. Quis a classe, quis o destino que eu presidisse, neste momento tão difícil, a maior entidade de classe da advocacia no mundo, com 1,3 milhão de advogados, e isso é uma grande responsabilidade.

Dulce: Eu queria que você falasse um pouco da OAB, que teve um papel muito relevante na história do Brasil em momentos cruciais da nossa história, inclusive nesse período a que você se referiu, os anos da ditadura militar, em que atuamos muito. Qual o papel que a OAB está tendo e qual ela deve ter na atual conjuntura?

Felipe: A primeira coisa que fiz quando cheguei aqui, no gabinete da presidência da Ordem, foi trazer uma foto do Evandro Lins e Silva e do Ruy Barbosa. Aqui do meu lado está o Raimundo Faoro, o Ulysses Guimarães e o Sobral Pinto. A advocacia brasileira – eu não sei se todos sabem – possui prerrogativas de defesa da cidadania que poucas advocacias no mundo têm. E por que possui essas prerrogativas? Porque a Ordem sempre se posicionou. Majoritariamente erramos em 1964, quando, num primeiro momento, apoiamos o

golpe militar, mas logo depois a Ordem corrigiu essa linha com Sobral Pinto. Nós sempre construímos um ideal de advocacia ligado a uma ideia de progresso, de direitos, de república. Já tivemos na história do Brasil juristas autoritários brilhantes: Francisco Campos, Alfredo Buzaid, Carlos Medeiros. Nenhum deles é referência histórica da Ordem dos Advogados! Não por sua incapacidade técnica, mas por esse compromisso maior que a OAB tem, principalmente nesse modelo que foi criado no Brasil. O Supremo Tribunal Federal diz que ela é uma entidade *sui generis*, ela é pública e privada ao mesmo tempo porque é a entidade que deve liderar a sociedade civil. Eu não estranho que advogados, jornalistas, professores universitários e artistas sejam os mais atacados, porque essas são as profissões da liberdade. Vocês, na sala de aula, aceitando a visão heterogênea, exercendo a capacidade de diálogo... Nós somos os primeiros a sofrer as reprimendas daqueles que pleiteiam a volta de um modelo mais autoritário.

Dulce: Agora vou passar a palavra para a Gisele Ricobom. Muito obrigada!

Gisele: Primeiro, quero dizer que é um prazer imenso estar com você, acompanhando esta mesa! Gostaria também de parabenizá-lo pela gestão, uma gestão forte que tem feito um trabalho valoroso na defesa da democracia brasileira e um contraponto fundamental nos tempos difíceis que estamos vivendo no nosso país. Para começar, vamos falar um pouco sobre o Supremo Tribunal Federal. Qual é o papel do STF na manutenção dos princípios democráticos? O sistema de freios e contrapesos se sustenta diante dos governos autoritários?

Felipe: Eu sou sempre cauteloso nesse tipo de afirmação, mas posso relatar o que já vivi nesse período como presidente da Ordem.

Nós, sem o Supremo Tribunal Federal, estaríamos em maus lençóis. Vamos ter, ao longo da história, revelações do papel que o Judiciário exerceu nos últimos meses em defesa das instituições e da democracia. Nós, da OAB, por exemplo, tivemos três vitórias consecutivas. A primeira foi garantir a competência concorrente de estados e municípios, obrigando o Ministério da Saúde e o presidente da República a obedecerem as regras da OMS. A segunda foi proteger o sigilo fiscal dos dados dos brasileiros em meio a *fake news*. Surgiu uma medida provisória determinando que as empresas privadas de telefonia entregassem o telefone celular e os dados de 220 milhões de brasileiros ao governo, sem nenhuma política de custódia desses dados; nós então conseguimos uma liminar, confirmada em plenário, impedindo isso. A terceira, cuja importância as pessoas não notam, embora ela esteja no cerne da discussão, foi frear a tentativa do governo de limitar a Lei de Acesso à Informação, como se o combate à pandemia justificasse o sigilo; nós fomos ao Supremo e garantimos também a Lei de Acesso. Então, é lamentável que eu tenha que viver como advogado uma era na qual existem eventos de rua pelo fechamento do Judiciário. É lamentável que eu já tenha que ter ido duas vezes ao Supremo Tribunal Federal defender o Supremo Tribunal Federal, o que há poucos anos eu diria que nunca aconteceria pela natural importância institucional do Poder Judiciário e, como você disse, pelo próprio sistema que temos de freios e contrapesos. Mas esses são os nossos tempos. Vou dar mais um exemplo – eu poderia dar dez, vinte, mas ia cansá-los. Nós lideramos, há pouco mais de dois meses, ou começamos a sentir a necessidade de liderar por conta de algumas falas isoladas, um parecer. O professor Gustavo Binenbojm, Marcus Vinicius Furtado Coêlho e eu assinamos um parecer contra o dito "Poder Moderador das Forças Armadas". Isso é uma prova viva dos riscos que a nossa democracia está correndo! Um Poder Moderador que nunca existiu, na medida em que as Forças

Armadas não são um poder para exercer Poder Moderador. Poder Moderador no Brasil só houve sob o manto do Império, o imperador era o Poder Moderador. Então, é óbvio o conteúdo autoritário dessa discussão. Nós fomos a público, e depois o ministro Luiz Fux, numa decisão lapidar, sepultou esse debate. O momento exige de todos nós vigilância total, porque a democracia morre aos poucos, morre solapada no cotidiano pelas frustrações.

Gisele: Os movimentos sociais protocolaram na Câmara dos Deputados, em julho, um pedido de *impeachment* de Bolsonaro. O pedido foi organizado por quarenta entidades sindicais e associações, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Qual é o papel da OAB na defesa dos movimentos sociais e no apoio a esse pedido específico pelo impedimento do presidente?

Felipe: A OAB ainda não tem posição em relação a esse pedido específico. Há aqui uma deliberação interna, o tema está em debate com base nos fatos que temos hoje. Nós ingressamos no inquérito conduzido pelo ministro Celso de Mello para pedir informações a respeito da apuração do possível crime denunciado pelo ex-ministro Sério Moro, mas temos também o papel de cautela para garantir o direito de defesa a todos. O que posso dizer, não como presidente da Ordem, mas como cidadão, é que quis a vida que a minha geração fosse profundamente especializada em *impeachments*. Eu era dirigente do Centro Acadêmico de Direito da PUC, o Cael, durante o *impeachment* do presidente Collor e, depois, presidente da OAB do Rio de Janeiro, a segunda mais importante do Brasil em número de advogados, durante o *impeachment* da presidente Dilma. Esse é um processo político-institucional. É jurídico, e sempre teremos de ter o cuidado de analisar juridicamente. Ele é um processo

jurídico-institucional que – na minha avaliação pessoal, conhecendo Brasília e o Congresso – hoje enfrenta grande temor de parte substancial do parlamento, e um temor justificável. Esses dois *impeachments* foram muito traumáticos ao Brasil! E o *impeachment*, dizia Ulysses Guimarães, não é aspirina que você toma para qualquer coisa. Então, é preciso cautela, é preciso análise jurídica e técnica tranquila e serena. E nós, a Ordem, até pelo papel histórico que tivemos em todos os *impeachments*, tomaremos a nossa posição no momento que coletivamente o conselho federal entender que é apropriado.

Gisele: Como você avalia que a OAB pode apoiar os movimentos sociais nesse contexto de pandemia e de restrições, especialmente de violações de direitos humanos, a exemplo do recente ataque ao assentamento do MST em Minas Gerais[1] e do caso da menina estuprada no Espírito Santo?[2]

Felipe: De várias formas. Para mim, a premissa maior para enfrentar esse problema é a de que uma andorinha só não faz verão. Desde que tomei posse na OAB, eu reaproximei a entidade da CNBB. Passamos a integrar um grupo chamado "grupo dos seis": OAB, CNBB, ABI, Comissão Arns de Defesa dos Direitos Humanos, SBPC e Academia Brasileira de Ciências. Esse grupo tem se posicionado muito duramente em relação às falhas no combate à pandemia, às

---

1 Referência à execução de uma ação de despejo em um território ocupado por integrantes do MST no quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (MG), ocorrida em agosto de 2020, em meio à pandemia de Covid-19.

2 Referência ao caso de uma menina de 10 anos de idade que engravidou após ser estuprada pelo próprio tio em São Mateus (ES) e que, após autorização judicial, passou por um procedimento em um hospital de referência em Pernambuco para ter a gravidez interrompida. Um grupo de extremistas religiosos, após convocação em redes sociais, organizou um protesto em frente ao hospital contra a realização do aborto.

falhas ocorridas nesse período no Brasil. Além disso, abrimos nossa capacidade de diálogo para todos os espectros da sociedade. Eu participo de eventos do MST, por exemplo. Há duas semanas, abri, com o ministro Gilmar Mendes, um evento telepresencial do MST. Também participo dos eventos da Andifes. Aqui a porta está aberta à Andifes, à UNE, a todas as entidades e ao movimento social para que eles possam usufruir do grande canal que é a OAB, um canal de comunicação com 1,3 milhão de advogados, com a sociedade, com a imprensa. Um dos papéis da OAB é não deixar que fiquemos em isolamento. Além disso, também temos o papel relevante de construção pedagógica dos valores democráticos. Acho que o diálogo, a capacidade de ouvir o diferente, aquele que pensa diferente de mim, é a base da democracia, e isso está sendo combatido hoje por aqueles que querem implementar uma visão única das soluções dos nossos problemas.

Dulce: E esse movimento dos juristas pela democracia?[3] Você o considera salutar?

Felipe: Sim.

Dulce: Me parece que a justiça está com vários problemas. Então, tem um pessoal tentando reagir, e eu sei da existência desse movimento. Qual é a sua visão sobre ele?

Felipe: Vou ser muito franco. Um estudante de direito – por exemplo, a minha filha que vai fazer direito – no primeiro semestre aprende que processo tem início, meio e fim; aprende que direito

3 Referência ao manifesto assinado em junho de 2020 por mais de duzentos juristas em defesa da democracia, da obediência à ordem legal e do respeito à atuação dos poderes, após o surgimento de propostas de intervenção militar por autoridades públicas.

e ampla defesa são garantias da democracia, das instituições e, claro, garantias individuais absolutamente inalienáveis. Eu falei isso numa entrevista uma vez e fui massacrado por uma visão pró-Lava Jato, pró-punição, que tem, inclusive, reflexos dentro da advocacia. Existem advogados que são mais vocacionados ao Ministério Público, e aqui, como neto de promotor público, não estou falando mal do Ministério Público, mas cada um tem uma função, uma missão. A missão do Judiciário é não ser parcial! Eu não consigo entender um estudante de direito ou um advogado que defende parcialidade, porque eu defendo parcialidade quando se trata do direito do inimigo, mas quero imparcialidade quando o meu filho é réu, por exemplo. Isso é tão elementar e estamos num estado de retrocesso civilizatório tão grande que eu digo que todos os dias eu só falo o óbvio, todos os dias eu tenho que reafirmar o que seria absolutamente elementar para um estudante de primeiro semestre de direito. É muito fácil para mim, porque eu tenho o Estatuto da Ordem, que é uma lei federal, a lei nº 9.806, de 1984; eu tenho a minha profissão constitucionalizada no artigo 133 da Constituição; eu tenho amplo poder de ajuizamento do Supremo Tribunal Federal. Então nós, aqui, estamos vigilantes, entendendo que os ódios despertados são parte desses tempos. Agora, a nossa posição também é não ser parte da política partidária; nós somos parte da política institucional que busca garantir que esse país não seja o país dos falsos heróis, como já foi muitas vezes. E, claro, buscamos combater a corrupção, porque essa sempre foi uma luta da OAB, mas sempre dentro da lei, dentro da Constituição, com um Judiciário verdadeiramente imparcial, garantindo a todos, inclusive e especialmente aos culpados, o direito de defesa, o direito ao contraditório.

Dulce: Muito obrigada, Felipe! Foi ótimo!

Felipe: Obrigado!

Felipe Luther

Círculo Laranja

Felipe Luther é morador da cidade do Rio de Janeiro, trabalha como gari e faz parte da liderança do Círculo Laranja, movimento social dos garis do Rio de Janeiro. É estudante de ciências sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e coordenador da Educafro, rede de pré-vestibulares comunitários que oferece bolsas de estudo de graduação e pós-graduação a afrodescendentes e pessoas carentes. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 18 de setembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Beto Novaes (IE/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Hoje, temos a honra de receber o gari Felipe Oliveira, conhecido como Felipe Luther. Felipe será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Beto Novaes, professor do Instituto de Economia da UFRJ.

Dulce: Olá, Felipe! Tudo bem com você? É um prazer conhecê-lo! Você nasceu no morro do Acari, na Zona Norte do Rio de Janeiro, uma favela com um IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, muito baixo, uma favela com muitos problemas. Há dez anos você trabalha na Comlurb, que é a Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro, e, no ano passado, se não me engano, você entrou para a PUC-Rio para fazer o curso de ciências sociais. Como você concilia esses dois mundos tão diferentes, o do trabalho e o do estudo? Como você concilia estar na PUC, trabalhar como gari na Comlurb e morar em Acari? Você poderia falar um pouco dessas experiências?

Felipe: Para mim é um divisor de águas muito grande, considerando a minha infância e tudo mais. Sempre fui morador de favela. Hoje, devido à pandemia, estou residindo na Baixada Fluminense. Casei recentemente. Para mim, 2017 foi um ano de muita preparação em pré-vestibular para poder entrar no curso de ciências sociais, e hoje contribuo também através da Educafro Rio. Eu tive a oportunidade de estudar durante um ano, de me preparar, mas antes disso, em 2015, eu já havia ingressado em direito numa instituição privada, mas não consegui pagar as mensalidades. Tive que trancar o curso no final de 2016, fiquei desesperado e passei o ano de 2017 todo estudando para prestar o vestibular da PUC e de outras instituições. O engraçado é que, como trabalhador da Comlurb – vou completar doze anos de trabalho em janeiro [de 2021] –, sempre estive ali, no meio da Zona Sul, passando pela Marquês de São Vicente, em frente à PUC, para servir, coletando lixo. Eu sempre falava para os colegas, no ano de 2017: "Então, ano que vem eu estou lá". Quando prestei o vestibular e consegui entrar na PUC-Rio no curso de ciências sociais, como bolsista, passei a não só servir, mas também a conviver naquele espaço. Passei, posso dizer assim, de um serviçal a alguém que convivia ali. Tenho em minha mente que eu não só sirvo para servir, mas também tenho o direito de conviver. Para mim, isso foi um divisor de águas muito grande, estar no meio de pessoas de uma classe social bem diferente, com pensamentos bem diferentes dos meus. Isso para mim ainda é uma barreira, apesar da maturidade, da idade, da minha religião de matriz africana. Eu consigo às vezes ter mais paciência, mas outras vezes é meio complicado ter paciência com a galera que acha que tudo é "mimimi". É bem complicado.

Dulce: Sabemos que a profissão de gari é uma das que mais sofrem preconceito na nossa sociedade. No seu Facebook, há uma frase que me emocionou muito. Você coloca assim: "Se alguém varre as

ruas para viver, deve varrê-las como Michelangelo pintava, como Beethoven compunha". Eu achei incrível isso! Então, pergunto o seguinte: você não se sente vítima do preconceito na sua profissão? Você sente muito orgulho do seu trabalho?

Felipe: Quando fiz o concurso para o cargo, eu pensava em fazer engenharia ambiental. Queria entrar na Comlurb, fazer engenharia ambiental e hoje em dia estar lá, depois desses doze anos, e ter a oportunidade de formular algumas políticas para a Comlurb, para a cidade do Rio de Janeiro. Mas a realidade infelizmente não é assim. O racismo estrutural, estruturante, não deixa que os altos cargos sejam preenchidos por pessoas que têm conhecimento do trabalho, que desempenham bem o trabalho. Infelizmente, essa é uma barreira a ser vencida. Eu não imaginava que iria passar tanto tempo na função de gari, com o ideal que eu tinha quando entrei na empresa. Eu já entrei trabalhando na Zona Sul: meu setor é Leblon, Ipanema, divisa de Copacabana, Lagoa, Jardim Botânico. Eu notei que, até a greve de 2014, nós éramos invisíveis. A classe média-alta paga pela segurança, pela educação, pelos hospitais, mas quem retira, no final, o lixo dela é a empregada, que varre dentro de casa, o porteiro, que põe o lixo na rua, e nós, garis, que de fato tiramos o lixo da porta de casa. Então, a nossa greve de 2014, para mim, foi um divisor de águas muito grande. A sociedade inteira nos apoiou, não só a Zona Oeste, a Zona Norte, a Baixada, mas também a Zona Sul, que de alguma forma reconheceu que nós não éramos invisíveis. Houve, assim, essa quebra de paradigmas. Às vezes, eu, descansando no caminhão, na portaria de algumas pessoas da Zona Sul, dava boa-noite, mas as pessoas simplesmente entravam na portaria e me ignoravam, como às vezes ainda acontece. Ser ignorado, muitas vezes, dói; ser invisível com uniforme laranja é bem complicado. A pessoa serve para servir, mas não serve para conviver. Hoje em dia, venho amadurecendo isso. É uma pena para

eles, que perdem a oportunidade dessa troca, que agora eu consigo ter, em algumas instâncias.

Dulce: Você adotou o nome Felipe Luther, uma homenagem ao pastor negro americano Martin Luther King, que foi assassinado em 1968. O Brasil tem explicitado cada vez mais o seu preconceito racial. É uma sociedade profundamente racista e violenta, e, não à toa, o número de jovens negros mortos em várias cidades do Rio de Janeiro é muito alto. Como você vê a luta antirracista no Brasil e como você se insere nela? Essa é mais uma bandeira de luta que você abraça?

Felipe: Eu encaro essa homenagem a Martin Luther King como um meio também de estar constantemente me lembrando dos nossos antepassados, dos meus ancestrais. Hoje o corpo negro é o que mais morre, mas ele também adentrou a universidade, ascendeu em alguns lugares. Ainda é muito pouco, uma vez que parece que o Brasil ainda não descolonizou, que ainda está em ritmo colonizador, em que o pensamento, a educação, as oportunidades ainda seguem uma lógica bem complicada, estranha, de plena escravização, de precarização. Esse nome, para mim, tem um significado muito grande. Malcolm X, Martin Luther King, Angela Davis, Lambert... Há uma série de pessoas importantes aqui no Brasil também, alguns doutores, como o doutor Rui, que foi meu professor no pré-vestibular social. Se eu pudesse, teria um pedacinho do nome de todos, o tempo todo, para que pudesse me lembrar deles. Hoje eu carrego essas homenagens nas leituras que faço, na atenção à constante racialização, na manutenção da humildade. Tenho a plena convicção de que há muito espaço a ser preenchido nesse Brasil ainda muito racista, muito homofóbico, muito xenofóbico e muito machista, principalmente.

Dulce: Eu vou passar a palavra agora para José Roberto Novaes, mais conhecido como Beto Novaes, que é economista e professor da UFRJ e tem, inclusive, um filme sobre garis. Com a palavra, Beto Novaes.

Beto: Eu queria abordar alguns aspectos relacionados à questão do trabalho em si. Você fez referência a uma greve de 2014 a partir da qual vocês ganharam uma certa visibilidade na sociedade. Soube que você também esteve na militância dos sindicatos e foi uma liderança do Círculo Laranja, ou seja, você tem uma atuação ainda muito forte nas lutas cotidianas, para melhorar as condições de trabalho, as remunerações, etc. Eu queria que você explicasse um pouco o que é esse Círculo Laranja.

Felipe: O Círculo começa a surgir em 2013, quando um grupo de trabalhadores tristes e muito indignados com anos de precarização, de injustiça, de assédio moral, etc. dentro da empresa começa a se reunir para falar sobre as condições de trabalho e passa a enxergar a necessidade de participar de reuniões de outros grupos, como o do Sindisprev, o do pessoal da Cedae, o do pessoal dos Correios e de outras categorias. Então, começamos juntos a caminhar, a aprender e debater sobre política. Em 2014, por quebra de um acordo coletivo pelo atual prefeito [Marcelo Crivella], que já não escutava a categoria havia alguns anos, resolvemos formar um grupo autônomo de pessoas, contando com alguns integrantes da própria sociedade. O grupo se tornou bem forte, e nele organizamos também um grupo de estudos e conscientização sobre nossos direitos e deveres. A partir da greve de 2014, vimos a necessidade de dar continuidade a esse estudo e percebemos o crescimento do número de pessoas, de garis, que queriam participar do grupo de estudos e se preparar para a universidade, para cursos técnicos. Vimos que

havia essa necessidade de nos reunirmos para debater mais sobre nosso projeto na sociedade como garis. Em 2015, passamos por mais uma greve, com algumas demissões. Notamos ali a necessidade de criar mais um instrumento de luta além do sindicato, de criar uma associação. Então, a partir de um movimento autônomo, criamos a Associação Círculo Laranja, que promove hoje vários tipos de atividades e serviços, inclusive oferece aparato jurídico, que é uma das coisas mais importantes, apesar de termos também o aparato jurídico do sindicato – sou sindicalizado, sempre fui; para disputar o processo político, entendo que há essa necessidade. A primeira coisa que começamos a debater na associação foi: nós não temos que ser mais chamados de "garis", que é o sobrenome de Aleixo Gary, um francês que assinou um dos primeiros contratos com a Coroa; nós nos identificamos como agentes de saúde ambiental, já que prevenimos doenças, ajudando paralelamente a área da saúde. Em 2016, começamos a oficializar a documentação do Círculo, e hoje em dia ele tem pré-vestibular, tratamento terapêutico, oftalmologista, psicólogo e uma série de outras coisas. Graças a Deus são 53 núcleos dentro da Associação Círculo Laranja, um movimento autônomo – costumamos frisar isso. Ali criamos um aparato muito grande para a sociedade do Méier, Grande Méier, Cachambi, Jacaré... Criamos também, juntamente com outras categorias da sociedade – engenheiros, donas de casa e outros profissionais –, uma proposta com base no que queríamos para a Comlurb e para o Rio de Janeiro. Por exemplo, sugerimos parar de chamar o lixo de lixo e enxergá-lo como resíduo com potencial econômico. No nosso projeto de criação, entendemos que a Comlurb não necessitaria gastar hoje quase 2 bilhões do seu orçamento. Ela poderia ser autossustentável economicamente e ainda gerar outros recursos para a prefeitura do Rio de Janeiro se destinasse adequadamente os resíduos com potencial econômico, que hoje representam um pouco mais de 3% do total recolhido.

Beto: Você mencionou as paralisações e a visibilidade adquirida pela categoria em 2014 e 2015. Quais foram as conquistas econômicas que vocês tiveram com essas paralisações? Essas conquistas permanecem atualmente?

Felipe: Em 2014, saímos com a promessa de acordo escrito pela juíza do Ministério do Trabalho, por desembargador, pelo prefeito na época, pelo sindicato da categoria e pelo presidente da empresa. Hipoteticamente ganhamos 43% de aumento mais a evolução do *ticket* de alimentação, de 300 e poucos para 600 reais. O salário e o *ticket*, de fato, sofreram aumento no mês subsequente, mas a volta de algumas gratificações, do plano de cargo, carreira e resultado, a diminuição do assédio, tudo isso ficou só no papel. Até hoje lutamos pelo plano de cargo, carreira e resultado, pela requalificação, pela retirada do nome – algumas pessoas nos veem como varredores de rua –, etc. Lutamos por uma porção de coisas que até hoje não conseguimos, que ficaram apenas no papel. Todo ano eles dizem: "Estamos estudando a possibilidade de implementação". Então, o que ganhamos em 2014 foi um *ticket* de alimentação mais digno, que acompanhava o valor da cesta básica, e um salário capaz de nos tirar da condição de miséria. Tínhamos que sustentar a família na época com 800 e poucos reais – eram centavos acima do salário mínimo que ganhávamos de reajuste – e passamos então a ganhar mil e poucos reais, mais a insalubridade. Vimos que, ao longo dos anos, a partir de 2016, principalmente, conforme tentávamos negociar e evitar a greve – até porque entendemos que isso, de certo modo, é prejudicial para o Rio de Janeiro e para a população –, fomos perdendo outras coisas, que até hoje se reduzem a propostas de viabilização. E, com esse governo aí, só Jesus! Temos perdido muito e sofremos ameaças de mais perdas. Hoje, com esse presidente, estamos tendo perdas: muita gente assinou férias de 2021 e não teve o pagamento do salário; a galera está brigando novamente na

questão da redução de horário... Como há muita gente em idade avançada e com problemas de saúde que ficaria exposta à Covid-19, houve uma sobrecarga de quem está na ativa. Ainda assim, recebemos mais uma bomba, que é a ameaça da redução do horário e do salário, prejudicando os poucos que estão trabalhando. Aproximadamente de 30% a 40% da categoria são pessoas já aposentadas ou em situação de doença. Já sofríamos um déficit muito grande de funcionários desde 2016. Hoje em dia, está bem precarizado.

Beto: Como a empresa determina as metas que o funcionário tem que cumprir (já que ele tem que fazer um determinado número de quarteirões)? Essas metas precarizam o trabalho? Prejudicam ou não a saúde dos trabalhadores? Quais são as doenças que aparecem em virtude dessa exigência de produtividade?

Felipe: Eu sou a experiência viva de como o trabalho excessivo, sem o uso adequado do mecanismo de automação, sem o emprego de alguns maquinários essenciais, prejudica a nossa saúde. Chegamos a fazer uma denúncia na Câmara de Vereadores um tempo atrás. Na minha fala, enfatizei essa questão. Quando eu trabalhava no caminhão – saí do caminhão no ano passado –, percorria 10 quilômetros, caminhando ou correndo atrás do veículo, ou pendurado atrás dele. Em aproximadamente três viagens, eram 20 toneladas a serem recolhidas por quatro pessoas. Como sempre houve esse problema de falta de funcionário, às vezes saíamos com apenas dois ou três trabalhadores. Era aquilo: ou saía assim ou sofria retaliações. Isso me obrigou, em 2002, a fazer uma cirurgia no joelho. Em 2018, por causa de uma queda no trabalho, fiz outra cirurgia no mesmo joelho. Agora, em 2020, fiz a terceira cirurgia no joelho, além de desenvolver um cisto no ombro, com perda de força no pulso esquerdo, de quase sofrer torções no tornozelo e de ter um pequeno problema na L5 da minha coluna. Isso tudo ocorreu só

comigo. Pense num nível mais amplo, macro, com uma quantidade grande de pessoas lesionadas, com amputações, perda de visão, doenças ósseas, psicológicas (por conta da pressão, do assédio moral), entre outras.

Beto: Para manter a cidade limpa, há o trabalho que vocês executam junto com o caminhão, recolhendo lixo, e há também o trabalho de uma outra categoria, que é a dos varredores de rua. Em frente à minha casa, por exemplo, sempre observo essa atividade. Até um mês atrás, eram basicamente mulheres que varriam a rua; agora tenho percebido que há alguns homens também. Esse é um trabalho exclusivamente feminino? O sindicato ou o Círculo têm alguma política específica para as mulheres?

Felipe: Não sei muito bem como o sindicato, especificamente, trabalha as questões de assédio moral, assédio sexual, de racismo, de homofobia dentro da empresa. Na questão das mulheres, nós, do Círculo Laranja, sempre prezamos pelo seu bem-estar, porque elas são colocadas para trabalhar no sol em dias em que estão acometidas por uma coisa natural do corpo, que é a época menstrual. Não existe essa distinção, não: no setor de praia, por exemplo, se tiver que entrar na areia quente para coletar o lixo, mesmo estando nesses dias, a varredora vai entrar. Infelizmente ainda não há, como falei, um efetivo que seja suficiente para que a empresa não faça isso. Notamos, no Círculo Laranja, que, a partir de 2016, quiseram dar uma cara mais bonita para os garis. Nessa época, após os movimentos de 2014 e 2015, ingressaram na Comlurb pessoas com um rostinho mais bonito. A própria empresa começou a querer mostrar mais do que só o trabalho, queria mostrar que havia gente bonita ali. Surgiram pessoas que viraram modelos, que viviam da música, pessoas que, na visão deles, tinham uma aparência mais aceitável. Eu não participei do processo de contratação dessas

pessoas, mas, por ter trabalhado em quatro gerências em horários diferentes, notei que isso havia acontecido. Percebi que não apenas os contratados mas também os garis que já estavam lá ficaram mais bonitos. Nossa autoestima melhorou quando passamos a ganhar um pouco melhor, a sermos tratados com um pouco mais de dignidade. Eu, particularmente, comecei a deixar o meu *black* mais para o alto, porque começamos a ter um pouco mais de liberdade, de autonomia na nossa apresentação. Sobre a questão do assédio, no nosso setor jurídico, sempre recomendamos que a vítima tente conseguir uma testemunha e preste queixa para que não haja mais assédio. Houve casos, sim, de assédio em que algumas providências foram tomadas, mas ainda há muito aquela questão da retração da pessoa, do medo de "se eu denunciar, vou sofrer um assédio moral; isso vai ser usado na minha avaliação, vou ficar com a ficha suja e de repente serei demitida". Então, esse é um trabalho que está em andamento, que busca conscientizar as pessoas de que não temos só deveres, mas também direitos.

Dulce: Com a pandemia, vocês estão indo para a rua com alguma proteção? A Comlurb está oferecendo alguma segurança a vocês ou é como se nada estivesse acontecendo?

Felipe: No início, foi aquela questão de adaptação para todo mundo. A partir de algumas cobranças do Círculo, do sindicato, de pessoas que, como eu, integram a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), a empresa forneceu máscara e álcool em gel e determinou a troca mais frequente das luvas, já que temos um contato muito direto com os resíduos. Mas ainda temos muita exposição através dos olhos, não temos uma máscara adequada, não temos um uniforme que proteja mais, e o que enxergo como principal questão é: de que adianta ter contato com todo esse lixo e depois pegar o uniforme e levar para bater com a roupa de casa? Muitas

famílias têm crianças, idosos... Sempre tivemos que levar nosso uniforme para bater junto com a roupa dentro de casa. O vírus não é só transmitido na máscara ou nuns óculos, se eles dessem, mas também no nosso uniforme, que está em contato direto com o lixo, lixo que hoje inclui um número muito grande de máscaras. O descarte dessas máscaras pelas pessoas, inclusive, deveria até ser repensado. Então, por mais que tenhamos o álcool em gel, por mais que eles deem máscaras, por mais que troquemos nossa luva com uma frequência maior – pelo menos na gerência em que trabalho, porque há gerências que parecem outros mundos. Deve haver a comunicação em massa: se aqui está melhorando assim, a outra gerência deve saber para que melhore também. Há pessoas que fazem reclamações e denúncias, até no próprio Círculo – que tenta manter o anonimato delas –, de não respeito às proteções por algumas gerências. Só agora a empresa criou a expectativa de fazer o exame em todos os garis que estão na ativa. Agora, depois que já tivemos contato na Zona Sul? Infelizmente, com as pessoas que estão aí frequentando bares, frequentando praia, agindo normalmente. Tentamos nos guiar pelo que diz a OMS, a justiça, o governador. Mas, se fosse como deveria ser, não estaria do jeito que está. As pessoas que deveriam então faltar. Assim que deveria ser o respeito. Tivemos redução da carga horária e plantão dia sim, dia não, mas agora a jornada voltou ao normal, com horário até tarde. Eu, como morador da Baixada, agora enfrento a dificuldade de voltar para casa, porque estou trabalhando num horário à tarde – já que não posso mais trabalhar no caminhão durante um tempo – e acabo pegando condução cheia no retorno. Então, o que adianta dar uma máscara e um pouco de álcool em gel se a empresa não resolve a questão do horário para que os funcionários consigam pegar uma condução mais vazia? Então, estamos expostos, podendo levar a doença para dentro de casa e repassar para outras pessoas, até mesmo dentro do transporte. Agora é que criaram um programa

para fazer exame em um e outro, mas, se a doença for essa coisa toda da reportagem, acredito que já fui contaminado várias vezes.

Dulce: Muito obrigada, Felipe! Sua entrevista foi excelente! Agradeço muito ao Beto também.

Jaqueline Gomes de Jesus

Movimento LGBT

Jaqueline Gomes de Jesus é ativista LGBT, professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), psicóloga, mestra em Psicologia e doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 25 de setembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Carla de Castro Gomes (Pagu/Unicamp e Neseg/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! É com muito prazer que recebemos hoje Jaqueline Gomes de Jesus, professora de psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro e ativista do Movimento LGBT. Jaqueline será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Carla de Castro Gomes, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp (Pagu) e do Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero da UFRJ (Neseg).

Dulce: Olá, Jaqueline! Vou começar nossa entrevista falando um pouco da sua trajetória. Você viveu grande parte da vida em Ceilândia, Distrito Federal, estudou psicologia na UnB e fez doutorado na mesma instituição, onde trabalhou durante muitos anos como assessora da área de diversidade e como coordenadora do Centro de Apoio aos Estudantes Negros Cotistas. No final da década de 1990, você se destacou como ativista dos direitos humanos e foi uma das organizadoras da Parada do Orgulho Gay, que, aliás, é um grande movimento social no Brasil. Em 2000, você foi uma das fundadoras da Associação Acadêmica de Gays, Lésbicas e Simpatizantes do Brasil. Atualmente você mora no Rio de Janeiro, é professora

do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e pesquisadora líder de um grupo interdisciplinar do CNPq. Que outros aspectos da sua trajetória você gostaria de destacar? E como você articula a militância com a vida acadêmica?

Jaqueline: Como você já falou, fui a primeira gestora do sistema de cotas para negras e negros da UnB. Tomamos essa iniciativa de maneira autônoma com relação a outras instituições de ensino superior públicas. É bom lembrar que, quando a Uerj aprovou o sistema de cotas em 2003, a iniciativa não partiu da própria Uerj, mas de uma legislação estadual. Na UnB, não. Nós fomos a primeira federal que, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovou as cotas. Além disso, como você também falou, eu já participava, desde os anos 1990, do movimento LGBT, já tinha articulado várias ações. No mestrado, resolvi pesquisar o trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Acho, infelizmente, que ainda sou a única psicóloga que pesquisou esse tema. No doutorado, resolvi voltar ao tema das paradas, que eu nunca tinha pesquisado; já tinha participado da organização das Paradas do Orgulho LGBT, mas queria pensar, em termos de identidade, de política, o que significava esse movimento. Quando ingressei no pós-doutorado, minha ideia era pensar como juntar estes dois grandes temas: a categoria "trabalho" e a categoria "movimento social". Então, desenvolvemos aquela pesquisa com foco no saudoso Conselho das Cidades, o ConCidades. É interessante porque o Conselho das Cidades é bem característico daquilo que a Maria da Glória Gohn e outros autores colocam como "velhos movimentos sociais", e a minha experiência foi com os novos movimentos. Essa escolha também foi proposital. Entender como esses movimentos associativistas de sindicato, de associações comunitárias, pensam a categoria "trabalho" foi bem rico. Minha proposta era contribuir para algo que considero central na nossa vida, que é a categoria "trabalho" nesse contexto

dos movimentos sociais. Isso me preocupa, porque, pela minha experiência com o movimento negro, LGBT, feminista, vejo que há pouquíssima articulação com a categoria "trabalho". Vimos na pesquisa do pós-doutorado que as pessoas sabem da importância de se pensar a categoria "trabalho", mas que isso não é central na discussão. Eu questionava: como as pessoas que estão elaborando a política habitacional do Brasil pensam? Considerando tudo isso que estamos vivendo no país depois das eleições de 2018, como podemos pensar, por exemplo, a política habitacional, a mobilidade urbana, sem pensar a categoria "trabalho"? Essa articulação da minha produção acadêmica com a militância sempre esteve presente. Entrei na Universidade de Brasília em 1996, no curso de química, mas vi que a área não me interessava, que eu tinha mais curiosidade do que pretensão de seguir carreira naquele campo. Então, no primeiro semestre, eu já comecei a pegar disciplinas no Instituto de Psicologia, que ficava em frente ao Instituto de Química. Em 1997, iniciei meus estudos sobre organizações. É interessante: hoje não estou em um movimento social, em uma organização especificamente, organicamente, mas comecei nessa militância. Então, para mim também é interessante pensar ativismos. Eu também uso muito o termo "eutivismo" para pensar algumas militâncias de hoje, as que representam um ativismo autoral. Tive a experiência dos movimentos, dos novos movimentos sociais lá dos anos 1990, quando tínhamos ONGs, associações. Na época, pude trabalhar com o professor Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Grupo Gay da Bahia. Mas hoje isso não é comum; hoje há mais ativismos autorais, ou, como brinco às vezes – mas falando sério –, há "eutivismo" na internet. O ativismo, a militância, hoje, são muito confusos, mas isso faz parte do processo.

Dulce: Você mostrou como a militância a ajudou em suas reflexões na academia, como isso foi enriquecedor. Durante muito tempo,

a homossexualidade, como você sabe muito bem, foi considerada crime em vários países do mundo, e só recentemente a Organização Mundial da Saúde (OMS) a retirou da classificação de doença. Como esse tipo de preconceito afetou a sua vida e a sua trajetória profissional?

Jaqueline: Foi até interessante citar aqui o Luiz Motti, porque – pouca gente sabe disso, mesmo dentro do movimento social LGBT, infelizmente – foi uma iniciativa do Grupo Gay da Bahia, presidido por Luiz Motti – que, na época, também era professor da UFBA, mostrando que ele também associava muito a militância ao trabalho acadêmico –, foi por uma iniciativa do Grupo Gay da Bahia, ao iniciar um movimento internacional, que a homossexualidade foi retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID), em 1990. Então, realmente é muito recente a despatologização da homossexualidade, embora – e aí vou fazer uma intersecção – eu considere que ainda hoje as identidades trans são patologizadas. Há uma nova edição da Classificação Internacional de Doenças que retirou a transexualidade, particularmente, do capítulo de transtornos de identidade de gênero. Muitas pessoas leram isso como despatologização, só que, no meu entendimento, houve apenas uma mudança de capítulo, considerando vários contextos globais. Por exemplo, no contexto norte-americano, que não conta com sistema de saúde, que não garante acesso universal à saúde, é preciso patologizar. Já no Brasil, não precisamos patologizar um grupo social para que ele seja atendido pelo SUS; nós temos o princípio da integralidade, da humanização. Então, houve interesses e questões internacionais que pesaram na decisão da OMS. Mas como essa questão afetou minha trajetória? Eu me lembro que, em 1997, na graduação, em uma aula da área de psicologia hospitalar, um professor querido, falando da homossexualidade – e isso na Universidade de Brasília,

que é altamente pontuada e tem um dos melhores cursos de psicologia do Brasil –, ainda reproduzia a ideia da homossexualidade como transtorno. Na ocasião, eu rebati, porque eu já tinha leituras a respeito, já havia toda uma questão, e isso ficou muito pacífico. Então, no contexto da minha graduação, foi muito calmo em termos de diálogo, porque já tínhamos uma construção anterior. E a área da psicologia, já em 2000, publicou uma resolução a respeito do assunto que é combatida até hoje por fundamentalistas religiosos, por pessoas que se apropriam da ideia de psicologia, os ditos psicólogos cristãos, por interesses políticos. E como o preconceito afetou minha trajetória? Eu era muito questionada desde a graduação sobre como eu poderia ser uma pesquisadora estando num movimento social. Acho que outras colegas também passavam por isso em qualquer movimento social. Na época, anos 1990, eu era muito mais focada no movimento LGBT, e acho que naquela ocasião isso incomodava muito mais. Hoje eu vejo menos esse incômodo; o que vejo muito mais – e isso me preocupa – é uma estereotipia. O que as pessoas entendem quando falamos que estamos no movimento LGBT e/ou no movimento feminista, no movimento negro? O que elas acham que trabalhamos, que pesquisamos? Essa preocupação é muito mais presente. Nesse sentido, o problema maior é saber como a universidade, a academia brasileira, dialoga com os movimentos sociais, como ela aprende com esses movimentos. Eu acho que temos um movimento muito unidirecional ainda. Muitos colegas ainda acham que a universidade é que vai ensinar os movimentos sociais e ajudar esses "pobres coitados", entre aspas. Acho que muitas pessoas imaginam de que maneira podem se qualificar para sua luta, mas não imaginam que os movimentos sociais enriquecem nosso pensamento e nossa ação na academia. Acho que esse é um problema muito grande no Brasil que nos afasta dos problemas reais da sociedade.

Dulce: É exatamente essa a visão que temos aqui na Universidade da Cidadania. Passo agora a palavra para Carla Castro Gomes.

Carla: Oi, Jaqueline! É um prazer estar aqui conversando e aprendendo com você hoje! Como você vê as tensões e os avanços entre as lutas do movimento LGBT e os movimentos sociais em geral?

Jaqueline: Nos últimos anos, trabalhei muito com os conceitos da Maria da Glória Gohn, que já citei aqui, e em diálogo com vários colegas que pesquisam movimentos sociais. Nós estamos ainda muito presos nas caixinhas. O debate da interseccionalidade – e cito aqui a Kimberly Kershaw – e as articulações que surgiram desde então trazem uma questão que tenho debatido: como vamos conseguir ver os movimentos sociais da forma real como eles se apresentam? Na minha visão, quando particularizamos esses movimentos, estamos, na verdade, ficcionalizando, porque não existe um movimento, por exemplo, de pessoas LGBTs separadas do real; são pessoas com diferentes origens, idades, gêneros, sexualidades, características étnicas, raciais, de classe. Então, não tem como pensar um movimento feminista ou movimento de mulheres sem pensar que essas mulheres são também – e essa foi a crítica feita quando a questão da interseccionalidade veio à tona – LGBTs, negras, indígenas, periféricas. Não dá para pensar um movimento negro no vazio, como se não houvesse marcações de classe, de gênero. Estamos debatendo isso a todo momento. A grande tensão está aí. Vejo muito mais discurso nos movimentos e uma forma de pensar ainda presa àquele modelo que vai constituir os nossos movimentos no século XX. Hoje, no século XXI, fica muito mais evidente como essas categorias se mesclam, como esses movimentos, por exemplo, têm reconhecido que temos "recortes" – esse é o termo que se emprega muito –, temos recortes raciais, de gênero, de diversidade sexual, de classe. Mas não são recortes – essa é a

grande questão, esse é o grande desafio –, são constituintes da realidade. Senão, vamos continuar elegendo um sujeito universal, que sempre vai ser um homem. Como professora de psicologia, sempre falo isso nas aulas: eu já sei no que as pessoas pensam quando falo "homem"; elas pensam num homem branco, cisgênero, que não é trans, um homem supostamente hétero – uma imagem, um estereótipo do que é uma pessoa heterossexual –, casado e com filhos. Quando eu falo "mulher", é a mesma coisa. Isso não é novidade, nós já discutíamos o assunto desde Sojourner Truth. Eu sou biógrafa da Sojourner Truth no Brasil, e ela já falava isso no século XIX: em quem as pessoas pensam quando pensam no que é uma mulher? Uma missionária do século XIX já discutia o que ainda estamos discutindo no século XXI, agora com o anteparo dos novos movimentos sociais que surgiram no século XX – e, ainda assim, não avançamos. Então, vejo muitos desafios. Entendo que o contexto político global e brasileiro que vivemos hoje surgiu como resposta aos nossos avanços, mas precisamos criar novas estratégias. E, cada vez mais, precisamos nos convencer de que, embora as identidades importem, é necessário entender o que estamos falando em termos de identidade, de grupos identitários, porque às vezes acho que isso é muito confuso para as pessoas, em termos de estereótipos, e mesmo entre militantes. Essa é uma discussão teórica fundamental para avançarmos, senão vamos continuar caindo em muitas armadilhas que vejo por aí, armadilhas teóricas e políticas, inclusive.

Carla: Você também se identifica como uma militante do movimento negro. Como você analisa esse momento de efervescência da luta antirracial no Brasil e no mundo hoje?

Jaqueline: Quando olho a história do nosso país para entender essa sociedade, como conhecedora da questão, vejo que ainda nos movemos muito por movimentos internacionais, o que não é assustador.

É certo que façamos mudanças no contexto nacional com base nesses movimentos, nessas forças. Temos uma discussão secular sobre o enfrentamento ao racismo, às desigualdades sociais e econômicas no Brasil com base étnico-racial, que foi o que fundamentou este país. E estamos questionando a própria estrutura do Brasil, o que é o Brasil. Nesse sentido, precisamos de um debate muito mais complexo do que o que está sendo feito; o debate ainda está muito no nível cultural. Por exemplo, em 2018 fui candidata a deputada estadual aqui pelo Rio de Janeiro. Lançamos recentemente o filme "Sementes, sementes: mulheres pretas no poder", que retrata nossa campanha. São seis retratadas que tinham ligação direta com a Marielle Franco e que fizeram campanha em 2018 depois da execução dela. Temos falado muito, e alguns críticos repararam também, que as nossas campanhas foram, de fato, motivadas por uma razão, para nós, terrível, triste, que foi a execução da Marielle. As candidatas foram muito impulsionadas por isso, mas, ao mesmo tempo, tenho dúvidas de até que ponto a população tinha ou tem consciência plena – eu sei como a ideologia funciona – da situação que vivemos em termos de discriminação. Há uma cena do filme em que estamos na rua, em campanha, mas eu não sei até que ponto as pessoas realmente estão envolvidas naquilo, entendendo a situação. Recomendo que assistam ao filme para pensarmos sobre isso, porque esse exercício entusiasma muito. Mas até que ponto estamos debatendo de fato? Saíram dados recentes sobre a manutenção das desigualdades, e vimos que, de novo, mulheres negras estão na base da renda no Brasil, enquanto o homem branco continua sendo a referência de renda no país, mesmo tendo a mesma escolaridade da mulher branca, do homem negro e da mulher negra; a mulher negra sempre está lá embaixo. Então, mesmo com avanços educacionais, não houve mudança nesse quadro, porque a estrutura continua a mesma: é a mesma estrutura racista e machista que vai integrar isso tudo – isso porque esses aspectos

são centrais, mas, se acrescentarmos a estrutura LGBTfóbica, com certeza vamos ver essa dimensão lá também. É bom lembrar que o Brasil, por exemplo, é o país que mais mata, é o que tem o maior número de registros de assassinatos de pessoas trans no mundo, e isso é indissociável do racismo, de como a escravidão se estruturou no país e de como não houve reparação. Como não houve reparação, essas estruturas se reproduzem. Acho que é estratégico pensar a luta antirracista em termos do entendimento que temos do racismo estrutural, mas devemos tentar não essencializar, pois existe uma tendência à essencialização. Devemos pensar em como transformar esses lugares de privilégio das pessoas brancas neste país, em como intensificar ações afirmativas, porque elas são importantes para que se comece a fazer uma gestão da diversidade. Eu não consigo fazer uma gestão real de diversidade numa instituição se eu não fizer uma ação afirmativa antes, porque, senão, vou chegar na UFRJ e falar: "Gente, vamos valorizar a diferença! Que maravilha a diversidade! Olha, homem branco, você também é diverso, você não é universal, você também é particular!". Mas, se não houver gente negra, se não houver mulheres, se não houver LGBT's ali, esse discurso vai cair bem para o interesse da nossa tradição brasileira, vai ser um discurso para inglês ver. Então, é preciso ter pessoas ali; a representatividade é importante para trabalharmos na prática: "Olha, essas pessoas participam do processo decisório. Temos pessoas negras aqui nesta instituição; elas não são só alunas, não são só usuárias do sistema, elas também são professoras, também fazem parte da atividade-fim da organização". Então, esse é o grande debate. Para além dele, existe um que ainda não foi feito, que ainda tem muito pouco substrato teórico no Brasil, que é o das políticas de reparação. Às vezes, as pessoas confundem os conceitos. Como eu disse, a ação afirmativa é uma coisa, precisamos é de política de reparação. E isso se torna complexo, porque as pessoas que sofreram com a escravidão e que morreram nos mais de trezentos anos

em que este país se alimentou dos corpos negros e indígenas não foram reparadas; o dano ficou para as gerações seguintes, ficou para a gente. Como que vamos atender isso? O Brasil tem que questionar isso seriamente, porque, como o professor Hélio Santos já discutia, nessa questão da economia do Brasil, não vamos avançar. Somos um país de maioria negra, e se não enfrentarmos isso, não teremos como resolver o dilema brasileiro, não teremos como achar soluções para o Rio de Janeiro, por exemplo, nesse estado de coisas em que vivemos. Não conseguiremos resolver a questão, se persistir o mesmo paradigma de coisas em que não se consegue enxergar a dimensão racial envolvida no problema. Então, precisamos desse debate, ele é fundamental e precisa ser aprofundado, mas devemos entender que, se não enfrentarmos o machismo, o racismo, a LGBTfobia, todas as formas discriminação, se não enfrentarmos esses problemas realmente, não teremos como enfrentar essa lógica capitalista em que vivemos, vai ser um discurso vazio.

Carla: Durante os governos Lula e Dilma, houve um estreitamento das relações do movimento LGBT com as esferas governamentais: em 2004, o governo federal lançou o programa Brasil sem Homofobia; em 2008, foi realizada a primeira Conferência Nacional LGBT; no ano seguinte, foi criada uma coordenação LGBT como parte da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Atualmente, no governo Bolsonaro, há indicadores de forte retrocesso nesse campo. Como você está vendo a situação atual?

Jaqueline: Digo sempre: ele é tosco, mas não é burro. Acho que isso resume a situação, bem didaticamente. Pelo que aconteceu em outros países e pelo que vimos aqui quando surgiu o plano da Escola sem Partido e a falácia da ideologia de gênero criada pela extrema direita, pelos fundamentalistas religiosos, vejo que esses movimentos fundamentalistas, novos, criaram um discurso político

com o fim de chegar às donas de casa, às famílias, e dizer: "Olha, existe uma ameaça para os seus filhos". Vou ser bem direta, porque isso já virou senso comum no Brasil e no mundo, infelizmente: "Olha, professores estão induzindo seus filhos a se tornarem aberrações. Estão dando 'mamadeira de piroca' nas escolas, e os professores usam maconha nas universidades e fazem plantações". Esse governo entra como nesse contexto? Qual é a estratégia dele? Eles já tinham demonstrado isso, inclusive aqui. Quem observou a política no Rio sabe que fomos laboratório de ensaio disso tudo. O Bolsonaro foi eleito e reeleito por mais de vinte anos aqui, e ainda havia gente que dizia que ele brincava, que ele não estava falando sério quando falava de machismo, de racismo, de LGBTfobia. Com relação ao movimento LGBT, para vocês verem o nível da LGBTfobia no Brasil, as denúncias já estavam postas, mas mesmo assim não foram ouvidas. E, obviamente, isso afeta todo mundo, não só pessoas LGBTs; isso afeta todo mundo em termos do ideário de gênero dessas lideranças, do ideário de diversidade sexual. Vejam pela Damares. Aquela figura representa bem isso, esse ideário. Na esperteza dela, consegue articular isso bem popularmente, como eu falei, consegue articular essas pessoas para esse debate. A estratégia do governo foi fazer como o Crivella – e o estou citando nominalmente porque isso foi efetivamente feito –, que não extinguiu a Coordenadoria de Diversidade Sexual do município. Nós temos esse órgão, sabiam? O Governo do Estado, dirigido pelo fascista e defensor do extermínio em favela Wilson Witzel, tem ainda o programa Rio sem Homofobia. No início do governo Bolsonaro, publicaram uma matéria que levou algumas pessoas a pensar que ele ia acabar com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Houve uma normativa a respeito, e eu expliquei: "Não, gente, ele não está acabando com esse conselho". As pessoas não entendem muito como é a normativa, de forma geral, muito menos como funcionam esses conselhos. O que ele estava fazendo era uma remodelação: ele tirou

poder dessas coordenações LGBT, assim como tirou da Secretaria das Mulheres. No Brasil inteiro, essas Coordenações de Diversidade Sexual dos governos fundamentalistas existem simplesmente para eles dizerem: "Não, nós não odiamos vocês, não queremos que vocês morram, mas não há financiamento, não há apoio, e nós apoiamos discursos que, no fundo, estimulam o assassinato e o impedimento do acesso de vocês a todos os bens da sociedade". É uma estratégia deles. Infelizmente, por falta de formação política e de educação de forma geral no país, vejo inclusive pessoas LGBTs apoiando esse discurso. Então, eles sabem muito bem se apropriar disso; eles têm mulheres no poder, têm negros lá com eles, têm pessoas LGBTs com eles.

Carla: Jaqueline, muito obrigada pela sua participação aqui! Foi um prazer ouvi-la!

Cecília Coimbra

Grupo Tortura Nunca Mais

Cecília Coimbra é fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Formada em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em psicologia pela Universidade Gama Filho (UGV), fez mestrado em Psicologia da Educação na Fundação Getulio Vargas (FGV) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo (USP). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 2 de outubro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Angela Moreira da Silva (CPDOC/FGV), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Hoje, temos a honra de receber Cecília Coimbra, fundadora e membro da diretoria colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais. Cecília será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Angela Moreira da Silva, professora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas.

Dulce: Olá, Cecília! Em 1970, você foi presa e torturada pela ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964. Anos mais tarde, você fez doutorado em psicologia e pós-doutorado em ciência política e tornou-se professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em sua pesquisa de doutorado, que depois virou livro com o título *Guardiães da ordem*, você tratou exatamente das práticas da psicologia aliadas à ditadura, à tortura, etc. A prisão e a tortura foram experiências decisivas na sua vida? Como você aliou essas experiências a sua prática acadêmica?

Cecília: É um prazer mais uma vez estar aqui com vocês e principalmente com você, Dulce, minha querida companheira de cela naqueles terríveis anos de 1970. Quem foi preso e viveu aquele horror sabe que isso está marcado em nós – essas marcas de uma vítima, mas que se tornam marcas de uma combatente, como muitas de nós nos tornamos. Óbvio que quem passou pelo horror de ser torturado e de ver companheiros sendo torturados, muitos deles até a morte, vai ficar marcado profundamente, e o meu trabalho acadêmico, sem dúvida, é marcado por isso. Meu curso de formação em psicologia naquele período, que foi o período da minha prisão, se colocava como um curso neutro, distante das questões político-sociais que aconteciam. A história foi muito importante na minha formação em psicologia, e posteriormente a minha tese de doutorado foi um rever, um trazer de volta a minha formação, a psicologia que se desenvolveu no Brasil no período da ditadura, que foi justamente o período em que algumas das faculdades de psicologia faziam uma divulgação imensa de uma determinada psicanálise – uma psicanálise que vinha de forma extremamente dogmática, fechada, asséptica e que se dizia apolítica. Então, a minha tese de doutorado tinha o objetivo de mostrar como uma certa psicologia e uma certa concepção da psicanálise que se desenvolveram naquele momento tiveram seu *boom* justamente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, e como, por todos os anos 1970, elas se aliaram à ditadura. Eu aponto isso através de algumas situações analisadoras, mostrando como a prática de alguns psicólogos, de alguns psicanalistas, realmente andava de mãos dadas com a ditadura. Eu falo, por exemplo, de uma coisa que quase ninguém falou. Na época em que fomos presas, Dulce, em agosto, setembro, cinquenta anos atrás, nós não tivemos conhecimento disso, que era o chamado "perfil psicológico do terrorista brasileiro", ou seja, um grupo de psicólogos contratado pelo Centro de Estudos do Exército, no Forte do Leme, fazia uma pesquisa em que queria demonstrar que as pessoas que estavam presas, que

se opunham à ditadura, advinham de famílias desestruturadas e eram pessoas carentes, socialmente desajustadas. Para isso, eles aplicavam os testes nos chamados "presos irrecuperáveis" – porque havia essa divisão de pessoas que estavam cumprindo pena, de presos recuperáveis e irrecuperáveis. Eles aplicavam nos chamados "presos irrecuperáveis" uma série de testes: de personalidade, de nível mental, testes sobre frustração, e, ao final, teciam um laudo psicológico mostrando que, através dos testes, haviam constatado que aquelas pessoas eram desajustadas, desestruturadas, carentes, que advinham de famílias separadas, de famílias em conflito. Isso me lembra muito – e eu falei muito sobre isso durante anos para meus alunos no curso de psicologia – de como a psicologia ainda hoje pode também ser utilizada para classificar e rotular aquele sujeito que é tido como originário de família desestruturada. Aliás, o ministro da Educação, outro dia, sugeriu isso em relação às pessoas trans e homossexuais. Quando eu digo "uma" psicologia, quero dizer que podemos produzir outras psicologias, outras práticas da psicologia que não se colocam como neutras, assépticas, psicologizantes, familiarizantes, nas quais só se vê a questão do psiquismo e só se percebe o sujeito como sendo produzido histórica e socialmente, através dos chamados "processos de subjetivação". Eu hoje trabalho muito com isso. Já na minha tese de doutorado eu apontava isso, principalmente trabalhando com Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que era um psicanalista e militante francês. Então, eu acho que a psicologia efetivamente pode ser uma psicologia voltada para a vida, para a emancipação, para a liberdade, como pode ser também uma psicologia voltada para a repressão e que se diz neutra. Digo sempre: a psicologia é sempre política, como toda ação nossa é uma ação política.

Dulce: Em 1985, já no final do regime militar, foi criado o Grupo Tortura Nunca Mais, que é uma referência, no cenário nacional, na luta

pelos direitos humanos. O que você, como uma das principais idealizadoras sobreviventes do grupo, acha importante contar sobre a história do Tortura Nunca Mais e seu papel na sociedade brasileira?

Cecília: O grupo está fazendo agora, em 27 de outubro de 2020, 35 anos de existência. Nós começamos a nos reunir por acaso, em abril de 1985, quando tivemos notícias de que torturadores ocupavam cargos de confiança no governo Brizola. Assim, começamos a nos reunir – ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos – no sindicato dos jornalistas e passamos a perceber a importância de fazer um movimento sobre as questões da ditadura militar. Depois dos comitês brasileiros pela anistia, no início dos anos 1980, realmente não se falava mais daquele período; ele havia caído em um esquecimento completo. Então, lançamos o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, muito em função da Comissão [Ernesto] Sabato, ou Comissão Nunca Mais, uma comissão da verdade que ocorria naquele momento na Argentina, no início do governo Alfonsín. Colocamos esse nome, Tortura Nunca Mais, em referência à comissão argentina e lançamos o movimento oficialmente em outubro de 1985 num grande seminário na Universidade Cândido Mendes. Lá narrávamos um pouco do que foi aquele período da ditadura nas artes, na música, na questão da tortura. A partir daí, muita gente nos procurou, e o grupo foi crescendo em função das denúncias e pesquisas que fazia. Não aplicávamos nenhuma metodologia, mas fazíamos muitas pesquisas. Cobríamos, inclusive, uma vala clandestina num cemitério de periferia aqui em Ricardo de Albuquerque, no subúrbio do Rio de Janeiro. A vala não constava nos livros do cemitério, mas havia lá quatorze militantes políticos que foram enterrados como indigentes e considerados desaparecidos. O Grupo Tortura Nunca Mais, além de fazer denúncia, de fazer uma pesquisa grande sobre o que foi aquele período, de uns anos para cá

tem buscado mostrar justamente a ligação que houve entre aquilo que ocorreu no passado – dizemos que não é passado, é presente – com as atrocidades que continuam ocorrendo nos dias de hoje. O grupo está, inclusive, nos últimos três anos, tendo uma experiência muito interessante de colegiado, de uma diretoria colegiada, em que estamos tentando experimentar a questão da horizontalidade. É muito difícil, obviamente, porque tentamos mostrar o tempo todo: o que aconteceu lá não está no passado, o que aconteceu lá está hoje aqui, de uma outra forma, com novas faces, com novas fisionomias, mas continua acontecendo. Temos a herança da ditadura civil-militar, do terrorismo de Estado que ocorreu no Brasil; ela está presente nos dias de hoje, mas com outras fisionomias. Então, o Grupo Tortura Nunca Mais tem se caracterizado ao longo desse 35 anos por um trabalho de denúncia, nacional e internacionalmente, e também por um trabalho de pesquisa, não só sobre a questão dos restos mortais dos desaparecidos enterrados como indigentes, que é a grande maioria dos casos, mas também sobre torturadores, sobre pessoas que integravam o aparato de repressão do Estado, e que ainda ocupavam – hoje não tanto – cargos de confiança nos diferentes governos, no nível estadual e federal. Eu gostaria de destacar três características muito importantes do Grupo Tortura Nunca Mais que há 35 anos defendemos como princípios ético-políticos do grupo: a independência, a autonomia e o suprapartidarismo. Nós não recebemos nenhum tipo de financiamento de nenhum órgão governamental, de nenhum partido político, e nos mantemos durante as eleições de uma maneira suprapartidária – não é neutra, mas suprapartidária. Obviamente, essa autonomia, essa independência e esse suprapartidarismo têm nos dado uma grande credibilidade ao longo desses 35 anos.

Dulce: Eu passo a palavra agora para Angela Moreira da Silva.

Angela: Olá, Cecília! Como você vê os avanços e as possíveis tensões entre as lutas do Grupo Tortura Nunca Mais e as de outros grupos de direitos humanos e outros movimentos sociais?

Cecília: Como mencionei na resposta anterior, o Tortura Nunca Mais daqui do Rio de Janeiro coloca que o que aconteceu lá atrás continua acontecendo hoje com outras fisionomias, com outros rostos. Um exemplo disso é o aparato de repressão que existe hoje, mas com outras caras; vide o que está acontecendo agora com algumas listas de professores e de intelectuais antifascistas.[1] Então, sabemos que isso ocorreu e que continua ocorrendo. Temos uma grande aliança com os grupos que se formaram posteriormente a nós, também suficientes para fazer a denúncia do que tinha acontecido no período da ditadura e do que continuava acontecendo hoje. Temos muitos aliados, grupos, inclusive, de direitos humanos que trabalham com essa questão dos desaparecimentos da tortura hoje. Tem sido um grande aprendizado, para eles e para nós, essa troca de informações. Por outro lado, temos também posições extremamente não instituídas, e isso tem criado algumas tensões, sem dúvida, com alguns grupos parceiros. São posições não instituídas no sentido de não aceitarem, não só financiamento – como eu tinha falado antes –, mas também nenhuma participação em nenhum tipo de governo. Isso criou, em certos momentos, algumas tensões. Por exemplo, quando houve a criação da Comissão Nacional da Verdade, fizemos críticas à limitação da comissão, da sua organização e do seu próprio funcionamento. Na época, inclusive, alguns parceiros nossos disseram que estávamos exagerando. Posteriormente, quando saiu o relatório final da Comissão Nacional de

1 Referência a uma lista com centenas de nomes supostamente contrários ao governo Bolsonaro e que teria sido vazada e compartilhada, em junho de 2020, no aplicativo de mensagens WhatsApp com jornalistas e outras pessoas opostas ao governo.

Direitos Humanos, muitos ficaram de acordo conosco e disseram: "Vocês realmente estavam vendo todos os acordos que tinham sido feitos e que não tinham sido feitos naquele momento". Acordos que vinham desde a Lei da Anistia, em 1978, ainda no período da ditadura, e que passaram, a partir de 1985, por todos os governos civis. Acordos não só com as forças militares, mas também com aqueles que financiaram a tortura naquele momento, com aqueles que mantiveram e financiaram os aparatos de repressão, ou seja, com os grandes empresários que continuam no panorama político brasileiro. Então, há uma parceria muito grande e por vezes há tensões também, sem dúvida. Acho que temos tido um aprendizado com esses grupos novos e eles conosco, o que é muito importante. Nós agora estamos fazendo um trabalho junto com o pessoal da Baixada sobre a questão do desaparecimento forçado, que engloba um número altíssimo de pessoas desaparecidas, principalmente pobres e negras.

Angela: Aproveito para perguntar a você sobre essas resistências que a sociedade brasileira tem – que não são de hoje, mas que estão muito presentes na nossa atual conjuntura – para enfrentar a questão dos direitos humanos, inclusive a questão da tortura – não somente durante a ditadura, mas também na atualidade. Em sua opinião, quais são as razões para essas resistências e quais os caminhos que a nossa sociedade deve seguir para finalmente superá-las?

Cecília: Eu entendo muito pouco de informática, Angela, mas outro dia vi um filme chamado *O dilema das redes*, que mostra o processo de subjetivação – eles não usam esse termo, mas nós sim. O filme fala dos nossos modos de estar no mundo, de viver, de sentir, de pensar e de como hoje nós vemos uma naturalização do extermínio daquilo que é diferente. Isso vem gradativamente se engrossando. Não é uma coisa de hoje, mas hoje temos no poder um grupo não só

fascista – fascista é pouco – mas que apela muito para essa questão das redes através das *fake news*, principalmente entre as populações mais de elite e mais de periferia, que acreditam piamente no que leem nas redes. Por exemplo, há gente dizendo que não existe pandemia. Acho que neste momento que estamos vivendo temos que entender que tipo de homem está sendo produzido, que mundo é esse que está sendo produzido em cima dessa questão da informática. Esse filme é muito interessante, *O dilema das redes*, da Netflix. Ele vai mostrando justamente essa questão ética, essa questão de produzir no outro um modo de ele mesmo viver, como se esse fosse o verdadeiro e único modo de viver. Acho que hoje, mais do que nunca, essa questão se complexifica muito, porque, embora sempre soubéssemos que algumas pessoas eram a favor do extermínio, da tortura, o número desses defensores está crescendo assustadoramente nos dias de hoje. Por quê? Porque os meios de comunicação de massa contribuem para isso, muitos deles inclusive dominados por fundamentalistas que pregam, em nome da vida, a morte.

Angela: Na sua opinião, quais são as causas dessas resistências e de que forma podemos superá-las?

Cecília: Nós não podemos apagar os trezentos anos de escravidão que vivemos, em que a tortura foi naturalizada, o genocídio dos povos tradicionais desta terra foi naturalizado e até tornado necessário. Temos isso na nossa própria história. A tortura e o extermínio, para alguns seguimentos da população, sempre foram aceitos e até aplaudidos. A tortura não foi feita para a classe média, mas para o negro, para o índio e para aquele considerado perigoso e fora da norma. Então, temos toda uma história que nos leva a achar a tortura uma coisa natural e necessária, assim como o extermínio de certos povos, especialmente do negro e do indígena. Temos também, além dessa história, a ênfase dada por muitos meios de comunicação de

massa à produção de determinados modos de estar no mundo, de viver, de pensar, de sentir. Você vai produzindo esses modos para aquele que é diferente e que vai sendo considerado seu inimigo. E o inimigo tem que ser exterminado, o inimigo pode ser perigoso – é uma outra doutrina de segurança nacional; invertida, digamos assim. Não chega nem a ser invertida, mas tem uma outra faceta, uma outra fisionomia: aqueles que são ou podem ser perigosos têm a possibilidade de ser torturados e até exterminados. E os meios de comunicação reforçam o que chamamos de processo de subjetivação. Reforçam esses modos de viver, de estar no mundo, de pensar, de ser, de sentir. Nós trazemos das nossas raízes essa naturalização da tortura e do extermínio, e hoje mais do que nunca isso é enfatizado: "A diferença não pode existir, ela tem que ser exterminada, é perigosa". Quando se falava de direitos humanos trinta anos atrás, já se colocava: "Falar de direitos humanos é defender bandido, é passar a mão na cabeça de bandido". Nós ouvimos muito isso. E isso vai cada vez se complexificando mais, vai se fortalecendo no meio da população. Outro dia eu estava ouvindo uma fala do padre Júlio Lancellotti, que faz um trabalho belíssimo com a população de rua e que recentemente foi ameaçado de morte em São Paulo. Ele dizia: "Você não precisa dar nenhuma caridade, nada. Basta olhar nos olhos, bater no coração e dizer 'oh, meu irmão'". É preciso ver o outro como um ser humano e não como um diferente, porque o diferente é perigoso. Então, temos que pensar como produzir outros modos de estar nesse mundo, outros modos de olhar para aquele que é tido como perigoso. Acho que esse é um trabalho cotidiano de formiguinha e que deve ser feito a todo momento; é no cotidiano que fazemos isso. Eu trabalho muito com a questão da micropolítica; é no pequenininho que você vai afetando o outro e se afetando também. Porque não é só afetar o outro, você se afeta junto, você muda junto. Uma coisa que eu acho muito bonita nesses pensadores com os quais trabalho é isso: eu não sou uma

coisa, eu sou muitas coisas e sempre estou sendo; e, assim como eu, o mundo. Nós estamos em um processo de movimento infinito e eterno. Muito bom isso, não é? Isso nos dá um alento muito grande. E o caminho para superar as resistências, eu acho que não existe. Como no dito famoso, "o caminho se faz ao caminhar", na experimentação. Porém, nós temos que nos indignar com essa situação, não podemos aceitar isso como natural. Não podemos nos tornar tristes, porque o poder adora uma tristeza para poder nos dominar; então a alegria tem que estar junto também, no nosso trabalho. Ou seja, é uma alegria estar aqui com vocês, Angela e Dulce!

Angela: Atualmente temos no Brasil um presidente e um governo que exaltam a ditatura, que homenageiam torturadores e que têm policiais e militares como uma de suas principais bases sociais. Qual a sua avaliação sobre o Brasil de hoje?

Cecília: A pior possível, não é, querida? É o horror! Às vezes me parece um filme de ficção e terror. É algo que passava na minha cabeça quando eu estava na prisão, em 1970: "Isso não pode acontecer". E é isso que sentimos hoje, é como se fosse um filme de ficção e de terror. O horror se impõe a cada momento, a cada dia em que esse governo nos anuncia algo. É até indizível, não há palavras para descrever o sentimento de quem passou por aquele horror e que hoje vive esse horror. Reforço novamente: é no pequenininho, é na micropolítica, é no nosso cotidiano, é nos encontros que temos que promover – como esses que vocês promovem –, é em parcerias potentes como a que estamos fazendo com os companheiros do Fórum Baixada sobre o desaparecimento forçado de populações pobres e negras, é com a parceria que fazemos com Ailton Krenak e com povos indígenas que podemos produzir outros modos de estar neste mundo e mesmo produzir outros mundos. Obviamente, a questão eleitoral passa por aí, mas para mim ela não é a principal.

O importante são esses encontros que promovemos, são essas parcerias potentes que geram não só esperança, mas também uma poderosa mudança em nós e no outro. Produzem outros modos de enxergarmos o que está no mundo e mudá-lo. Não há caminho, não há receita; [a solução é ir] experimentando. Por vezes, essas experimentações são muito dolorosas, como no momento que vivemos hoje, mas devemos manter a nossa alegria, potencializar esses encontros, porque isolados não vamos fazer nada, e eles querem isso. Marcos Silvério já dizia: "Dividir para dominar". Então, é importante que possamos estar juntos, nos potencializando.

Angela: Muito obrigada!

Dulce: Obrigada, Cecília!

Sueli Carneiro

Geledés – Instituto da Mulher Negra

Sueli Carneiro é fundadora e coordenadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, formada em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em educação pela mesma universidade. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 9 de outubro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Mônica Lima (IH/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Bem-vindo à Rádio Cidadania! É com muita honra que hoje recebemos Sueli Carneiro, diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Sueli será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Mônica Lima, professora do Instituto de História da UFRJ.

Dulce: Olá, Sueli! Eu queria que você falasse um pouco sobre o que significa ser uma mulher negra, de origem pobre e moradora de um país excludente e racista como o nosso, que até hoje cultiva o mito da democracia racial.

Sueli: É um prazer estar com você novamente! Obrigada pelo convite para participar desse *podcast*! Nascer negra ou negro no Brasil é estar persistente e permanentemente submetido a situações de racismo e discriminação. Isso é um ponto pacífico, faz parte da experiência de qualquer pessoa negra neste país. Por isso, acho inútil ficar relatando o casinho deste, daquele ou daquele outro. Nascer negro é ter que sistematicamente experimentar situações de racismo, é uma experiência coletiva, para começar. Eu costumo dizer que o foco do ativismo e da militância da minha geração

foi o questionamento, a destruição do mito da democracia racial. Essa foi a questão essencial que preocupou grande parte da minha geração de militantes, que cresceu debaixo da falácia da democracia racial. É um mito, uma inverdade que se prestou a obscurecer a compreensão de todos, brancos e negros, sobre os dilemas da questão racial no Brasil, sobre o conflito racial latente. Então, nossa geração trabalhou muito para derrubar esse mito, para denunciá-lo, para deslegitimá-lo. E eu acho que ele é uma ideologia em agonia no Brasil, porque essa geração se ocupou não só em questioná-lo, em problematizá-lo, em destruí-lo, mas também em buscar os remédios para as desigualdades geradas pelo racismo e pela discriminação no Brasil. Acho que nós abalamos suficientemente esse mito, e o suficiente para que seja constrangedor, hoje, ouvir alguém falar ainda em democracia racial. Outra evidência para mim de que ele foi abalado é o fato de que aquela velha etiqueta social sobre as relações raciais que esse mito forjou acabou. O que nós estamos vivendo é uma realidade em que o racismo se manifesta cada vez de maneira mais explícita, mais violenta, sem os seus subterfúgios tradicionais, criados pelo mito da democracia racial. Um paradigma disso para mim é como a branquitude, pela primeira vez, se organiza, por exemplo, para enfrentar as políticas de cotas. A branquitude deixa o conforto de que desfruta nas relações raciais e se organiza para impedir a adoção de políticas, por exemplo, de cotas raciais e outras. Cada vez mais, essa forma explícita e violenta de expressão que o racismo adquire hoje na nossa sociedade me parece absolutamente determinada pelo avanço da consciência racial, da demanda racial, das políticas públicas, como, por exemplo, as cotas no serviço público e nas universidades, a questão da partilha mais equânime dos recursos para as candidaturas – que virou polêmica –, entre outras. Ou seja, é um conjunto de iniciativas que desestabiliza o conforto e o monopólio de cem por cento das melhores oportunidades sociais pelos brancos, que sempre

desfrutaram e continuam a desfrutar dessas oportunidades. Então, digamos, estamos assistindo ao recrudescimento do conflito racial em função do enfraquecimento dessa ideologia que mantinha toda uma estabilidade nas relações sociais, em que todo mundo sabia o seu lugar e que parecia o paraíso perpétuo dos brancos brasileiros. Neste momento que estamos vivendo, de desestabilização, o racismo se manifesta sem as máscaras do mito da democracia racial. Também é um momento que revela a função estratégica do racismo na sociedade brasileira. Para que serve o racismo? Ora, o racismo serve unicamente para produzir privilégios para um grupo racial à custa da opressão e exclusão de outro, e acho que esse é o momento que estamos vivendo na sociedade brasileira. Entre as mulheres isso significa o quê? As mulheres negras são majoritariamente pobres porque lhes é negado o acesso igualitário às oportunidades sociais. O racismo é uma muleta que assegura aos brancos vantagens em todas as dimensões da competição social, e essa muleta geralmente é chamada de meritocracia. A discriminação simultânea de gênero e raça que se abate sobre as mulheres negras produz a sua imobilização social nos patamares mais inferiores da sociedade, pois, naqueles espaços onde prosperam os direitos conquistados pelas mulheres, a beneficiária é a mulher branca, pelo passaporte que a brancura assegura às mulheres brancas para obterem as melhores oportunidades sociais. Então, as mulheres negras estão o tempo todo lutando para romper essa situação de asfixia social que o racismo lhes impõe em benefício das mulheres brancas.

Dulce: Você, doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP), é considerada uma das principais teóricas sobre a questão da mulher negra. Muitos até dizem que você foi a primeira ativista a enegrecer o feminismo no Brasil. Você concorda com isso? O que você tem a dizer sobre as tensões e as aproximações entre o feminismo e as lutas antirracistas no Brasil e no mundo?

Sueli: "Enegrecendo o feminismo" é uma expressão que eu cunhei num artigo da década de 1990. Nesse trabalho procuro descrever o impacto da incidência política das mulheres negras sobre o feminismo brasileiro e latino-americano. Então, é um artigo que se tornou referência para o movimento das mulheres negras nos seus diálogos e confrontos com as feministas brancas aqui e na América Latina. Com essa expressão, pretendia assinalar a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista. Procurei assinalar, revelar, a insuficiência teórica e da prática política do feminismo tradicional ou do feminismo clássico para compreender e integrar as diferentes expressões do feminino construído em sociedades multirraciais e pluriculturais. A partir de então, os temas fundamentais da agenda feminista foram questionados, perscrutados, pelas mulheres negras à luz dos efeitos do racismo e da discriminação racial sobre as mulheres para além dos efeitos do sexismo. E, igualmente, a própria posição de classe das mulheres negras foi questionada a partir dessa visão do impacto do racismo sobre a racialidade negra. Então, nesse sentido, procurei elencar os efeitos específicos que as mulheres negras sofrem nas diferentes dimensões da vida social por força da conjugação de racismo e sexismo. Apontei como isso acontece no mercado de trabalho, em que a eleição da brancura como modelo privilegiado de beleza exclui mulheres negras das melhores posições. Apontei como, na educação, as desigualdades se manifestam de maneira brutal entre mulheres brancas e negras. Apontei a violência simbólica que a brancura exerce sobre as mulheres não brancas em geral, na medida em que oprime, descarta e rejeita as mulheres não brancas em todas as dimensões da vida, especialmente no mercado de trabalho, como já citei, e também no mercado afetivo. Acentuei como a violência contra a mulher se manifesta de maneiras perversas em relação às mulheres negras, a maneira como atinge os seus direitos reprodutivos, na medida em que, por exemplo, na década

de 1980 e 1990, era absolutamente acentuada a desigualdade nas esterilizações massivas entre mulheres negras e brancas, em que o corpo das mulheres negras era um alvo preferencial das estratégias controlistas da população. Foi possível chamar a atenção para o tratamento diferenciado recebido por mulheres negras no sistema público e privado de saúde, uma situação que mais tarde uma pesquisa já clássica da Fiocruz demonstrou cabalmente. Mostramos ainda como os meios de comunicação, eivados de racismo, se prestam a reproduzir estereótipos e estigmas que abalam a imagem das mulheres negras e provocam danos incomensuráveis à sua autoestima. Então, todas essas questões foram sendo agregadas e se tornaram elementos problematizadores da visão do feminismo clássico sobre as mulheres brasileiras, uma vez que ele não dialogava com todas essas questões. Essa pressão das mulheres negras sobre a agenda feminista, sobre o ideário feminista, se inicia com o mito de tensão extraordinária entre mulheres negras e brancas na arena política do feminismo, uma tensão que em muitos momentos foi objeto de ações bastante bruscas e violentas do ponto de vista discursivo entre negras e brancas. Com o passar do tempo, esse processo de sensibilização, denúncia e proposição das mulheres negras foi reconfigurando o próprio feminismo nacional. Sempre costumo apontar um dos momentos mais emblemáticos dos consensos alcançados por nós, que foi a Plataforma Política Feminista de 2002, gestada em Brasília numa Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Lá, princípios de um novo feminismo foram afirmados numa carta de princípios e de intenções que diagnosticou e reafirmou uma série de questões, como a crítica ao modelo neoliberal, injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental e que atinge especialmente as mulheres. Ali reafirmamos o compromisso de defesa dos princípios de igualdade e de justiça econômico-social, bem como do direito universal à educação, à saúde e à previdência. Ali também

afirmamos, pela primeira vez, o compromisso inegociável de luta antirracista e de defesa dos princípios de equidade racial e étnica, com o combate a todas as formas de discriminação de gênero, de mulheres e meninas, e com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres, pelo direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros e contra a discriminação a lésbicas. Estou falando de uma carta em que o combate ao racismo compareceu como um princípio inegociável e como base de uma cooperação recíproca possível entre mulheres brancas e negras na luta pela emancipação de todas as mulheres. Acho que esse, por exemplo, é um dos momentos mais exitosos dessa dialética de confronto, de diálogo e de negociação entre feministas negras e brancas, que se expressa numa plataforma política e que, pela primeira vez, afirma o compromisso de combate ao racismo e à discriminação racial como elemento estrutural para a emancipação das mulheres brasileiras. Vejo as mulheres negras hoje como lideranças do movimento feminista brasileiro, na vanguarda do feminismo brasileiro, e vejo que as feministas brancas que têm juízo e conhecem esse processo sabem que essa é uma reivindicação justa e necessária, na medida em que as mulheres negras são a maioria da população feminina do país e são aquelas que ficaram para trás nos processos de conquistas das mulheres na sociedade brasileira. Então, há um ônus que é devido às mulheres negras e que as torna legitimamente lideranças de um processo de emancipação coletiva, já que, ainda neste momento, elas são as principais credoras sociais.

Dulce: Agora eu vou passar a palavra para Mônica Lima.

Mônica: Olá, Sueli! Minha pergunta se refere a um de seus ramos de atividade, atuação e militância. Você foi uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 1988. Entre outras atividades, o Geledés oferece um programa de orientação na área

de saúde física e mental específico para mulheres negras, que são atendidas por psicólogos e assistentes sociais. Existe também um plano específico para a juventude negra, o Projeto Rappers, em que jovens são agentes de denúncia e também multiplicadores da consciência de cidadania entre os mais jovens. Que outras atividades importantes do Geledés você gostaria de nos descrever?

Sueli: Você mencionou o Geledés como uma das minhas atividades. Não, essa é a minha atividade essencial, é a minha principal identidade política. Sou coordenadora executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra; todo o restante que faço é periférico a isso. Esse é o centro estratégico do meu ativismo, da minha militância e mesmo da minha produção intelectual. Não há nada mais importante que eu faça do que isso. E faço isso há 32 anos, primeiro como fundadora e hoje como coordenadora executiva. Isso tem a ver com uma briga histórica que temos entre ativismo e academia, porque a academia, para nos dar legitimidade, começa dizendo: "Ah, porque é professora doutora pela Universidade de São Paulo". E então começa a botar um monte de "brevê" para nos tornar importantes, como se aquilo é que fosse importante mesmo, como se nossas outras atividades fossem menos importantes. Isso é para dizer que minha atuação vai além do fato de eu ser doutora pela Universidade de São Paulo, de eu ter escrito isso ou aquilo, ou publicado a tese – que eu gosto muito. Acredito que o motor de transformação está dentro da universidade, mas também está na sociedade civil, nas lutas dos movimentos sociais, e é por isso mesmo que estou lá. Você mencionou projetos que fazem parte da memória institucional do Geledés, que foram realizados em décadas anteriores e influenciaram a ação de outras organizações da sociedade civil nesses temas e também iniciativas de políticas públicas. A agenda em curso neste momento no Geledés passa por outras questões: primeiro, tem a ver o reposicionamento institucional – que está em

curso. Estamos dedicadas neste momento, na comemoração dos 32 anos de criação do instituto, a um profundo processo de avaliação da nossa trajetória institucional, e desse processo emergiu, digamos, uma estratégia de reposicionamento institucional. Algumas dessas ações são internas, como a realização de diagnósticos de *compliance*, a modernização da gestão administrativa e financeira, o reposicionamento institucional. Outras são públicas, por exemplo, o Portal Geledés, que é tanto um instrumento de prestação de contas da organização para a sociedade civil sobre os trabalhos que realizamos, quanto um suporte através do qual pautamos os principais temas da nossa missão institucional, que se relacionam ao impacto do racismo e do sexismo em todas essas dimensões que coloquei: nos direitos humanos, no mercado de trabalho, na educação. Ou seja, o portal tem essa missão de estar sempre reiterando, apontando, denunciando, ou sendo propositivo em relação a todas essas dimensões da vida social que são afetadas pelo racismo e pelo sexismo, ao impacto disso sobre as pessoas negras, em especial as mulheres. Neste momento, um outro eixo importante do Geledés que está em curso são projetos ligados ao enfretamento da Covid-19. As organizações da sociedade civil tiveram que se repensar nesse contexto da pandemia. Somos uma organização que tem uma história de defesa, de luta por direitos; nunca tivemos presença em ações assistenciais, por exemplo. Então, isso estava bem longe da nossa missão institucional, mas tivemos rapidamente que nos rever pela necessidade de não sermos omissas, pela impossibilidade de nos omitir diante de uma coisa tão grave quanto a pandemia, que – sabíamos desde o primeiro momento – afetaria de maneira especial as nossas populações, em função das desigualdades que conhecemos de todas as maneiras: empiricamente, estatisticamente. E há ainda uma grande agenda em curso neste momento que passa pela área da educação e que tem a ver com a construção de

um Centro de Memória do Geledés. Estamos fazendo esse trabalho em parceria com a Unicamp, organizando o acervo dos 32 anos de existência do instituto para disponibilizá-lo para a pesquisa acadêmica, para processos de formação política em gênero e raça. Ainda no eixo da educação, estamos realizando um curso de extensão universitária chamado "Raça, gênero, democracia e participação política no Brasil", em parceria com a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Estamos também com um projeto que oferece orientação acadêmica a estudantes que queiram ingressar na pós-graduação, numa parceria com a Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, de Brasília. Adotamos a estratégia de fortalecimento da área de educação para melhor servir os professores em sala de aula, para ajudá-los na produção de planos de aula. Então, essa é, em grande parte, a agenda atual do instituto, além de sua incidência política, que é uma atividade permanente, nos temas de gênero e raça, nas políticas públicas, na OEA. Isso tudo é a agenda clássica da organização.

Mônica: Não posso deixar de lembrar – aproveitando sua fala sobre a atuação do instituto na área de educação – que o Geledés é uma referência para os professores de educação básica e demais profissionais da área de educação. Eu, como formadora, professora de história, acompanho na formação inicial e continuada como os materiais que o Geledés publica e as discussões que promove nesses cursos têm uma incidência direta na formação desses educadores.

Sueli: Só um pequeno comentário sobre isso. Estamos muito orgulhosas neste momento, porque estreamos uma coluna chamada Nossas Histórias, escrita por historiadores e historiadoras negras que estão produzindo no nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado e disponibilizando esse conhecimento no Portal Geledés.

Mônica: Durante o I Encontro Internacional da Coalizão Negra por Direitos, realizado em São Paulo no final de 2019, após relembrar algumas conquistas ocorridas no Brasil nas últimas quatro décadas, como a criminalização do racismo na Constituição de 1988, você afirmou que, sob a política encabeçada pelo presidente Jair Bolsonaro, os negros enfrentam uma realidade social semelhante à dos escravos no pós-abolição, livres para morrer. Mais recentemente, em agosto de 2020, seiscentas entidades, entre elas, a Coalizão Negra por Direitos, e diversas personalidades da sociedade brasileira, entre elas, você, assinaram um pedido de *impeachment* do presidente Bolsonaro. Uma das alegações para esse pedido é que os crimes de responsabilidade cometidos pelo presidente têm piorado a política de genocídio contra a população negra. Além do pedido de *impeachment*, que outros caminhos podem ser seguidos para determos o avanço do genocídio contra a população negra e impedir o desmantelamento, que avança a passos largos, das políticas públicas para afrodescendentes, conquistadas a duras penas no Brasil?

Sueli: Eu falei sobre o quão agudo é esse momento em que o racismo se manifesta cada vez mais sem nenhum pejo e em que temos em ascensão uma perspectiva fascista mesmo. O neofascismo está em ascensão no Brasil e no mundo. Então, a nossa luta atual contra o retrocesso nas políticas públicas, contra a desconstitucionalização de direitos – como você já mencionou, arduamente conquistados –, me parece que corre paralelamente à necessidade e à urgência de construirmos formas de sobrevivência, formas de resistência no contexto de ausência de direitos, de ausência de política social, de ausência de políticas públicas de inclusão e promoção racial. Diante dessa realidade, eu tenho convidado as pessoas a se lembrarem, a se apropriarem de tudo o que fomos capazes de construir em termos de resistência em contextos semelhantes, porque, durante a

maior parte da nossa história, nós não contamos com o Estado. E vocês, historiadores, têm um papel essencial, porque quando penso "é preciso lembrar, é preciso recordar, é preciso rememorar", a primeira aula que vem é aquela sobre as irmandades. Acho que é nessas experiências que estão os elementos que temos que resgatar para a nossa resistência no momento. Em relação a isso, as ações comunitárias que estão sendo realizadas hoje nas comunidades, nas periferias, no combate à Covid-19, por exemplo, também estão revelando experiências de mobilização social e política que devem ser celebradas. Temos que encontrar aí os elementos da nossa potência, em termos de resistência, de resiliência. Como dizem as mães dos jovens negros abatidos: "Luto é verbo". As lideranças atuais, por exemplo, forjaram a proposta da Coalizão Negra por Direitos. "Faremos Palmares de novo" é o bordão que eles utilizam. Então, acho que temos que acessar e atualizar a história, a memória de lutas passadas, à luz dos desafios contemporâneos, desse 14 de maio que se repete neste momento. Eu compartilho da opinião das pessoas que entendem que a prioridade neste momento é conter a escalada do neofascismo no Brasil. Derrotar o neofascismo é a tarefa mais nobre que temos a realizar em defesa das novas gerações, de hoje e de amanhã.

Dulce: Muito obrigada, Sueli!

Maralice dos Santos

Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR)

Maralice dos Santos é moradora do Rio de Janeiro e coordenadora do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 16 de outubro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Dario de Sousa e Silva (ICS/Uerj), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindo à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber Maralice dos Santos, coordenadora do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) no Rio de Janeiro. Maralice será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Dario de Sousa e Silva, professor do Departamento de Sociologia da Uerj.

Dulce: Olá, Maralice! É uma honra ter você no nosso programa! Eu gostaria que você começasse a nossa entrevista falando um pouco sobre alguns aspectos da sua trajetória. Sabemos que você tem 65 anos, é assistente social e também auxiliar de enfermagem, e durante três anos ficou em situação de rua. Quando e por que você ficou em situação de rua? Fale um pouco sobre essa sua experiência e as razões que a levaram a isso.

Maralice: Minha trajetória nas ruas começou quando meu contrato de trabalho na área da saúde foi interrompido. Quando mudou a gestão [do Governo do Estado do Rio de Janeiro] e entrou a equipe do Garotinho, ele colocou todas as pessoas contratadas na rua e as pessoas dele dentro do hospital. Eu tinha aquele emprego para

sobreviver. Ele falou que não iria mandar ninguém embora se a pessoa tivesse um emprego só. Então, o que aconteceu? Ele fez o contrário e me jogou na rua. Eu tinha uma vida estável, mas nessa ocasião não recebi nem o salário daquele mês de dezembro maldito. Então, fui para a casa do meu tio e fiquei lá. Com o passar do tempo, ele achou que eu não era uma pessoa grata e me mandou ir embora para a casa da minha família. Só que eu fiquei com vergonha de ir no estado, na condição em que eu estava naquele momento. Fui então para o Recreio, para o Posto 12, e fiquei nas ruas. Ali havia um empresário que veio, muito solícito, me ajudar. Como eu não tinha o macete das ruas, achei que ele era uma pessoa maravilhosa, ótima. Só que eu não sabia que as intenções dele eram outras. Ele tentou me violentar quatro vezes; na última vez, ele me deu rabo de galo, me ofereceu café e me deu mais bebida. Só que ele não sabia que eu não bebia. Então, quando ele se aproximou, já "nuzinho" para me agarrar, lutamos e eu consegui me desvencilhar dele. As pessoas em situação de rua souberam do caso e me acolheram. Fiquei com elas por algum tempo, mas o lugar onde eu dormia ficava ao lado de um bueiro. Saía cada ratazana enorme, muita ratazana grande, e eu tenho pavor de rato, então não conseguia dormir. Eu ia naqueles restaurantezinhos e olhava as latas de lixo. Bebi muito resto de refrigerante dos outros, catei muito material reciclável para a minha sobrevivência. Eu caminhava do Recreio à Barra da Tijuca, catando latinha e garrafa PET para vender no final da tarde e poder tomar um café da manhã decente na padaria da esquina. Nunca pedi dinheiro, sempre pedia um emprego, porque eu tinha profissão, eu era auxiliar de enfermagem. Só que na rua ninguém acredita em você: "Por que uma auxiliar de enfermagem está em situação de rua?". Pois eu convivi com médico, com advogado, com empresário em situação de rua. As pessoas que estão em situação de rua não conseguem dormir à noite, porque elas não sabem quem vai jogar um álcool, uma gasolina, quem vai dar

paulada. Muitas vezes comemos com receio, porque já houve casos de envenenamento nas quentinhas: uma pessoa morreu e a outra ficou hospitalizada. Então, dormimos com um olho aberto e outro fechado. Por isso, as pessoas em situação de rua têm cachorro, que é o melhor amigo do homem. Com esses animais, elas conseguem dormir, o cachorro está ali tomando conta delas. Se qualquer pessoa estranha chegar perto, ele dá o alarme, dá o sinal. Vocês veem o cachorro bem tratado, bem alimentado, porque a gente deixa até de se alimentar para poder dar para o cachorro, que é um amigo fiel. Na rua estamos à mercê de tudo. De dia é tudo muito bom: há gente na rua, carros passando, lojas abertas. Meu desespero começava quando a noite ia caindo e as lojas fechando, o número de carros e de pessoas diminuindo, e eu me via sozinha. É muito triste! Até para entrar num grupo de pessoas em situação de rua, você tem que ser aprovada, não entra direto. Eles vão para as "facilidades", deixam você ali sentada e falam: "Espera aí que eu já volto". Então, eles vão tomar banho e comer, enquanto você fica ali sentada, já que não conhece ninguém e eles não têm confiança ainda em você. Até criar um vínculo demora. Graças a Deus eu consegui criar esse vínculo! Eles falavam: "Parece até que você não é pessoa da rua". E eu dizia: "Eu estou na rua". Na época, me mandaram ir ao Alto da Boa Vista, porque lá era o local de regulação de vagas nos abrigos e albergues. Havia vários homens e, pasmem, só três mulheres. Eles atenderam todos os homens e os levaram em vans da prefeitura; nós fomos as últimas a serem atendidas – uma foi embora; só ficamos eu e uma outra. Quando chegou a nossa vez, já era de madrugada e não tinha van para nos levar. Descemos do Alto da Boa Vista a pé e fomos para o albergue no Rio Comprido. Era um lugar horrível: tinha rato, o banheiro não tinha portas, os chuveiros eram canos e a água era hipergelada. Tomamos banho, jantamos e dormimos. Já às 6 horas da manhã, um guarda municipal nos acordava. O local só tinha mulheres e quem tomava conta delas era um guarda municipal, que

nos via tomando banho, nuas. Nesses lugares (abrigos, albergues), não há respeito pelas pessoas em situação de rua. Dentro de abrigo, de albergue, de qualquer instituição, nós não temos direito a voz, e eu luto para dar voz às pessoas que estão nas instituições. Um dia, andando na rua, li "Angel: serviços gerais e segurança". Perguntei a um menino que estava varrendo ali se havia vaga na empresa. Ele me disse que sim, e perguntei: "Qual é o critério?". Ele respondeu: "Por indicação". Na outra semana, voltei, mas ele não estava. Na outra, fui de novo, ele estava, e eu perguntei: "Ainda tem vaga? Os critérios são os mesmos?". "São", ele respondeu. "Então você já me conhece e pode me indicar". Ele concordou e me indicou. Eu comecei a trabalhar como auxiliar de serviços gerais. Então, com os vales-transportes, eu não pagava ônibus, consegui alugar um sobrado de um cômodo na rua Ceará, na Praça da Bandeira. A irmã Vicência, de Botafogo, me deu os móveis, fogão, tudo, só não tinha botijão de gás. Assim, consegui montar a minha casinha e sair do abrigo. Eu fico muito emocionada, porque as pessoas ainda dizem que a população em situação de rua é vagabunda, que não quer nada com o trabalho. Nós queremos, mas não temos oportunidade. As pessoas dão comida, roupa, calçado, mas não dão uma oportunidade de emprego. Nem todas as pessoas estão preparadas para serem inseridas no mercado de trabalho, mas a maioria quer e merece uma oportunidade. As pessoas têm um olhar de muita restrição para aquelas que estão em situação de rua. A pior coisa é levantar de manhã, dar um bom-dia para quem está passando e a pessoa olhar para a sua cara e atravessar. Eu já estava ficando com problema psiquiátrico, porque a solidão na rua também faz isso. Então, comecei a conhecer gente, a frequentar o Fórum Permanente de População Adulta em Situação de Rua, no Centro, e a fazer amizades com outras pessoas. A partir daí, comecei a melhorar a minha autoestima.

Dulce: Eu vou passar a palavra agora para o Dario, que também fará perguntas.

Dario: Você também faz parte da coordenação do Movimento Nacional de População em Situação de Rua. Eu queria que você falasse um pouco da sua atuação, das origens do movimento e das suas principais reivindicações.

Maralice: Eu sou coordenadora do Movimento Nacional de População em Situação de Rua do Rio de Janeiro. O movimento surgiu devido à chacina das pessoas em situação de rua na praça da Sé, em São Paulo. A partir daí, a própria rua se uniu. Tia Maria Lúcia, coordenadora do movimento em Salvador, na Bahia, chamou o presidente na época, o Lula, e disse: "Nós queremos uma política nacional para a população em situação de rua". Ele respondeu: "Nós vamos fazer essa política". E ela disse: "Não. Sem a nossa participação, não. Não se fala por nós sem nós". Então, ele chamou os ministros e chamou a rua para fazer o decreto nº 7.053, sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O Rio de Janeiro é um dos estados que conta com o Movimento Nacional de População em Situação de Rua, mas é o mais atrasado, porque as pessoas, a companheirada, vêm para o movimento, achando que ganhamos alguma coisa. Mas não ganhamos nada. É por amor mesmo, é porque passamos pelo papelão e queremos uma política eficaz para aqueles que ainda estão em situação de rua, queremos dar visibilidade e voz a eles. Hoje as pessoas em situação de rua, diferentes daquelas do passado, têm título de eleitor, têm documento, já têm a cabeça mais aberta, estão sendo empoderadas para serem protagonistas das suas próprias histórias. A população em situação de rua já está inserida na política! Nós já temos candidatos no Rio Grande do Norte, em São Paulo e em outros estados.

Nós vamos chegar lá e lutar pelos nossos próprios direitos, porque somos esquecidos pelos nossos governantes. Vamos fazer políticas não só para a população em situação de rua, mas para as pessoas de comunidades que estão quase na mesma situação. Com essa pandemia, a rua aumentou muito! Muitas pessoas perderam os seus empregos e estão em situação de rua. Então, a rua vai cuidar da própria rua, porque até hoje esses que estão no poder não olham para a rua; a rua para eles não é nada. Eles querem varrer o lixo que acham que somos para debaixo do tapete ou nos colocar depois da cidade.

Dario: Sabemos que há aquelas leis que não saem do papel, que são autorizativas mas não efetivam as garantias. Neste momento, você conhece alguma lei no Brasil, ou especialmente no Rio de Janeiro, que esteja fornecendo garantias no campo do emprego ou no monitoramento da saúde da população em situação de rua, ou alguma iniciativa com a intenção de tratar não só a situação de rua, mas também a condição da mulher, a questão da desigualdade racial? Você conhece alguma lei que esteja em efetividade neste momento?

Maralice: Não. Há a lei da vereadora Luciana Novaes, que inicialmente destinava 2% das vagas de trabalho para a população em situação de rua. Na época, o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Pedro Fernandes, falou que era muito pouco e determinou 3%, o que foi aprovado. Mas essa lei não foi implementada, porque eu não sei se há alguém que esteja trabalhando por ela hoje. Nós fomos ao gabinete questionar se alguém estava trabalhando por ela, mas o gabinete não soube nos explicar. A rua tem potencial! Nós temos verdadeiros artistas na rua! Se capacitassem e inserissem essa companheirada no mercado de trabalho, ia ser "show de bola", porque muitas profissões já estão defasadas. Esses companheiros precisam ter uma capacitação e serem inseridos no

mercado de trabalho. Nem todo mundo se adapta à construção civil. O que tem de vaga é na construção civil, mas nem assim há emprego para toda essa camada da sociedade. Eu acho perverso e desumano. Se você pedir uma vaga de emprego às próprias pessoas que estão lá na rua lhe oferecendo comida, elas também não dão. Vocês não sabem como é bom comprar a própria comida, comer o que se quer e não aquilo que os outros dão; vestir a roupa que se quer, não a roupa que os outros dão. É tão bom ter o próprio dinheirinho no bolso para fazer aquilo que se quer fazer! É preciso dar casa para a população em situação de rua, mas também é preciso dar capacitação profissional. Não é dar a casa e acabou. Quem vai comprar comida, pagar a Caixa Econômica, pagar o condomínio, se não houver emprego? A gente faz o nosso "corre" e cata os nossos materiais recicláveis, mas isso não dá muito dinheiro, porque a gente concorre com a Comlurb, que cata muito mais. Então, é necessário dar moradia digna e também possibilidades de promoção de renda: uma capacitação, um trabalho para a gente conseguir manter a nossa moradia.

Dario: Imagine que você esteja falando para um público que talvez nunca tenha pensado com profundidade nos temas discutidos aqui. Então, talvez fosse interessante que você destacasse alguns pontos importantes sobre esse assunto para as pessoas que nos ouvem.

Maralice: Quero destacar a realidade das mulheres em situação de rua. Somos cidadãs de direito que não têm direito, porque até os homens em situação de rua se protegem. A política é feita de homens para homens, ela favorece os homens. As mulheres é que ficam menstruadas, mas os banheiros químicos nas ruas são para os homens. As mulheres são estupradas, são violentadas verbalmente e fisicamente, porque todos acham que a mulher em situação de rua é prostituta. Ela não é prostituta! Muitas vezes, ela vai para as

ruas, inclusive com os filhos, porque sofre violência doméstica. E o que acontece? Ela continua sendo violentada na rua pelos próprios companheiros. O que as meninas hoje, que são mais espertas, fazem? Elas se travestem de meninos para não serem violentadas, estupradas. Elas têm, assim, o respeito dos próprios companheiros de rua. Antes não. Antes, as mulheres em situação de rua eram violentadas pelos homens da sociedade comum e pelos homens em situação de rua. É necessária uma política que abranja as mulheres, que fale das mulheres em situação de rua. Nós somos mães, somos guerreiras. Muitas vezes, as mulheres estão na rua com um monte de filhos porque foram expulsas de casa pelos próprios maridos, e estão ali revirando lata de lixo, às vezes vendendo aqueles "dropzinhos" para sustentar os filhos. No Largo da Carioca, há muitas mulheres vendendo balas com seus filhos. Cada caso é um caso. Ninguém vive na rua porque gosta. Julgar é muito fácil, ajudar as pessoas a saírem dessa condição é difícil. Não é dando um prato de comida, uma roupa, que a rua vai sair dessa condição. É preciso dar uma oportunidade de emprego, sabendo, sim, que nem todo mundo em situação de rua está preparado para ser inserido no mercado de trabalho. A pessoa, primeiro, precisa passar por um processo para poder chegar nessa condição. Muitos precisam, em vez do trabalho, de acompanhamento médico e psicológico. Muitos já estão prontos, mas ninguém dá essa oportunidade. Não queremos ser dignos de pena, nem que ninguém nos culpabilize por estarmos na rua. Muitas vezes, foi o sistema que nos jogou lá, e é ele que deve nos resgatar.

Dulce: Muito obrigada, Maralice!

Dalva do Borel

Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Maria Dalva Correia da Silva, a Dalva do Borel, nasceu em Coqueiral, sul de Minas Gerais, e foi morar com sua tia no Rio de Janeiro aos 16 anos. Sua luta começa após a morte do filho Thiago, de 19 anos, uma das vítimas da Chacina do Borel. Atualmente, Dalva é coordenadora da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e integra a coordenação do Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 23 de outubro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Letícia Carvalho (IFCS/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! No programa de hoje, temos a honra de conversar com Maria Dalva Correia da Silva, conhecida como Dalva do Borel. Dalva é fundadora da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Letícia Carvalho, antropóloga e professora do IFCS/UFRJ.

Dulce: Olá, Dalva! Você nasceu em Minas Gerais e veio morar no Rio com 16 anos. Aos 18, em 1975, começou a trabalhar na Fábrica Souza Cruz, onde permaneceu durante vinte anos. Eu queria que você falasse um pouco da sua trajetória e gostaria também de saber se você teve algum tipo de atuação no movimento sindical durante o período em que trabalhou na Fábrica Souza Cruz.

Dalva: Eu morava num sítio em Minas onde caía muito raio. Minha mãe estava grávida de oito meses e morreu dentro de casa atingida

por um desses raios. Éramos oito filhos, minha mãe estava esperando o nono. Na época, fiquei muito doente. Eu era muito nova, tinha de 15 para 16 anos. Então, vim para o Rio morar com a minha tia, que era muito ligada à minha mãe, era irmã dela. Eu tinha 19 anos quando comecei a trabalhar na Fábrica Souza Cruz. Morava na rua do Matoso; depois, quando conheci meu marido na Fábrica Souza Cruz e me casei, fui morar em Jacarepaguá. Sobre minha trajetória, mesmo depois que a Souza Cruz fechou, continuei como operária. Na fábrica, fazíamos muitas reivindicações. A Souza Cruz atuava em vários estados: no Rio de Janeiro, em São Paulo... E os funcionários de São Paulo tinham um salário maior do que o do pessoal do Rio de Janeiro. No mês de março, quando tínhamos aumento de salário, o aumento em São Paulo era sempre maior do que no Rio. Então, fazíamos reivindicações com o sindicato dos fumageiros. A gente ia para a fábrica, entrava, ficava sentado, almoçava, lanchava e depois vinha para a casa, sem ligar as máquinas. Com isso, conseguimos igualar o salário do Rio com o de São Paulo, mas todo ano tínhamos esse problema, que era a diferença de salário. Eu me acostumei a estar sempre cobrando os nossos direitos. Eu vim morar aqui no Borel para ficar perto do trabalho; a fábrica ficava na Conde de Bonfim, e o Borel ficava em frente à fábrica. A família do meu marido já morava aqui, então vim morar aqui também. Nesse período, eu só tinha o Thiago. Ele tinha 1 ano, e o Diego, que é o meu filho mais novo, só nasceu cinco anos depois. Naquela época, não havia creche [pública], e eu tinha que colocar o meu filho numa creche integral e pagar pelo serviço. Por isso, demorei para ter o meu filho caçula, o Diego, que hoje tem 30 anos.

Dulce: Você morava com seu marido e seus dois filhos na Gardênia Azul, uma região muito violenta da Cidade de Deus, no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Por ironia da história,

para fugir da violência vocês resolveram se mudar para o Borel, uma favela que fica na Zona Norte da cidade, onde já morava a família do seu marido – como você já relatou. No dia 16 de abril de 2003, seu filho mais velho, Thiago, que na época tinha 19 anos e havia concluído o curso de mecânico no Senai, foi executado ao lado de três jovens com tiros à queima-roupa por policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar. O assassinato, inicialmente, foi registrado como auto de resistência, o que é muito comum nesses casos em que a polícia tenta justificar o ocorrido para transformar as vítimas em possíveis criminosos. No entanto, depois da perícia e de alguns relatos de testemunhas, concluiu-se que os quatro jovens, entre eles o seu filho, foram executados de forma sumária. Apesar disso, dos dezesseis policiais envolvidos apenas cinco foram julgados, mas todos estão soltos. Esse episódio ficou conhecido na cidade do Rio de Janeiro como a Chacina do Borel, sendo bastante comentado. A partir daí, você iniciou sua militância na área da justiça. Passados dezessete anos do seu luto e dessa sua incansável e exemplar luta por justiça, qual é a sua avaliação sobre a justiça brasileira?

Dalva: Infelizmente, sabemos que a justiça brasileira não é para todos. Essa justiça que temos é para poucos: depende do seu CEP, do lugar onde você mora, da sua cor e da sua condição social. Lutar por justiça não é para todo mundo, mas temos que saber que não devíamos ter que pedir por justiça, ela já é um direito. Ainda assim, temos que pedir por ela. A minha luta maior foi para que não acontecesse com outras famílias o que aconteceu com a minha, porque a comunidade, a favela, é criminalizada. Desde muitos anos, tudo que vem da favela é "coisa de bandido", então as pessoas que moram na favela, a nossa vida, vale pouco. O Estado acha que não tem que proteger a favela. Os nossos direitos são violados diariamente. Dizemos que o Estado não está presente na favela, mas ele está presente

constantemente, está presente com a ponta do fuzil, derrubando os corpos negros e pobres. Eu já tinha assistido à Chacina de Vigário Geral. Conheci também as Mães de Acari, que foram escavar [cemitérios clandestinos] dos Corredores,[1] que eram policiais também e que desapareceram com aqueles onze jovens. Tinha criança até de 11 anos! Conheci as mães que morreram procurando os corpos dos seus filhos, que morreram sem conseguir enterrar seus filhos. Então, nós fundamos a Rede de Comunidades logo em 2004. Esse genocídio nas favelas continua acontecendo, e a Rede abrange todas as favelas. Seu objetivo é fazer com que os movimentos permaneçam atuando, acompanhando essas chacinas, dando suporte aos familiares. A Rede trabalhou para capacitar os movimentos sociais das favelas, para que eles soubessem o que fazer quando a pessoa morre assassinada, mesmo que tenha sido pela polícia. É preciso ir à delegacia para fazer o boletim de ocorrência. Na época, eu não fiz nem o boletim de ocorrência. Fizemos o sepultamento e ficamos aguardando, mas hoje já sabemos o que deve ser feito. Por exemplo, se aconteceu uma morte aqui, as pessoas têm que acionar uma perícia, uma perícia com uma autoridade para que o local do crime não seja desfeito, porque o objetivo da polícia é desfazer o local do crime para poder comprovar o que ela diz para a justiça. Você perde as provas técnicas! Então, o objetivo da Rede é este: fazer com que o corpo não seja removido, acionar uma perícia com autoridade policial, denunciar e depois, como a justiça é lenta, cobrar das instituições. Cobramos do Ministério Público, conforme está previsto na Constituição. Ele deve fazer o controle externo da polícia, mas não cumpre com o seu dever constitucional. Então, cobramos dele. Primeiro, o inquérito vai para a delegacia; então, a família já sabe

1 Referência aos chamados "Cavalos Corredores", grupo de extermínio composto majoritariamente por policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar, liderados pelo coronel Emir Laranjeira e acusados de sequestrar e executar onze meninos no bairro de Acari, no Rio de Janeiro.

que tem que cobrar do Ministério Público para ele indiciar quem praticou o crime. Cobramos do governo federal, fazemos relatos-denúncia para a ONU, para a OEA, para que os casos não fiquem arquivados, porque é um sofrimento muito grande, a família sofre muito, eles destroem as famílias nessas chacinas. Quando dizemos que a nossa vida não vale nada é porque ela não vale nada para o Estado, e os policiais também pensam assim. Temos uma polícia totalmente militarizada, e temos que pensar na sua desmilitarização. A polícia foi treinada para matar, para atirar na cabeça e no peito. Nas manifestações de 2013, a maioria das pessoas que levou tiro de bala de borracha foi atingida no peito e na cabeça. Teve gente que perdeu a vista, porque eles são treinados para isso, para atirar na cabeça e no coração. É uma polícia totalmente militarizada, treinada para matar. Quando ela vem para a favela, é como se estivesse vindo para um campo inimigo; nós somos considerados inimigos do Estado, então o Estado atua assim na favela. Somos pessoas descartáveis, mas não podemos deixar que isso aconteça. Então, a Rede faz esse trabalho que o Estado deveria fazer mas não faz. Sabemos que as chacinas continuam acontecendo. Agora, com a ADPF 635,[2] que os movimentos sociais cobraram do Supremo Tribunal Federal e que o ministro Fachin apoiou, tivemos uma vitória muito grande, porque houve a diminuição de 72% de letalidade. São muitas vidas, e cada vida para nós importa muito. Tivemos muita ajuda da Defensoria Pública; há um núcleo ali que apoia a Rede, que acompanha os familiares, que nos julgamentos vê as questões de reparação. A Rede também tem o apoio de pessoas que estão na

2 Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) que determina ao Governo do Estado do Rio de Janeiro a elaboração de um plano para a redução da letalidade policial e para o controle das violações de direitos humanos pelas forças de segurança do Estado, incluindo o fim do uso de blindados aéreos em operações policiais, a proteção à comunidade escolar, a garantia de acesso à justiça e a participação da sociedade e dos movimentos sociais na construção de provas e perícias.

militância: psicólogos, professores que acompanham os familiares... O Estado não cumpre com o seu dever, então o trabalho da Rede é apoiar os movimentos nas favelas. Sabemos que a justiça não condena policiais, e eles sabem disso também. No último julgamento do caso Borel, que foi há um ano, alegaram que as vítimas sofreram uma injusta agressão, sendo que havia projétil de um dos policiais em três corpos! Mesmo assim, ele só ficou preso por seis anos. Eles foram absolvidos: de crime hediondo passaram a ser acusados de crime culposo. As vítimas sofreram uma injusta agressão porque não houve troca de tiros: elas estavam escondidas aqui, e os policiais vieram numa retaliação. Assim como aconteceu em Vigário Geral, a maioria das incursões policiais é "operação vingança", às vezes em resposta à morte de um policial. O mesmo houve lá no Jacarezinho: um delegado foi morto e, em resposta, houve aquela operação de dez dias, em que eles entraram nas casas. Morreu muita gente, foi uma coisa absurda! Não podemos aceitar isso. Essa polícia é corrupta e extremamente violenta, age com truculência e não é condenada. Infelizmente, é assim que a justiça funciona, e eles têm a certeza da impunidade. Enquanto houver impunidade, não teremos justiça.

Dulce: Eu vou passar a palavra agora para a Letícia Carvalho.

Letícia: É notável que a maior parte dos coletivos e dos movimentos de ativismo contra a violência em cidades como o Rio de Janeiro é liderada por mães das vítimas. É o caso das Mães de Acari, que você citou, das Mães de Maio, das Mães de Manguinhos – só para dar alguns exemplos. Você poderia falar um pouco sobre essa relação entre maternidade e militância?

Dalva: A mãe, a mulher, é que está mesmo na linha de frente, principalmente na favela. Na favela, a maioria dos chefes de família é

mulher, porque muitas vezes os maridos saem de casa e largam a mãe como chefe da casa. Elas trabalham em casa de família, sustentam suas casas. Se fizerem algumas pesquisas, vocês vão ver. Além disso, não podemos deixar, por exemplo, o pai ficar na linha de frente, porque ele tem mais possibilidade de ser [agredido], ele é alvo também. Então, normalmente são as mulheres que estão na linha de frente, até porque mãe nenhuma cria filho, põe um filho no mundo, para ele ser executado, para ser preso, para ser bandido. A mãe, quando gera um filho, tem sonhos; ela dá a vida por ele. Eu daria a minha vida pelo meu filho, eu preferiria que fosse eu no lugar dele. Sempre falo: quando você espera um filho, é uma emoção. Quando você vê que está grávida e quando ele nasce, também. Quando você abraça o seu filho e quando ele morre, também. A mãe, quando perde um filho, vive os dois lados: ela abraça o filho quando ele nasce, ali com o corpo quentinho; depois, o outro lado, é ter que chegar... Quando fui ver o meu filho no sepultamento, a primeira coisa que fiz foi correr para abraçá-lo. Quando percebi que ele estava gelado, a primeira coisa que veio à minha cabeça foi: "Eu vou gritar, eu vou ser a voz do meu filho enquanto eu tiver vida!" – não só pelo meu filho, mas por todos os jovens, por todas essas pessoas que têm o seu bem maior retirado por aqueles que deviam nos proteger. Então, é o instinto de mãe, o instinto [de proteger] a cria que você gerou, para quem deu a primeira papinha; são os sonhos que você tem, os sonhos que o seu filho tem. Isso dá muita força para lutar. No apoio às mães, falamos: "Você vai ser a voz do seu filho. Ele não está aqui, mas há muitos jovens solicitando a nossa atenção, e precisamos estar ali para apoiar esses jovens". Então, fazemos muito esse trabalho com as mães. A maioria delas trabalha em casa de família; elas saem para trabalhar e o filho fica em casa. Às vezes, ele não vai para a escola; às vezes aparece alguém e oferece um dinheirinho para ele pegar comida... Fazemos um trabalho de formiguinha, mas vemos que os jovens hoje nas favelas

já têm outra direção. Ninguém na favela tem direito ao trabalho formal, até porque, pelo nosso CEP e pela nossa cor, nós já somos descartáveis. Então, temos que estudar, nos capacitar. O Thiago, quando fez o curso de mecânica no Senai, já tinha feito vários outros antes. Minha neta recebe uma pensão hoje do INSS porque o Thiago tinha carteira assinada desde os 16 anos. O Estado não quis nem saber se ele tinha deixado filho ou não. É isto que temos que fazer: ocupar a mente dos jovens, mostrar a eles que só o estudo nos faz vencer, e saber como atuar na política para não colocar no poder esses milicianos que estão acabando com o nosso país.

Letícia: Sabemos que no Rio de Janeiro é aterrador o número de jovens negros, moradores de favelas e de bairros pobres, que, como o Thiago, continuam morrendo em ocorrências policiais. Por que isso acontece e como podemos visualizar soluções possíveis para esse tipo de problema? Sei que vocês fazem esse trabalho na Rede e que existe o trabalho dos movimentos, mas o que mais é preciso para alterarmos esse quadro?

Dalva: A união de todos os movimentos. Temos que estar sempre unidos e ter o controle das coisas que realmente estão acontecendo em todos os lugares. Graças a Deus já temos os grupos e as denúncias! As denúncias são muito importantes. Temos que mobilizar as favelas, os movimentos, fazer as denúncias, porque, se não houver denúncia, ninguém vai ficar sabendo nem vai exigir respostas. Não adianta nada cobrar e não ter resposta. Eu acho que [a solução] vai demorar muito. É difícil e muito complicado, porque somos criminalizados, e a nossa palavra às vezes não vale nada. Mas temos que continuar nessa resistência, porque a resistência é a nossa arma. Temos que lutar contra o fascismo, que é o nosso maior inimigo. Temos que lutar contra o fascismo e transformar o luto em luta.

Dulce: Muito obrigada, Dalva!

Dalva: Agradeço muito a oportunidade de poder falar da luta das mães.

Carolina Peterli

Marcha Mundial das Mulheres

Carolina Peterli é militante da Marcha Mundial das Mulheres, graduada em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestra em sociologia pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iesp/Uerj) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 30 de outubro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Maria Paula Araújo (IH/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindo à Rádio Cidadania! Hoje, temos o prazer de receber Carolina Peterli, da Marcha Mundial das Mulheres. Carolina será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Maria Paula Araújo, professora do Instituto de História da UFRJ.

Dulce: Olá, Carolina! É um prazer estar com você aqui! Sabemos que a Marcha Mundial das Mulheres surgiu no ano 2000 a partir de uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. Você poderia falar um pouco mais sobre a organização da Marcha Mundial das Mulheres e sobre as suas principais reivindicações?

Carolina: A inspiração para a criação da Marcha partiu de uma manifestação em 1995, no Quebec, em que cerca de 850 mulheres marcharam por 200 quilômetros pedindo, simbolicamente, pão e rosas, e que justamente simbolizava o que você colocou: uma campanha contra a pobreza e a violência contra as mulheres. No

final dessa ação, as mulheres do Quebec tiveram várias conquistas e, a partir daí, buscaram se articular com mulheres de diversos movimentos em outros países. Aqui no Brasil, esse diálogo foi construído com as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e culminou nessa ação de 2000, que é a nossa primeira ação internacional de fato e que resultou numa mobilização de milhares de grupos de mulheres em mais de 150 países e territórios. Falamos de territórios também porque reconhecemos territórios como autônomos, apesar de não estarem inscritos nessa lógica de Estado. Foram desenvolvidas várias atividades de educação popular e manifestações públicas para dar visibilidade à pauta das mulheres. Nesse processo, a Marcha desenvolveu um método para a definição de consenso. Obviamente era difícil articular mulheres no mundo inteiro em torno de pautas sem um método para isso. E esse método é uma forma de atuação que implica a construção permanente de relação entre local, nacional e internacional. Então, trabalhamos sempre com esses três níveis. Esse método permitiu que a Marcha, enquanto movimento social permanente, articulasse pautas históricas do movimento feminista – como o combate à violência e a defesa da autonomia das mulheres sobre seus corpos – com pautas conjunturais também, como foram as mobilizações contra a Alca, por exemplo, também nos anos 2000. Além disso, também houve a construção de uma agenda mais profunda, com a crítica à exploração do trabalho das mulheres como base da organização do sistema econômico capitalista e neoliberal. Também se destacou a necessidade de se construir uma autonomia econômica para as mulheres, além da luta pela garantia dos serviços públicos e dos bens comuns, como forma de interromper a mercantilização do meio ambiente e das relações sociais. E há também uma luta pela desmilitarização dos corpos, das vidas e dos territórios das mulheres, na construção de uma paz que não seja apenas a ausência de guerra, mas a construção de uma sociedade realmente igualitária e

que não passe, por exemplo, por uma lógica militarista, hierárquica, de organização. Enfim, essas são algumas pautas que estamos desenvolvendo hoje no mundo inteiro.

Dulce: A luta por direitos iguais e por cidadania, como o direito à educação, à propriedade e, sobretudo, ao voto, marcou o início do movimento feminista entre o final do século XIX e o início do século XX. Depois, o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos se tornaram as reivindicações centrais do movimento. Mais recentemente, como você já falou um pouco, vemos várias reivindicações que são relacionadas não mais à questão do gênero feminino, mas a bandeiras mais gerais, como a luta contra o capitalismo, pelo direito das comunidades indígenas, etc. Como você vê essas mudanças de enfoque na luta feminista ao longo dos anos? Vocês recebem muitas críticas por terem, digamos, "abandonado" em certo sentido a pauta exclusivamente feminina?

Carolina: De fato, o início do movimento feminista foi marcado pelas lutas por direitos sociais e jurídicos, ou seja, por demandas que eram garantidas pelo Estado, ou muito relacionadas ao Estado. Acredito que essa ampliação da agenda feminista para uma crítica mais global parte justamente dessa capacidade de diálogo e articulação dos movimentos feministas com outros movimentos sociais. Um espaço muito importante para essa ampliação da agenda foi o Fórum Social Mundial, esse espaço de convergência em que não só o movimento feminista conseguiu ampliar a sua agenda, mas também outros movimentos, ditos gerais, mistos, permitiram que a agenda feminista adentrasse os seus temas. Nessa relação entre os movimentos, entendo que as demandas foram se descolando do âmbito exclusivo do Estado, como demandas de garantias de direitos do Estado, para questões de transformação mais profunda da sociedade. Aí acho também que o feminismo

se amplia, compreendendo que as mulheres não são um grupo homogêneo; pelo contrário, elas são muitas e diversas. Então, no caso das mulheres indígenas, que você mencionou, existem pautas específicas que se articulam com pautas consideradas gerais. Para mim, essa é a grande contribuição da perspectiva feminista, essa capacidade de compreender que, quando tornamos o específico o paradigma – no caso, as mulheres de um determinado grupo social excluído –, é possível pensar toda a sociedade a partir de uma outra lógica que não seja essa lógica mercantilizada que o capitalismo e a sociedade ocidental nos impõem como forma de pensamento político. Acredito que essa ampliação da agenda acontece tanto pela compreensão da diversidade das mulheres como pelo entendimento de que, para as mulheres serem de fato livres, é necessária uma transformação profunda e radical. Numa sociedade em que a exploração das mulheres é garantia para que o capitalismo exista, não há espaço para a liberdade, de fato, dessas mulheres. Então, precisamos construir um outro tipo de mundo, a possibilidade de um outro mundo possível, como o que o Fórum Social Mundial sempre trazia. Claro, em diversos momentos fomos criticadas por isso. Tendemos a falar que existe um movimento feminista e um movimento de mulheres que seria uma camada mais ampla da luta das mulheres. Dentro desse movimento de mulheres, existem outros movimentos e organizações que lutam por uma realidade feminina, por uma garantia do feminino. O que estamos falando é que esse feminino muitas vezes é estereotipado, é uma forma que garante a reprodução da sociedade capitalista. Então, quando ampliamos a agenda e trazemos novos atores para essa pauta, existe essa crítica, como se estivéssemos abrindo mão de questões específicas das mulheres. Mas, na verdade, não; na verdade, estamos mostrando como a pauta específica das mulheres nos permite ter um olhar mais amplo e profundo sobre todas as desigualdades que existem na nossa sociedade.

Dulce: Eu passo a palavra agora para a Maria Paula.

Maria Paula: Oi, Carolina! Estou muito contente de estar aqui nessa conversa com vocês! Gostaria de fazer algumas perguntas sobre essa ampliação, tanto temática quanto relacional, da agenda feminista. Eu queria que você falasse um pouco das afinidades e diferenças que existem entre a Marcha Mundial das Mulheres e os outros muitos movimentos feministas que existem no Brasil. Particularmente, tenho a curiosidade de saber qual é a relação da Marcha Mundial com outras marchas, por exemplo, com a Marcha das Margaridas.

Carolina: Como falei um pouco no início da conversa, a Marcha Mundial de Mulheres, enquanto movimento social permanente, surge justamente dessa articulação com a CUT, no Brasil. Então, ela já nasce dessa articulação com outros movimentos, que, por sua vez, são movimentos mistos, não são auto-organizados. É nesse diálogo que a Marcha se constitui como movimento permanente, justamente porque acreditamos que a luta das mulheres não se dá descolada de outras lutas. As mulheres estão presentes em outros tipos de movimentos, em outras lutas, e essas lutas estão imbricadas umas nas outras, estão diretamente ligadas. Talvez o que diferencie a Marcha de outros movimentos e outras organizações seja o fato de ela ser efetivamente um movimento internacional, existindo e organizando mulheres em mais de 150 países, o que é realmente uma capilaridade bastante impressionante para um movimento centrado numa crítica anticapitalista, antirracista, antiLGBTfóbica, e que articula as mulheres do campo e da cidade. Então, a Marcha já nasce dessa diversidade, do entendimento de que as mulheres não são um grupo homogêneo. Ainda no início dos anos 2000, havia movimentos auto-organizados de mulheres que ainda eram muito vinculados à classe: mulheres de classe média,

com pautas específicas, que defendiam direitos sociais e jurídicos. A partir desse momento, passamos a ter uma maior diversidade, a entender que o movimento feminista não é homogêneo, que não são determinados sujeitos que comandam aquele movimento. A partir desse entendimento, a Marcha se amplia e adquire essa capacidade de articular temas. Só que isso implica também um outro desafio, porque os tempos de decisão da Marcha são muito diferentes dos tempos de coletivos e organizações menores, mais nacionais ou mais locais. Além disso, não temos uma estrutura hierárquica, ou seja, a forma como organizamos as nossas pautas e chegamos aos nossos consensos requer tempos diferentes, pois depende de mulheres de vários países. Uma forma que encontramos de fazer a síntese disso são as nossas ações internacionais, que acontecem de cinco em cinco anos. A cada cinco anos, nos mobilizamos e nos rearticulamos com o fim de compreender quais são os trabalhos locais que estão acontecendo e de organizar internacionalmente uma nova agenda, atualizada, daquilo que defendemos. Quanto à Marcha das Margaridas, na verdade a Marcha Mundial de Mulheres é uma das fundadoras da Marcha das Margaridas. A primeira Marcha das Margaridas aconteceu em 2000 e reuniu 20 mil mulheres; na época, a Marcha Mundial das Mulheres era uma das organizadoras do evento, atuando no secretariado de formação da Marcha das Margaridas. Existe uma diferença entre elas: a Marcha das Margaridas, apesar de acontecer com uma periodicidade, não é um movimento permanente como a Marcha Mundial de Mulheres. Ela é um momento de convergência das mulheres camponesas que lutam tanto pelo direito à terra quanto por uma concepção de soberania alimentar, por uma outra construção de agricultura que não passe pela destruição do meio ambiente, pela mercantilização da terra. A Marcha das Margaridas é um momento superimportante, que, a meu ver, fortaleceu essa necessidade de perspectivas mais específicas, ou seja, de trazer a realidade das

mulheres camponesas para o centro. Isso abre caminho, por exemplo, para a Marcha das Mulheres Negras, que também traz a mesma perspectiva. É importante pegar mulheres com pautas específicas, trazer visibilidade para essas bandeiras e mostrar como elas estão no centro da agenda feminista e de uma crítica mais profunda à sociedade em que vivemos e às desigualdades.

Maria Paula: A descriminalização do aborto é uma das bandeiras históricas do movimento feminista. Aqui, no Brasil, essa luta tem avançado muito pouco. Há pouquíssimas leis sobre isso, como a que permite o aborto em casos de estupro ou de geração de fetos anencéfalos. Com isso apenas, avançamos muito pouco. Como é possível enfrentar esse debate e, principalmente, convencer as mulheres pobres e religiosas, que são as que mais sofrem com os abortos ilegais e precários, de que o aborto é um direito das mulheres e uma bandeira importantíssima a ser conquistada?

Carolina: Esse é um grande desafio que temos, especialmente na conjuntura atual que o Brasil está vivendo, mas acredito que ainda temos que enfrentar esse tema pelo viés da autonomia dos corpos das mulheres. Há estratégias para isso, inclusive discursivas. O aborto é uma questão de saúde pública também, mas acho que precisamos reiterar a ideia de que ele é um direito à autonomia dos corpos das mulheres. Devemos reforçar que ser a favor do aborto não implica realizá-lo. Quando as feministas defendem a descriminalização do aborto e, sobretudo, a garantia do aborto legal, seguro e realizado no SUS – essa é a nossa defesa –, defendem na verdade uma garantia que influencia a vida das mulheres, que implica não deixar que mulheres morram. Porque o aborto é uma realidade, as mulheres fazem aborto. O problema é que elas não fazem o aborto de forma segura, dentro do SUS, com assistência, e por isso acabam entrando em vulnerabilidade em lugares que

fazem o procedimento de forma violenta. Sabemos que as mortes por abortos malsucedidos são muito violentas, e muitas vezes as mulheres estão sozinhas nesses momentos. A criminalização só gera mais problemas, problemas muito mais profundos do que garantir esse direito social de acesso a um aborto seguro. Existem organizações, como as Católicas pelo Direito de Decidir, que fazem um debate muito bacana. Elas conseguem justamente mostrar que esse é um debate sobre o direito de decidir. Explicam que, se você tem uma religião, uma crença, que não vê o aborto como algo natural ou como algo que as mulheres possam fazer, tudo bem, que isso é um direito de cada um, mas que esse direito seu, da sua crença, que está garantido e que você pode exercer, não deve ultrapassar o direito de outras mulheres de decidir sobre serem mães. Acho que o grande desafio também é conseguir ultrapassar essa visão estereotipada de que mulheres são sempre mães, que a realização do ser mulher só acontece na maternidade, algo que a nossa sociedade patriarcal nos impõe. Então, é muito difícil demonstrar que as mulheres também se realizam a partir de outras coisas. Acho que construir esse entendimento de que mulheres podem ser o que quiserem, que devem ter direito a seus corpos e que ser mãe não é uma obrigação, não é algo que somos obrigadas a fazer, é um caminho interessante para convencermos e até mudarmos a mentalidade que existe na nossa sociedade ainda muito ligada a essa figura materna, ao papel materno que as mulheres exercem. É um debate muito difícil, porque depende da garantia do Estado; não é algo pelo que lutamos de maneira mais autônoma, é uma luta que depende do Estado. Então, ficamos muito reféns de quem está ocupando os espaços de poder no momento e da maneira possível de se pressionar por isso. Mas os dados são muito nítidos: temos o caso emblemático do Uruguai, em que o número de abortos diminuiu após a legalização. Isso contraria a lógica de quem é contra a legalização do aborto. Segundo essa lógica, se legalizar, as mulheres vão

escolher fazer aborto ao invés de outros métodos contraceptivos, o que é um absurdo, porque ninguém gosta de fazer aborto. O aborto é uma violência, é um momento muito difícil para as mulheres, é uma decisão muito difícil que afeta suas vidas para sempre. Então, elas não vão optar por ele, mas também não vão morrer por causa de uma gravidez indesejada. A diferença em relação ao quadro de hoje é que, com a legalização, as mulheres não vão passar pelo processo de uma forma traumática, porque o Estado, garantindo o acesso a psicólogos, a um processo seguro, assistido, diminui os traumas de se fazer um aborto. Os dados mostram que o número de abortos diminuiu nos casos em que a prática foi legalizada e que diminuiu principalmente o número de mortes de mulheres por aborto malsucedido. Então, só pelos dados, conseguimos perceber que, na verdade, a criminalização é um problema social muito pior do que a legalização do aborto.

Maria Paula: Nossa sociedade, que é machista, racista, autoritária, homofóbica, que tem uma herança forte do patriarcado e do sistema escravagista, tem dificultado muito certas demandas. Nos últimos vinte anos, mesmo com muita dificuldade, foi se ganhando espaço na luta contra o racismo e o machismo, mas hoje vivemos um momento de claro retrocesso com o governo Bolsonaro. Eu queria ouvir um pouco da sua percepção sobre isso.

Carolina: Realmente, estamos vivendo um momento de muito retrocesso, principalmente nas pautas relacionadas ao que eles chamam de "costumes", ao que deveria ser um comportamento mais aceitável na sociedade a partir dos estereótipos de gênero – do que é ser mulher –, como se houvesse uma forma correta de se viver. Acho que, por um lado, os avanços que tivemos estavam muito ligados ao Estado, ao governo que tínhamos. Aquele governo fortalecia instituições que debatiam a situação das mulheres,

como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e também as que combatiam o racismo. Essas secretarias ganharam *status* de ministério e orçamento adequado para fazer política pública. Quando esse governo é golpeado e retirado do Estado, e entra uma agenda completamente conservadora no lugar, representando o oposto do que estava sendo construído, há um desmonte dessas instituições. Mas, ao mesmo tempo, elas não são abandonadas; na verdade, são retomadas a partir de um viés conservador. Então, a Secretaria de Mulheres não acaba; ela sofre um desmonte do ponto de vista de construção de política pública, ela continua funcionando para garantir o projeto político de quem está no poder naquele momento, no caso o governo Bolsonaro, com a Damares. E não só com a Damares, mas com o Sérgio Camargo também, na Fundação Zumbi, fazendo uma discussão de combate ao racismo completamente descolada da realidade que os movimentos negros estão construindo nas suas bases. Acho que o retrocesso profundo está justamente nessa apropriação das agendas dos movimentos sociais com bandeiras históricas e nessa inversão de lógica, o que dificulta muito mais o nosso trabalho. Porque, quando você fala que não é feminista, mas feminina, está justamente reforçando esses estereótipos de gênero que estávamos conseguindo desconstruir, e isso impacta também o debate sobre a sexualidade, sobre a liberdade sexual. Quando você retoma esses estereótipos de gênero, está dizendo que quem foge a essas caixinhas do homem e da mulher não é uma pessoa, que tem um *status* menor do que o de um ser humano. E isso abre espaço para violências. Vemos o aumento do assassinato de pessoas LGBTs, o aumento da violência contra as mulheres e a justificativa dessas violências a partir dessa lógica que o próprio governo defende. Isso nos impõe uma série de desafios, e nesse ponto acho que estamos conseguindo assimilar as ideias e reconstituir o movimento agora. A Marcha de Mulheres, em especial, acabou de encerrar a quinta ação internacional, o nosso quinto

momento de síntese e de rearticulação do movimento. O tema da agenda ultraneoliberal, que, na verdade, só se concretiza na agenda social conservadora, é o nosso foco a partir de agora. Realmente precisamos entender como essa agenda ultraneoliberal de privatização e de desmonte do Estado e dos direitos sociais está articulada com a agenda social conservadora de costumes, de formas de viver, e como ela só se realiza com essa articulação. Isso se dá, obviamente, com essa visão autoritária e brutal, e com o resgate de uma lógica de militarização, de controle, que é um controle territorial, mas é também um controle sobre os corpos e vidas dos povos e da sociedade como um todo, principalmente das mulheres.

Dulce: Muito obrigada, Carolina!

Carolina: Obrigada a vocês!

Wagner Santana

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Wagner Santana (Wagnão) tem 58 anos, é funcionário da Volkswagen e, em 2017, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 2020, foi reeleito para o quadriênio 2020-2023. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 6 de novembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindos à Rádio Cidadania! É com muita satisfação que recebemos hoje Wagner Santana, conhecido como Wagnão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Wagner Santana será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e pelo sociólogo José Ricardo Ramalho, professor do IFCS/UFRJ.

Dulce: Olá, Wagner! É um prazer conhecê-lo! Você foi reeleito, em julho de 2020, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC numa eleição muito participativa. Num universo de 30 mil eleitores, 73% participaram da votação e você recebeu quase 100% dos votos. Qual a pauta prioritária da sua campanha e quais as questões principais que você está prevendo enfrentar nesse segundo mandato?

Wagner: Temos que dividir a pauta em duas. Uma é essa conjuntural provocada pela pandemia. Existe um oportunismo muito grande das empresas em precarizar o trabalho e reduzir massa salarial através de demissão, e existe também de fato empresários que não estão suportando a crise, que não se prepararam para ela. Então, essa questão conjuntural é o que mais tem nos mobilizado nesse instante. A segunda questão é relacionada ao que nós queremos no

meu setor, na indústria metalúrgica especificamente, ao que queremos para o Brasil do futuro. Mas temos que lembrar que essa crise da pandemia só potencializou uma crise que já estávamos vivendo há quatro, cinco anos. Ela só agravou uma situação de total falta de política industrial, de ausência de planejamento para a produção nacional e local, de precarização do emprego através das reformas que tivemos, de precarização da qualidade de trabalho para quem continua empregado, e outras questões relativas à transformação do trabalho em si e ao quanto isso pode afetar esse trabalho formal a que estamos habituados. São esses os desafios. Temos que imaginar que Brasil queremos, que indústria brasileira queremos e que tipo de economia vamos ter: se vamos ter uma economia agrária, voltando a ser uma grande fazenda e só; ou se o Brasil está pensando mesmo em aproveitar o seu potencial de desenvolvimento tecnológico para a produção industrial, porque essa gera receita, gera valor adicionado, essa transforma bens em riquezas, e essa riqueza tem que ser compartilhada. Portanto, o combate à desigualdade é um tema extremamente importante. Em termos gerais, são essas as pautas. Isso exige uma grande quantidade de trabalho e demanda, muita articulação e muito pensar da nossa parte, muito pensar conjuntamente para quem pensa um Brasil mais igual, antenado com o que acontece fora dele e articulado internacionalmente.

Dulce: Faz agora quarenta anos daquelas históricas greves organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que teve um papel fundamental no período de redemocratização do país, com a conquista de direitos. Como você já falou, estamos vivendo um momento muito especial não só no Brasil, mas no mundo. Muita coisa mudou, no ABC inclusive. Recentemente, por exemplo, houve o fechamento emblemático da fábrica da Ford, que reativou o temor da deserdação da região e também mudou o perfil social da categoria, acionando as discussões sobre automação, sobre a

chamada indústria 4.0 e sobre a ameaça ao emprego de milhares de pessoas. Como você vê, no processo político que estamos vivendo agora com o governo Jair Bolsonaro, o papel do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC?

Wagner: Temos que nos equilibrar em duas canoas, com um pé no presente e outro no futuro. A alteração desse mundo do trabalho na perspectiva de novas tecnologias, na verdade, tem que ser vista também como uma oportunidade. Ela traz, é óbvio, a redução de postos de trabalho; alguns especialistas falam em redução de milhões de postos de trabalho no setor industrial, ou seja, no setor de manufatura. Não acredito que as atuais políticas do Brasil levem o país a disputar essas tecnologias; muito pelo contrário: o que estamos assistindo é uma dependência maior ainda da importação de componentes embarcados, com alto valor de desenvolvimento tecnológico, apesar da nossa capacidade e competência. Temos que aproveitar nosso *know-how*. Essa região é extremamente capacitada, seus trabalhadores têm condições de rapidamente se adaptar a essas novas tecnologias. Não basta ter universidade na região, é preciso ter um trabalho articulado com as universidades e com as administrações públicas do local. Temos, na nossa região, esses elementos que facilitam e que nos dão condição de competir nesse novo mundo mais digitalizado e em que algumas funções deixaram de existir. Mas é preciso vontade política de exercer essa capacidade. Temos hoje uma grande dificuldade, na nossa região, com a articulação regional, apesar de haver um instrumento muito forte, a Câmara Regional de Desenvolvimento Econômico, que envolve as sete cidades do Grande ABC. Há também um consórcio de prefeitos que tem o papel de desenvolver políticas para a região, mas tudo depende da vontade política de quem está à frente das administrações públicas e também do apoio do Estado de São Paulo a políticas que sejam desenvolvimentistas e que suportem essas

regiões. A nossa indústria é voltada para o setor automobilístico, ela cresceu dessa forma, mas há algum tempo estamos discutindo a redução da dependência desse tipo de manufatura. Então, junto com a universidade e com as administrações públicas, discutimos aqui, por exemplo, sobre petróleo e gás. Não se trata de engajar o empresariado da região em um novo tipo de produção. Discutimos aqui a indústria da defesa, recebemos aqui parte da produção do Gripen e trouxemos para o sindicato uma centena de empresários interessados em desenvolver tecnologias para esse tipo de produção, que é diferente da do setor automobilístico. Hoje, a característica do setor automobilístico é centralizar nas suas matrizes e nas empresas que estão em volta delas todas as tecnologias ou todos os componentes que necessitam de um desenvolvimento mais aprimorado, e deixar para o Terceiro Mundo montadoras simples, no sentido clássico do termo "montadora" – o de não precisar produzir: você produz um para-choque, uma lateral de um carro, mas o componente motor, o componente eletrônico embarcado, a tecnologia embarcada dos veículos, tudo isso é importado das matrizes. Nós temos condições de fazer! Precisamos debater esse assunto e contar com o comprometimento de governos, mas não estamos vendo isso. E eu não tenho esperança de que esse governo federal tenha uma política industrial que pense nesse Brasil que precisaremos daqui a cinco, dez anos, com capacidade de competir externamente. Infelizmente, não é essa a prática desse governo, não é esse o entendimento político e de desenvolvimento que esse governo tem. Portanto, temos uma batalha enorme a enfrentar, uma muralha enorme para ser ultrapassada.

Dulce: Eu passo a palavra agora para José Ricardo Ramalho.

José Ricardo: Wagner, é uma enorme satisfação revê-lo! Minha primeira pergunta tem a ver com esse processo de desmonte dos

direitos do trabalho no Brasil, que se aprofunda com a reforma trabalhista de 2017. Além da precarização, um dos aspectos que chama atenção está relacionado com uma tentativa de desestruturar e matar os sindicatos no Brasil e de estimular uma política antissindical. Que alternativas você vê para a organização sindical nesse contexto? Você acha que a ideia de unificar as entidades sindicais para representar mais categorias é uma saída?

Wagner: Essa é uma dúvida do movimento sindical. É óbvio que a reforma trabalhista tratou de flexibilizar o mundo do trabalho, mas, por outro lado, ela não deu garantias de subsistência aos sindicatos. Ela retirou a obrigatoriedade do imposto sindical. Já não utilizamos esse imposto há décadas, portanto isso não nos afetou, mas sei que isso prejudica muito o movimento sindical. Ao mesmo tempo, a reforma proibiu ou restringiu o direito de o sindicato cobrar pelo seu serviço, pelo resultado do seu trabalho. A negociação, que é o papel do sindicato, deve ser remunerada; ou ela é remunerada através dos sócios ou é remunerada através dos não sócios, da contribuição sindical. As restrições que estão sendo impostas para esse tipo de cobrança têm viés político; elas têm o intuito de estagnar o movimento sindical, de acabar com ele. Essa é uma decisão ideológica e política! Eu não acredito que tenhamos uma única saída, como, por exemplo, a unificação de estruturas sindicais. O que temos que fazer é aproveitar melhor essas estruturas. Acho que a unidade do movimento sindical não se dá pela unificação de estruturas, mas pela unidade na política, nas ações que os sindicatos promovem, que devem ser as mais consensuais possíveis. Podemos otimizar essas estruturas. Compartilhar estruturas é uma forma de resolver problemas financeiros. Então, nosso sindicato pode dar atendimento a trabalhadores de outra categoria, e os nossos trabalhadores podem também ser atendidos por trabalhadores de outras categorias. Assim otimizamos essas estruturas,

reduzindo a necessidade, por exemplo, de cada sindicato ter um departamento jurídico, um departamento de saúde, um departamento de gestão. Por exemplo, as campanhas de sindicalização, que demandam muito recurso financeiro e humano, podem ser feitas de forma unificada. Acho que existem condições para isso, mas, a meu ver, o grande desafio do sindicato é unificar suas pautas, é articular essas pautas da melhor forma possível. Estamos aqui discutindo com a força sindical a criação de um "Industrial Brasil" que agregue várias confederações, respeitando a condição de organização de cada federação, de cada central. Ele não teria um papel de representação sindical, mas de articulação do setor industrial em torno de propostas comuns. Tenho certeza de que hoje há muito mais coisas que nos unificam, que nos agregam, do que diferenças pontuais – diferente de quinze anos atrás, quando a disputa era por um aparelho ou um instrumento de representação, por um sindicato, por uma federação. Hoje há uma consciência por parte da maioria do movimento sindical da necessidade de se trabalhar articuladamente. Acho que esse é o caminho para aproveitarmos essas estruturas e resolvermos o problema da contribuição negocial. Defendo que o não sócio só tenha acesso ao acordo negociado se ele comprar esse acordo. Então, se ele fizer adesão ao acordo, deverá pagar uma taxa por ele; caso contrário, ficará sem os direitos conquistados. Isso resolveria, inclusive, o problema daqueles que querem usufruir do direito de não se sindicalizar e de negociar direta e individualmente com o patrão. Acho que essa seria uma forma de incentivar a sindicalização.

José Ricardo: Outra questão que gostaria de trazer tem a ver com a reclamação recorrente do movimento sindical sobre a ausência dos jovens trabalhadores nos sindicatos, nas lutas sindicais, etc. Você acha que isso é verdade? O que você acha que os sindicatos têm que fazer para reconquistar esse apoio dos jovens?

Wagner: Na verdade, nossa linguagem não está adequada para a nossa juventude. O movimento sindical tem uma linguagem mais careta, mais antiquada, em relação ao que pensa essa juventude. Temos pouca renovação na nossa militância, nas nossas direções, e estou falando dos sindicatos em geral no Brasil. A maioria dos dirigentes sindicais hoje está careca ou com a cabecinha branca. Precisamos, de fato, de uma atualização da nossa linguagem, das nossas propostas, sem perder nossos princípios e referências. Não vamos sair defendendo a meritocracia ou o individualismo como formas de se relacionar na sociedade ou no trabalho. Se fizermos esse discurso, estaremos nos adequando a um ensinamento que hoje é recorrente no Brasil e que vem desde a formação na pré-escola: o de que a pessoa se resolve sozinha. Ela não se resolve sozinha. Os direitos gerais têm que atender a todos, e então, a partir de um determinado momento, a capacidade, o mérito, o engajamento passam a diferenciar a pessoa. Isso é mudar, é adequar e atualizar a nossa pauta de acordo com as expectativas das pessoas. Se a juventude não conseguir enxergar o movimento sindical como representante das suas pautas, nós vamos perdê-la cada vez mais para conceitos que, no futuro, ela verá que não eram bem assim, que não eram exatamente desse jeito. Portanto, precisamos, de fato, avaliar as nossas competências para discutir com essa juventude. A linguagem digital das redes hoje é diferente da do caminhão de som em que eu subia para fazer assembleia. Dulce me perguntou há pouco sobre o resultado da assembleia. Estamos realizando assembleias virtuais com participação de 90%! A participação nas assembleias virtuais é maior do que nas presenciais. Não sei o quanto isso forma. Politicamente não sei o quanto isso qualifica. Ainda não conseguimos mensurar o quanto isso significa no sentido de criar identidade de classe para essas pessoas, de elas se verem ou se enxergarem ali. Porque, no ambiente virtual, a pessoa está agindo individualmente, está sozinha numa sala, ou num ônibus,

ou em qualquer outro lugar; numa assembleia presencial, ela está tendo contato com o companheiro, está conversando com ele, está identificando os mesmos problemas, portanto a possibilidade de se enxergar enquanto classe, enquanto indivíduo participante de um grupo, é muito maior.

José Ricardo: Neste contexto de pandemia, a questão da solidariedade internacional não ganha uma outra dimensão? Tivemos agora o caso da Renault no Paraná, que descumpriu um Acordo Marco, obrigando o sindicato a procurar a justiça.[1] Que tipo de política vocês estão promovendo com relação a essa solidariedade internacional, aos códigos de conduta das empresas?

Wagner: Como há uma crise global que afeta os países em diferentes níveis, dependendo da capacidade dos Estados de responderem a essa crise, o que estamos percebendo é um maior fechamento, uma maior dificuldade com esse tema da solidariedade, principalmente entre organizações como o Comitê Mundial de Trabalhadores da Volkswagen e tantas outras. É fato que a tendência neste instante, em que a crise atinge de forma igual os Estados Unidos, a Europa e, por consequência, os países da América Latina, é de fechamento entre os trabalhadores dos países de origem dessas empresas em defender os seus direitos em primeiro lugar. Isso é natural, é uma questão de sobrevivência, é da condição humana. A solidariedade, normalmente, se faz com o que sobra; quando não há nada sobrando, não há solidariedade. Então, a pessoa vai garantir o dela primeiro; se sobrar alguma coisa para ser dividido, se sobrar alguma

1 Referência à decisão da fábrica da Renault de Curitiba (PR) de reduzir a jornada de trabalho e o salário de seus funcionários em até 70% por um mês, admitindo-se prorrogação por mais 30 dias. A decisão era resguardada pela medida provisória nº 936, do governo federal, que temporariamente flexibilizava regras trabalhistas durante a crise causada pela pandemia de Covid-19.

questão que possa ser despendida para um outro país, recebemos essa solidariedade. Não estamos percebendo isso neste instante. O que percebemos são os alemães internamente protegendo o emprego e a qualidade do trabalho; o francês protegendo o seu emprego e a qualidade do emprego; os Estados nacionais tendo dificuldades de suportar necessidades básicas de outros países mais pobres. Então, diminuiu a solidariedade com os países africanos, com os países latinos. A solidariedade é feita em tempos de desenvolvimento, de crescimento e de sobra. Num período como este, ela tende a desaparecer das pautas, inclusive do movimento sindical.

José Ricardo: Obrigado, Wagner, por esse relato tão importante, que nos atualizou com relação ao movimento sindical!

Wagner: Eu tenho esperança ainda, tenho a expectativa de que encontremos as respostas necessárias para que tenhamos um Brasil democrático, para que as pessoas e seus direitos sejam respeitados e para que voltemos, de fato, a ser aquela esperança de transformação que já fomos para o mundo. Obrigado a vocês pelo convite!

Jurema Werneck

Anistia Internacional

Jurema Werneck é diretora da Anistia Internacional Brasil, graduada em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestra em Engenharia de Produção pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) e doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ (ECO/UFRJ). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 13 de novembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Bem-vindo à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber Jurema Werneck, diretora da Anistia Internacional Brasil. Jurema será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por mim, Paulo Fontes.

Dulce: Olá, Jurema! É um prazer estar com você! Você nasceu no Morro dos Cabritos, uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, e vem de uma família pobre: seu pai era alfaiate e porteiro do Hospital Central da Aeronáutica. A despeito das grandes dificuldades financeiras, seus pais sempre valorizaram os seus estudos, tanto que é impressionante a diversidade da sua formação: você se formou em medicina, depois fez mestrado em engenharia de produção e doutorado em comunicação e cultura, sempre em universidades públicas. Desde muito cedo, você pratica um ativismo importante: entrou no movimento estudantil, depois passou a ter uma atuação destacada na área da saúde e no movimento de mulheres negras. Que aspectos da sua trajetória, além desses, você gostaria de destacar, e quais os maiores desafios enfrentados por uma mulher negra, de origem pobre, num país tão preconceituoso como o nosso?

Jurema: Obrigada, Dulce! Obrigada a vocês, da Universidade da Cidadania, por abrirem esse espaço! O principal desafio nessa minha trajetória é viver num país violentamente racista. A pobreza que experimentei não é uma coincidência. A maioria da minha geração e até hoje a maioria dos negros e negras é extremamente pobre, a maioria tem que lutar pelo dia. E agora, com a Covid-19, parece que estamos voltando ao pior dessa experiência de lutar para ter o que comer no dia. Então, o principal desafio foi esse, viver o impacto do racismo nas condições materiais da minha existência e da existência de minha família, o impacto do racismo nas condições políticas e simbólicas de nossa existência. Eu, como todo negro e negra no Brasil, experimentei ser escorraçada, ser impedida de entrar em determinados ambientes, recebi xingamentos. Experimentei também, na minha trajetória de desenvolvimento escolar, a baixa expectativa do ambiente. Experimentei coisas boas, gente que apostou e investiu em mim e em meus irmãos, mas vivi também muito da face violenta de ser escorraçada, de ser impedida, de não poder. Então, isso era um grande desafio. Você destacou que fiz a minha trajetória acadêmica na universidade pública. Isso se deve a diferentes razões, mas a principal é que não havia... O público era onde havia chance! O público não é barato, os custos de impostos e os custos que a população negra tem com esses impostos já mostram que não é barato. O custo cotidiano de ter que ir à escola pública e voltar para a casa, de se manter na escola pública, é muito alto para quem não tem recursos materiais. Por isso eu disse que experimentei também o outro lado do investimento. Minha família recebia doação de comida, de roupa, e quem não podia dar nem comida e nem roupa dava incentivo, apoio, reconhecimento, estímulo. Então, recebi também muita coisa. Mas o desafio foi lidar com a violência extrema que é o racismo todo dia na nossa vida.

Dulce: Você afirmou em uma entrevista que nunca foi uma feminista, que você foi do movimento de mulheres negras. Você poderia explicar quais são as tensões e as aproximações entre o feminismo e as lutas antirracistas aqui e no mundo? Estamos vivendo agora, inclusive nos Estados Unidos, uma explosão antirracista. Você poderia falar um pouco sobre isso?

Jurema: A afirmação que sempre faço de que sou uma integrante do movimento de mulheres negras não tem a ver com alguma diferença em relação aos valores do feminismo, mas, sim, com a perspectiva histórica e política. Por que há motivo para essa afirmação? O movimento feminista se desenvolve e ganha pujança no Brasil nos anos 1970, e muitas teóricas e pesquisadoras afirmam que houve uma onda feminista anterior a essa no movimento das sufragistas. O movimento feminista, qualquer que seja a temporalidade que as pessoas mencionem, é posterior à constituição de diferentes vertentes de luta das mulheres negras. Se considerarmos o marco temporal da instituição do Brasil como colônia e depois como nação, mulheres negras organizadas estiveram atuando desde sempre contra o tráfico transatlântico e contra o regime da escravidão, e depois, com a queda do regime da escravidão, pela constituição do Brasil como uma nação onde mulheres e homens negros pudessem existir. Para você ter uma ideia, apesar do profundo ataque que a história negra vive no Brasil, ainda encontramos registro de organizações de mulheres negras em 1906, em 1908... Ainda existe documentação em relação a isso, e essas organizações não se reivindicam como precursoras; elas são organizações que seguem uma linha, uma tradição, uma experiência. Então, quando digo que não sou feminista é porque já venho de uma tradição anterior a essa, e isso pensando só no marco "Brasil". Se pensarmos desde antes, notamos que há elementos que constam da nossa trajetória como

mulheres negras no Brasil que herdamos da experiência, inclusive, de antes da colonização, de antes do regime da escravidão. Existem figuras, símbolos, tradições que remontam à atuação política das mulheres negras como organização – não como indivíduos – anterior ao regime, que remontam aos povos que contribuíram para a constituição do povo brasileiro. Vários povos africanos tinham tradições de organização política, e as mulheres negras atuavam nessa seara. Há de se lembrar que muitos daqueles povos que vieram para cá tinham uma cultura e uma dinâmica profundamente urbanas, que foram transportadas para o Brasil e reconstituídas com outros elementos aqui. Eu venho dessa tradição! Portanto, se eu me afirmasse feminista, estaria contribuindo, na minha visão, para o apagamento dessa trajetória que é muito anterior. Não é que não tenhamos valores e perspectivas comuns. Você perguntou quais são os atravessamentos entre as lutas, e eu acho que o movimento feminista brasileiro é muito beneficiário dessas experiências de luta que as mulheres negras já vieram trazendo, ainda que não enxergue, que não reconheça. Ainda que muito da sua historiografia fale da trajetória das mulheres brancas, da luta pelo direito ao voto, pelo direito de entrar no mercado de trabalho, há de se lembrar que as organizações das mulheres negras atuaram nas ruas e nos movimentos políticos da história brasileira bem antes disso. Então, ainda que presente de forma marginal e muitas vezes subordinada dentro do movimento de mulheres em geral e do movimento feminista, essa é uma experiência que vale a pena – e olha que estamos falando aqui com as universidades – revisitar, olhar e pesquisar. Porque eu aprendi sobre isso em casa, eu soube que já éramos ativistas políticos, que já tínhamos experiência política, por essa tradição que era passada. Acho que o atravessamento é o atravessamento. As lentes do racismo ainda não foram completamente expulsas do ambiente feminista. Eu falo da historiografia e falo também das vozes que são mais ou menos valorizadas, falo

da conjuntura. A disputa, a presença do antirracismo ainda precisa ganhar escalas dentro do movimento feminista.

Dulce: Eu passo agora a palavra para Paulo Fontes, que vai continuar a nossa entrevista.

Paulo: Oi, Jurema! Em 2017, você assumiu a direção executiva da Anistia Internacional Brasil. Você poderia falar um pouco sobre a Anistia Internacional no mundo e no Brasil especificamente? Qual é a agenda da instituição aqui no país e que parcerias têm sido construídas com os movimentos sociais?

Jurema: A Anistia Internacional se define como um movimento social que surgiu na Inglaterra há sessenta anos com o principal intuito de agir e de mobilizar para agir em favor dos direitos das pessoas onde quer que esses direitos fossem violados. Ela começou a partir de uma reação de jovens ingleses à prisão de jovens portugueses na ditadura em Portugal nos anos 1960. Um advogado leu no jornal que jovens portugueses tinham feito um brinde à liberdade em Lisboa e por isso foram encarcerados e mantidos incomunicáveis. Essa notícia teve repercussão, e o advogado se juntou a outras pessoas, que começaram a escrever cartas para os jovens na cadeia, dizendo: "Vocês não estão sós. Tem gente aqui do lado de fora lutando por vocês". Escreveram cartas também para as autoridades portuguesas da época, dizendo: "É preciso libertar esses jovens, porque isso é uma injustiça, é um absurdo, é uma violação de direitos! Eles fizeram um brinde à liberdade e agora estão presos!". A Anistia como movimento é exatamente isso. Mais de sessenta anos depois, ela está atuando em sessenta países, envolvendo milhões de pessoas no mundo todo, e esperamos que esse número aumente cada vez mais. É gente que se importa, gente que – como diz a Anistia – "leva a injustiça para o lado pessoal",

que acredita que a injustiça, onde quer que aconteça, em qualquer parte do mundo, é um problema pessoal e, diante disso, entra em ação. A Anistia atua no Brasil desde a década de 1960, 1970, confrontando a ditadura militar e defendendo seus presos. Em 2012, instituímos um novo escritório. O escritório anterior mudou de configuração e agora temos um novo, que é esse que lidero no momento. Nossa agenda no Brasil desde 2012, 2013, quando o escritório recomeça, enfoca alguns temas, como a necessidade de garantir o direito à memória, à verdade e à reparação às vítimas da ditadura militar, resguardando os avanços nesse campo. Ainda nos alinhamos àquelas e àqueles que confrontam a Lei da Anistia, que têm sustentado a impunidade no Brasil e impedido a virada positiva da visão da sociedade em relação aos direitos políticos e civis das pessoas. Então, temos atuado nessa pauta. Também inserimos na agenda, a partir de 2012, um tema fundamental no Brasil, que é o assassinato de jovens negros no país. Grande parte desses negros são assassinados pela polícia, ou seja, pelo Estado brasileiro – mas não apenas. Então, a Anistia colocou a pauta da segurança pública e da defesa da vida dos jovens negros no Brasil como uma agenda. Trabalhamos também com as questões dos direitos humanos dos povos indígenas e das populações tradicionais na Amazônia e em outras localidades. Trouxemos, em 2020, um aspecto dessa agenda de direitos humanos dos povos tradicionais a partir das responsabilidades das empresas. Lançamos um segundo relatório sobre o desmatamento na Amazônia, comprovando que ele tem a ver principalmente com a derrubada da floresta para levar o gado. Chamamos a atenção para a responsabilidade das empresas e demonstramos a responsabilidade da maior produtora de proteína animal no mundo, a JBS, nesse descalabro que é a derrubada da floresta, a invasão de reservas em territórios indígenas. Lançamos esse relatório em 2020, chamando a JBS à responsabilidade em relação à violação dos direitos humanos que acontecem na sua cadeia de produção

de proteína animal. Reivindicamos que a JBS empreendesse ações de melhor monitoramento e rompesse com os fornecedores que invadem áreas de reserva e violam os direitos indígenas. Agora, com a explosão da pandemia de Covid-19, desenvolvemos uma estratégia de resposta emergencial à doença para os grupos populacionais mais vulneráveis: a população negra de favela, de periferia; os povos indígenas e quilombolas; a população em situação de rua; a população LGBT, em particular as mulheres trans que estavam inseridas no mercado de trabalho da prostituição e que ficaram relegadas à sua própria conta; as pessoas que estão encarceradas e as que estão no sistema socioeducativo; e também os profissionais de saúde – o Brasil é o terceiro país do mundo onde mais profissionais de saúde morreram. Fizemos uma agenda emergencial, e é aí que entram as parcerias. Nossas parcerias são esses grupos e populações: nos interessa atuar e continuar em diálogo com todos aqueles e aquelas que ainda lutam pelo direito à memória e à reparação da ditadura militar; nos interessa ter parcerias com organizações negras, organizações de mulheres negras, organizações feministas, organizações de favela e periferia, organizações LGBT, ou seja, com o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), com a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e outras. Temos interesse em atuar com organizações e movimentos que estão na linha de frente do enfrentamento da pandemia, enxergando não apenas a pandemia em si, mas lembrando que o coronavírus e a Covid-19 se estabelecem onde já havia injustiça e iniquidade, ou seja, não apenas atuando na resposta emergencial. Vamos entrar agora numa segunda fase em que nos moveremos para as causas das causas. Por que a Covid-19 está produzindo tanta morte, tanto sofrimento, nesses grupos? Então, vamos focalizar o tema do racismo e da violação dos direitos humanos, que são anteriores à

pandemia e que precisam ser enfrentados para que o Brasil vire a página não apenas da Covid-19, mas também das grandes e graves injustiças que tem.

Paulo: O governo Bolsonaro tem uma agenda contrária aos direitos humanos. Ele representa um risco para a população indígena e quilombola, para pessoas LGBTI, para jovens negros, para mulheres, além de atacar os sem-terra e defender uma pauta fortemente antissindical. Qual a sua avaliação sobre o governo Bolsonaro e como a Anistia está enfrentando essa situação?

Jurema: Temos um governo frontalmente, descaradamente, antidireitos. Antidireito significa, inclusive, ser anticonstitucional, considerando-se o direito não como valor e princípio, mas como determinação. Isso é muito grave! No final da campanha eleitoral, nós nos pronunciamos dizendo que aquela retórica antidireitos que o candidato trazia a público não poderia se transformar em política pública. Fizemos esse alerta, e infelizmente o presidente eleito instituiu uma agenda de desmonte do arcabouço de direitos. Esse desmonte das políticas públicas diz respeito ao arcabouço de direitos e às obrigações que o governo tem de garantir esses direitos. O que temos feito desde então? Temos essa outra pauta na nossa agenda, que é a atuação relacionada aos retrocessos que estamos enfrentando, por exemplo, a agenda de armar a população. O intuito dessa iniciativa não é armar a população, mas garantir livre acesso à arma a determinados segmentos da população que já estavam alinhados com o desrespeito aos direitos, colocando mais em risco os defensores e defensoras dos direitos humanos, os povos indígenas e quilombolas ou mesmo os grupos políticos que atuam na defesa de alguns temas nas cidades com relação às armas, aos direitos indígenas e quilombolas, ao desmonte do arcabouço do direito à saúde e dos direitos humanos em geral. Temos

buscado confrontar essa agenda, inclusive dialogar e, no limite, pressionar o Congresso Nacional a restaurar aquilo que precisa ser restaurado. Também temos feito um chamamento aos Ministérios Públicos, porque eles também têm o dever de garantir os direitos da população e agir na defesa desses direitos. Então, temos atuado numa agenda que é, na verdade, de confronto a esses retrocessos, a partir não apenas de uma ação protagônica – se é que posso dizer assim – da Anistia, mas em coalizão com outros segmentos sociais. A Anistia se coloca não apenas como um movimento, mas também como uma plataforma para que outros movimentos e organizações se juntem a nós e para que assim possamos confrontar essa agenda de retrocessos e descalabros. A Anistia segue bastante preocupada, no Brasil e no mundo, com a atuação da Presidência da República. Continuamos atentas aos graves riscos que essa visão do presidente e de seu grupo político traz para a vida cotidiana dos brasileiros e das brasileiras e para a humanidade como um todo, porque o governo do Brasil se coloca na agenda mundial como um péssimo exemplo, descumprindo o que a nação brasileira já havia determinado sobre o que deveria ser a voz pública do Brasil, uma voz pública em favor dos direitos. Então, continuamos mobilizadas, preocupadas e agindo tanto no âmbito nacional quanto no internacional para tentar contrapor essa agenda de desmonte. Também atuamos com aqueles que têm tido os seus direitos violados e que vivem uma ameaça cotidiana, dando-lhes apoio e lutando com eles para que possamos reestabelecer o círculo virtuoso que os direitos humanos e a Constituição brasileira instituíram no país já faz muito tempo.

Paulo: Os resultados das eleições americanas – aproveitando que você mencionou a questão internacional – mostram um país praticamente dividido e chamam a atenção para o grande potencial de conflitos violentos num futuro próximo. Considerando que a Anistia Internacional é uma das organizações mais importantes

do que poderíamos chamar de "sociedade civil global", como você vê esse cenário internacional para os direitos humanos num futuro próximo?

Jurema: É um cenário muito preocupante, e não apenas num futuro próximo, agora já tem sido muito preocupante. A Anistia Internacional está atuando lá nos Estados Unidos. Essa polarização tem se traduzido não apenas em propostas absurdas em termos de violação dos direitos humanos, mas também em atos muito graves, como, por exemplo, a violação ao direito de protesto. Vimos, pouco antes da eleição, o uso da guarda nacional, da polícia, para, por exemplo, reprimir o protesto do Black Lives Matter. Estamos vendo mobilizações agora, nesse momento da eleição, de grupos na rua dizendo que é preciso voltar aos *blocks*. Então, a Anistia Internacional está na luta, está na rua, para garantir que as pessoas exerçam os seus direitos de atuação, de protesto, de reivindicação sem a violência do Estado. Num outro nível, já há algum tempo, temos buscado formas de engajar as pessoas não só nos Estados Unidos, mas também em outros países, porque essa polarização não ocorre apenas lá, mas também no Brasil, em países da Europa, na Ásia... Temos buscado engajar segmentos da população, porque a Anistia faz isso: buscamos engajar as pessoas para que façam algo, para que rompam com o círculo vicioso das violações de direitos humanos. Então, temos buscado engajar aqueles segmentos que não têm travações. Existe uma grande parcela da população nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países que observa quase que indiferente essa polarização. Existe um segmento nesse meio que não está fazendo nada, talvez porque ainda não enxergue o potencial destruidor da vida de todo mundo que essa situação tem. Então, temos buscado engajar também essas pessoas, dialogar com elas, apresentar a elas as preocupações, as situações e também as alternativas e os caminhos de ação. Só acabamos com a polarização à medida que

construímos consensos a favor dos direitos humanos, e essa grande parcela silenciosa e indiferente – se não está indiferente, pelo menos está silenciosa e amedrontada – tem também um papel a cumprir para a virada de chave.

Paulo: Jurema, muito obrigado e parabéns pelo trabalho! Precisamos da Anistia Internacional cada vez mais forte e ativa nesse mundo de hoje.

Jurema: Eu que agradeço.

Douglas Belchior

Coalizão Negra por Direitos

Douglas Belchior nasceu em Itaim Paulista, Zona Leste de São Paulo. É formado em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e foi filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) até 2003. Concorreu a deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) em 2014, a vereador em 2016 e de novo a deputado federal em 2018, quando se elegeu suplente. É coordenador nacional da rede de cursinhos populares Uneafro Brasil e militante da Coalizão Negra por Direitos. Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 20 de novembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Antônio Carlos Fontes dos Santos (IF/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Bem-vindos! Com muito prazer recebemos hoje Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos. Douglas será entrevistado por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Antônio Carlos Fontes dos Santos, o Toni, professor e vice-diretor do Instituto de Física da UFRJ.

Dulce: Olá, Douglas! Você tem 42 anos e foi criado no bairro do Itaim Paulista, na Zona Leste de São Paulo. Aos 8 anos, começou a trabalhar vendendo doces e, aos 13, você já era guarda mirim de uma fábrica. É uma trajetória bem forte. Gostaria que você falasse um pouco mais da sua história.

Douglas: Sou de uma formação política em que a história da vida individual sempre foi colocada como menos importante do que a tarefa política em si. Vivemos um tempo hoje em que a história da trajetória, da caminhada, é bastante importante, mas eu sou pouco acostumado com isso. De fato, minha família é de Minas Gerais.

Meu pai e minha mãe vieram para cá para tentar melhorar de vida; eram mineiros da roça, do sul de Minas, muito pobres, nos anos 1980. Minha mãe teve seis filhos, mas apenas três vingaram. Eu sou o mais velho de três; há também a Vanessa e o Cleiton. Vanessa é psicóloga. Minha mãe conseguiu me formar e formar a minha irmã. O meu irmão é músico e militante também. Somos hoje uma família, graças a Deus, muito feliz e bem formada, mas tivemos dificuldades. Sou de uma época em que o trabalho da criança em casa era comum. Não romantizo isso. Tenho um filho de 8 anos, o Fidel, e olhar para ele e imaginar que, com a idade dele, eu estava na rua vendendo sorvete é terrível para mim. Mas isso não é diferente da realidade de grande parte da infância brasileira. Quando percorremos os bairros, as grandes avenidas, encontramos crianças trabalhando hoje. Olhando para isso, percebemos que as mudanças e avanços que vivemos não foram suficientes para evitar esse tipo de realidade. Sim, sempre trabalhei: vendi sorvete na rua, vendi doces... fui atropelado por um carro enquanto vendia doces aos 9 anos de idade. Minha infância foi dramaticamente cortada pela imposição da necessidade do trabalho para ajudar em casa. É claro que isso ajudou na minha formação também, sou constituído dessa experiência. Olhando para isso agora, no alto dos meus 42 anos, digo: "Foi importante, me constituiu, me garantiu vivências, mas não é uma coisa que eu deseje para nenhuma criança, de jeito nenhum". Minha mãe sempre me estimulou muito à leitura, aos estudos, apesar de toda a necessidade, da pobreza. Eu sempre quis estudar, sempre gostei de escrever; então, antes de concluir o curso de história, tentei ser jornalista, fiz dois anos de jornalismo mas não concluí. Depois, fiz mais dois anos de publicidade e também não concluí. Fui fazer história e concluí o curso na PUC de São Paulo.

Dulce: Você é um dos integrantes da Uneafro, um cursinho pré-vestibular criado em 2002 e voltado para jovens negros. Você pode

falar um pouco sobre a Uneafro e sobre o papel que você atribui à educação na sociedade brasileira?

Douglas: Nós somos de uma organização do movimento negro, a Uneafro Brasil. Ela é formada pela articulação de núcleos de educação popular organizados nos bairros de maioria negra aqui em São Paulo e na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Em 2021, devemos nacionalizar o movimento. Ele é a continuidade de uma mobilização histórica do movimento negro! O tema da educação sempre foi muito presente enquanto demanda, enquanto reivindicação, do movimento negro organizado na história do Brasil. Imagine que, na segunda metade do século XIX, ainda temos no Brasil uma legislação que proíbe a presença de pessoas negras, de filhos de pessoas escravizadas, nas escolas que surgiam. E, se havia uma legislação que impedia sua entrada, é porque existia demanda pela entrada. Não é preciso proibir a entrada se não há uma demanda pela entrada, ou uma demanda indesejada pela entrada. Então, isso é uma comprovação de que, sim, o debate sobre o acesso à educação sempre esteve presente no imaginário enquanto objeto de luta por direitos do povo negro. Trinta anos depois do fim da escravidão formal, na década de 1930, surge a Frente Negra Brasileira, que tem dois eixos fundamentais de atuação: um deles é o desenvolvimento econômico da comunidade negra, o acesso ao trabalho e à renda; o outro é a educação. Havia as experiências de educação popular ou, para usar as palavras da poesia, havia "os pretos que sabiam ler e que ensinavam os que não sabiam ler". Eram escolas de formação, de alfabetização de pessoas negras pelas pessoas negras. Depois disso, com a Frente Negra Brasileira e o Abdias [Nascimento], e depois com o MNU na década de 1970, as articulações do movimento negro sempre trouxeram a demanda tanto do acesso à universidade quanto da discussão do currículo, do conteúdo. Sempre elaboramos sobre a ideia de que não adianta ocupar um espaço

formal de educação se esse espaço nos educa para o racismo, para o preconceito, para a intolerância. Então, esses dois debates sempre se conciliaram: a luta pelo acesso ao espaço e também a discussão sobre o conteúdo. No final dos anos 1980 e início dos 1990, surge o Steve Biko na Bahia, que hoje é um instituto que tem um trabalho de educação, de formação, de preparação de pessoas negras para o acesso à universidade. Em 1992, surge na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, o Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Depois disso, ainda na Baixada – em Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti –, houve uma aliança de ações comunitárias com a Igreja. Frei Davi sai de São João de Meriti, vem para São Paulo e funda a Educafro em 1997. Eu sou dessa época. Estou estudando em 1997 e conheço o movimento de cursinhos da Educafro. Dez anos depois, de 2007 para 2008, saímos da Educafro e fundamos a Uneafro com o mesmo tema, organizando comunidades para oferecer trabalho de educação popular na luta pelo acesso à universidade. Essa, para mim, é a linha do tempo que considero fundamental. A Uneafro é a continuidade de uma luta histórica da população negra por direitos humanos no Brasil.

Dulce: Há vários coletivos do movimento negro ligados a questões de direitos, como a Coalizão Negra por Direitos, da qual você é coordenador. Você pode falar um pouco sobre as especificidades da Coalizão e sobre a relação que ela estabelece com outros movimentos negros do Brasil de modo geral?

Douglas: A Coalizão Negra por Direitos é uma grande aliança de movimentos negros no Brasil hoje. Ela não é uma novidade histórica; a cada período importante da história brasileira, o movimento negro se organiza. Existe – e sempre que falo sobre a Coalizão, preciso dizer isso – uma trajetória de apagamento, de desvalorização da experiência política da população negra organizada. Quando

olhamos para as cartilhas de formação do nosso campo, pouco vemos como referencial as nossas experiências de luta política. A Coalizão surge como uma demanda e uma necessidade nesse contexto em que estão se formando grandes coalizões no país, num contexto de governo protofascista como o que temos. Não nos vemos representados sequer nessas articulações gerais que temos no país, porque o tema racial nunca é central no debate, porque as nossas lideranças estão nas organizações negras, porque a nossa pauta é sempre colocada de escanteio, em segundo plano, como se fosse menos importante. E o nosso ponto de vista é o de que a pauta racial organiza a sociedade brasileira! Como disse a professora Zélia Amador, da Universidade Federal do Pará, "raça informa classe no Brasil". Pensando na perspectiva do que foi a formação da nação brasileira, vemos que somos fruto de uma contradição racial que se perpetua na história, e que as classes dominantes no nosso país surgem a partir dessa dicotomia racial e assim permanecem. Eu diria que é assim no planeta, porque, se observarmos a hegemonia econômica mundial, vamos perceber que ela é drasticamente, historicamente, racializada. A Coalizão é, então, fruto dessa demanda histórica de articulação nesse momento da conjuntura brasileira, em que percebemos que temos elaboração sobre os problemas do Brasil, mas que não há espaço para a ressonância dessas propostas. A Coalizão construiu uma carta com 14 princípios e 29 agendas. É um documento fruto da formulação histórica do movimento negro, mas não vimos nenhum partido se referenciar nesse documento, por exemplo, para construir seus programas de governo nessas eleições. Todo mundo fala sobre racismo, todo mundo fala sobre a questão racial, esse é o assunto nacional, isso pautou a eleição no Brasil. Ao mesmo tempo, não há o reconhecimento de que o movimento negro elabora política e tem propostas para o país; isso é boicotado, é inviabilizado. Então, a Coalizão vem para cumprir essa tarefa, para dar visibilidade e se autoconstruir

como representação política da mobilização negra diversa no Brasil, ao lado de muitas organizações da juventude negra, de organizações negras do campo e da cidade, de organizações quilombolas, da floresta, das águas, de organizações ribeirinhas, de mulheres negras, de pessoas trans negras, LGBTQI+ negras, de organizações do campo da educação e da cultura com esse recorte, como é o caso da Uneafro, etc. A Coalizão é uma grande articulação que reúne hoje mais de 150 organizações do país inteiro e tem uma operativa de vinte organizações que dão conta do trabalho cotidiano. E nós? Nós não somos uma organização, então eu não estou aqui falando em nome da Coalizão; eu falo enquanto parte da Coalizão e em nome da Uneafro. Estamos tendo incidência política no Congresso Nacional e em instâncias internacionais. Durante todo o ano passado, influenciamos um debate na Câmara Federal sobre os grandes temas do país. Impedimos que, por exemplo, o pacote do Sérgio Moro para a segurança pública fosse aprovado na sua integralidade, o que seria uma tragédia maior ainda para a política e para a segurança pública do país. Levamos denúncias para as cortes internacionais da OEA, da ONU, a partir de diversos aspectos da violação de direitos humanos no país, sobretudo da violência policial. Poucos dias antes do assassinato brutal de George Floyd, estávamos em comitiva brasileira na sessão ordinária da OEA no Haiti – isso foi pouco antes de fecharem os aeroportos no Brasil –, denunciando o massacre de Paraisópolis, aqui em São Paulo, que resultou na morte de nove jovens que estavam num baile *funk*, e que faz um ano agora. Na comitiva, também denunciamos a morte de crianças por policiais no Rio de Janeiro. Estávamos no Haiti denunciando a dramaticidade do genocídio negro no Brasil sem nenhuma atenção da imprensa, sem nenhuma atenção da classe média, sem nenhuma atenção dos jornalistas, dos intelectuais. Dois meses antes, no final de 2019 – olha como é sério o que vou dizer –, fazíamos um debate sobre a entrega da base de Alcântara,

um território quilombola, para domínio norte-americano, como moeda de troca para que o filho do Bolsonaro virasse embaixador.[1] Os quilombolas se mobilizaram, nós nos mobilizamos enquanto movimento negro, e fomos ao congresso norte-americano conversar com os congressistas. Estive em Washington para isso junto com uma comitiva de movimentos negros do Brasil. O deputado democrata Hank Johnson nos recebeu, entendeu o problema, foi para a tribuna do Parlamento em Washington, fez um discurso sobre a questão, denunciou Trump – porque, diferente daqui, em que o acordo tem que passar pelo Congresso, lá é um ato isolado do presidente –, o Parlamento americano demonstrou não saber do acordo, nós informamos o problema ao Parlamento, houve uma repercussão do assunto, mas isso não deu uma vírgula de notícia no Brasil. É disso que estamos falando. Veja como é importante a Coalizão Negra nesse contexto! Há uma invisibilização deliberada em relação à organização, à luta do movimento negro no Brasil. As pessoas perguntam: "Mas por que nos Estados Unidos o movimento negro é tão incrível? Mobiliza, pauta, e aqui não?", como se fôssemos menos importantes ou articulados. Pelo contrário! Toda vez que há um assassinato de um jovem negro pela polícia, a comunidade se mobiliza, fecha as ruas, bota fogo em ônibus... Estamos cansados de ver isso no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife, em Salvador... O que há de diferente é a sensibilidade da sociedade em torno do tema. Porque a mídia brasileira, quando cobre os acontecimentos e protestos americanos, dá nome aos bois, diz que foi policial branco

1 Referência a um acordo que autorizava o uso comercial pelos Estados Unidos da base de lançamento de foguetes da Força Aérea Brasileira em Alcântara (MA). A área é palco de constantes disputas judiciais com populações quilombolas e é de interesse dos Estados Unidos porque sua proximidade com a linha do Equador proporcionaria uma economia de até 30% de combustível para os lançamentos de satélites, mísseis e foguetes. Na época, alegou-se que o acordo estava sendo negociado com os americanos para que, em troca, Eduardo Bolsonaro se tornasse embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

que matou jovem negro, diz que são manifestantes na rua contra o racismo e a violência policial, usa termos que usamos na nossa linguagem de movimento para se referir ao que está acontecendo lá. Mas, quando é no Brasil, como a imprensa se refere ao assunto? São os vagabundos, os vândalos, que colocam fogo em ônibus e deterioram o patrimônio público; quem morre é sempre culpado, e o policial é sempre defendido. Então, existe uma diferença que não é na reação do movimento, é no olhar do opressor, é na forma como o racismo para nós é naturalizado – tanto que nem percebemos isso. Temos que dizer o seguinte: enquanto houver racismo, não haverá democracia; se querem ser sinceros num debate sobre democracia, se querem ser verdadeiros e efetivos na defesa da democracia, discutam o racismo, porque ele é o grande elemento de boicote da construção democrática brasileira. A nossa intervenção, nesse sentido, foi a publicação de um manifesto que se chama *Enquanto houver racismo, não haverá democracia*. Nós articulamos uma ação no país e lançamos esse manifesto, que foi publicado em página inteira de dois jornais importantes, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, com a assinatura de 132 pessoas públicas, pessoas negras e brancas que pediam coerência aos progressistas do Brasil, usando a célebre frase, também iluminista, que é "a prática é o critério da verdade". Cada uma das assinaturas simbolizava um ano do pós-abolição da escravidão no Brasil, portanto 132 assinaturas.

Dulce: Eu passo a palavra agora para o Antônio Carlos.

Antônio Carlos: Olá, Douglas! No ano de 2020, a luta antirracista alcançou uma dimensão transnacional a partir do movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos e em várias partes do mundo. O tema do racismo foi central nas eleições estadunidenses, e a mobilização dos trabalhadores afro-americanos também foi fundamental para a vitória do Biden. Sabemos que você tem buscado

uma aproximação com os ativistas e os coletivos do movimento negro dos Estados Unidos. Como estão essas articulações entre os movimentos negros dos diferentes países do continente americano?

Douglas: Você usou um termo que eu gosto muito, "movimentos negros", no plural. É isso, não existe o movimento negro; são movimentos negros, no plural. É bastante plural, inclusive; não é pouco plural, não. E é assim tanto lá quanto cá. A Uneafro, que é a minha organização política, negra, tem conexões com vários grupos de movimentos negros nos Estados Unidos, na América Central e também aqui, na América Latina, especialmente com a Colômbia. Então, há uma articulação, que, inclusive, vinha sendo bastante efetiva no momento anterior à pandemia. No encontro que tivemos aqui em São Paulo, em novembro de 2019, que consolidou a Coalizão Negra por Direitos, tivemos a presença, num grande congresso que reuniu centenas de ativistas do país inteiro em São Paulo, de representações do movimento negro, tanto do Black Lives Matter, dos Estados Unidos – de alguns estados, não só de um –, quanto de representações da América Latina, da África, da Inglaterra. Então, existe a constituição de uma teia, de uma rede de articulação do movimento negro, e isso não é uma novidade. Sabemos que essas conexões existem desde sempre. O movimento de mulheres negras no Brasil, que é a grande potência que puxa o movimento negro no país, tem uma larga experiência de articulação internacional; dessa maneira, elas puxam o bonde mesmo. Num ano marcado por uma pandemia que paralisou o planeta, o único fenômeno capaz de atravessar esse problema foi o debate sobre racismo no mundo. Isso diz muito sobre o que é o planeta e sobre a importância do debate racial como atravessador da realidade do mundo.

Antônio Carlos: Você tem pautado suas atividades na defesa dos direitos humanos, sobretudo dos direitos da população negra. Hoje,

estamos diante de um governo antidireitos. Qual é a sua avaliação sobre a situação política do nosso país e quais são suas perspectivas no curto, médio e longo prazo?

Douglas: Você sabe que eu tive uma formação no campo da esquerda brasileira. Com o passar dos anos como militante de movimento negro, passei a perceber várias incoerências e problemas também dentro do nosso campo, do campo de direitos humanos, do campo da esquerda brasileira, em relação a um debate racial. Sempre apontei isso. Já fui muito criticado por apontar de maneira veemente essas contradições, mas acho importante apontá-las. Porém, isso não arrancou de mim a influência dessa formação mais clássica da esquerda brasileira. Há uma frase do Lenin de que gosto muito e que cabe muito bem no que estamos vivendo agora. Ele dizia que havia décadas em que não conseguíamos avançar uma semana, mas havia semanas – e isso é possível – em que avançávamos décadas. Acho que estamos vivendo isso agora, nós vivemos isso este ano. Há momentos históricos em que a imposição da realidade nos faz avançar, acelerar processos. O Brasil vinha discutindo a questão racial como um elemento estruturante. O campo progressista e a esquerda brasileira vinham tendo que refletir sobre esse assunto e trazer esses aspectos do que significa o racismo e a estruturação racial no Brasil para dentro da sua análise, da sua elaboração, da sua organização política. Mas o que aconteceu este ano acelerou esse processo profundamente, e essa aceleração influencia drástica e politicamente a nossa conjuntura. Basta olhar para os resultados das eleições [municipais de 2020]. Acabamos de sair do primeiro turno, e o que notamos de novidade? Olhamos para as eleições de candidaturas negras, de mulheres negras, para a ampliação das bancadas progressistas nas diversas câmaras municipais das capitais, e o que vemos é essa novidade acontecendo. É o resultado objetivo desse contexto político! Notamos o quanto é mobilizador

e – sem querer colaborar para a diminuição da importância do termo – revolucionário num país como o nosso ver os resultados dessa eleição e perceber o que ela significa politicamente, o potencial que tem. Perceber que em São Paulo, anteontem, uma mulher trans, preta e que se organiza politicamente a partir dessa pauta foi a mais votada do campo, ficando só atrás do [Eduardo] Suplicy, que é uma entidade em São Paulo, demonstra o potencial mobilizador dessa pauta. Não é à toa que essa também é a pauta da extrema direita. Então, está acontecendo neste momento no Brasil uma reação poderosa a partir das periferias, das favelas, do movimento negro, uma reação que é permanente porque é uma reação pela própria vida. A sobrevivência é uma reação à opressão generalizada e histórica; portanto, estamos sobrevivendo esse tempo todo, sempre num estado de reação. Mas existe um transbordar político dessa reação, um avanço político em resultados. Isso está acontecendo neste momento, está fermentando. O bolo está crescendo! E esse bolo tem um caráter racializado poderosíssimo que sempre foi negado, boicotado, sabotado pela própria esquerda brasileira. Mas agora a história está impondo isso como um elemento mobilizador, politizador do processo. É muito rico e é muito especial o que estamos vivendo no Brasil hoje.

Dulce: Muito obrigada!

Maria Emília Pacheco

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Maria Emília Pacheco é integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ex-presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), além de mestra e doutora em educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 27 de novembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e Francisco Menezes (Ibase e ActionAid), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Bem-vindo à Rádio Cidadania! Hoje, temos a honra de receber Maria Emília Pacheco, da coordenação executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Maria Emília será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e por Francisco Menezes, economista e pesquisador do Ibase e da ActionAid Brasil.

Dulce: Olá, Maria Emília! É um prazer estar com você aqui hoje! Você foi diretora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), que é uma das maiores organizações não governamentais do país. Atualmente, você é assessora da Fase e integra a coordenação executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), instituição que ajudou a fundar. Você pode falar um pouco sobre a ANA, sobre a importância da agroecologia e também sobre sua relação com os movimentos sociais?

Maria Emília: Muito obrigada por esse honroso convite! Começo falando sobre a agroecologia, que é uma ciência, uma prática e também um movimento social. A agroecologia se baseia na valorização

e conservação dos recursos naturais, na biodiversidade, na construção de mercados locais, na valorização das nossas culturas alimentares e no reconhecimento de que são os camponeses, os povos indígenas, as comunidades tradicionais que, em diálogo com assessores e com organizações não governamentais, têm continuado uma missão histórica de serem os guardiães da diversidade biológica, que é fundamental para enriquecer a nossa cultura alimentar e para manter um planeta inteiro contra essa padronização cada vez maior dos alimentos que temos visto. Na história da humanidade, chegamos a ter de 3 a 10 mil espécies para alimentação, mas isso foi se reduzindo; podemos dizer que basicamente são quinze alimentos que fazem parte da dieta alimentar, o que é muito pouco. Precisamos fazer valer o princípio da diversidade, que é fundamental na agroecologia. Então, a agroecologia também tem a perspectiva de desenvolver tecnologias que signifiquem harmonia com a natureza, estar numa relação direta com a natureza, o que representa também uma preocupação com a saúde. Dizemos que a agroecologia hoje tem como objetivo a mudança dos nossos sistemas alimentares desde a produção até o consumo, e por isso ela se constrói junto com o direito humano à alimentação. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criada no Brasil em 2002. Ela já nasce junto com os movimentos sociais, com as organizações sociais do campo, com os camponeses, com as comunidades tradicionais, quilombolas. Ela é uma articulação, uma rede que tem uma convergência grande com os movimentos sociais e com outras organizações também. Funciona com grupos de trabalho: há o grupo de trabalho sobre os usos livres da biodiversidade, o grupo de trabalho das mulheres... Nesse sentido, é bom dizer que a agroecologia não se reduz a uma dimensão tecnológica de uma relação de harmonia com a natureza. Ela tem um sentido emancipatório: não há agroecologia se não rompermos com o patriarcado, com a dominação sobre as mulheres; não há agroecologia se não rompermos com o racismo

estrutural que marca a história de nossa sociedade. Então, a agroecologia tem esse sentido também social, político e de busca de um direito à terra, ao território. A concentração de terras e riquezas no Brasil está na direção contrária do que defendemos na agroecologia. Quando a televisão fala que "o agro é pop, o agro é tudo", nós discordamos, porque é exatamente a expansão desse agro, ou desse agronegócio, que tem criado empecilhos para a expansão da agroecologia, já que ele destrói e expulsa a população do campo. Entendemos que o movimento agroecológico é capaz de anunciar um outro tipo de agricultura, e é nessa luta que vimos empreendendo que conseguimos conquistar em 2012 uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), durante o governo da presidenta Dilma. Lamentavelmente, tanto essa política como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que caminha junto com a agroecologia e foi conquistada em 2006, vêm sendo desmontadas no país.

Dulce: Vocês devem ter uma ligação bastante próxima com o MST, não é?

Maria Emília: A Articulação Nacional de Agroecologia se constrói, como eu disse, nessa dinâmica de relação com os movimentos. Então, essa ligação não se dá apenas com o MST, mas também com os movimentos sociais que compõem a Via Campesina: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Também nos articulamos com o importante Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – nossos ouvintes devem se lembrar de Chico Mendes, um grande defensor da floresta em pé e cujo movimento originou o CNS. Além disso, temos relações com a Conaq, que é a organização das comunidades quilombolas, e com organizações dos povos indígenas, como a Articulação dos

Povos Indígenas do Brasil (Apib). Cada vez mais, o movimento agroecológico busca uma interação também com os movimentos que lutam pelo direito à cidade, com os movimentos que estão em sindicatos de outras categorias. Por quê? Porque entendemos que falar de mudanças de sistemas alimentares significa pensar desde a produção até o consumo. Por isso, na construção histórica da Articulação Nacional de Agroecologia, em 2011, realizamos um diálogo com várias outras organizações: com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), com o movimento da economia solidária, com movimentos feministas, com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Chamamos esse encontro de "encontro de diálogos e convergências". É fundamental dizer também que lá estava a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Para garantir uma alimentação de qualidade, saudável, é preciso dizer que a agroecologia interessa a toda a sociedade. Nosso último encontro, que se realizou numa praça pública em Belo Horizonte, em 2018, tinha exatamente esse lema: "Agroecologia: unindo o campo e a cidade".

Dulce: No debate público, muitos argumentam que agroecologia, ao contrário do agronegócio, tem um problema fundamental de escala e que seria incapaz de alimentar a crescente população mundial. Nesse sentido, seria uma espécie de moda destinada aos nichos de mercado vinculados às classes médias e altas. Eu gostaria que você explicasse melhor isso, porque esse debate é muito forte na sociedade.

Maria Emília: Você tem razão, escutamos muito essa interpretação. Eu gostaria de responder invertendo a pergunta: por que esse modelo dominante da agricultura industrial, baseado nos monocultivos em grande escala, não acabou com a fome no mundo? Essa é a pergunta que precisamos fazer em primeiro lugar. E, com

a pandemia, essa questão ganha novos sentidos, porque os debates sobre as causas da pandemia também têm chamado a atenção para o impacto dessa agricultura industrial, que concentra terras e se baseia em insumos químicos que contaminam o solo, o alimento, as águas. Há um estudo mais recente, publicado numa revista médica, que diz que vivemos o que eles chamam de uma "sindemia global". O que significa isso? No mundo, há um aumento da obesidade e ao mesmo tempo da desnutrição, além das mudanças de clima. Esse estudo vai mostrar justamente que há uma irracionalidade ecológica, sanitária, nessa agricultura baseada no uso intensivo de hormônios, antibióticos, agroquímicos, e que produz esses alimentos que chamamos de ultraprocessados. Esse modelo dominante não resolveu a fome no mundo. Mas com isso quero chamar a atenção para um outro aspecto. Ao falarmos de escala, precisamos entender que há outros sentidos para o termo. Costumamos nos referir à escala do monocultivo, àquela plantação que se perde de vista, como a de soja, de algodão e de milho no Brasil. Mas na agroecologia chamamos a atenção para um outro sentido de escala. Pensar num sistema agrícola diverso, que misture grão, fruta, verdura e, ao mesmo tempo, alimento para os animais é uma forma de pensar em escala a partir de uma visão de policultivo dessa diversidade. Se medirmos por hectare, esse conjunto variado de alimentos vai representar muito mais. Há, inclusive, algumas análises que mostram alterações vantajosas de 20% a 60% no policultivo em comparação com o cultivo de um só produto dentro de um hectare. Gostaria de chamar a atenção também para o que entendemos de escala no sentido de uma ação coletiva nos territórios. Essas ações ganham escala quando se constituem redes, e temos muitos exemplos no Brasil. Ocorre-me exatamente neste momento o exemplo de uma das redes, a Rede Ecovida, no Sul, que reúne muitos agricultores junto com consumidores que se organizam para compras diretas e outras iniciativas. Isso também significa pensar em escala! Mas

também quero chamar a atenção para um outro aspecto. Quando falamos da agroecologia, de um modelo sustentável de agricultura, estamos também falando de democracia. É fundamental esse sentido da construção democrática no qual a agroecologia insiste e que, como eu disse, está intimamente associado à nossa visão do direito à alimentação. A alimentação é um direito, não pode ser considerada uma mercadoria. Ela não é privilégio! Nossa perspectiva no movimento agroecológico é a de que a alimentação de qualidade chegue a todos. Não queremos continuar num Brasil que tenha o que chamamos de "deserto alimentar". Nos bairros populares não chega alimentação de qualidade, porque também não temos uma política de abastecimento alimentar que garanta um alimento de qualidade. Quero, então, insistir que a nossa perspectiva é movida pelo sentido de democratização do Estado. É preciso ter um Estado comprometido com o direito humano à alimentação, com o direito de quem produz essa alimentação de qualidade. Ao mesmo tempo, temos que falar de democracia, o que significa romper com as desigualdades entre homens e mulheres, romper com as desigualdades provocadas pelo racismo estrutural no país.

Dulce: Vou passar a palavra agora para Francisco Menezes.

Francisco: Você falou há pouco da questão da fome. De fato, durante muito tempo nos foi inculcada a ideia de que a fome era uma fatalidade à qual o Brasil teria que se submeter, com a qual deveria se conformar. Tivemos um período – que considero curto – em que, através de políticas públicas, conseguimos grandes avanços nesse campo, e, assim, vimos que a fome não era exatamente uma questão de fatalidade, mas – como Josué de Castro tinha dito – obra dos próprios homens por meio de políticas públicas contra parte substancial de nossa população. Fato é que, por um curto período, milhões de pessoas saíram da pobreza e da extrema pobreza, e isso

possibilitou inclusive que as Nações Unidas reconhecessem que o Brasil tinha saído do Mapa da Fome. Ainda havia muito a se fazer, mas uma pesquisa recentemente divulgada pelo IBGE mostrou que, já nos anos de 2017 e 2018, retrocedemos a níveis semelhantes àqueles de quando essa mesma pesquisa havia começado a ser feita, em 2003, 2004. Como você vê esse enorme desafio que novamente temos diante de nós?

Maria Emília: Você, Chico, é um dos grandes estudiosos dessa questão, que, a meu ver, é uma indignidade. Não podemos conviver com o flagelo da fome. Você tem toda razão em lembrar Josué de Castro, e eu inclusive gostaria de renovar a importância dele, desse grande cidadão do mundo, e ressaltar o quanto ele foi importante historicamente pelo que fez em relação à questão da fome. Estamos vivendo essa situação do aumento da fome, e é muito dramático ver que esse governo tem características etnocidas. Estou muito preocupada com o que já estamos vivendo. As informações a que você se referiu, sobre a escala brasileira de insegurança alimentar, junto com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), são de 2017 e 2018. E agora? O que estamos vivendo na pandemia? É uma situação dramática, e a fome seguramente vai aumentar nesse contexto de redução e de extinção do auxílio emergencial, o que é muito grave. Esse governo nega a existência da fome, e isso é gravíssimo! Os dados já mostravam mais de 10 milhões de domicílios em situação de insegurança alimentar grave, o que significa que as pessoas não têm o que comer. Temos visto isso nas matérias dos jornais e também na quantidade de pessoas pelas ruas. É grave que, mesmo na pandemia, medidas emergenciais estejam sendo negadas! Temos uma história de desconstrução e destruição de políticas que vínhamos construindo; são várias iniciativas sendo destruídas. Por que eu disse que esse governo tem um caráter verdadeiramente etnocida? Porque ele representa o desrespeito ao direito da existência livre

dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, como vimos no veto da lei nº 14.021/2020 em relação à reivindicação de água potável e cesta de alimentos para os povos indígenas. Houve uma reação da sociedade, e essa reivindicação chegou ao Supremo Tribunal Federal. Gosto de repetir que, pela primeira vez em 520 anos, foi um advogado dos povos indígenas, um advogado da Apib, que fez uma sustentação oral representando os povos indígenas, defendendo os territórios e a proteção de sua vida. Além disso, depois de uma grande mobilização dos movimentos sociais – a Articulação Nacional de Agroecologia e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional estavam juntos nessa iniciativa –, foi criada uma plataforma emergencial para os povos do campo, da floresta e das águas, contemplando a perspectiva de fomento, de crédito, de crédito diferencial – inclusive para as mulheres –, de seguro agrícola. Eram várias propostas, inclusive de auxílio emergencial. Mas ela foi praticamente toda vetada! Na justificativa feita por Bolsonaro para o veto, estava dito – é inacreditável! – que se tratava de uma proposta inconstitucional e contrária ao interesse público. Temos uma inversão total aqui! Isso significa que agora quem luta contra a fome, quem luta pela qualidade do alimento, está contrariando o interesse público?! É isso que chamo de uma verdadeira negação da existência social desses sujeitos que garantem a nossa alimentação.

Francisco: Qual é a sua perspectiva para o futuro? O que será deste país se nada se alterar mais efetivamente?

Maria Emília: Eu acho isso gravíssimo! Precisamos, de fato, nos unir como sociedade para ver como enfrentar o futuro. Temos pela frente esse debate sobre a reforma tributária. É hora de pensarmos de forma bastante incisiva que é preciso tributar as grandes fortunas. Não é possível que um país continue subsidiando a comercialização de veneno, de agrotóxicos que envenenam o solo, a água

e os nossos alimentos. Essa questão é parte da luta na campanha contra os agrotóxicos e pela vida. Era preciso que a sociedade, mais amplamente, se juntasse por essa causa, porque retirar esse subsídio significa ter recursos – e precisamos de recursos – para atender as necessidades do povo. Também precisamos enfrentar o conflito distributivo no país. A concentração de terra e de renda no Brasil é gravíssima! Precisamos recuperar o movimento pela reforma agrária, pela garantia de direitos territoriais; não há como enfrentar a fome sem medidas dessa natureza. Tínhamos no passado o Bolsa Família. É preciso continuar um debate sobre a questão da transferência de renda sem abdicar das formas protetivas, porque o sistema de proteção social no Brasil já foi bastante destruído com a mudança da legislação trabalhista, com a reforma do SUS, etc. É uma conjugação de medidas que, a meu ver, requer uma ampla mobilização social. Sem contar que não podemos continuar com um país que ainda baseia sua economia na exportação. Ultimamente, o Brasil exportou soja para comprá-la novamente. Estamos importando feijão da China. Um país que não garante o que é fundamental da alimentação do povo é um país que não preza pela sua própria soberania alimentar. Então, Chico, o que será do país é o que já é do país! Estamos vivendo uma crise gravíssima que nos convoca a pensar em transformações profundas, e por isso amplos setores da sociedade precisam se manter mobilizados.

Dulce: Obrigada, Maria Emília! Obrigada, Chico!

Sônia Guajajara

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

Sônia Guajajara é militante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), graduada em letras e pós-graduada em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Sua entrevista para a Rádio Cidadania foi ao ar em 9 de dezembro de 2020, com a condução de Dulce Pandolfi (UC/UFRJ) e de João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ), e apresentação de Paulo Fontes (UC/UFRJ).

Paulo: Olá! Bem-vindos à Rádio Cidadania! É com muita honra que hoje recebemos Sônia Guajajara, uma das coordenadoras da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Sônia será entrevistada por Dulce Pandolfi, historiadora e membro da equipe da Universidade da Cidadania, e pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, professor do Museu Nacional da UFRJ.

Dulce: Olá, Sônia! É um prazer enorme estar com você aqui no nosso programa! Você nasceu na terra indígena Arariboia, no estado do Maranhão, é professora do ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, tem 46 anos e desde muito cedo começou a batalhar pelo direito das populações indígenas. O Brasil é um país preconceituoso, racista e machista, então imagino que você tenha encontrado muitas dificuldades ao longo dessa sua rica trajetória. Eu queria que você, como mulher indígena que chegou aonde chegou, falasse um pouco sobre algumas dessas dificuldades.

Sônia: A primeira dificuldade é ser mulher, a segunda é ser indígena. Então, ser mulher indígena é um desafio permanente que tem que ser superado todos os dias. Para nós, indígenas, é comum

entender que a subserviência da mulher é parte de nossa cultura, que temos que estar subordinadas sempre aos homens ou que há espaços de que as mulheres não podem participar: espaços de decisão e de poder. Superar isso já é um desafio gigante, porque temos que desconstruir primeiro essa ideia machista e não cultural que foi trazida pelo colonialismo. Aos poucos, estamos rompendo com isso; já são muitas mulheres que ultrapassaram essa barreira, que deram um passo à frente e hoje assumem diversos espaços, seja dentro da organização social indígena, seja para além das aldeias. Seguimos ainda, claro, rompendo com isso. Além disso, chegar aqui fora, ser aceito ou visto pela sociedade sem causar estranheza também é um desafio. Em qualquer lugar, se nos apresentamos como indígenas, são diversos os olhares. Há quem olhe e diga: "Você não é indígena", "Você não parece mais indígena", "Você fala português", "Você está vestindo roupa", "Você não é mais indígena, não é?". As pessoas tendem a querer apagar essa nossa origem, essa nossa raiz. E há quem olhe e diga: "Ah, é indígena? Você tem que estar é na aldeia, tem que estar no mato, não deve estar aqui". Então, de qualquer forma, nossa presença ainda hoje causa muita estranheza em vários lugares. Em todo lugar, parece que temos que estar sempre explicando como apredemos a falar português e a conviver em outra sociedade. Superar o machismo, superar o racismo é um desafio permanente.

Dulce: No Brasil, existe uma grande diversidade de povos indígenas e também de entidades ligadas à causa indígena. Em 2005, foi criada uma instância de articulação dos movimentos indígenas (que você coordena), que é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Qual é o papel dessa entidade e qual é a relação e as tensões que ela estabelece com outros movimentos sociais, indígenas e não indígenas?

Sônia: A Apib é hoje a maior referência dos povos indígenas no Brasil. Ela foi criada no âmbito do Acampamento Terra Livre, que aconteceu primeiro em 2004. Em 2005, o próprio acampamento criou a Apib. O Acampamento Terra Livre hoje é considerado a maior assembleia dos povos indígenas do Brasil, e é essa base que orienta as ações da Apib, cujo objetivo é articular e defender os direitos e interesses dos povos indígenas. É preciso articular também com outros parceiros e entidades o fortalecimento dessa luta, que não é só por direito, mas também pela vida. No início da construção da Apib, houve várias tentativas de criação de outras articulações, mas a Apib se consolidou. Não há dúvidas de que ela é uma organização de referência para os povos indígenas no Brasil, tanto para os indígenas quanto para outras entidades compostas por não indígenas – porque hoje trabalhamos em parceria. Nós temos a Mobilização Nacional Indígena (MNI), que foi articulada em 2013 por ocasião do 25º aniversário da Constituição Federal. Ali organizamos um grupo de entidades para trabalhar conjuntamente; em 2014, já eram mais de quarenta entidades indigenistas, ambientalistas e de direitos humanos que compunham essa articulação nacional junto com a Apib. Continuamos crescendo a cada ano com esses grupos de organizações, que hoje fazem um trabalho articulado, coletivo. É claro que sempre há um e outro que quer questionar a legitimidade da articulação, até mesmo entre os próprios indígenas. Com o governo Bolsonaro, apareceram vários indígenas avulsos – digo "avulsos" porque o movimento organizado está ali e tem compromisso com os interesses coletivos –, cooptados pelo governo, para contestar a legitimidade da Apib, mas essas são tentativas que não se validam, porque a maioria já conhece o trabalho que fazemos. Esse governo também investiu, e está investindo ainda, na criação de movimentos paralelos. Recentemente, governistas realizaram audiências e reuniões para atrair grupos de indígenas e criar um

movimento paralelo à Apib. Ou seja, eles precisam de alguém, de um movimento organizado para respaldar a política do governo, então tentam cooptar, enganar, manipular. Mas não temos preocupação com isso, porque hoje o movimento da Apib está consolidado.

Dulce: Vou passar a palavra agora para João Pacheco de Oliveira.

João: Olá, Sônia! A Apib é hoje uma referência em termos não só de mobilização, mas também de fornecimento de dados, de compreensões e de formas de ação sobre o índio no Brasil. Minha primeira pergunta é sobre a questão da terra. Segundo levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o número de mortes de indígenas no governo Bolsonaro cresceu muito. Houve atentados contra lideranças, inclusive nas terras dos Guajajara, no Maranhão, resultando em mortes. Em termos nacionais, esse quadro de violência se repete? Há dados sobre as invasões nas terras indígenas? A Funai ou a Operação Verde Brasil, que é articulada pelo Exército, têm atuado para coibir tais arbitrariedades?

Sônia: A Funai tem trabalhado para estimular arbitrariedades. De fato, houve esse aumento da violência, esse aumento de ataques e invasões a territórios indígenas e também de assassinatos. No ano passado [2019], somente do povo Guajajara, foram cinco indígenas mortos. O final de 2019 foi muito assustador, porque parecia que havia uma investida para exterminar os Guajajara. Ficamos bem preocupados e assustados, mas vimos que a violência não aumentou só aqui. No mês de janeiro de 2019, somavam-se quatorze pontos de invasão a territórios indígenas, como ocorreu no Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia; na Ponta do Arado, no Rio Grande do Sul; em Altamira, no Pará, do povo Arara; e aqui no Maranhão, do povo Awá-Guajá. Foram vários! Ao final do mês de setembro, somavam-se já 160 pontos de ataques e invasões. Notamos que o aumento foi

considerável, e atribuímos isso ao próprio discurso do governo: um discurso que estimula o ódio, a violência e a prática de racismo. Então, todo mundo que já estava a fim de praticar esses atos se sentiu autorizado, respaldado, encorajado pelo próprio governo a cometer essas violências. A segunda motivação é a própria impunidade. A impunidade é uma das principais ferramentas de promoção dessa violência, desses assassinatos. E a Funai tem feito o quê? A Funai hoje é um órgão subserviente ao governo. Ela deixou de ser um órgão de promoção de defesa de direitos dos povos indígenas, um órgão de proteção dos territórios. A Funai hoje é um órgão para atender aos interesses do próprio governo. Seu quadro de servidores demonstra claramente isso, um quadro na sua maioria composto hoje – digo isso para além dos servidores de carreira – por pessoas da área militar ou ligadas a religiões – por evangélicos, conservadores. Eles estão ali para incitar esse integracionismo que o governo vem defendendo, que apregoa que somos todos um povo brasileiro e que não existe essa questão de povos indígenas. Então, esse é um momento grave, preocupante, a que temos de estar atentos toda hora, inclusive para fazer um enfrentamento à própria Funai. Por muito tempo, lutamos para fortalecê-la – há ali orçamentos e servidores suficientes para o cumprimento de sua atribuição institucional –, mas hoje não adianta lutar pelo fortalecimento do órgão, porque estaríamos lutando contra os nossos próprios direitos e interesses.

João: Sabemos que houve um impacto extremamente grande da Covid-19 nas terras indígenas. Não sei se vocês têm dados que gostariam de veicular, mas soubemos que a Apib ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal, cobrando do governo responsabilidade pela saúde e bem-estar dos povos indígenas como uma obrigação constitucional. Houve, então, uma decisão favorável ao pedido da Apib. O governo atendeu a essa decisão do Judiciário, ou a situação segue a mesma de meses atrás?

Sônia: Este foi um ano realmente muito difícil, mas foi um ano em que a Apib conseguiu mobilizar os três poderes da União. Conseguimos, junto à deputada Joênia Wapichana e à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, articular um projeto de lei para garantir a construção de um plano de enfrentamento à Covid-19. Aprovamos esse projeto de lei no Senado e na Câmara, mas, na etapa de sanção presidencial, os principais pontos foram vetados pelo presidente Bolsonaro. O primeiro ponto vetado foi o acesso à água potável; o segundo foi a distribuição de materiais informativos sobre a Covid-19; o terceiro foi a concessão de leitos de UTI para povos indígenas. No total, foram dezesseis pontos vetados. Conseguimos elaborar um plano de enfrentamento à doença como parte do movimento indígena; convidamos vários movimentos e instituições de saúde, especialistas e profissionais da área, para estarem conosco na construção desse plano. Ele contém eixos importantes, como: ação judicial, comunicação, incidência internacional e medidas sanitárias e epidemiológicas. No dia em que lançamos esse plano da Apib no âmbito do Congresso Nacional, na Frente Parlamentar, apresentamos também essa ADPF no Supremo Tribunal Federal – a que você se referiu. O ministro Barroso acatou essa ação da Apib, o que para nós foi histórico, porque foi a primeira vez que a Suprema Corte acatou uma ação do movimento indígena. Ele determinou ao Executivo a elaboração de um plano e também a criação de uma série de iniciativas para tratar especificamente dos povos em isolamento voluntário. É claro que essa foi uma determinação judicial e, infelizmente, até hoje o governo não conseguiu implementar nada do que foi ali determinado. Pela terceira vez, o plano que elaboraram foi devolvido ao Supremo por ser totalmente genérico. Então, passados cinco meses, o governo nada conseguiu implementar e a situação continua grave como lá no início. Com essa estimativa de segunda onda da Covid-19, continuamos com a necessidade de que esse plano seja finalizado

e implementado a contento para evitar mais mortes. Perdemos quase mil vidas indígenas para a Covid-19, e foram mais de 30 mil indígenas infectados. A Apib segue ainda na apuração e sistematização desses dados para que, daqui a trinta anos, diferente do que aconteceu na ditadura militar, possamos revelar os mortos e desaparecidos em decorrência da Covid-19.

João: Nessa semana, tivemos o segundo turno das eleições municipais [novembro de 2020]. O número de candidatos indígenas a vereadores, subprefeitos e prefeitos foi espantosamente grande. Como a Apib vê esse fato? Ela está acompanhando essa mobilização? Apesar de esses políticos serem de diferentes partidos, alguns até da base parlamentar do governo, a entidade tem planos de trabalhar articuladamente com eles, uma vez que são indígenas e estão espalhados em muitos municípios do Brasil? Quais são os planos da Apib em relação a essa força que saiu das urnas na forma de indígenas eleitos?

Sônia: Esse resultado é exatamente fruto da articulação que a Apib fez nessas eleições municipais. Começamos esse trabalho de articular para incidência política partidária em 2017. Lançamos uma carta com o título "Por um Parlamento cada vez mais indígena". Até ali não havia ninguém. Tivemos apenas um deputado em toda a história dos povos indígenas, que foi Mário Juruna, ainda antes da redemocratização, na ditadura militar. Então, em 2017 a Apib entendeu que era importante essa participação indígena no processo da disputa eleitoral. Em 2018, seguimos com todo esse trabalho. Foi quando eu compus a chapa presidencial. Então, aquela não foi só uma "decisão da Sônia" ou "do Maranhão", foi uma decisão resultante desse projeto que estávamos desenvolvendo de concorrer nas eleições. Conseguimos lançar 130 candidaturas indígenas em todo o Brasil para os cargos de deputado estadual, federal e também de

senador. Os resultados foram dois: a deputada Joênia Wapichana foi eleita deputada federal, primeira mulher indígena a ocupar esse cargo; e a Chirley Pankará foi eleita codeputada estadual pela bancada ativista em São Paulo – portanto, temos duas mulheres parlamentares. Agora, com as eleições municipais, a Apib seguiu fortalecendo candidaturas indígenas. Nós, da Comissão Nacional da Marcha das Mulheres Indígenas, estimulamos também a participação das mulheres nesse processo, o que resultou num aumento considerável de candidaturas em relação às eleições passadas. Disponibilizamos plataformas virtuais com chamados, com apoio de comunicação para muitas das candidaturas. Como resultado, tivemos um total de 236 indígenas eleitos: são 174 vereadores, 40 vereadoras, 9 prefeitos, 1 prefeita, 9 vice-prefeitos e 3 vice-prefeitas. Do total de mulheres, tivemos 19% eleitas. Isso tudo correspondeu a 26% a mais do que nas eleições passadas. Claro, isso ainda foi pouco em relação ao trabalho que fizemos, mas estamos apenas começando. O chamado foi este: "Vamos lançar candidaturas indígenas e apoiar essas candidaturas". O passo seguinte é chamar todos esses eleitos, logo no início do ano [de 2021], e começar um debate, um trabalho de acompanhamento desses mandatos. Vamos também começar a discutir essa questão da ideologia partidária, porque chamamos indígenas e agora é importante ver como isso se relaciona com os partidos, já que não podemos fortalecer um partido que seja nosso inimigo no Congresso Nacional. Porém, muitas vezes, nos municípios, a realidade é totalmente diferente, muitas vezes não há partidos de esquerda ali, ou, se existem, não conseguem eleger. Às vezes, até existem, mas não dão condições, não dão espaço. Então, são realidades diversas que precisamos considerar, conhecer melhor, para termos um encaminhamento coletivo sobre como prosseguir nesse espaço da política institucional.

Dulce: Obrigada, Sônia!

Entrevistadores

Adriana Facina (Museu Nacional/UFRJ)

Alexandre Fortes (IM/UFRRJ)

Amilcar Araujo Pereira (FE/UFRJ)

Angela Moreira da Silva (CPDOC/FGV)

Antônio Carlos Fontes dos Santos (IF/UFRJ)

Bernardo Buarque de Hollanda (CPDOC/FGV)

Beto Novaes (IE/UFRJ)

Carla de Castro Gomes (Pagu/Unicamp e Neseg/UFRJ)

Daniel Conceição (Ippur/UFRJ)

Dario de Sousa e Silva (ICS/Uerj)

Dulce Pandolfi (UC/UFRJ)

Francisco Menezes (Ibase e ActionAid)

Gisele Ricobom (FND/UFRJ)

Heloisa Buarque de Hollanda (ECO/UFRJ)

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ)

José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ)

José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ)

Josué Medeiros (IFCS/UFRJ)

Letícia Carvalho (IFCS/UFRJ)

Louisa Acciari (IFCS/UFRJ)

Luiz Pinguelli Rosa (Coppe/UFRJ)

Marcella Araújo (IFCS/UFRJ)

Maria Lúcia Werneck (IE/UFRJ)

Maria Paula Araújo (IH/UFRJ)

Mônica Lima (IH/UFRJ)

Paulo Fontes (UC/UFRJ)

Regina Novaes (PPGEdu/Unirio)

Roberto Medronho (FM/UFRJ)

Tatiana Roque (FCC/UFRJ)